



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**RESPONSABILIDADE SOCIAL EM DISCUSSÃO: desvendando trilhas e
encruzilhadas**

FORTALEZA - CEARÁ
2004

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

LIA PINHEIRO BARBOSA

**RESPONSABILIDADE SOCIAL EM DISCUSSÃO: desvendando trilhas e
encruzilhadas**

**Dissertação de Mestrado
apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Sociologia, da
Universidade Federal do Ceará
como requisito para obtenção do
Grau de Mestre em Sociologia.**

FORTALEZA – CEARÁ
2004

Universidade Federal do Ceará – UFC
Departamento de Pós-Graduação em Sociologia

TÍTULO DO TRABALHO: Responsabilidade Social em Discussão: desvendando trilhas e encruzilhadas

AUTORA: LIA PINHEIRO BARBOSA

Defesa em: ____ / ____ / ____

Conceito obtido: _____

Banca Examinadora

Profª Dra. Elza Maria Franco Braga
Orientadora

Profª Dra. Adelita Neto Carleial

Profº Dr. Lúcio Fernando Oliver Costilla

FICHA CATALOGRÁFICA

BARBOSA, Lia Pinheiro.

Responsabilidade Social em Discussão: desvendando trilhas e encruzilhadas

Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Universidade Federal do Ceará – UFC – 2004

Orientação: Elza Maria Franco Braga.

(1) Responsabilidade Social – (2) Grupo J.Macêdo – (3) Espaço Público – (4) Estado - (5) Sociedade Civil

Resumo

A presente dissertação analisa o avanço na percepção da dimensão social das empresas brasileiras ao construir um outro parâmetro de gestão social, à luz da ética e da responsabilidade social empresarial. A escolha do tema decorre do significado político que a responsabilidade social assume na comunidade global, sobretudo pelas transformações correntes nas últimas três décadas. Objetiva-se pôr em relevo um pensamento reflexivo, capaz de movimentar-se numa esfera analítica que dê conta do contexto macro e micro, onde se entrecruzam diferentes atores sociais, protagonistas do que vem sendo chamado hodiernamente de “responsabilidade social”. No percurso metodológico, ademais de desenvolvermos uma pesquisa bibliográfica e documental, realizamos um estudo de caso no Estado do Ceará com o Grupo Empresarial J. Macedo, no intuito de aprofundarmos a investigação em torno das novas configurações na participação política das empresas cearenses no interior dos espaços públicos, sob a denominação da chamada responsabilidade social.

Palavras-chaves: 1. Responsabilidade Social 2. Grupo J. Macêdo 3. Espaços Públicos
4. Estado 5. Sociedade Civil

Índice

Índice	i
Introdução	1
Estratégias Metodológicas	4
PARTE I	
CENÁRIO SÓCIO-POLÍTICO NA DÉCADA DE 90: GLOBALIZAÇÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL	12
Capítulo 1. Contornos políticos dos anos 90	13
1.1. O processo de globalização e a emergência da política neoliberal.....	13
1.2. Entendendo o papel do Estado: aspectos da reforma política	25
1.3. A reforma política no Brasil.....	28
1.4. Democracia e cidadania: tessitura dos espaços públicos.....	44
Capítulo 2. Responsabilidade Social Empresarial	51
2.1. Conhecendo o conceito de ‘Responsabilidade Social’ e sua função nas empresas	51
2.2. Balanço Social e Responsabilidade Social.....	66
2.3. A responsabilidade social das empresas no Brasil: trajetória de mudanças na postura do empresariado nacional.....	77
PARTE II	
DESVENDANDO AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL NO ESTADO DO CEARÁ	93
Capítulo 3. Responsabilidade Social no Estado do Ceará: a atuação das empresas cearenses	94
3.1. O Ceará como palco de ação.....	95
3.2. O projeto político do CIC – Centro Industrial Cearense	101
3.3. Significados da administração pública cearense na Era Tasso.....	114
3.4. As empresas cearenses e a participação em projetos sociais.....	123
3.4.1. Ação Social das empresas cearenses.....	126
Capítulo 4. Responsabilidade Social em discussão: estudo analítico do Grupo Empresarial J. Macêdo.....	133
4.1. Origem e Desenvolvimento do Grupo J. Macêdo	134
4.2. A descoberta do <i>Jeep</i> : os caminhos do crescimento econômico do grupo.....	135
4.3. O empresário que faz política	136
4.4. A indústria moageira e a consolidação econômica do Grupo J. Macêdo	138
4.5. Princípios da regência empresarial e social do Grupo J. Macêdo	143
Capítulo 5. A emergência da Responsabilidade Social para o Grupo J. Macêdo	151
5.1. Ação política: a percepção do social.....	152
5.2. Os 64 anos de história: trajetória de significados e campo de legitimação da responsabilidade social para o Grupo J. Macêdo	176
Considerações Finais	196
Bibliografia	200
Periódicos	208

Introdução

O século XX apresentou-se como cenário de profundas mudanças, sobretudo no campo político-econômico. A ocorrência de duas grandes guerras mundiais, a Guerra Fria e os acontecimentos dos últimos 10 anos, como a Guerra do Golfo Pérsico, em 1991, o atentado de 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos - que abriu espaço para a invasão ao Afeganistão e ao Iraque - juntamente com a crise social, política e econômica presente nos demais continentes do mundo, constituem uma parcela do conjunto de transformações correntes na ordem mundial.

Os avanços tecnológicos, da robótica e da biociência – como o advento da Internet e a surpreendente capacidade de gerar vida animal e vegetal em laboratório – evidenciam a capacidade humana em multiplicar a biodiversidade e, em consequência, aumentar a quantidade de riqueza existente no planeta.

Todavia, em meio a um crescimento econômico jamais visto, inúmeras populações encontram-se em situação de miséria absoluta em todas as partes do globo¹. São milhares e milhares de indivíduos que não retornarão, ou mesmo, adquirirão um posto no mercado de trabalho, condenados a uma vida de mendicância, esperando algum tipo de benefício oriundo da ação assistencial de organismos caritativos, da implementação de políticas públicas pelo Estado, ou ainda, de projetos sociais desenvolvidos pelas entidades do terceiro setor e iniciativa privada.

Em virtude do crescimento da exclusão social, observa-se o advento de novas posturas econômico-sociais assumidas por um dos principais responsabilizados pelo caráter atual do sistema capitalista de produção: os empresários. O caráter do discurso e prática de uma parcela do empresariado mundial² volta-se à defesa de uma ‘face social’ no mundo capitalista.

¹Segundo dados da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – CEPAL –, no Brasil existem 38% de pobres e 12% de indigentes, o que corresponde a aproximadamente 90 milhões de habitantes, a metade da população do país. O mesmo relatório apresenta o Brasil como o país de maior concentração de renda da América Latina e Caribe. Entretanto, entre os anos de 1990 e 2001, o país conseguiu avançar em 83% no combate à pobreza.

² Pertencentes a alguns países europeus, norte-americanos e sul-americanos.

Delimita-se uma nova maneira de pensar e agir que se propõe enquanto alternativa na redução dos impactos sócio-econômicos decorrentes das políticas neoliberais implementadas em vários países do mundo. A última década confere maior solidez a este novo pensamento, sobretudo pela percepção dos empresários em torno dos benefícios decorrentes de suas ações em prol da inclusão social, refletidos na boa receptividade de seus clientes e do referencial positivo agregado à imagem da empresa.

Uma parte do empresariado³ inicia um processo de compreensão do significado assumido pelo papel social de suas corporações, entendendo que suas companhias devem ultrapassar o objetivo primeiro de geração e distribuição do lucro entre seus acionistas. As empresas buscam evoluir da mera ação caritativo-filantrópica⁴, incorporando às suas estratégias maior compromisso com a esfera sócio-ambiental. Afinal, ser uma corporação social e ambientalmente responsável tornou-se um caminho viável para consolidação da cidadania no interior da iniciativa privada.

A tomada de consciência dos empresários em torno dos problemas sociais existentes decorre, igualmente, das pressões exercidas pelos segmentos organizados da sociedade civil, e demais consumidores de bens e serviços. Segundo estes sujeitos, a condição *sine qua non* para se ter um perfil socialmente responsável deriva da incorporação de valores ético-morais, sobretudo nas relações estabelecidas com os funcionários, sindicatos, acionistas, fornecedores, clientes, consumidores e comunidades direta ou indiretamente atingidas por suas atividades produtivas. A ética e o compromisso devem fazer-se presente no manejo adequado dos recursos naturais e na redução dos impactos causados no meio ambiente.

Por essa perspectiva, observamos a difusão de iniciativas sociais desenvolvidas pela iniciativa privada, evidenciando uma nova visão da empresa em sua relação com seus vários interlocutores diretos e indiretos. Transpondo o campo da competitividade no mundo atual, delimita-se uma nova cultura de participação política do empresariado, juntamente com o Estado e a sociedade civil.

³ Referente aos continentes supracitados.

⁴ Conforme o economista Marcio Pochmann, em sua exposição no seminário “Um mundo em mudanças: espelhos da mídia”, realizado em dezembro de 2002, em Brasília, a estratégia do mundo burguês, ao final do século XIX, já incluía a percepção de responsabilidade social. Segundo o economista, *a empresa se instalava e ao seu redor construía moradias, escolas, área de lazer e comércio – além de pagar salários aos seus*

A presente dissertação analisa o avanço na percepção da dimensão social das empresas brasileiras ao construir um outro parâmetro de gestão social, que se dá à luz da ética e da responsabilidade social empresarial. A escolha do tema decorre do significado político que a responsabilidade social assume na comunidade global, sobretudo pelas transformações correntes nas últimas três décadas.

Neste sentido, objetiva-se apresentar a construção representativa em torno da responsabilidade social, por meio de um estudo de caso do Grupo J. Macêdo, empresa genuinamente cearense, com tradição no pioneirismo econômico e social. Para tanto, a dissertação encontra-se dividida em duas partes destinadas à tessitura teórico-empírica do estudo proposto: a primeira compõe-se de dois capítulos destinados à análise da globalização e da responsabilidade social no cenário sócio-político dos anos 90.

A segunda parte está composta por três capítulos: o primeiro refere-se ao estudo da responsabilidade social emergente no Estado do Ceará. Os outros dois compõem, respectivamente, o estudo de caso do Grupo J. Macêdo e a construção dos significados em torno da ‘responsabilidade social’ assumidos pela empresa.

Ainda na primeira parte, no primeiro capítulo, abordou-se o contexto político dos anos 90, encontrando nos acontecimentos de ordem econômica e, principalmente, político-social, elementos norteadores para compreensão das novas demandas sociais e suas implicações no modo de administração das empresas.

O segundo capítulo aprofunda a análise iniciada num primeiro momento, ao apresentar o campo de surgimento do conceito e prática da responsabilidade social. Neste momento, far-se-á conhecer os elementos político-culturais de fomento à prática da responsabilidade social nos EUA, Europa e, principalmente, no Brasil.

O recorte do objeto de estudo dar-se-á a partir do terceiro capítulo. Este se destina à análise do contexto político-social de surgimento da responsabilidade social no Estado do Ceará. Serão apresentadas as tessituras da participação política em prol do desenvolvimento social, retratando as principais iniciativas que vêm sendo tomadas pela iniciativa privada e sociedade civil cearenses.

empregados. Entretanto, a concepção burguesa portava consigo um caráter de exclusão, sobretudo por não conferir aos seus trabalhadores autonomia no interior das relações de trabalho.

O quarto capítulo destina-se à apresentação da origem e do desenvolvimento econômico do Grupo J. Macêdo. Mostrar-se-á, nesse momento, as principais contribuições de ordem econômica, trazidas pela empresa ao Estado do Ceará, dando destaque ao caráter pioneiro do grupo.

O quinto capítulo destina-se ao estudo analítico do Grupo J. Macêdo. Consiste no ápice da análise proposta, uma vez que apresenta ao leitor a representação social construída pela empresa em torno da responsabilidade social, destacando sua tessitura e implicações no campo político-social.

Das Estratégias Metodológicas

O objetivo da presente pesquisa é investigar qual o significado social da prática da responsabilidade social desenvolvida pelo Grupo J. Macêdo, na construção de um *habitus* propício à *práxis* da cidadania, a partir de seus projetos sociais.

Destaco ainda, como um segundo objetivo relevante neste estudo, analisar o entendimento do Grupo sobre a responsabilidade social e seu significado em termos de demarcação de ações socialmente responsáveis. Pretende-se, também, analisar a percepção da empresa em torno dos ganhos sociais oriundos desta prática, ou seja, sua representação social⁵ sobre a responsabilidade social empresarial e seus desdobramentos no âmbito externo e interno da empresa.

⁵ Conforme Minayo (1995: 89), “Representações Sociais é um termo filosófico que significa a reprodução de uma percepção retida na lembrança ou do conteúdo do pensamento. Nas Ciências Sociais são definidas como categorias de pensamento que expressam a realidade, explicam-na, justificando-a ou questionando-a”
Todavia, a ‘Teoria das Representações Sociais’ surgiu na Europa, em 1961, com a publicação do estudo *La Psychanalyse: son image et son public*, de Serge Moscovici. A teoria desenvolvida por Moscovici normalmente é classificada como uma forma sociológica de psicologia social. Tal classificação deve-se, sobretudo, pelo aprofundamento teórico do autor em torno da categoria sociológica de ‘representação coletiva’, presente, em especial, nos estudos de Émile Durkheim, um dos fundadores das ciências sociais na França. Moscovici compreende que a categoria ‘representação coletiva’ desenvolvida por Durkheim em sua obra clássica *As regras do método sociológico*, deveria ser explicada no campo da psicologia social e em estreita relação com um modelo de sociedade mais complexo, como as sociedades modernas, donde as transformações culturais, científicas, sociais, econômicas e políticas ocorrem de forma mais plural e com maior rapidez. Surge, então, a ‘Teoria da Representação Social’, como uma categoria em maior consonância com o mundo moderno. Em outras palavras, o autor demonstrava que a substituição das ‘representações coletivas’ pela ‘representação social’, contemplava de forma mais veemente os objetos de estudo pertinentes à ciência social moderna. Significa, portanto, que a ‘Teoria das Representações Sociais’ insere-se no processo social, articulando a vida coletiva de uma dada sociedade com seus processos de construção simbólica e tessitura de uma identidade social. Como nos coloca Jovchelovitch (1995: 63), “as representações sociais, enquanto fenômeno psicossocial, estão necessariamente radicadas no espaço público e nos processos através dos quais o ser humano desenvolve uma identidade, cria símbolos e se abre para a diversidade de um mundo

Ao investigar tal problemática social, torna-se fundamental para o cientista social compreender que o “real é relacional” (Bourdieu: 2001), isto é, que a compreensão de uma dada realidade somente será objetivada ao tomá-la enquanto um “espaço de possíveis”, caracterizado por teias de relações estruturadas possuidoras de um significado social dado por seus próprios agentes sociais. A produção intelectual não se desvincula do real e o pesquisador deve apreender, com rigor científico, o contexto social de seu objeto de estudo, uma vez que este é socialmente construído.

O cientista social, ao lançar um olhar crítico sobre a realidade social, a fim de “desnaturalizá-la”, desenvolve o que Wright Mills denomina de *imaginação sociológica* (Mills: 1969). Para obtenção deste fim, ele vai rompendo com o *senso comum*⁶ (Bourdieu: 2001), exercitando a “dúvida radical”⁷ (Bourdieu: 2001), como meio de escapar das pré-noções acerca de seu objeto de estudo: desvendar as representações pré-estabelecidas do seu objeto de estudo constitui a primeira grande dificuldade do cientista social, sobretudo por induzir a maneira de apreendê-lo e, por isso mesmo, defini-lo e concebê-lo.

Assim sendo, o pesquisador terá condições de definir, com precisão e rigor, as categorias e os conceitos analíticos, situados historicamente, de modo a analisar as questões pertinentes ao estudo científico proposto.

Ao entender a pesquisa social como instrumento para compreensão das múltiplas teias de relações e significados presentes no contexto social, é que tomamos como categorias de análise as noções de campo e *habitus* em Bourdieu. Como campo entendamos “o lugar de relações de força e de lutas que visam transformá-las ou conservá-las”, sendo também o *locus* de construção do *habitus* que é adotado pelos agentes sociais na produção de práticas que sempre revelam “a posição social em que foram construídos”.(Bourdieu: 2001, 34). Segundo o mesmo autor:

de Outros.” Entender que as representações sociais constituem conceitos, noções, modos de ver que os indivíduos elaboram a partir de suas experiências cotidianas, ou seja, o tipo de conhecimento que a tradição sociológica convencionou denominar *senso comum*. Vale destacar que as representações constituíram, igualmente, objetos de estudo de clássicos das ciências sociais e da psicologia social, tendo destaque, além de Durkheim e Moscovici, Weber, Marx, Bourdieu, Schutz, Bakhtin, Lefebvre e Jodelet.

⁶ Para Bourdieu (2001, 34), o *senso comum* significa tanto “os lugares-comuns da existência vulgar, quer se trate das representações oficiais, freqüentemente inscritas nas instituições, logo, ao mesmo tempo na objectividade das organizações sociais e dos cérebros”.

⁷ Segundo o mesmo autor, a *dúvida radical* se exerce através de uma *intenção reflexiva*, isto é, colocando em causa os próprios instrumentos do pensamento do pesquisador como um exercício da prática científica.

... a noção de Campo é, em certo sentido, uma estenografia conceptual de um modo de construção do objecto que vai comandar – ou orientar – todas as opções práticas da pesquisa. Ela funciona como um sinal que lembra o que há que fazer, a saber, a verificar que o objecto em questão não está isolado de um conjunto de relações de que retira o essencial de suas propriedades. (Bourdieu: 2001, 35)

A noção de *habitus* possibilita a análise de um determinado campo do qual os atores sociais constroem esquemas de percepção e ação no interior de suas realidades sociais. A partir da reconstituição do *habitus* desses agentes, poder-se-á captar as representações sociais em relação à cidadania nos próprios campos que habitam e interagem.

Devemos compreender o conceito de *habitus* como sendo uma *gramática gerativa de práticas* (Pinto: 2000, 38) que estão articuladas às estruturas objetivas de que ele torna-se produto. Em outras palavras, o *habitus* contém em si uma dupla dimensão, a saber: uma objetiva (estrutura) e outra subjetiva (percepção, significado). Com este sistema de disposições, que pode ser engendrado de maneira determinada e dependentes de outras condições do meio social, o *habitus* adquire uma dupla funcionalidade, qual seja, a de interiorizar o que lhe é externo, como também, exteriorizar o interno.

Torna-se, então, tarefa do pesquisador perceber quando, como e em que limites se pode verificar o ajuste entre as estruturas objetivas e as estruturas subjetivas que são incorporadas pelo agente e expressam-se através de um senso prático que orientará toda a sua ação no interior de um sistema social.

A dialética da justaposição entre o interior e o exterior, o objetivo e o subjetivo, que se apresenta extremamente problemática, é o que caracteriza uma dimensão “disposicional” do *habitus* que, segundo Pinto (2000: 39), “pode ser decomposta numa dimensão praxiológica (sentido de orientação social) e numa dimensão afetiva (aspirações, gostos, etc.)”.

Daí concluir que a noção de *habitus*, umas das mais importantes das obras de Bourdieu, está diretamente vinculada à noção de campo, uma vez que, pensar nela como categoria dupla e de oposição, pressupõe a existência de uma relação, isto é, compreender que ser e estar situado em um mundo social é, também, fazer parte de um espaço diferenciado, tendo que, constantemente, participar de uma dialética de ajuste e de redefinições diante de um leque de possibilidades.

Neste sentido, ao se propor um estudo acerca da responsabilidade social do Grupo J. Macêdo, o pesquisador deverá considerar que a mencionada empresa estará sempre inserida num mundo social que não pode ser mantido à distância e que dispõe de uma série de possibilidades de ação que influenciarão constantemente o caráter do Grupo. Há que se fazer uma constante conversão do olhar para que se garanta a cientificidade ao presente estudo.

Como nos coloca Pinto (2000: 62), “não basta, como se diz às vezes apressadamente, ‘sociologizar’ os outros e ‘sociologizar’ a si mesmo. Cumpre também explicar a especificidade da luta e daquilo que está em jogo”.

O papel da sociologia e, portanto, do sociólogo, é promover uma desconstrução daquilo que o mundo social constrói através da linguagem, do que é compreendido através das lentes do senso-comum, do que a própria ciência constrói e que é considerado legítimo.

Nesse sentido, a noção de campo será utilizada também como um instrumento de trabalho que possibilite ao pesquisador sempre avançar na análise empírica de categorias de estudo. Através desta noção, podemos compreender as relações entre o que se apresenta a ele como interno e externo sem, no entanto, reduzir ou absolutizar nenhum dos termos.

Assim sendo, a metodologia aplicada para o aprofundamento da problemática a ser investigada, pressupõe a obtenção de informações de natureza qualitativa, uma vez que “envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador, com a situação estudada, procurando entender o fenômeno segundo a perspectiva dos sujeitos”. (Godoy apud Toldo: 2002, 87).

Privilegiando uma metodologia qualitativa, o pesquisador terá oportunidade de apreender os vários aspectos subjacentes às falas, depoimentos e demais relações entre os diferentes atores envolvidos e seu significado na trajetória da responsabilidade social.

Realizar-se-á, ainda, um levantamento bibliográfico - que contempla estudos teóricos e trabalhos relativos à responsabilidade social empresarial, de modo geral - bem como a realização de uma coleta de dados empíricos, através de entrevistas com dirigentes empresariais do Grupo J. Macêdo, e análise dos projetos sociais desenvolvidos pela empresa, com tratamento qualitativo dos mesmos.

As entrevistas visam apreender tanto as representações sobre responsabilidade social empresarial elaborada pelos entrevistados, quanto captar as especificidades dos projetos desenvolvidos na construção de um espaço voltado ao exercício da cidadania.

Procederá a análise de artigos de jornais e revistas, matérias televisivas e materiais de informação produzidos pela própria empresa e instituições onde se desenvolvem os projetos voltados para a ação socialmente responsável. Realizar-se-á, também, uma pesquisa suplementar de dados, através de consultas a documentos oficiais, anuários e censos visando, juntamente com o estudo do material anterior, captar o máximo de informações sobre a prática da responsabilidade social empresarial no Estado do Ceará, além de captar a imagem que vem sendo formada em torno dessa ação. Estes instrumentos nos permitirão, ainda, conhecer como se construiu a trajetória do Grupo J. Macêdo em nosso Estado, no que diz respeito à responsabilidade social da empresa.

Na construção do objeto de estudo, apresentado em momento anterior, foi selecionado um grupo empresarial atuante no contexto social cearense, qual seja, o Grupo J. Macêdo. A escolha deste grupo obedeceu a critérios de seleção, para apreender, com maior rigor e profundidade, elementos que estruturassem o processo de investigação, conferindo-lhe caráter científico.

Para o estudo a que se propõe, utilizou-se como foco de análise o Grupo J. Macêdo, empresa atuante no estado do Ceará, e a seleção da mesma decorre da observância aos seguintes critérios:

- Empresa genuinamente cearense;
- Expressiva do ponto de vista da atuação econômica no cenário cearense e nacional;
- Apresenta uma tradição no desenvolvimento de projetos sociais junto à comunidade;
- Expressa na sua política interna e em seus projetos sociais uma prática de responsabilidade social empresarial, há mais de 10 anos.

A construção da análise do presente objeto de estudo dar-se-á considerando como elementos problematizadores os seguintes eixos:

- i) Os tipos de projetos desenvolvidos pela empresa, bem como os pressupostos da ação sócio-política existente no interior dos mesmos;

- ii) Os motivos que levaram a empresa a atuar no âmbito da responsabilidade social;
- iii) A relação entre o Estado, a empresa e a sociedade na perspectiva de identificar um campo social de atuação entre estes três setores;
- iv) Como esta noção de responsabilidade social foi construída historicamente pela empresa;
- v) A expressividade da responsabilidade social nas ações e diferentes práticas da empresa;
- vi) A representação social construída pelo Grupo em relação à prática da responsabilidade social;
- vii) Até que ponto o desenvolvimento de atividades de responsabilidade social estaria ou não relacionado com suas atividades produtivas (capturar a existência ou não de elos entre as duas lógicas);
- viii) Qual a percepção que o Grupo tem sobre a questão da responsabilidade social da empresa com a dinâmica de minimização do Estado;
- ix) De que maneira há uma combinação entre a lógica de investimentos e geração de lucros, e a noção de empresa-cidadã e co-responsabilidade social.

A obtenção de dados empíricos constitui fator relevante para analisar as múltiplas e imbricadas relações que emergem quando do estudo do objeto estabelecido. Para tanto, é necessário desenvolver um raciocínio lógico e compreensível, voltado muitas vezes a cenários passados, no sentido de re-significar o presente numa perspectiva dialética em relação à prática da filantropia empresarial. Por este caminho, poder-se-á apreender a complexidade⁸ necessária à questão da responsabilidade social na nossa sociedade, bem como o entendimento de sua representação e papel em âmbito social, político e econômico.

⁸ O enfrentamento da problemática ética e moral da ciência do século XX, decorrentes do poder de manipulação política oriundo das tecnociências, nos coloca o desafio de um novo método de análise científica, capaz de romper com o ‘paradigma da simplificação e do determinismo’, paradigma clássico, que fundamenta a compreensão dos fenômenos naturais e antropossociais por meio de princípios simples e leis gerais. Morin (2002) nos apresenta a importância científica do ‘paradigma da complexidade’ no desenvolvimento da ciência moderna, sobretudo por sua capacidade de ampliação do horizonte analítico, no interior das ciências físico-biológicas e sociais. O autor define o ‘paradigma da complexidade’ como sendo um “conjunto dos princípios de inteligibilidade que, ligados uns aos outros, poderiam determinar as condições

Ao se pretender realizar uma análise minuciosa sobre a responsabilidade social do Grupo J. Macêdo na construção de um *habitus* voltado a prática da cidadania, a revisão bibliográfica consistiu-se um importante instrumento apreendedor de conceitos metodológicos, concedendo embasamento teórico capaz de fundamentar as análises em relação ao objeto de estudo.

A dialética entre a teoria e a empiria será fundamental, pois os conceitos expostos pelos autores estudados e contemplados no corpo da dissertação constituem uma ponte metodológica capaz de associar concepções teóricas existentes às práticas cotidianas presentes no interior das relações sociais estabelecidas pelos atores sociais envolvidos com o exercício da responsabilidade social.

Conceitos como cidadania, democracia, filantropia, sociedade civil, responsabilidade social, Estado, representação social, ‘contra-hegemônica’, ‘elite orgânica’, dentre outros conceitos afins, perpassarão constantemente a dinâmica analítica que permeará esse estudo, no intuito de compreender os caminhos construídos, sobretudo a partir de uma filantropia empresarial, na perspectiva de desvendar a possibilidade de assumir-se enquanto responsabilidade social, justiça e equidade social.

Serão trilhados, portanto, os caminhos metodológicos descritos no intento de responder à indagação inicial: **Qual a representação construída pelo Grupo J. Macêdo acerca da responsabilidade social de sua empresa, sobretudo na construção de um *habitus* propício à práxis da cidadania⁹?** A pretensão aqui é a promoção de uma abertura

de uma visão complexa do universo (físico, biológico, antropossocial)” (Morin, 2002: 330). Inspirado em Gaston Bachelard, Morin considera que a complexidade conduz a um conhecimento multidimensional, isto é, um tipo de conhecimento que visa, primordialmente, compreender cientificamente um dado fenômeno, considerando sempre a existência de uma dimensão biológica, uma dimensão social e uma dimensão individual. Em outras palavras, fundamentar o conhecimento pelo prisma da complexidade significa empreender uma análise dinâmica, capaz de movimentar-se “das partes para o todo, do todo para as partes” (Morin, 2002: 182). É preciso, pois, desenvolvermos uma binocularidade mental, ou seja, olharmos para além do óbvio e de maneira multidimensional. Como nos apresenta Morin (2002: 192): “O método da complexidade pede para pensarmos nos conceitos, sem nunca dá-los por concluídos, para quebrarmos as esferas fechadas, para restabelecermos as articulações entre o que foi separado, para tentarmos compreender a multidimensionalidade, para pensarmos na singularidade com a localidade, com a temporalidade, para nunca esquecermos as totalidades integradoras. É a concentração na direção do saber total (...) e a complexidade é isso: a junção de conceitos que lutam entre si.”

⁹ O conceito de cidadania enquanto direito a ter direitos comporta diversas interpretações. Dentre elas, encontramos a clássica concepção de T. H. Marshall. Ao estudar o caso inglês, o autor expande a noção de cidadania e, igualmente, de seus elementos constitutivos. Para ele, a cidadania seria composta dos direitos civis, conquistados no século XVIII (compreende os direitos individuais de liberdade, igualdade, propriedade, direito de ir e vir, direito à vida, à segurança, etc.) e direitos sociais e econômicos, conquistados no século XX (correspondem ao direito ao trabalho, educação, moradia, aposentadoria, enfim, relacionados à garantia de

maior a estudos posteriores sobre esse novo ator social, considerando o pressuposto de Bourdieu (2001, 24) de que:

... a pesquisa é uma coisa demasiado séria e demasiado difícil para se poder tomar a liberdade de confundir a rigidez, que é o contrário da inteligência e da invenção, com o rigor, e se ficar privado deste ou daquele recurso entre vários que podem ser oferecidos pelo conjunto das tradições intelectuais da disciplina – e das disciplinas vizinhas...

O principal objetivo do presente trabalho consiste em pôr em relevo um pensamento reflexivo, capaz de movimentar-se numa esfera analítica que dê conta do contexto macro e micro, onde se entrecruzam diferentes atores sociais, protagonistas do que vem sendo chamado hodiernamente de “responsabilidade social”.

acesso aos meios de vida e bem-estar social). Há, ainda, o terceiro tipo de cidadania, surgido na metade do século XX, diretamente relacionado aos grupamentos humanos, à nação, às coletividades étnicas e correspondem ao direito à autodeterminação dos povos, ao desenvolvimento, ao meio ambiente, à paz, etc. Hodiernamente, fala-se do direito à bioética, sobretudo numa perspectiva de impedimento das possibilidades de destruição de vidas e criação de novas vidas em laboratório, por meio dos experimentos da engenharia genética. A concepção de cidadania contida na presente dissertação propõe ultrapassar a idéia do direito a ter direitos. Entendemos o ‘direito a ter direitos’ como um processo decorrente da autonomia sobre si mesmo, quer individualmente ou em grupos sociais. Significa dizer que a cidadania concebe-se por meio da constituição de sujeitos sociais ativos, definidores dos seus direitos. Desse ponto de vista, a cidadania pressupõe a existência de uma nova sociedade, dotada de igualdade nas relações sociais, e definidora de um outro sentido para a responsabilidade pública: os cidadãos passam a ser reconhecidos como sujeitos de interesse válidos e direitos legítimos. O próprio exercício da democracia vincula-se a um projeto de transformação social, de vínculo entre as dimensões da cultura e da política. Portanto, é de suma importância fazer da cidadania o cerne de uma política compartilhada.

PARTE I

CENÁRIO SÓCIO-POLÍTICO NA DÉCADA DE 90: GLOBALIZAÇÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL

Capítulo 1. Contornos políticos dos anos 90

1.1. O processo de globalização e a emergência da política neoliberal

Comparada a milhões de anos, a Terra não é mais um planeta habitado por homens e animais que compartilham o mesmo território natural. A descoberta de que ela – a Terra – vai além desta representação, e que se trata de um mundo no qual pessoas estão ligadas e atreladas umas às outras, conduz-nos à reflexão acerca da própria dinâmica da evolução dessas relações no globo.

Pouco a pouco percebemos que aquilo que um dia foi chamado de “*Jardins do Éden*”, hoje é identificado por inúmeras expressões: “aldeia global”, “terra-pátria”, “fábrica global”, “nova Babel”, dentre outras que conotam um novo momento da história, qual seja, o da globalização do mundo.

Assim sendo, não nos encontramos mais sozinhos, individualizados, mas em constante interação com um globo que se mundializa a cada dia. É o que demonstra o conglomerado de nações, Estados-nações e suas relações político-econômicas de dependência e independência, colonialismo, imperialismo, bilateralismo, ou ainda, multilateralismo.

É então que começa o processo de desencanto do homem, decorrente da própria consciência de que está inserido em um mundo cujas relações tendem ao aprofundamento dos antagonismos sociais. Introduce-se, então, um amplo conjunto de mudanças no pensamento humano, convergindo para ações de atenuação ou agravamento da exclusão sentida por milhões de indivíduos. Essa corrida em direção ao tempo, transformando, (re)criando máquinas e ideologias, sentimentos e perspectivas, vem desde a explosão do capitalismo na Europa.

Desde então, o novo sistema de produção conquista espaços internacionais, ou, como se expressa hodiernamente, transnacionais, por meio de relações, ora mercantilistas e colonialistas, ora marcadamente imperialistas, de (in)dependência entre nações, povos e civilizações.

Esse avanço não incorpora somente dimensões econômicas, de conquistas de mercados, obtenção de lucros, desenvolvimentos de nações hegemônicas no campo da economia e da política. O capitalismo vai além, atingindo um grau de desenvolvimento que desencadeia todo o processo de globalização do mundo, atingindo o indivíduo, a família, a escola, a comunidade, a cidade, o Estado, o país, a nação, mundializando culturas, modos de pensar e se expressar.

Dentro desse clima de rupturas de fronteiras individuais e coletivas, a reflexão e a imaginação arrematam pensamentos, suscitando análises diversas e distintas que procuram dar conta da dinâmica global. É o que nos mostra os pensamentos de Karl Marx, Adam Smith, David Ricardo, Max Weber, Émile Durkheim, dentre outros que perceberem as transformações ocorridas nos “*Jardins do Éden*”.

Em seus estudos, contemplam aspectos econômicos, políticos, sociais, geográficos, históricos, culturais, geopolíticos que suscitam a *criação de metáforas* (IANNI, 1999), como “aldeia global”, “fábrica global”, dentre outras, as quais procuram transmitir a homogeneização pela qual estamos passando.

A metáfora da “aldeia global” é a que se mostra mais presente na atualidade, sobretudo com os avanços tecnológicos e eletrônicos que permitem romper fronteiras, atravessando províncias, nações e regiões, articulando sociedades por meio da comunicação, sobretudo a denominada tecnologia da informação.

O “mundo teleguiado” constitui uma outra metáfora de nossos dias. Segundo Marshall & Powers apud Ianni (1999: 17):

No próximo século, a Terra terá a sua consciência coletiva suspensa sobre a face do planeta, em uma densa sinfonia eletrônica, na qual todas as nações – se ainda existirem como entidades separadas – viverão em uma teia de sinestesia espontânea, adquirindo penosamente a consciência dos triunfos e mutilações de uns e outros. Depois desse conhecimento, desculpam-se. Já que a era eletrônica é total e abrangente, a guerra atômica na aldeia global não pode ser limitada.

É com o avanço da mídia, dos meios de comunicação e da própria tecnologia, sobretudo a tecnologia da informação, que nos reportamos para a idéia de “comunidade mundial, mundo sem fronteiras, shopping center global, Disneylândia universal.” (IANNI: 1999, 17)

Assim, o sistema capitalista de produção atinge o âmbito global e não mais internacional ou multinacional, interagindo e influenciando diretamente o mercado, as forças produtivas, a nova divisão internacional do trabalho, o tipo de relação desenvolvida no âmbito da esfera pública e privada, envolvendo aspectos da produção material e subjetiva.

A afirmação da hegemonia capitalista, sobretudo com o fim da Guerra Fria, desencadeia a desterritorialização dos povos, ideologias e sua conseqüente reterritorialização: vivemos um momento de redimensionamento do tempo e do espaço. O conceito de “desterritorialização” nos permite apreender e compreender algumas características das sociedades contemporâneas.

Chegamos a entender o espaço e a cultura como articulados a um território previamente demarcado, no qual as inter-relações sociais, culturais, políticas, e econômicas restringiam-se a Estados-nações, províncias, comunidades, guetos, tribos, sem a necessidade de estender-se para além de suas fronteiras.

Com a demarcação de fronteiras, cada cultura teria características que seriam próprias, conferindo uma integridade espacial aos diferentes povos, garantindo a diversidade de valores coletivos existentes, isto é, sua identidade cultural. Segundo Ortiz (1998: 271):

É possível, portanto, cartografar as fronteiras dos povos e das culturas. O mapa-múndi seria composto de unidades modais, específicas, cada uma com sua identidade. No plano da política teríamos os desenhos das soberanias nacionais; no plano cultural, a diversidade dos costumes, línguas, crenças, etc.

No momento em que há o rompimento da integridade espacial devido à globalização das sociedades e a mundialização das culturas, o processo de desterritorialização apodera-se do meio, diluindo as fronteiras e limites de cada povo ou cultura.

A nova dimensão temporal e espacial, decorrente da desterritorialização, porta consigo uma crise do indivíduo: o homem, que por muitos anos desenvolveu a ciência e a tecnologia para atenção aos seus interesses, encontra-se envolto em sua dissolução enquanto sujeito da razão e da história.

Ao mesmo tempo em que produz os meios necessários a suas conquistas e descobertas, o homem reproduz condições materiais e espirituais para sua própria subordinação. A racionalização apossa-se do mundo e faz do indivíduo seu subalterno.

Juntamente com a racionalização no mundo do trabalho, a tecnificação das relações sociais contribuía para a intensificação dos antagonismos de classe, proporcionando o agravamento da exclusão social¹⁰, transformando paradigmas, abalando ideologias, ameaçando projetos político-econômicos. Entretanto, vale destacar que não atingimos o fundo do poço. Existem ainda as utopias e aqueles que conduzem a bandeira de luta contra os malefícios do capitalismo.

De metáfora em metáfora chega-se à fantasia, que ajuda a reencantar o mundo, produzindo a utopia. Além do que tem de próprio, intrínseco, significado e significante, a utopia reencanta o real problemático, difícil, caótico. Mas a utopia não é nem transcrição nem negação imediatas do real problemático. Exorciza o caótico pela sublimação. Sublimação do que já se acha sublimado, na cultura, no imaginário, polifonia das metáforas que povoam as aflições e as ilusões de uns e outros. (IANNI: 1999, 24)

É nos desencontros e desilusões do capitalismo e da globalização do mundo que tais utopias nascem, florescem, desejosas de recriar a história. Como um dia idealizara Karl Marx, seria a história dos oprimidos e não mais dos opressores, seria a liberdade de ser homem, de pensar, agir, lutar, emancipar-se.

Mas para transformar a utopia em realidade, transportá-la do abstrato ao concreto, faz-se necessário compreender a dialética da globalização, seus avanços e entraves, sua ideologia, perspectivas e incertezas.

A idéia de “economia-mundo” emerge como cerne desta dialética global. Tudo gira em torno da primazia do econômico, colocando em destaque a história como um conjunto que transcende o local, vindo a incorporar, fragmentar ou mesmo dissolver fronteiras, criando os chamados sistemas econômicos mundiais.

¹⁰ Ver NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. *Hipóteses sobre a nova exclusão social: dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários*. **Revista CRH**, Salvador, n.21, p. 29-47, jul./dez. 1994. Segundo Nascimento, existem três acepções, do ponto de vista sociológico, para o termo exclusão social. A primeira diz respeito ao não-reconhecimento do outro como um indivíduo que tem direitos que lhes são próprios. A segunda, o não-reconhecimento manifesta-se na própria exclusão dos direitos, acarretando o processo de não inserção social. Por fim, a terceira acepção, denominada pelo ator de nova exclusão. Nela, o não-reconhecimento perpassa a negação e recusa destes indivíduos desprovidos de direito, passando a reconhecê-los como objetos de extermínio como, por exemplo, os meninos da chacina da Candelária.

A história do capitalismo passa então a ser compreendida como história universal, cuja hegemonia está presente nas economias-mundo. Estas economias crescem desde o século XVI, com berço na Europa, sendo, no século XX, centradas em países como Espanha, Inglaterra, Portugal, França, Alemanha, Japão, Estados Unidos, Holanda.

Vale destacar que o final do século XX, sobretudo nas últimas duas décadas, a economia passa por arranjos de cunho regional, o que ocasionou a formação de blocos econômicos regionais no âmbito da economia-mundo capitalista de alcance global.

Constituem economias-mundo polarizadas em organizações ou nações, concentrando poder e influência em países, pólos econômicos, continentes: é o caso da União Européia, NAFTA, da CEI, do Mercosul, dos Estados Unidos, Japão, dentre outras potências que hodiernamente lideram a hegemonia política e econômica do mundo. Com esta dinâmica:

... a soberania do Estado-nação não está sendo simplesmente limitada, mas abalada pela base. Quando se leva às últimas conseqüências ‘o princípio da maximização da acumulação do capital’, isto se traduz em desenvolvimento intensivo e extensivo das forças produtivas e das relações de produção, em escala mundial. Desenvolvem-se relações, processos e estruturas de dominação política e apropriação econômica em âmbito global, atravessando territórios e fronteiras, nações e nacionalidades. (...) É claro que não se apagam o princípio da soberania nem o Estado-nação, mas são radicalmente abalados em suas prerrogativas, tanto que se limitam drasticamente, ou simplesmente anulam, as possibilidades de projetos de capitalismo nacional e socialismo nacional. (IANNI: 1999, 40).

É no âmbito das inter-relações sistêmicas que se colocam alguns problemas de maior relevância, sendo um deles relativo à hegemonia do Estado-nação. Na dinâmica do mundo global, o Estado-nação periférico ou do sul, e mesmo os de nações desenvolvidas ou do primeiro mundo, tem sua soberania limitada.

Por meio do neoliberalismo, projeto político-ideológico de ampla abrangência, propaga-se a idéia de que os Estados-nacionais apresentam-se incapazes para responder à multiplicação das demandas sociais, passando a delegar muitas de suas tarefas aos fóruns e agências internacionais e supranacionais.

Em seu bojo, o neoliberalismo prima por um processo de desestatização das indústrias nacionais, desregulamentação, pelo Estado, das atividades sociais e econômicas e, por fim, perda dos direitos de proteção social, antes garantidos pelo Estado de bem-estar. As conseqüências do projeto neoliberal podem ser vistas por, pelo menos, três vieses analíticos (Fernandes: 2000):

1. No campo social: crescente processo de exclusão social, agravado pela má distribuição de renda e pela segmentação social; 2. No campo econômico: reestruturação do modo de produção da mercadoria, aumento do desemprego, criação de um exército de reserva não absorvida pelo mercado de trabalho e instabilidade nos padrões de crescimento econômico; 3. No campo político: criação de regimes antidemocráticos, com uma constante desarticulação política dos sindicatos, impedimento da participação política plural e a adoção de medidas de restrição da democracia representativa, que resultam no desmonte dos principais mecanismos de defesa da soberania nacional.

Percebemos, então, que no âmago das configurações e movimentos da sociedade global, o Estado-nação está sofrendo mudanças profundas em sua essência, a saber, a sua soberania. Diferentemente do período demarcado pelo intervencionismo do Estado, o limiar do século XXI apresenta um fortalecimento crescente do mercado financeiro e a legitimação de um novo caráter do capitalismo, que passa a ser interpretado e denominado como 'capitalismo competitivo'. Esse padrão de acumulação do capital baseia-se no desenvolvimento de forças produtivas de caráter mais privado, estabelecendo outros parâmetros de relação entre o Estado e as empresas. Neste novo aspecto do capitalismo, o mercado financeiro apresenta maior capacidade na geração do capital do que o Estado intervencionista. Esta mudança na estrutura do capitalismo, enquanto principal sistema econômico mundial, finda por justificar todo um arcabouço teórico-prático, presente na teoria neoliberal, responsável pelo esvaziamento crescente do potencial de administração político-econômica dos Estados-nacionais.

No caminhar dessa política global, os Estados-nacionais perdem sua supremacia na condução das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento social e econômico. Embora seu papel continue importante na garantia das relações financeiras internacionais e no policiamento mundial, os chefes de governo perdem sua hegemonia político-econômica para os executivos dos conglomerados de empresas transnacionais e seus consultores especializados.

O que temos, no momento, não é mais um mundo regido por Estados-nações, nos moldes da teoria do Estado-nação. Vivemos a teoria sistêmica das relações internacionais e da sociedade mundial, na qual destacam-se atores diferenciados e individuais, coletivos ou mesmo institucionais, que objetivam conquistas ou afirmações hegemônicas.

Segundo Vigevani (1998), “a idéia de regime internacional subentende ao menos a parcial superação do histórico conceito de soberania nacional, ainda que como consequência de decisões livremente pactuadas.”

As novas características do capitalismo mundial interferem diretamente nas formas de administração dos governos, nações, classes sociais, segmentos da sociedade civil, opinião pública, meios de comunicação, mundo do trabalho, relações econômicas, gerando novos desafios e suscitando problemas de ordem não só política e econômica, mas, principalmente, social e cultural. Trata-se de uma dinâmica baseada nas desigualdades e diversidades existentes em nossa ‘aldeia global’, conferindo novos significados geohistóricos, implicando novos paradigmas a serem analisados.

A internacionalização do capital, sobretudo com o término da 2ª Guerra Mundial e acelerada com o fim da Guerra Fria, provocou drásticas mudanças no significado do Estado-nação. Problemas relacionados à emancipação nacional, reforma institucional, liberalização das políticas econômicas e sociais e a própria soberania passam a ser determinadas não mais pelo Estado-nação, mas por instituições, corporações multinacionais e transnacionais e organizações que estão acima das nações. Conforme análise de Palloix apud Ianni (1999, 64):

No desenvolvimento histórico da internacionalização do capital, o Estado-nação terá de considerar, com crescente seriedade, a sua realidade externa, na medida que certas partes do Estado – umas mais que as outras – terão de submeter-se à situação internacional.

Concomitante ao processo de formação de economias-mundo, internacionalização do capital e enfraquecimento do Estado-nação, está em marcha crescente o que alguns teóricos chamam de desterritorialização. Retomando este conceito¹¹, significa:

... portanto deslocalização das relações sociais de um entorno físico determinado. Não se trata a meu ver de um fenômeno que se restringe ao domínio da esfera produtiva. Ele é mais amplo. (...) ele é um modo necessário de articulação no contexto de uma sociedade globalizada. (Ortiz: 1998, 272)

Em seu seio, contemplam-se as economias, a política, o mercado, os meios de comunicação, a cultura, a religião, o indivíduo, todos estão passíveis de universalizarem-se, rompendo fronteiras e originando novas formas de interação nesta imensa aldeia global.

No âmago da sociedade global, a dinâmica da mundialização pode ser observada como produto de diferenciações, as quais originam a interdependência das nações, isto é, múltiplos atores, desde indivíduos a instituições compartilham valores, linguagens e ideologias, adaptando-se às novas regras do mercado institucionalizado.

Na luta pela sobrevivência, o que importa é comungar de um mesmo fim, unindo o economista, o político, o empresário, o professor, o sociólogo, o cientista, o cidadão, o governante, buscando compartilhar saberes e, assim, avançar na elaboração de um projeto de desenvolvimento, de modo a construir uma sociedade democrática, com mais igualdade e equidade social.

Torna-se urgente uma releitura em torno do ‘balanço do neoliberalismo’, para que possa ser concebida uma nova proposta político-econômica, capaz de redesenhar o papel político do Estado, do mercado e da sociedade civil, na atenuação das principais conseqüências políticas, econômicas e, principalmente, sociais. Significa, portanto, a própria não aceitação do projeto neoliberal como único caminho ao capitalismo moderno e, assim, repensar novas formas de resolução para as crises no interior do capitalismo.

Essa reflexão implica a construção de um projeto político lúcido, autônomo, coletivo e, sobretudo, voltado à concepção do homem político como ser dotado de liberdade e criatividade nas tessituras de sua vida individual e em sociedade, capaz de fazer e refazer sua própria história, que não necessariamente precisa estar semeada pela desigualdade social.

A incorporação de um pensamento mais filosófico em torno da vida política, permite aos indivíduos um maior questionamento em torno dos tipos de instituições e de leis existentes. A autonomia, em uma sociedade heterônoma, mostra-se fundamental na elaboração de um novo projeto político. Conforme Castoriadis (1992: 139):

A autonomia surge, como germe, assim que a interrogação explícita e ilimitada se manifesta, incidindo não sobre “fatos”, mas sobre as significações imaginárias sociais¹² e seu fundamento possível. (...) O momento do nascimento da democracia, e da política, não é o reinado da lei ou do direito, nem os dos

¹¹ A análise do conceito de desterritorialização encontra-se no início do presente capítulo.

¹² Para Castoriadis (1992), as significações imaginárias constituem o eixo central de fundação e de compreensão da sociedade e de suas instituições, dando-lhes suporte valorativo. A não compreensão dessa dimensão simbólica torna a análise social periférica e superficial. Além disto, o imaginário apresenta-se como instância de fundamentação das visões de mundo, dando significado à sociedade e à história. É o que alimenta a história da sociedade, reconstituindo-se cotidianamente.

“direitos dos homens”, nem mesmo a igualdade dos homens como tal: mas o surgimento, no fazer efetivo do coletivo da coletividade, da discussão da lei. Que lei devemos fazer? Nesse momento nasce a política; em outras palavras, nasce a liberdade como social-historicamente efetiva.

Com a luta pela participação nos processos decisórios, é garantida uma mobilização em busca de objetivos preconizados, os quais ocasionarão conseqüências extremamente importantes no cotidiano de cada um de nós.

Segundo Vigevani (1998), “se a participação nos processos decisórios é induzida pelas razões apontadas, o comprometimento com os resultados alcançados obriga, ao menos em princípio, a todos os atores intervenientes.”

Neste cenário, outros diferentes atores demonstram seu potencial de ação na dinâmica global, nosso grande palco: são Estados-nacionais, empresas transnacionais, organizações bilaterais e multilaterais, organizações terroristas, Grupo dos 8, ONU, FMI, BIRD, FAO, OIT, AIEA, Terceiro Setor, ONGs, movimentos sociais, dentre outros de equivalente importância econômica, política e social.

A interdependência representa, na realidade, uma mútua dependência entre estes distintos atores. No espaço global vivenciam-se, quotidianamente, múltiplas relações de efeitos recíprocos que podem trazer benefícios mas que, num primeiro momento, também podem restringir qualquer tipo de autonomia existente.

Quando compreendemos tais relações de interdependência sistêmica como provedoras de um equilíbrio, integração ou mesmo harmonia entre nações, estamos idealizando uma utopia que nos conduz à criação de diretrizes destinadas a sua realização.

Alguns setores da sociedade civil, como o Terceiro Setor, os movimentos sociais, as ONGs, alguns intelectuais e artistas, incorporam-se a essa dinâmica, mobilizando e organizando atividades, campanhas, manifestações e mesmo atos públicos, no intuito de incentivar a participação de outros segmentos nessa nova expansão institucional.

Nasce, então, a produção de um provável padrão intrincado de cooperação que pode conduzir à competição e mesmo limitar a ação dos Estados diante da crescente necessidade de coordenação política, na qual está inserida toda a lógica da globalização.

Alguns autores consideram que o processo de desterritorialização implica diretamente no contexto do Estado-nação, pois desafia a cultura nacional – até então detentora do

monopólio do poder – aos novos entornos da dinâmica global, ocasionando uma crise nas sociedades contemporâneas. Conforme Ortiz (1998: 275):

Mas importa entender, mesmo nas nações ‘periféricas’, acreditava-se na possibilidade de se constituir um ‘projeto nacional’, uma proposta endógena de desenvolvimento (...) Essa utopia política se amparava numa afirmação correlata: a existência de uma cultura nacional autônoma. Ora, é justamente este aspecto que se encontra fragilizado.

Outros autores, no entanto, consideram a problemática da hegemonia do Estado-nação no âmbito do sistema mundial. Segundo Octávio Ianni (1999: 77):

Mais uma vez, a perspectiva sistêmica privilegia o Estado-nação, tanto o que predomina como o que se subordina. Nessa perspectiva, as relações, os processos e as estruturas características da globalização em geral dissolvem-se nas interpretações relativas às relações internacionais desenvolvidas pelas diplomacias nacionais.

Assim, as noções de soberania e hegemonia são significativas e centrais nas análises sistêmicas. Ao lado delas, o ocidentalismo e o capitalismo, com seus padrões, objetivos e instituições, influenciam diretamente o processo de mundialização. A mundialização do mundo implica sua modernização, isto é, a difusão e sedimentação dos padrões e valores sócio-culturais predominantes na Europa Ocidental e Estados Unidos.

Chamamos de mundialização, o atual processo de interpenetração econômica que perpassa as fronteiras dos Estados-nacionais. Conforme o mercado mundial se expande, transformando-se na principal referência econômica para os países, as economias nacionais regridem em termos de importância, tornando-se subsistemas de um sistema mundial.

Na sociedade moderna passa a ser conjugado os seguintes verbos ditos ‘modernizantes’: individualizar, secularizar, mercantilizar, industrializar, urbanizar, globalizar, racionalizar, dentre outros, logicamente falados em língua inglesa, cujo significado expressa o tipo de personalidade a que devemos alcançar.

Vale ressaltar que, na teoria da modernização do mundo, a democracia e a cidadania estão presentes, mas dizem respeito ao estabelecimento de limites e condições nas mudanças sociais, a primazia da cidadania política diante da social e cultural e a precedência da liberdade econômica em face da política. Ao mesmo tempo, urgem tarefas fundamentais que serão atribuídas a quadros ou elites intelectuais, no sentido de conduzir o povo aos novos desafios e problemas em escala mundial.

... a teoria da modernização confere um papel às elites modernizantes e deliberantes. Podem ser elites intelectuais, empresariais, militares, religiosas e outras, vistas em separado e em conjunto. Seriam os grupos que inovam, mobilizam, organizam, dirigem, explicam e põem em prática. O povo, as massas, os grupos e classes sociais são induzidos a realizar as diretrizes estabelecidas pelas elites modernizantes e deliberantes. Daí a necessidade de alfabetizar, profissionalizar, urbanizar, secularizar, modificar instituições e criar novas, reverter expectativas e outras diretrizes, de modo a viabilizar a execução e dinamização dos objetivos e meios de modernização, modernos, modernizantes. (IANNI: 1999, 206)

Na teoria da modernização do mundo, o caráter racional ou pragmático envolve o paradigma evolucionista. Um evolucionismo social que almeja a obtenção da harmonia entre as sociedades nacionais e as sociedades globais.

O objetivo central do modelo evolucionista é que o mundo evolua, seguindo o modelo ou parâmetro representado pelas classes dominantes. Entra em cena, então, a ideologia neoliberal como sua condição, colocando em primazia o setor econômico em relação ao setor político.

Na ideologia neoliberal, que é a mais viva expressão do mundo globalizado, difunde-se a idéia do fim de todas as alternativas, afirmando que fora da dinâmica do mercado, não haverá salvação para a humanidade. No momento em que o capitalismo se impõe em escala mundial, o homem passa a ser visto como ser universal, passível de sofrer etapas históricas de ultrapassagem: sociedades periféricas evoluirão para sociedades desenvolvidas.

Assim, as sociedades periféricas devem adotar o modelo político e, sobretudo econômico, das sociedades modernas como condição necessária a obterem o desenvolvimento. Caso contrário, correrão o grande risco de serem surpreendidas com os novos desafios impostos por este mesmo modelo avançado.

Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. A experiência da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia; nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia. (BERMAN apud IANNI: 1999, 114)

Os horizontes da modernidade-mundo tornam-se interpretados a partir da desterritorialização das pessoas, idéias e, sobretudo, das fronteiras culturais e civilizatórias,

o que determina à civilização ocidental vivenciar um novo surto, qual seja, o da mundialização da racionalidade.

As tecnologias da racionalização passam a organizar, de modo progressivo, toda a vida social. A família, escola, igreja, Estado, mercado vivenciam as experiências advindas das ciências naturais e sociais, as revoluções e guerras, dentre outras correntes do século XX, chegando, enfim, ao capitalismo.

A racionalização do mundo alcançou tal escala, que impõe ao indivíduo a idéia de que não tem alternativa, senão ajustar-se aos seus ditames. A absorção acrítica deste pensamento único gera um processo de desencantamento, no qual o homem encontra-se preso numa ‘gaiola de ferro’.

No entanto, como todo prisioneiro tem seu anseio de liberdade, a cada dia o homem descobre e redefine novos rumos. Neles, o sonho e a utopia constituem a vanguarda e bandeira de luta contra a exclusão social, a miséria, a opressão, o descaso.

No chamado mundo global, não é somente o mercado o detentor do poder. Valores como cidadania e democracia possuem ainda seu valor social e é isto o que nos impulsiona a caminhar confiantes que não viveremos “o horror econômico” (FORRESTER: 1997), mas que há lugar para construção de um amplo e incluyente projeto social.

O tópico seguinte destina-se à análise das tessituras da cidadania e da democracia no contexto de reforma política no Brasil. O significado sócio-político desses dois conceitos está estreitamente vinculado a uma nova dinâmica de articulação, no interior dos espaços públicos, entre os diferentes segmentos do Estado, da sociedade civil e do mercado. Inaugura-se uma re-significação da participação política por meio de um novo sentido dado à cidadania e democracia em nosso país. Mais que ter o direito de eleger um candidato, ou ainda, de fazer parte de um país, ser cidadão em uma nação significa poder construir um projeto político válido aos anseios de todo o país, capaz de articular interesses distintos e construir uma reflexão dialógica em torno dos principais problemas sentidos pelo país.

1.2. Entendendo o papel do Estado: aspectos da reforma política

A chegada do novo milênio demarca uma época singular em toda história da humanidade. Um momento repleto de contrastes, no qual ora nos deparamos com as grandes realizações científico-tecnológicas, ora assistimos a situações de retrocesso em áreas básicas da vida humana.

Neste cenário do “admirável mundo novo”, observamos, em instância mundial, mudanças na configuração do sistema capitalista de produção: ‘a mão invisível do mercado’¹³ convoca todas as nações a se converterem a seus novos parâmetros econômicos e políticos. Justificam a funcionalidade desse processo para uma maior governabilidade nos Estados e a manutenção do próprio capitalismo, com acumulação crescente de capital e expansão das fronteiras mercadológicas.

Em contrapartida, há uma tentativa de liquidação das conquistas democráticas e um rompimento com paradigmas políticos existentes: questiona-se os múltiplos papéis desempenhados pelo Estado ao longo da evolução política da humanidade, atribuindo-lhe a responsabilidade pelos abalos sentidos no sistema capitalista de produção e no aumento da exclusão social. Em consequência, constrói-se no imaginário social presente, sobretudo, entre as elites políticas, uma refutação do Estado, deixando-nos perplexos e angustiados, fazendo-nos acreditar que, estando submerso em um contexto de crises políticas e abalos econômicos, a única saída existente é reformar o sistema.

O pensamento acima expresso constitui o cerne do que vem sendo denominado, nos últimos vinte anos, de teoria neoliberal ou neoliberalismo. A retomada da teoria liberal clássica¹⁴ da primazia do mercado sobre o Estado, coloca em evidência tais questionamentos, induzindo a uma reflexão sobre a viabilidade, ou não, de um concomitante crescimento político-econômico e social, tendo o poder estatal como vanguarda desse processo.

¹³ O conceito da “mão invisível” do mercado data do século XVIII, sendo formulada por Adam Smith, considerado o pai da economia clássica. Em sua principal obra *Investigação Sobre a Natureza e Causas da Riqueza das Nações*, de 1776, desenvolveu sua teoria baseada na tese de que o sistema econômico favorece o progresso natural da sociedade e das nações, guiado por uma mão invisível, responsável por direcionar a ação egoísta do ser humano em direção ao bem comum.

¹⁴ Principalmente a teoria da ‘mão invisível do mercado’, desenvolvida por Adam Smith, em sua obra supracitada.

Na verdade, embora afirme a preocupação com a esfera social, o que se observa no bojo dos múltiplos debates existentes, é um maior posicionamento do mercado para o centro das principais decisões tomadas. A análise de Rebelo (1999: 16), bem ilustra as discussões empreendidas, sobretudo no decorrer da década de 90:

A verdade é que torna-se cada vez mais incompatível a convivência entre a democracia formal e a globalização neoliberal. Enquanto a primeira oferece mecanismos de defesa contra a ditadura do mercado, a segunda necessita de métodos sempre ditatoriais e impositivos para promover os ajustes à custa do prejuízo de interesses sociais cada vez mais amplos.

Dentre os ajustes necessários, encontramos as reformas políticas implementadas na América Latina e, sobretudo, no Brasil, as quais refletem o hábito secular, por parte das elites nacionais, em desenvolver no país uma democracia sem povo, voltada aos interesses pessoais das classes dirigentes e das elites econômicas.

Sabemos que a história política brasileira é marcada por diferentes momentos em que o Estado é tomado pelas classes dominantes como instrumento de repressão a qualquer tentativa de participação popular ativa na obtenção de conquistas sociais¹⁵.

Desde 1950¹⁶, coube ao Estado brasileiro a suprema tarefa de gerar condições para a internacionalização de nosso mercado interno, desempenhando importante papel no crescimento econômico do país. Todavia, concomitante ao crescimento econômico brasileiro, uma desigual distribuição de renda fez do Brasil um dos países mais injustos do mundo, limitando o exercício da cidadania no cotidiano nacional.

Assim sendo, um dos principais motivos de agravamento dos antagonismos sociais presentes no país constituía o fato de o Estado brasileiro sempre estar a serviço de interesses particulares, principalmente da acumulação capitalista privada, obstaculizando o efetivo protagonismo das massas populares e assegurando o controle político nas mãos das classes economicamente dominantes, nacionais ou estrangeiras. Esta questão perpassa toda a história política do país.

¹⁵ O movimento de retenção da participação popular pode ser visto desde a Independência brasileira, no enfrentamento das rebeliões liberais; na 'legislação social' desenvolvida durante o Estado varguista; durante a implantação do projeto nacional-desenvolvimentista do governo Kubischek, e nos governos militares, ápice da repressão política.

¹⁶ Década que legitima o processo de industrialização do país iniciado no governo de Getúlio Vargas.

Ademais as elites brasileiras, sejam da fração agro-exportadora, ou mesmo da burguesia industrial, não lograram a concepção e execução de um projeto político verdadeiramente nacional, aberto ao diálogo entre os segmentos sociais e representantes dos governos, que contivesse mecanismos de viabilização de um espaço público democratizado, propício ao debate em torno dos principais anseios político-econômicos sentidos pela sociedade política e sociedade civil. A tradicional ausência desse projeto político comprometeu, sobremaneira, a consolidação de uma política de base democrática e a crença na legitimidade da representação política por meio dos partidos políticos, do Estado nacional e de suas instituições¹⁷.

Esta questão perpassa toda a história política do país. E, na última década, nas administrações de Fernando Collor de Melo¹⁸ e Fernando Henrique Cardoso, desenvolveu-se a mesma estratégia político-econômica, privilegiando, no interior da acumulação capitalista privada, as multinacionais e demais investidores do mercado internacional.

Os mandatos do governo Fernando Henrique Cardoso evidenciaram o vínculo estrutural com o privatismo, reduzindo significativos direitos sociais adquiridos por meio das lutas populares, os quais encontram-se legitimados na Constituição de 1988. Vejamos a análise desenvolvida por Coutinho (1999) sobre a política brasileira durante o governo de Fernando Henrique Cardoso:

(...) ao invés de propor mecanismos que assegurem o controle democrático dos aparelhos de Estado e a extensão de direitos sociais, o governo tem se limitado a impor ou a sugerir medidas (...) que, além de reforçar e ampliar o déficit de cidadania favorecem claramente os interesses dos investidores nacionais e, sobretudo, estrangeiros.

¹⁷ Como veremos adiante, somente ao final da década de 80 e durante os anos 90, por meio de uma intensa complexificação das aspirações políticas da sociedade civil, é que se observará uma participação política mais efetiva no interior dos espaços públicos. A análise desenvolvida por Evelina Dagnino (2002) evidencia o novo caráter assumido pelo Estado nacional, a sociedade civil e, mesmo, o empresariado durante esse momento histórico.

¹⁸ A eleição de Fernando Collor de Melo à Presidência da República demarca o início do processo de neoliberalização da política brasileira. Todavia, a tentativa de implementação do projeto neoliberal no país encontrou fortes resistências no campo popular e, surpreendentemente, entre o empresariado nacional, principal segmento atingido com as primeiras medidas neoliberais. O *impeachment* de Fernando Collor representou, simbolicamente, toda uma rejeição nacional à possível consolidação do projeto político neoliberal no Brasil.

Evidente que as decisões de ordem política e social estabelecida são conseqüências diretas dos rumos tomados pelo processo de globalização econômica corrente em âmbito mundial. Entretanto, há uma ideologia neoliberal que impulsiona claramente as nações a enquadrarem-se na sistemática da ‘aldeia global’, sob pena de ficarem excluídas do processo de desenvolvimento e pós-modernização mundial¹⁹.

Diante destas prerrogativas do chamado neoliberalismo, diferentes Estados, dentre eles o Brasil, iniciam sua corrida em direção à *Terra Prometida*, aquela regida pelo mercado financeiro, onde a equidade social e o pleno exercício da democracia e cidadania são colocados em segundo plano, quando não considerados “masturbações sociológicas”²⁰, que insistem em fazer-se presente neste mundo desigual.

Assim, o Brasil vem enquadrando-se no novo modelo político mundial. Para tanto, deve cumprir um pré-requisito, qual seja, o de libertar-se da tradição centralizadora e intervencionista do passado, reavaliando sua dívida externa e sua inflação, que constituem os principais problemas a driblar no interior da economia global. As próximas linhas destinam-se a apresentar como vem sendo compreendida a reforma do Estado ao longo da história política brasileira, com seus avanços e retrocessos.

1.3. A reforma política no Brasil

A gênese do debate em torno da organização política brasileira situa-se, historicamente, desde a proclamação da independência do país. José Bonifácio foi o precursor ao levantar todo um questionamento com respeito ao tipo de legitimidade do poder político conferida às elites nacionais, bem como, de sua natureza e composição.

¹⁹ A atual força ideológica do neoliberalismo deve-se, dentre outros motivos, pelo resultado político apresentado pela ex-União Soviética, ao final da década de 80, isto é, ao colapso da experiência socialista soviética. A descrença em torno da viabilidade política e econômica do socialismo, acrescida pelo igual descrédito em torno da soberania do Estado nacional capitalista e da legitimidade dos partidos políticos e demais instituições, gera uma onda de preconceito frente a própria política. O valor simbólico do preconceito na esfera política pode vir a comprometer o nível de participação de amplos setores sociais. Hannah Arendt (2002), ao analisar a dimensão política do preconceito, afirma que eles “não são juízos definitivos. Indicam que chegamos a uma situação na qual não sabemos – pelo menos ainda – nos mover politicamente. O perigo é a coisa política desaparecer do mundo.” A autora atenta, ainda, que “a política tem de lidar sempre e em toda a parte com o esclarecimento e com a dispersão de preconceitos, o que não significa tratar-se, no caso de uma educação para a perda de preconceitos, nem que aqueles que se esforcem para fazer tal esclarecimento sejam livres de preconceito.”

²⁰ Citado por Carlos Nelson Coutinho em seu artigo: “FHC e a ‘reforma’ do Estado”, publicado no site www.artnet.com.br. Estas seriam palavras de um ex-ministro, cujo nome o autor não menciona.

Seguidamente, encontramos outras análises, igualmente importantes, que buscavam associar as particularidades da vida política nacional com a desenvoltura econômica existente no país.²¹

O regime escravocrata e o grande latifúndio baseado na monocultura contribuía, sobremaneira, para constituição de uma elite política repleta de benefícios políticos²² e econômicos²³ que, embora carecessem de representatividade e um sólido projeto político nacional, mantinha uma grande massa de excluídos, expostos a condições de vida cada vez mais precárias. Assim sendo, construía-se no imaginário nacional a visão de um duplo país, ou dois brasis: o primeiro concebido enquanto reduto dos interesses político-econômicos de uma pequena casta considerada a ‘elite nacional’ e, o outro, compreendido como ‘uma pátria sem povo’.

A analogia exposta acima esteve presente durante toda a República Velha e, embora se buscasse acreditar que a passagem de um século a outro portasse consigo mudanças conjunturais significativas, o início do século XX não apresentou grandes transformações no cenário político nacional.

Durante a década de vinte, do referido século, período marcado por importantes acontecimentos no país, como a Semana de Arte Moderna, a criação do Partido Comunista do Brasil e o Manifesto Tenentista, observavam-se as mesmas inquietações quanto à estrutura de poder existente no Brasil. Conforme Abu-El-Haj (2003: 3):

Firmaram-se três pressupostos básicos sobre a formação da sociedade brasileira e seu sistema político: o Brasil é concebido como uma sociedade colonial, carente de uma tradição individualista, característica do mundo anglo-saxão e uma elite política fragmentada e incapaz de formular projetos nacionais.

E na década de 30, retoma-se mais incisivamente a alteração em torno do tipo de relação estabelecida entre Estado e sociedade. Um grande referencial desse período é a própria “Revolução de 30”: por meio dela evidenciam-se as principais indagações sobre a natureza das elites políticas que se encontravam no poder e que eram responsabilizadas pelo atraso econômico do país, seguidas de uma gritante fragilidade no campo político.

²¹ Os estudos de Joaquim Nabuco, Tavares Bastos (só para ilustrar os principais nomes), são as mais incisivas na crítica ao regime escravocrata e defesa da abolição e distribuição da propriedade privada. O artigo de Jawdat Abu-El-Haj (2003) faz referência a uma importante reflexão sobre o pensamento político desenvolvido por estes e outros importantes nomes da historiografia política nacional.

²² Expressa em relações de compadrio e clientelismo.

A urgência por uma reforma política vem demonstrar a necessidade de substituição da elite agrária por um novo segmento social, que portasse consigo um projeto político consistente, de renovação da vida política nacional, propositor de uma inclusão social e do pleno exercício da democracia e cidadania.

A Revolução de 30 representava a retomada dos princípios liberais, sobretudo ao propor o pleno exercício da democracia. Entretanto, o ideário socialista fazia-se igualmente presente e encontrava, no PCB, um importante catalisador social e político.

Evidente que o socialismo representava uma constante ameaça à elite nacional e mesmo àqueles que participaram diretamente do movimento tenentista. Daí o governo getulista caracterizar-se, dentre outros aspectos, por uma forte repressão a qualquer forma de organização social, principalmente dos trabalhadores, num tentame de neutralização das forças populares e, por conseguinte, da propagação da ideologia socialista.

É durante a década de 30, portanto, que se processa a tessitura de um projeto de reforma política²⁴ para o Estado. Podemos dizer que, na prática, seria o primeiro a ser realizado, logo após a Revolução de 30, com o então Presidente Getúlio Vargas.

A principal característica dessa primeira proposta constituía em ser um projeto modernizante que seria desenvolvido ao longo de seu governo (1930-1945). O início deu-se durante o chamado governo constitucional (1934-1937), atingindo seu ápice com o golpe de 1937 e a instauração do Estado Novo (1937-1945).

Dentre as determinações varguistas encontram-se: o fechamento do Congresso, a extinção dos partidos políticos - sobretudo os de oposição - a censura, o controle dos meios de comunicação e o estilo coercitivo de implementação das políticas.

Na reforma varguista, objetivava-se a desarticulação do Estado oligárquico, redirecionando o país a um modelo administrativo voltado à modernização e à racionalização do aparelho burocrático, conferindo ao Estado o poder de intervenção na ordem econômica e social do país.

²³ Através da concentração de propriedades.

²⁴ Todavia, vale ressaltar a existência de três abordagens presentes na revolução de 30: 1. A defesa, por parte dos intelectuais orgânicos do regime, da nacionalização das elites políticas; 2. A existência do partido nacional como grande mentor dos projetos nacionais e 3. A promoção de uma reforma administrativa no seio do Estado, no intuito de fomentar a modernização, sobretudo da ciência e tecnologia.

A criação de empresas voltadas para a infra-estrutura industrial, proporcionou forte base para formação de um Estado desenvolvimentista, rumo à industrialização e modernização. No que concerne à dimensão administrativa, a Constituição de 1934 conferiu a estabilidade aos servidores públicos, instituindo o concurso público como forma de ingresso aos cargos e criando o Conselho Federal do Serviço Público Civil. Outras medidas também foram tomadas pelo Governo de Vargas:

A reforma administrativa de Vargas levou a efeito um esforço de modernização do Estado de acordo com o modelo racional-legal, implicando a criação de um órgão central para a coordenação e padronização do serviço público (DASP), a introdução de um estatuto do funcionalismo, a definição de padrões de carreira e critérios universalistas de ingresso, tendo em vista a profissionalização da administração pública federal, a ênfase na competência técnica e no sistema meritocrático como base para o funcionamento do aparelho burocrático. Por outro lado, o padrão clientelista persistiu, presidindo à expansão dos órgãos públicos, num processo de crescimento desordenado e incontrolável. O resultado foi a evolução para um sistema híbrido, marcado pela interpenetração entre os traços típicos do modelo racional-legal e a dinâmica clientelista. (DINIZ & BOSCHI: 1999: 3)

A prática clientelista de Vargas estendeu-se, no decorrer do tempo, a contratações sem concurso público, existência de cargos de confiança, livre nomeação e exoneração, direcionando os órgãos ao atendimento dos interesses das bases político-partidárias.

Para além destas diretrizes adotadas pelo Governo Vargas, outras foram legitimadas em direção ao fortalecimento do Executivo, à burocratização política e administrativa do Estado, à subordinação dos sindicatos ao Ministério do Trabalho, criação de vínculos orgânicos com a classe empresarial, marginalização política dos trabalhadores rurais e atribuições secundárias à representação parlamentar no processo político. A queda do Estado Novo não afetou o centralismo administrativo introduzido por Vargas; ao contrário, preservou a estrutura institucional do governo deposto.

As décadas de 30 e 40 atentam para um fator de suma importância ao funcionamento da política nacional: embora a reforma implementada durante o governo Vargas tenha resultado na constituição de um Estado híbrido e na formação de uma elite tecnoburocrática, os ministérios foram infiltrados por interesses de caráter clientelísticos e patrimonialistas.

As elites pertencentes às oligarquias fundiárias aproveitaram uma maior abertura política durante o primeiro momento do governo varguista para apoderar-se do Estado, no intuito de conservarem-se no poder. A aproximação do ‘coronel enquanto elite falida’ dá-se via estratégias clientelísticas²⁵, sobretudo aquelas relacionadas diretamente à manipulação do voto.

Observa-se, então, o posicionamento de duas categorias que disputam o espaço do campo político nacional: os cafeicultores ‘falidos’ e seu sistema político tradicional conservador; e um outro segmento industrial emergente, fruto de uma atenção maior conferida a produção no mercado interno. A primeira seria responsável pela manutenção de uma política de clientela, enquanto se depositava na segunda categoria a confiança pela tessitura de um projeto político nacional mais moderno, dotado de um forte embasamento ideológico.

Concomitantemente, o Estado varguista promoveu o desenvolvimento de uma política populista. Todavia, a ampliação do operariado extrapolou a dimensão de suporte permitida ao Estado: o anseio por uma autonomia política conduziu o operariado nacional à busca incessante por seus direitos políticos junto ao Estado. Este, por sua vez, temeroso de um crescente avanço das classes populares, sobretudo pela ameaça vermelha socialista, finda por confluir seus interesses aos dos cafeicultores e industriais, executando uma legislação social trabalhista redutora do campo de ação política do operariado brasileiro.

Tal posicionamento por parte do Estado e das principais elites nacionais vem demonstrar que a elevação política do operariado nacional está em discordância com a capacidade de acumulação do capital pela burguesia brasileira. Por não conseguir atender às demandas oriundas da classe trabalhadora, o Estado procura, então, conciliar os interesses entre as duas classes, embora com uma tendência maior a favorecer as elites políticas. Os trâmites presentes no campo político nacional evidenciavam que:

Apesar da hegemonia da política ideológica, a governabilidade dependia da adesão da política de clientela aos blocos de poder. Estabelece-se um equilíbrio político que assegura a convergência de dois sistemas políticos dependendo da base eleitoral. (Abu-El-Haj: 2003, 8)

²⁵ Principalmente o artífice da retomada de laços tradicionais e de relações informais junto ao poder central.

No campo econômico, podemos afirmar, ainda, que a política nacional-desenvolvimentista implementada no Brasil e em outros países latino-americanos, sobretudo a partir da década de 30, teve como principal fonte de embasamento teórico a CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe -, o ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros²⁶ e Raúl Prebisch, economista argentino. O objetivo maior da política cepalina consistia em um processo constante de industrialização coordenada pelo Estado, no intuito de promover a superação do atraso econômico sentido por esses países. Segundo Fiori (1992: 77):

O objetivo explícito ou implícito do projeto foi a criação de economias nacionais auto-sustentáveis que reproduzissem, nos espaços domésticos, estruturas industriais integradas e não especializadas. Sua estratégia envolvia, de um lado, o controle estatal do câmbio como instrumento para uma industrialização orientada pela pauta de importações; e, de outro, a presença ativa do Estado, como produtor de insumos e fornecedor das infra-estruturas de transporte e comunicações. Além de principal financiador dos investimentos privados nacionais e pivô central da articulação entre os capitais nacionais privados e públicos e os capitais internacionais.

Com o golpe de 1964 e a reintrodução do regime autoritário no país, por meio da ditadura militar, o modelo varguista teve alguns de seus aspectos acentuados, como o fortalecimento do poder executivo e a conseqüente centralização do poder do Estado, além do debilitamento do Congresso e dos partidos políticos. Segundo Diniz & Boschi (1999: 3):

A nova conjuntura, ao eliminar as restrições do regime democrático, criou condições favoráveis para o aumento dos graus de liberdade de ação do Executivo, que passou a governar através de Atos Adicionais e Institucionais, além de recorrer amplamente aos Decretos-leis.

A segunda experiência de reforma administrativa do país desenvolveu-se igualmente em um contexto de caráter centralizador e autoritário, por meio do Decreto-lei nº. 200, de 1967. A reforma introduzida com o Decreto-lei 200 objetivava modernizar a administração pública, desenvolvendo mecanismos de gestão semelhantes aos do setor privado e que conferissem ao novo modelo uma maior flexibilidade.

²⁶ As referidas instituições acreditavam que o processo de industrialização do país conduziria ao poder forças sociais modernizantes, que primariam pela legitimação da democracia e do bem-estar social.

Dentre seus princípios, destacava-se a descentralização das atividades do setor público, a expansão das empresas estatais, a reafirmação do ingresso a cargos por concurso público e o re-agrupamento de departamentos, divisões e serviços em dezesseis ministérios.

Entretanto, faz-se notório que o regime militar não rompeu com as práticas clientelistas da máquina estatal. Ao contrário, possibilitou a continuidade das suas transgressões sistemáticas herdadas do regime anterior.

Exemplar para a afirmação acima constituiu a primazia conferida às nomeações de cargos comissionados e à livre contratação, através de fundações, empresas estatais e autarquias, sobretudo para o preenchimento de cargos da alta administração e outras atividades do funcionalismo público, sem para isto recorrer ao concurso²⁷. Ainda, conforme Diniz & Boschi (1999: 4):

... a partir de meados da década de 70 houve uma expressiva proliferação de Planos de Cargos específicos de autarquias de regime especial e fundações, as quais, em grande parte, achavam-se subordinadas, originalmente, às regras básicas ditadas pela administração Direta por meio do Órgão Central do Sistema de Pessoal Civil. Até 1985, foram criadas 104 tabelas especiais e emergenciais, abrangendo quase 100.000 empregados regidos pela Consolidação da Lei do Trabalho, contratados sem a exigência de concurso público e com níveis salariais superiores aos do Plano de Classificação de Cargos – PCC, estabelecidos pela Lei n. 5.645, de 1970.

Embora tenha ocorrido um crescimento do número de funcionários do serviço público, durante a década de 70, a qualificação profissional dos mesmos não se deu com a mesma intensidade. Ao contrário, não houve um maior compromisso em estimular a formação de um corpo de funcionários qualificados para a execução das atividades pertinentes à gestão pública e o governo militar findou por delegar tais responsabilidades às empresas públicas e autarquias.

Ainda no que se refere à administração pública, o governo militar anuncia, entre os anos de 1979 e 1982, o programa de desburocratização e o programa de desestatização. O primeiro, denominado Programa Nacional de Desburocratização, foi criado a partir do Decreto nº. 83.740, de julho de 1979, tendo como principal objetivo a racionalização da

²⁷ A Carta de 1967, no seu artigo 104, determina a coexistência de servidores contratados através da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT ou ainda admitidos via regime estatutário. Outrossim, o Decreto-lei 200 tornava facultativo o ingresso, sem concurso público, à especialistas destinados ao preenchimento de vagas em instituições de pesquisa e órgãos especializados.

burocracia, no intuito de prover uma redução dos procedimentos correntes nos órgãos públicos, o que acarretaria um melhor atendimento dos seus usuários²⁸.

O Estado expande, sobremaneira, sua capacidade de intervenção político-administrativa no período militar. Observa-se um crescimento do número de empresas estatais, agências e órgãos criados. Segundo Diniz & Lima (1998: 29):

A tentativa de modernização impulsionada pelo Decreto-lei 200 terminou por fomentar, nos marcos da flexibilização almejada, um padrão de expansão centrífugo no interior da máquina administrativa, conduzindo à proliferação descontrolada de aparatos estatais autônomos, especialmente na Administração Indireta.

A implementação de tais reformas, sobretudo sob regimes autoritários, proporcionou uma debilidade institucional-administrativa na interação entre os poderes executivo, legislativo e judiciário. Primeiramente, devemos ressaltar que os longos períodos de fechamento do sistema político fizeram com que se instaurasse um presidencialismo dotado de incongruências entre o Executivo e o Legislativo. O primeiro sobredimensionado e, o segundo, esvaziado em seus poderes.

Em segundo lugar, a política brasileira assumiu contornos tecnocráticos em sua economia, entregando-se a determinados economistas e seus projetos econômicos, que não hesitaram em definir os novos rumos do capitalismo nacional e sua inserção externa, transformando a gestão econômica em um sistema fechado e excludente.

Outro aspecto relevante diz respeito ao centralismo dado ao poder executivo, que passou a ser identificado como único agente das transformações necessárias à modernização do país, deslegitimando a ação dos partidos e do Congresso Nacional. Por conseguinte, mencionamos o debilitamento da dimensão legal do Estado. O regime militar prontificou-se em desrespeitar a ordem constituída, mudando bruscamente as leis para o atendimento aos seus interesses individuais.

²⁸ Durante cerca de três anos, o Programa Nacional de Desburocratização expediu um pouco mais de cem normas regulatórias. O principal objetivo do governo militar era promover uma racionalização da máquina burocrática, eliminando a lentidão nos trâmites dos diversos processos correntes na máquina estatal, bem como, romper com a superposição de funções e o acúmulo de tarefas.

Contudo, o processo de extenuação do Estado, ao final da década de 70 e início da década de 80, ocorre concomitante a complexificação da sociedade civil brasileira, sobretudo pelo crescimento de sua densidade organizacional. Como resultado observamos *um profundo processo de reordenamento social* (DINIZ: 1997, 179), que reflete uma multiplicidade de interesses emergentes e que não mais estão contidos na esfera institucional da administração pública, mas que se expandem por meio de diversos segmentos presentes na sociedade civil e, também, no 2º setor, requerendo do Estado um padrão mais flexível, descentralizado e democrático em suas ações²⁹.

A crise fiscal sentida pelo Estado constituiu outro fator conjuntural de suma importância, principalmente por demonstrar o lado “frágil” da política nacional-desenvolvimentista empreendida no país ao longo de, aproximadamente, cinquenta anos. O caráter protecionista e intervencionista do Estado, responsável por conferir ao país o desencadeamento do processo de urbanização e industrialização, não mais respondia as novas necessidades surgidas ao final do século XX.

O resultado foi uma dupla cobrança à máquina estatal: se, por um lado, o Estado viabiliza políticas públicas satisfatórias aos amplos segmentos sociais, é acusado de “dispendioso”. E se não assume um compromisso com as principais elites político-econômicas existentes no país, torna-se o principal indutor da corrupção no interior da administração pública. De maneira que se intensificam, cada vez mais, as tensões existentes na esfera pública entre o Estado, o mercado e a sociedade civil. Torna-se fundamental, portanto:

... levar em conta o complexo de fatores estruturais que conduziram à corrosão da ordem estatista, em seus diferentes níveis, tais como as formas predominantes de articulação entre o Estado e a sociedade, as relações capital-trabalho, o padrão de administração do conflito distributivo e a modalidade de relacionamento entre os setores público e privado. (DINIZ: 1997, 195)

²⁹ No mesmo período de complexificação da sociedade civil, observa-se a formação de um grupo de pressão política, composta por empresários, sobretudo paulistas, que buscam uma maior participação no campo político brasileiro. O ‘Documento dos Oito’, escrito em 1978, por representantes do empresariado gaúcho e paulista, eleitos pelo Fórum Gazeta Mercantil, foi um exemplo da ação política desenvolvida por estes e consistia em um manifesto pela aceleração do processo de democratização do país. Todavia, o documento também, primava pelo processo de abertura econômica e pela minimização do papel político-econômico do Estado.

Acrescente-se aos fatores supracitados a secundarização de importantes compromissos da agenda pública em favor da prioridade atribuída aos programas de estabilização econômica que, no máximo, lograram escassos recursos a serem distribuídos com a burguesia industrial.

Assim sendo, ao invés do Estado promover uma atenuação das desigualdades sociais por meio de políticas públicas equitativas, os índices de pobreza e miséria tenderam a crescer gradativamente, tornando-se cada vez mais difícil o exercício da cidadania e a garantia dos direitos sociais aos cidadãos brasileiros.

A terceira proposta de reforma do aparelho estatal encontra-se inserida no quadro político supramencionado, de defasagem institucional do Estado e complexificação da sociedade civil e de seus interesses. Constituiu o projeto de reforma do Estado desenvolvido em meados da década de 90, pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), sob a direção do então Ministro Bresser Pereira.

O objetivo central, segundo o Ministro Bresser Pereira, seria a substituição de uma burocracia baseada no modelo racional-legal weberiano por uma administração pública de tipo gerencial. O principal argumento utilizado pelo ministro era a defasagem do modelo estatal brasileiro, considerado como sendo promotor de políticas patrimonialistas, com práticas de clientelismo e nepotismo.

Promover uma reforma do Estado nos moldes do referido projeto significava uma transformação do modelo estatal burocratizado, desenvolvido, inicialmente, durante a década de 30, sob o governo de Getúlio Vargas, mas legitimando suas principais premissas sob a égide dos governos militares.

O intuito maior do projeto de reforma gerencial do Estado consistia na promoção de uma economia mais competitiva, sobretudo por fomentar uma participação maior das empresas. O Estado Gerencial constituiria uma renovação do próprio conceito de Estado, até então vigente, para o acompanhamento das principais transformações correntes na estrutura do sistema capitalista internacional.

O Estado passaria a ser compreendido como um indutor da economia nacional. Seria a abertura de um canal de diálogo entre a esfera pública e a esfera privada, como fora idealizado nos Estados Unidos e Inglaterra.

Na verdade, a proposta de Bresser Pereira propõe uma adaptação da teoria da ‘terceira via’, de Anthony Giddens, por meio da construção do conceito de ‘setor público não-estatal’. Objetiva-se estabelecer, no campo político, um diferencial na ação estratégica do Estado, que se distancie, paulatinamente, das posturas políticas firmadas pela direita e esquerda.

Nas tessituras de um ‘capitalismo social’, Bresser Pereira sugere uma profunda reforma do Estado, principalmente em seus aspectos burocráticos, seguida do estímulo à competição do mercado e ao fomento das potencialidades individuais, expressas na solidariedade individual ou privada para com os que estão em situação de exclusão social.

Entretanto, aproximar a teoria da ‘terceira via’ da realidade política brasileira requer um olhar cauteloso em torno de nossa formação identitária, sobretudo porque o padrão das relações de poder estabelecidas em nosso campo político-econômico diferencia-se, substancialmente, das experiências desenvolvidas na Grã-Bretanha.

No legado histórico brasileiro, visualiza-se a construção de um Estado patrimonial, cujas relações políticas são permeadas, tradicionalmente, por práticas de clientelismo, mandonismo e elitismo. Em alguns casos a dinâmica vem fomentando o desenvolvimentismo, porém, regida sob uma base política autoritária e excludente, deslegitimando a construção de um espaço público verdadeiramente democrático, voltado à consolidação dos direitos sociais, políticos e civis.

Essa tradição política extremamente excludente mostrou seu ápice na administração de Getúlio Vargas e durante os governos militares, palco de uma burocratização dos serviços sociais, combinada com uma situação de dependência sindical e forte repressão às tentativas de inserção política de vários segmentos da sociedade civil³⁰.

Após 21 anos de negação política a amplos setores sociais, observam-se, pela primeira vez na história política brasileira, avanços em relação à observância dos direitos sociais e políticos, possibilitando o exercício da cidadania ativa em relação a alguns setores sociais. As ações políticas exercitadas de amplos atores sociais, rumo a legitimação do espaço público enquanto instância de diálogo e participação vem sendo decorrente, também, da prática política e muitas vezes ousadas por parte de setores organizados da sociedade civil, os quais buscam construir uma nova ordem social.

³⁰ Uma análise mais detalhada encontrar-se-á ao longo do primeiro e segundo capítulo da presente dissertação.

Direcionar o olhar às peculiaridades presentes buscando tecer a igualdade social em meio a um campo de tensões e conflitos possibilita compreender o próprio anseio intelectual em construir arcabouços teóricos capazes de analisar criticamente o atual esvaziamento político de várias das instituições públicas e a necessidade de construção de uma nova institucionalidade capaz de ancorar um projeto político que dê vazão ao pleno exercício da cidadania social e política.

Contudo, um erro presente nas elaborações teóricas dos intelectuais brasileiros, diz respeito a uma ‘adaptação forçada’ de modelos políticos vigentes em países europeus ou norte-americanos, sem considerar as especificidades existentes no sentido de resgatar a cultura política do nosso país.

É o caso do enquadramento dos princípios teóricos da ‘terceira via’ ao caso brasileiro, que desconsidera as vicissitudes presentes na concepção mesma de ‘espaço público não-estatal’, incorrendo no risco de esvaziamento do sentido político que possa vir a ter a convergência de ações entre os diferentes sujeitos que o compõem.

Muitas vezes a exaltação de um espaço público não-estatal no Brasil vem acompanhada de um discurso que deslegitima o papel político-econômico do Estado na condução das políticas públicas, utilizando argumentos que apresentam a administração estatal como ineficiente na condução de soluções políticas aos inúmeros problemas sociais existentes.

Destina-se, então, a execução de serviços sociais como saúde, educação, profissionalização, habitação, dentre outras áreas pertinentes à esfera político-social, para as organizações do terceiro setor ou iniciativa privada. Porém, muitas vezes as ações desenvolvidas por estes sujeitos não contemplam o potencial político transformador que, em essência, possuem.

O Estado finda por assumir um papel gerencial e, ao mesmo tempo, ao fragmentar as ações busca deixar transparecer, com isso, que não está sendo democratizado. Tal postura tem contribuído para desqualificar a ação estatal, quando na realidade, por essa, vem sendo fortalecido, muitas vezes, uma simples terceirização para aqueles ‘setores confiáveis’ e que reproduzem de forma camuflada a política centralizadora e excludente do Estado.

O modelo gerencial proposto não proveu os resultados satisfatórios ao país, muito embora tenha obtido um certo êxito, no Estado do Ceará, em suas principais premissas: no primeiro mandato do governo de Tasso Jereissati³¹ houve uma reforma fiscal eficiente e a estrutura administrativa estatal manteve um estilo meritocrático. Em contrapartida, embora se observe uma melhora dos indicadores sociais, estes não obtiveram um salto qualitativo.

A principal questão a ser observada nos três modelos de reforma do Estado analisados, até o presente momento, é a ausência de compreensão de que o cerne da reestruturação administrativa do aparelho estatal requer, concomitantemente, um fortalecimento das condições de governabilidade.

No Brasil, a questão da reforma do Estado restringiu-se à dicotomia Estado-mercado, legitimando, de certa forma, a essência neoliberal de contração do setor público e supervalorização da “mão invisível do mercado” como principal alocador de recursos.

E as mudanças correntes em âmbito internacional, proporcionaram condições favoráveis a este enfoque, sobretudo por evidenciar, como principal argumento, a hipertrofia estatal e o excesso com gastos públicos no cerne da crise do Estado.

Durante a última década, os governos dos países latino-americanos adotaram este diagnóstico como justificador da ineficiência estatal, acreditando que a única saída existente seria o enxugamento da máquina burocrática e a redução da capacidade de intervenção do Estado.

Frente às exigências de um mundo globalizado, no qual o êxito econômico é derivado do aumento da competitividade e da capacidade de ação estratégica, o Estado é pressionado, no sentido de empreender tarefas e funções cada vez mais complexas.

Entretanto, não convém propor, no bojo das principais discussões acerca do tipo de Estado que se almeja para os países latino-americanos, uma supervalorização do caráter intervencionista do Estado ou sua total redução, por meio da quebra de um paradigma tecnocrático em primazia do mercado.

A dicotomia presente nas análises desenvolvidas por estudiosos do papel político-econômico do Estado desconsidera a estreita relação existente entre a reforma do Estado e a consolidação da democracia. O resultado direto é um maior conflito no interior da esfera pública, sobretudo nas tentativas de diálogo entre Estado e sociedade civil para

³¹ Refere-se ao período de 1987 a 1990. O capítulo 3 contém um maior aprofundamento dessa análise.

institucionalização de um espaço político mais democratizado. Conforme Diniz (1997, 199):

Se a visão maximalista, ainda presa ‘a matriz estadocêntrica, implica o imobilismo e a preservação do status quo, a posição minimalista, ao reduzir a reforma ao enxugamento do Estado, pode conduzir ao aumento da ineficiência pela mutilação do aparelho estatal. Por outro lado, é preciso escapar da rigidez derivada da dicotomia racionalidade governativa versus imperativos democráticos, marcada pela oposição entre a lógica concentracionista e discricionária do poder estatal e a dinâmica descentralizadora, plural e competitiva do jogo democrático.

As múltiplas interfaces do Estado, seja em consonância com o mercado, ou em discordância com a sociedade civil, estão diretamente relacionadas com a concepção do tipo de democracia que se almeja construir. Um fator que não pode ser desconsiderado consiste no leque de elementos que compõem a atuação da sociedade civil rumo a uma aproximação com o Estado³².

A heterogeneidade presente na sociedade civil, principalmente nas décadas de 80 e 90, momento que se processa a democratização do país, evidencia o nível de complexidade atingido no âmbito da esfera pública, nas tentativas de diálogo com o Estado.

Ressalve-se que a afirmação desse caráter da sociedade civil é um aspecto positivo no processo de construção democrática, sobretudo por contrapor-se a toda uma tradição política homogeneizadora, que concebe a sociedade civil como um segmento em constante oposição ao Estado³³.

Salutar também é o caráter fragmentado e contraditório do processo de democratização, demonstrando que a aproximação entre sociedade civil e Estado não acontece linearmente, mas por meio de um conjunto de avanços e retrocessos no centro das principais questões políticas e sociais, sobretudo pela presença de interlocutores portadores de propostas diferenciadas.

O cenário político contemporâneo expõe, portanto, uma redefinição dos marcos conceituais do Estado e sociedade civil. Não há mais espaço para análises reducionistas que insistem em apresentar a sociedade civil como alternativa aos desacertos político-sociais do

³² Ressalve-se que nesse embate, o Estado é compreendido como *locus* do conflito, sobretudo na consecução de projetos políticos.

³³ Essa concepção da sociedade civil fez-se muito presente nas décadas de 70 e 80, período marcado pelo autoritarismo dos governos militares e a luta pela abertura política.

Estado. A configuração política mundial porta consigo uma maior flexibilização da esfera pública, *locus* de encontro entre as duas instâncias supracitadas³⁴.

Os espaços públicos tornam-se instâncias fundamentais na regulamentação da democracia, por constituírem em instrumentos catalisadores de consensos em meio a conflitos. É a oportunidade da sociedade civil expressar sua complexidade de interesses, ao mesmo tempo em que apresenta uma via dialógica ao Estado e mercado.

Certamente, trazer tais questões para o âmbito da reforma do Estado implica apresentar projetos políticos distintos (DAGNINO: 2002): 1. Um projeto político de redução gradativa do papel do Estado, sobretudo no que concerne a garantia dos direitos sociais, civis e políticos, delegando à sociedade civil a responsabilidade pela atenuação da exclusão social. 2. Um projeto político de participação includente, construído sobre uma base democrática e capaz de concatenar os interesses do Estado, do mercado e da sociedade civil.

Todavia, o intuito da presente análise consistiu em demonstrar que propor uma reforma da administração pública não significa a criação de barreiras políticas entre o Estado e a sociedade civil. Ao contrário, implica compreender que a construção de um país verdadeiramente democrático perpassa o contexto da vida social e política nacional.

Necessita-se romper com qualquer iminência de autoritarismo em âmbito estatal, integrando amplos setores sociais às principais discussões de ordem político-econômica. Em outros termos, promover uma socialização da participação política que, conseqüentemente, culmine na democratização da economia social.

Tais reflexões devem, necessariamente considerar que a natureza da intervenção estatal existente no Brasil e nos demais países latino-americanos não assume um caráter socialista ou mesmo keynesiano. Ao contrário, funciona para os segmentos de interesses específicos, monopolista e dominador, favorecendo a esfera privada, o que fundamenta o programa de privatizações, flexibilizações, dentre outras medidas tomadas, sobretudo, durante os dois mandatos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

³⁴ Exemplos para esse novo caminho dialógico entre Estado e sociedade civil, no interior dos espaços públicos, são as experiências com o Orçamento Participativo, a atuação das Organizações Não-Governamentais, os Fóruns Temáticos da sociedade, dentre outras experiências presentes nos Estados brasileiros.

Embora a tradição do pensamento político da esquerda nacional acredite que as propostas apontadas para a transformação do Estado, seguramente não contemplam a universalização dos direitos de cidadania e democracia, mas objetiva sua submissão à lógica excludente do mercado, não podemos afirmar que constituam medidas neoliberalizantes.

A gestão presidencial de Fernando Henrique Cardoso apresentou elementos neoliberais, uma vez que, no interior da administração pública federal, observou-se a passagem das principais decisões político-econômicas nacionais ao capital privado.

Na verdade, o pleno exercício da democracia está diretamente relacionado à constituição de uma simbiose da política como interesse público. Esta é uma tarefa que se impõe às forças políticas avançadas e que requer da sociedade civil um alto poder de organização e articulação no sentido de fazer valer nossas árduas conquistas sociais.

A discussão em torno de uma reforma administrativa deve contemplar não somente aspectos político-econômicos: urge que se transforme, também, em um meio de humanização e reequilíbrio da sociedade.

E, certamente, estão sendo construídos canais de diálogo no seio da sociedade civil para que esse processo seja legitimado. Isto demonstra que as mudanças correntes no âmbito da sociedade denotam as transformações sociais que vêm ocorrendo no próprio país: há um desgaste da política tradicional, de práticas clientelísticas. As pessoas não conferem credibilidade a discursos pragmáticos, mas em políticas que tenham um embasamento na *práxis*, que sejam capazes de apresentar propostas concretas.

Observamos, durante uma década, a tessitura de um padrão administrativo diferenciado no país. Significa dizer que a eficácia do Estado não está restrita à eficiência da máquina burocrática ou no aperfeiçoamento dos mecanismos técnicos de governabilidade. A reforma do Estado implica uma melhoria das condições de *governance*³⁵ do aparelho estatal, aperfeiçoando seus canais de comando e coordenação e redefinindo, sobretudo, suas relações com a sociedade civil, proporcionando meios de articulação em torno das políticas sociais.

³⁵ Entenda-se por *governance* "...a capacidade governativa em sentido amplo, isto é, a capacidade de ação estatal na implementação de políticas e na consecução das metas coletivas. Refere-se ao conjunto de mecanismos e procedimentos para lidar com a dimensão participativa e plural da sociedade." (VIEIRA: 1998, 31)

1.4. Democracia e cidadania: tessitura dos espaços públicos

Mediante nossas inquietações acerca do que o futuro globalizado nos reserva, questionamos sobre o significado do conceito de democracia nas múltiplas relações sociais. A democracia, no cenário mundial, envolve muitas frustrações, conduzindo-nos a uma análise que contemple o esvaziamento de seu conceito e, ao mesmo tempo, o esgotamento do seu sentido. Na realidade, não estamos afirmando que não há mais democracia ou que a dinâmica da globalização, aliada à ideologia neoliberal, terminou por extinguí-la das múltiplas relações sociais. Nossa proposta consiste em averiguar os novos caminhos que a democracia deve perfilhar, de maneira a garantir e recuperar sua essência. É esclarecer que o objetivo central do mercado financeiro é restringir sua expressividade, mostrando-nos que não há mais lugar para a construção de novos ideais de liberdade e emancipação do homem: o destino da sociedade dependerá, sobremaneira, dos rumos tomados pelo mercado.

No entanto, insistimos em falar da democracia como prática concreta da cidadania, pois, apesar de estarem atentando para o seu significado, retirando sua valia social, podemos provar que somos capazes de fortificá-la e legitimá-la através de múltiplas ações desenvolvidas no cerne da sociedade civil.

A luta pela conquista da democracia e sua legitimação constituiu uma das principais bandeiras políticas no cenário da América Latina na década de 80 - período este marcado por profundas mudanças e transformações, traduzidas na política de democratização e nos processos de ajuste e liberalização econômica.

No campo social, tais mudanças mostraram-se mais contraditórias e menos conhecidas, acarretando uma gritante indagação sobre o significado da democracia no conjunto das modificações almejadas, sobretudo aquelas referentes às problemáticas vividas pela maioria dos segmentos sociais.

Conceitualmente, as perspectivas propostas para o processo de democratização podem ser estudadas a partir de pelo menos três vertentes (VIEIRA:1998): primeiro, as ligadas à equidade e desigualdades sociais; segundo, a luta social pela definição dos

conceitos de democracia e, terceiro, observando o processo de emergência e consolidação da cidadania.

Sabemos, no entanto, que na teoria democrática, a noção de cidadania sempre esteve vinculada à definição legal de quais seriam os direitos e obrigações que a constituiriam, e de como os cidadãos poderiam expressá-los no conjunto de suas relações sociais, políticas, econômicas e culturais. Nos diversos estudos apresentados acerca da democracia e sua expressão social, sobretudo no período de democratização latino-americana, percebemos a existência de dois eixos centrais de debate ideológico, teórico e político.

O primeiro refere-se à visão liberal-individualista, cuja proposta aponta para a revisão da relação estabelecida entre sujeito individual e os direitos coletivos, enquanto o segundo está relacionado à existência de direitos universais que podem interagir com direitos humanos, civis, políticos, econômico-sociais e coletivos.

Essas questões constituem eixo central dos debates acerca da definição formal do que é ser cidadão, levando em consideração os limites e diferenciais existentes entre os incluídos e os excluídos, sobretudo, quando falamos em igualdade de direitos destinados a ambos os casos.

Ainda em relação aos direitos universais e coletivos como expressão da cidadania, questionamos sua validade para o conjunto da população excluída, por todo este tempo, dos grandiosos projetos de desenvolvimento político-econômico e social que não são extensivos a toda a sociedade, mas prioridades destinadas a uma pequena parcela elitizada da população.

Assim, a maior curiosidade presente entre os estudiosos e a própria população é saber como a sociedade civil pode articular mecanismos de pressão política do Estado para que este garanta uma equidade social, principalmente quando a transição para a democracia, após o período ditatorial, restabelece direitos políticos, enquanto os direitos civis e direitos sociais contemplam um seguimento restrito e seletivo.

Nesse sentido, o processo de democratização vivenciado na década de oitenta apresentou avanços significativos na esfera política: eleições diretas, instrumentos e mecanismos que possibilitam a participação popular, liberdade organizativa e de imprensa etc. Entretanto, os avanços no campo social e econômico ainda são muito tímidos.

E, por este motivo, a década de 90 constituiu um palco no qual a cidadania e os direitos universais e coletivos estiveram (e ainda estão nesse novo século) em processo de construção e mudança, refletindo “uma prática conflituosa vinculada ao poder...”. (JELIN: 1994)

No cerne dessa construção, a participação ativa dos indivíduos na esfera pública (portadora de uma abrangência política, econômica, social, educacional, cultural, ambiental, dentre outros aspectos) constitui uma das dimensões da cidadania, qual seja, a promoção da consciência de ser um sujeito, com direito a ter direitos, responsabilidades e deveres enquanto cidadão.

A realidade historicamente constituída na América Latina conduz os setores sociais subalternos a justificarem sua subordinação “como normalidade, predominando uma visão naturalizadora das hierarquias sociais”. (JELIN: 1994)

A aceitação da crescente exclusão social acentuada pela política neoliberal como fato esperado, é fruto da ausência de legitimação dos direitos definidos e aceitos formalmente em uma sociedade.

O que observamos quotidianamente são reduzidas práticas de tais direitos, levando em consideração que podíamos expandir consideravelmente sua dinâmica de ação. No momento que não o fazemos, estamos sujeitos a não nos apropriarmos de fato de nossas conquistas, abrindo caminho para a disseminação do “conformismo diante da escravidão neoliberal”.

Devemos lembrar que os problemas que afetam a humanidade e o mundo estão vencendo fronteiras, tornando-se globais, sobretudo, ao final do século XX e início do século XXI. Questões ligadas ao comércio, produção, capital financeiro, desemprego, migração, etnias, pobreza, informatização, telecomunicações, degradação ambiental, enfim, importantes questões econômicas, políticas, sociais, culturais e ambientais deixaram de ser nacionais, passando a ter uma expressão transnacional.

Surge, portanto, na atualidade, um novo conceito de cidadão do mundo e de cidadania, que começa a ser denominada como planetária e que paulatinamente vem sendo construído pela sociedade civil de todos os países em contraposição ao poder político do Estado e ao poder econômico do mercado.

Devemos criar meios que enfatizem o valor da participação política, proporcionando ao indivíduo sua inserção em uma comunidade política. Nosso desafio está em conceber uma comunidade política compatível com os ideários democráticos e com o pluralismo.

Na atualidade latino-americana e, sobretudo, no Brasil, verificamos que existe um fosso entre a democracia representativa e a democracia direta, transformando a representatividade em direito restrito a uma minoria detentora do poder político, dificultando assim a luta por uma nova *práxis* social, mais alargada e protagonizada por amplos setores da sociedade civil.

A pressão social já não tem o mesmo vigor presente em lutas passadas, como se expressou no movimento político das Diretas Já. Todavia, podemos dizer que o momento político-econômico atual está fazendo emergir novas práticas alternativas de construção da cidadania e da democracia.

Estas novas práticas buscam outros espaços políticos e não somente as eleições. Aos poucos e intensamente, diferentes segmentos da sociedade civil pintam as novas cores da democracia e cidadania. Resta-nos apreende-las e re-significá-las nos novos contornos históricos onde estão emergindo os múltiplos sujeitos sociais que tecem estas relações.

Podemos conceber uma liberdade que inclua a participação política e a virtude cívica. Sua expressividade pode ser garantida através da participação ativa dos indivíduos junto às políticas sócio-econômicas desenvolvidas pelo governo, cultivando assim suas virtudes cívicas e a dedicação ao bem comum. Conforme SKINER apud VIEIRA (1998: 28) “se nós desejamos maximizar a nossa liberdade pessoal, não devemos colocar a nossa confiança em príncipes, devemos ao contrário assumir nós mesmos a arena política”.

Há, portanto, a necessidade de desvincular a nova cidadania das estratégias dominantes e excludentes acionadas pela lógica do capital e pelo Estado. Ela deve refletir não somente a forma de integração social no mundo capitalista, mas sim constituir sujeitos sociais ativos na perspectiva de poder questionar a imposição do modelo único.

O novo conceito de cidadania, concebido a partir do agravamento das problemáticas e demandas globais, exige uma outra sociedade capaz de desenvolver uma maior autonomia e igualdade em suas relações sociais, nas regras de convivência social e no senso de responsabilidade pública.

Os cidadãos são reconhecidos, portanto, como sujeitos de direitos legítimos e interesses pertinentes. Para se contrapor ao autoritarismo ainda reinante na nossa sociedade é fundamental a organização de um projeto democrático de transformação social capaz de articular as dimensões da cultura e da política.

Para tanto, a extensão da cidadania implica uma reforma intelectual capaz de interagir com os segmentos da sociedade civil. Necessita, ainda, construir novas formas de interação entre sujeitos sociais ativos, bem como, a integração das classes privilegiadas com estes novos cidadãos.

A luta pela cidadania apresenta-se, desta forma, como um agente transformador da sociedade. O exercício de uma *práxis* social no interior da esfera política possibilitará a ampliação do espaço na gestão das políticas públicas, estabelecendo novas relações entre Estado e sociedade, na busca de uma nova institucionalidade.

Esta dimensão assumida pelo exercício da cidadania encontra-se diretamente associada a um novo paradigma de superação dos limites do Estado tecnocrático e do Estado liberal. Este se torna mais flexível, capaz de descentralizar funções e transferir responsabilidades sem, no entanto, abdicar de seus instrumentos de controle e supervisão, limitando assim a expansão da participação de novos atores sociais.

O surgimento de canais permanentes de negociação entre a sociedade civil e os órgãos estatais, permitirão a institucionalização da cidadania nas práticas governamentais. Muitos já são os exemplos de participação mútua entre representantes do governo e da sociedade civil na elaboração de políticas públicas.

Podemos verificar alguns exemplos nesta direção: as câmaras setoriais de negociação envolvendo interesses de autoridades governamentais e de instâncias da sociedade civil, o orçamento participativo em âmbito local³⁶, e os conselhos relacionados às políticas públicas (saúde, meio-ambiente, criança e adolescente, dentre outros).

Os indivíduos acabam por se organizar em grupos, associações, movimentos sociais, organizações não-governamentais, sindicatos e partidos, exercitando práticas de um contrapoder social que limitando o poder do Estado, alarga a capacidade de intervenção do setor democrático-popular na busca de imprimir uma nova correlação de forças. Como nos afirma Vieira (1998, p.34): “*Para realizar essa função integrativa, a cidadania*

³⁶ Outros exemplos também foram dados anteriormente.

democrática deve, evidentemente, ser mais que um status meramente legal. É necessário que ela se torne o elemento central de uma cultura política compartilhada.”

Assim, o exercício da cidadania democrática implica uma forma de existência social, uma sociedade aberta que, a cada dia, constrói e legitima novos direitos. Em seus princípios estão a criação de espaços sociais de luta e a definição de instituições permanentes para a expressão política, significando a conquista e consolidação social e política. Daí, a importância de distinguirmos a cidadania passiva –“ aquela que é outorgada pelo Estado, com a idéia moral do favor e da tutela” - da cidadania ativa, “aquela que institui o cidadão como portador de direitos e deveres, mas essencialmente criador de direitos para abrir novos espaços de participação política.” (BENEVIDES: 1994)

Para que haja legitimação da cidadania ativa, o processo de educação política tem um papel fundamental. Assim, a concepção democrática se converterá em práticas, garantindo ao povo informação e consolidação institucional de canais abertos para a participação popular.

Essa educação significa educação para a participação e pressupõe uma discussão aprofundada sobre o papel dos meios de comunicação de massa como instrumentos a serviço do pluralismo de valores. Decorre daí que, a democracia, a educação política e a democratização dos meios de comunicação possuem um elo que funciona como “pedra de toque” para o desenvolvimento da prática da cidadania ativa.

Portanto, devemos ter em nossas mentes que a plena realização da democracia é um processo em constante construção e, para tanto, é necessário correlacionar o ideal dos direitos e pluralismos com as idéias de espírito público e da ética na política.

A nova concepção democrática da cidadania envolve restaurar a dignidade da esfera política, fornecendo meios para a construção de uma hegemonia democrática articulando o Estado e a sociedade civil.

É preciso a reativação da esfera pública, na qual cada indivíduo participará de ações coletivas no empenho de deliberações comuns, constituindo uma identidade política baseada em valores como solidariedade e autonomia. Assim será possível o desenvolvimento de uma ação política que fomente a constituição de uma nova cultura política.

Neste processo de reativação, inúmeros segmentos da sociedade participam enquanto sujeitos sociais comprometidos com as demandas das camadas excluídas da população. Tais segmentos se expressam através dos movimentos sociais, movimentos populares, associações de bairro, setores mais progressistas da Igreja, CEBs, universidades, partidos de esquerda, ONGs, dentre outros.

É levando em consideração essa conjuntura de construção democrática que pretendemos situar o nosso trabalho de investigação sobre a ação socialmente responsável do empresariado. Nesse sentido, direcionamos nossa análise para o Grupo Empresarial cearense J. Macêdo no sentido de verificar o seu papel sócio-político na construção de bases democráticas que legitimem o exercício da cidadania.

Portanto, no decorrer das seguintes páginas, construiremos uma relação dialética reflexiva acerca dos novos espaços ocupados pelos empresários, dando destaque as suas dificuldades, perspectivas e avanços na consolidação de suas práticas.

Neste sentido, o próximo capítulo destina-se à apresentação do conceito de ‘responsabilidade social’, focalizando o contexto sócio-político do seu surgimento, bem como o significado que assume ao propor ao empresariado a assunção de um novo papel no interior dos espaços públicos, qual seja, de caráter político, incorporando um maior compromisso com a esfera social e ambiental.

Capítulo 2. Responsabilidade Social Empresarial

2.1. Conhecendo o conceito de ‘Responsabilidade Social’ e sua função nas empresas

Um estudo analítico sobre o campo da responsabilidade social nos remonta a vários eixos de análises. Trata-se de um tema muito atual, e que está presente nas discussões desenvolvidas nos espaços públicos, sobre a nova dinâmica de interação entre Estado, mercado e sociedade civil, que tende à construção de propostas para minimizar o índice de miséria e pobreza social. As idéias resultantes dessas discussões constituem o que vem sendo denominado, atualmente, de responsabilidade social.

Torna-se fundamental destacar, primeiramente, que existem práticas diferenciadas em relação à questão da responsabilidade social. Muitas vezes, o que vem sendo definido como uma ação socialmente responsável, é o mero desenvolvimento de projetos sociais de caráter filantrópico. Daí compreender a distinção existente entre filantropia e responsabilidade social.

A palavra filantropia é originária do grego (*philos*, significa amor e *antropos*, homem). Significa, portanto, o amor do homem com relação aos demais de sua espécie. No sentido mais amplo, relaciona-se à preocupação com o bem-estar coletivo, ou seja, propagar um sentimento mais humanitário que visa proporcionar uma boa qualidade de vida a todos, uma equidade social, não visando, para isto, a obtenção do lucro ou apropriação de qualquer bem.

Possui uma dimensão filosófica, permeada por uma moral altruísta e comiserada para com o outro. Tradicionalmente, a Igreja Católica conferiu-lhe um sentido caritativo, de benemerência, realizando-a no âmbito das relações interpessoais e não no campo jurídico. No Brasil, conforme Mestriner (2001):

... as bases de uma filantropia que, regulada inicialmente pela Igreja (...) e depois pelo Estado, passou por fases e alianças que lhes deixaram marcas difíceis de superar. Da filantropia caritativa à higiênica, disciplinadora, pedagógica profissionalizante, vigiada e de clientela, foi se construindo uma estratégia de intervenção no espaço urbano (...) para os quais foram se acumulando espaços institucionais próprios, de promoção/educação/reabilitação, com enunciados científicos, técnicos, administrativos, filosóficos e jurídicos que até hoje vigoram fortemente.

Podemos constatar que não há uma clareza constitucional com relação à prática da filantropia no nosso país, o que possibilita sua manipulação como instrumento para concessão de vantagens às instituições, ao invés de promover a garantia dos direitos da população. Conforme Paoli (2002: 375), a responsabilidade social pode ser interpretada como a:

... criação de um espaço filantrópico organizado por empresários nacionais e de empresas multinacionais no Brasil, que se propõe como ação civil e voluntária referenciada a uma igualmente nova percepção de sua responsabilidade social diante das múltiplas carências da imensa e ampliada população pobre do país.

Na realidade, o discurso sobre a responsabilidade social das empresas é resultado de uma reflexão mais ampla realizada, inicialmente, por uma parte do empresariado norte-americano e europeu, acerca das profundas mudanças de ordem política e econômica que ora ocorrem em âmbito internacional, como as observadas a partir da redefinição do papel do Estado e da reestruturação dos blocos econômicos, sobretudo ao final do século XX. Tais mudanças trazem consigo um potencial de impacto sobre o funcionamento do mercado e da sociedade, acentuando, assim, a desigualdade social.

No primeiro caso, um reordenamento dos mercados pode ocasionar momentos de instabilidade econômica, com quedas abruptas das bolsas de valores, interferindo no funcionamento das empresas transnacionais e nacionais, bem como, das grandes corporações financeiras. Concomitantemente, há um reflexo na esfera social, decorrente da crescente taxa de desemprego e da conseqüente diminuição do padrão de vida da população, o que contribui, sobremaneira, para acentuar o quadro de miséria e exclusão social, tornando-se um componente estrutural.

Ao reconhecerem as transformações correntes, sobretudo com a consolidação do processo de globalização, os empresários foram levados a assumir uma postura mais participativa, sobretudo no âmbito político, com tomadas de posição capazes de interferir na ordem dos acontecimentos, garantindo direitos corporativos que julgavam legítimos.

Todavia, esta atuação social desenvolvida pelos empresários não pode ser interpretada somente como uma nova postura ética assumida. Para além de um sentido mais filosófico, de um sentimento mais humanitário e valorativo, a responsabilidade social

assume contornos de uma ação contra-hegemônica³⁷ (Paoli: 2002) à política sócio-econômica deliberada pelo neoliberalismo. Estará atrelada à instauração de um novo espaço público (Dagnino: 2002), voltado à participação política plural na concepção de ações propositivas para resolução de problemas político-sociais existentes em nossa sociedade.

Apresenta-se como uma das formas de recuperação do sentido político do espaço público que, conforme Arendt (2002: 21) “baseia-se na pluralidade dos homens”, em um agir político voltado à construção de um mundo comum³⁸.

Compreendendo que o sentido da política é a liberdade, a autora sustenta a tese de que “a política (...) é algo como uma necessidade imperiosa para a vida humana e, na verdade, tanto para a vida do indivíduo como da sociedade. (...) Tarefa e objetivo da política é a garantia da vida no sentido mais amplo.”

Por esse viés analítico, torna-se importante ressaltar que a atuação social do empresariado só terá sentido se relacionada diretamente a uma concepção mais ampla da política. Significa dizer uma política comprometida com a garantia de direitos e a redimensionalização da cidadania, que passa a ser concebida como um espaço de “indissociabilidade entre bem público e bem comum, que implica a existência de um lugar de todos fora de qualquer tipo de decisões particularistas” (PAOLI:2002, 376). Ainda conforme a autora:

... a noção de cidadania faz a distinção entre o espaço de origem da ação (em nosso caso, o mundo empresarial) e o espaço da política e sociabilidade que ela cria, ou seja, a ampliação ou anulação) da consciência e prática de direitos de cidadania para uma sociedade.

Assim sendo, os empresários perceberam que esta nova configuração mundial não admitia um isolamento dos vários segmentos que compunham a sociedade civil, mas, ao

³⁷ Conforme a autora, a responsabilidade social só possui um significado quando assume uma dimensão política. Este constitui o seu caráter contra-hegemônico, de posicionamento contra um projeto político excludente, como o neoliberalismo, que anula direitos sociais, políticos e econômicos adquiridos em um dado período histórico. A responsabilidade social representa uma atuação política do empresariado, no sentido de modificar a estrutura política-econômica vigente, rumo a uma inclusão social. Caso esta dimensão não seja almejada, as ações ditas socialmente e/ou ambientalmente responsáveis não passarão de mera filantropia ou assistencialismo.

³⁸ Segundo Hannah Arendt (2002: 36), “... o mundo e as coisas do mundo em cujo centro se realizam os assuntos humanos – a impressão como que formada para fora – da natureza humana, mas sim o resultado de algo que os homens podem produzir...”.

contrário, convidava-os, ou mais precisamente, conclamava a todos a participarem politicamente, em uma tentativa de redução dos excluídos.

Entender o significado da responsabilidade social empresarial passa, também, pela compreensão da existência de uma sociedade civil ativa e propositiva, que esteja qualificada por um sistema de representação, a qual reconhece a legitimidade de atores portadores de interesses diversos (Dagnino: 2002). Tal compreensão viabilizaria, no interior dos espaços públicos, o diálogo e a tomada de decisões numa perspectiva democrática³⁹.

Esta visão dos empresários quanto à esfera social não é um fato recente, tendo se iniciado a partir das décadas de 60 e 70, nos Estados Unidos e em parte da Europa, como resposta às reivindicações feitas por vários segmentos sociais, que questionavam a postura corporativa das empresas privadas em relação às formas de participação interna que, no geral, eram muito restritas. Questionavam, ainda, a extrema preocupação dos empresários em adquirir maiores taxas de lucros que, na maioria das vezes, não incorporava uma postura social e ambientalmente responsável⁴⁰.

Os vários movimentos sociais existentes durante este período⁴¹ exigiam, além da incorporação de outras formas de participação dos demais sujeitos que compunham as empresas, a adoção de uma postura mais responsável, sobretudo com relação às questões sociais e ambiental. Neste sentido, exigia-se do empresariado, mais do que uma ação de caráter social, uma responsabilidade legal, de cumprimento com suas obrigações trabalhistas e de preservação ambiental.

Resulta daí que um dos primeiros eixos de compreensão da responsabilidade social no âmbito empresarial é a preocupação com a imagem da empresa, independentemente da imagem de seus produtos. Em contraponto a esta visão, havia uma imagem de caráter meramente mercadológico e funcional, na qual o empresário via em sua ação a oportunidade de obter lucro crescente, explorando uma mão-de-obra barata, gerando um ‘exército de reserva’ e esgotando os recursos naturais, enquanto matéria-prima, sem desenvolver uma contrapartida social.

³⁹ A análise em torno da importância da democratização do espaço público para construção dessa nova cidadania encontra-se desenvolvida no primeiro capítulo da presente dissertação.

⁴⁰ As empresas não ofereciam boas condições de trabalho, propiciadora de uma satisfação dos funcionários, bem como, uma política de manutenção de um meio ambiente saudável.

Entretanto, o próprio contexto da globalização vem negar esse olhar mais economicista sobre a atuação empresarial. Segmentos do empresariado passaram a desenvolver uma visão mais crítica e precisa⁴² sobre o resultado futuro de suas ações enquanto segmento social, sobretudo quando estas insistiam em manter o mesmo caráter concorrente e excludente de antes⁴³.

Iniciou-se um processo de tomada de consciência por parte dos empresários, no sentido de reconhecer algumas contradições que o capitalismo não conseguia resolver, como, por exemplo, a existência de uma grande parcela da população mundial em estado de miséria absoluta, em contraste com a grande quantidade de riqueza produzida – em âmbito tecnológico, alimentício, habitacional etc. – e que nunca chegará até estes excluídos.

Torna-se importante uma reflexão histórica, mesmo que sintética, sobre em que consiste essa ‘contradição do capitalismo’, principalmente para compreendermos como a questão da responsabilidade social foi se incorporando e construindo uma política empresarial socialmente responsável nos dias atuais.

Desde sua origem, o capitalismo teve como premissa primeira a produção de mercadorias não somente para viabilizar a troca, mas visando sempre a produção de um excedente e de taxa de mais-valia para se transformar em lucro. Em sua obra clássica *O Capital*, Marx afirma a existência de um processo de valorização do produto no sistema capitalista. Segundo o autor (1985: 155):

O valor de uso não é, de modo algum, a coisa qu'on aime pour lui-même. Produz-se aqui valores de uso somente porque, e na medida em que sejam substrato material, portadores do valor de troca. E para nosso capitalista, trata-se de duas coisas. Primeiro, ele quer produzir um valor de uso que tenha um valor de troca, um artigo destinado à venda, uma mercadoria. Segundo, ele quer

⁴¹ Destacaram-se o movimento sindical e estudantil europeus, além de outros movimentos sociais nos Estados Unidos, que reivindicavam seus direitos civis e o combate ao armamento químico utilizado durante a Guerra do Vietnã.

⁴² Vale salientar que ainda é uma parcela mínima dos empresários que percebem as mudanças na configuração política e econômica internacional. Entretanto, isto já demarca uma nova dinâmica de relações entre Estado, mercado e sociedade civil, representada sobretudo, numa maior participação desses três segmentos no interior dos espaços públicos.

⁴³ Certamente o processo de complexificação da sociedade civil, com uma atuação política mais visível das ONGs e o surgimento do Terceiro Setor igualmente atuante, conduziram o empresariado a uma reflexão sobre sua posição nesse processo de mudanças político-sociais significativas. A centralidade dada ao mercado, decorrente da política neoliberal iniciada nesse período, e a renovação do campo político empreendida, no Brasil, ao final da década de 80, promove a expansão de novos quadros de participação política, com o delineamento de outros atores sociais protagonistas. Isto requer do empresariado brasileiro a assunção de um papel político-social mais expressivo, inserindo-se no Terceiro Setor para propor, ou mesmo, executar uma ação social voltada à inclusão e participação política.

produzir uma mercadoria cujo valor seja mais alto que a soma dos valores das mercadorias exigidas para produzi-la, os meios de produção e a força de trabalho, para as quais adiantou seu bom dinheiro no mercado. Quer produzir não só seu valor de uso, mas uma mercadoria, não só valor de uso, mas valor e não só valor, mas também mais valia.

Por meio da reflexão de Marx, pode-se compreender a distinção entre o valor da força de trabalho – seu salário – e o excedente produzido pelo trabalhador – a mais-valia. A mais-valia pode ser obtida por dois meios: 1. Prolongamento da jornada de trabalho, denominada como *mais-valia absoluta*; 2. Aumento da produtividade pelo processo de mecanização da indústria, denominando-se *mais-valia relativa*. A taxa de mais-valia expressa, portanto, o grau de exploração da força de trabalho pelo capital.

Embora sendo uma análise bem sucinta, a referência a Marx possibilita compreender que, em toda a história do sistema capitalista, a produção só terá significado econômico se for capaz de gerar crescentes taxas de lucro. Entretanto, há momentos em que o capitalismo está passível de uma crise⁴⁴ econômica capaz de abalar a economia internacional. Quando isto ocorre, o capitalismo torna-se julgado quanto a sua viabilidade econômica, sobretudo no mundo ocidental.

O economista John Maynard Keynes (1883-1946), em sua mais importante obra *The General Theory of Employment, Interest and Money*⁴⁵, analisou as possíveis causas da crise de 1929 no sistema capitalista e os caminhos que poderiam restabelecê-la.

Segundo a corrente keynesiana, o mercado norte-americano funcionava conforme o princípio de fluxo circular: o capital produzido pelas empresas era repassado para a sociedade através dos salários, rendas, lucros e juros e, em contrapartida, retornava às empresas através da aquisição, por parte da própria sociedade, de bens e serviços oferecidos pelas corporações. O sucesso dessa dinâmica dependeria da eficiência das empresas em vender tudo que produzissem, mantendo uma boa margem lucrativa.

Entretanto, uma parte do dinheiro produzido não retornava às empresas, interferindo, assim, no bom funcionamento do fluxo circular. E isto poderia se dar de três maneiras:

⁴⁴ A maior crise sentida pelo sistema capitalista de produção foi em 1929, nos Estados Unidos. Sua maior consequência foi o declínio da renda nacional e o desemprego em massa. Houve, ainda, a falência de cerca de 85.000 empresas, entre 1929 e 1932, e a queda da Bolsa de Valores de Nova Iorque de 87 bilhões de dólares para 19 bilhões de dólares. Os referidos dados foram extraídos de Wiley apud Sherman & Hunt, 1970.

⁴⁵ O principal livro de Keynes, *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*.

1. Parte do capital produzido era investido nos bancos em forma de poupança, o que resultava numa redução no volume de despesas;

2. O capital era investido na aquisição de bens e serviços provenientes de empresas estrangeiras. Destarte, não havia um investimento maior na produção interna;

3. Os impostos pagos pela população eram retirados do fluxo renda-despesa.

Não é nosso objetivo adentrar no estudo realizado por Keynes, mas compreender o cerne das possíveis crises sofridas pelo capitalismo.

Conforme os três eixos acima citados, chegaria um momento em que as empresas não conseguiriam dar vazão aos seus investimentos de capital que cairiam abaixo da poupança. O mesmo se daria, também, com os gastos despendidos com bens e serviços. O resultado mais eminente era uma retração na produção, aumentando o número de desempregados e a redução das rendas.

Por conseguinte, reduziam-se também os gastos com bens e serviços. Isto fazia com que os empresários produzissem a níveis inferiores, pois não conseguiam vender seus produtos. Havia, portanto, a necessidade de restringir a produção, o que não garantia o equilíbrio da economia.

Resulta das contradições do capitalismo, isto é, a lógica de geração do capital e apropriação do lucro presentes neste modo de produção, sucessivas crises que abalam, profundamente, o sistema capitalista. Em consequência, os empresários terminavam por não conseguir deter os avanços e retrocessos gerados pelo próprio crescimento econômico proporcionado pelo capitalismo.

A solução encontrada por Keynes envolvia, diretamente, o governo. Caberia a ele a devida cobrança de impostos e aquisição de empréstimos a serem investidos em um projeto político-social de pleno emprego⁴⁶. Em outras palavras, através da intervenção estatal, havia a possibilidade de recuperação dos postos de trabalhos pelos desempregados, o que garantiria o aquecimento da economia e resolveria o problema da crise.

Pela vertente keynesiana compreende-se que o valor, sobretudo na sua forma mais concreta - o capital - pode ser considerado como um meio instável de aquisição e manutenção do lucro. Isto porque não há como se ter um controle sobre o capital que

⁴⁶ Nos Estados Unidos foi promulgada a Lei do Emprego, em 1946.

circula nos mercados, o que pode acarretar uma elevação ou queda dos preços, decorrente da própria dinâmica do processo de produção.

Fazendo um contraponto com a análise marxista do capitalismo, observa-se a seguinte dinâmica de funcionamento do mercado: a obtenção de lucro pressupõe o acúmulo de grandes capitais, por parte dos capitalistas. Entretanto, ao reduzir o acúmulo de capitais, há também uma queda progressiva dos lucros. E uma das formas para que isto aconteça é aumentando os salários dos trabalhadores.

Conforme Marx, a ‘contradição do capitalismo’ reside justamente nesse ponto: se o capitalismo mantiver os lucros sustentando baixos salários, destruirá a capacidade aquisitiva dos trabalhadores. Em outras palavras, ao manter o salário baixo, conservam-se lucros altos. Contudo, estes terão um curto tempo de vida, pois não haverá a procura por mercadorias e o número de consumidores de produtos e bens de serviços tenderá a reduzir-se numa proporção crescente. Podemos, com essa análise, então depreender que a produção capitalista não visa o consumo, mas a produção.

De acordo com a reflexão acima, adentramos no segundo eixo de análise acerca da responsabilidade social empresarial, qual seja, a tênue linha existente entre o econômico e o social. Verifica-se que os empresários precisariam estar mais atentos, pois o que se observava era o grande risco de reduzir o número de consumidores dos produtos de suas empresas. Dentre os principais fatores dessa redução, encontrava-se o aumento do desemprego, da desigualdade de distribuição de renda e a crescente pobreza mundial, além da ineficiência das políticas públicas no atendimento das demandas existentes.

O mercado, principal sujeito do sistema capitalista de produção, buscava uma aproximação maior com a esfera social, muito embora tenha sido um dos responsáveis pelo atual quadro em que ela se encontra. A empresa, por sua vez, percebia que a busca desenfreada por lucro gerava implicações, sobretudo no meio ambiente, com a exploração inconsciente dos recursos naturais que ocasionava, como resultado direto, sérios problemas ambientais.

Os empresários sentiam, portanto, que a expansão de suas atividades e de seus lucros, ao se realizar de forma responsável, poderia acontecer sem estar atrelada ao prejuízo da saúde e da qualidade de vida de seus funcionários, ou mesmo da degradação do meio ambiente. Isto demonstrava o surgimento de uma consciência, por parte dos empresários,

de que o efeito negativo era recíproco: não é só a sociedade que sentirá o descaso da dinâmica capitalista, cuja expressão maior se dá através do papel das empresas no mercado, mas esta também sentirá as perdas e danos decorrentes de seu caráter concorrente e individualista. Como nos diz Toldo (2002, 80):

Quando as organizações não se comprometem a solucionar os problemas internos e externos de seus funcionários, abre-se uma lacuna, onde cada um faz sua parte, não há inter-relacionamento e ninguém agrega valor para ninguém. (...) sucede o contrário do esperado: baixa produtividade e dedicação e alta rotatividade. Compromete-se a qualidade dos produtos e serviços, além do desperdício de matérias-primas e horas de treinamento. (...) E quando a sociedade ou parte dela é desconsiderada, como os deficientes físicos, negros, velhos, mulheres, a questão se complica mais e dificilmente se aceitam tais atitudes. O mundo globalizado não consegue mais ocultar tais situações. A transparência de ações com e pela comunidade é exigida a cada dia.

Havia um fator político fundamental para essa reflexão em torno do seu papel sócio-político: os últimos anos do século XX demarcam uma nova dinâmica política no Ocidente, com a inserção de vários sujeitos⁴⁷ no cerne das principais discussões do cenário internacional, que incorporam questões políticas, econômicas, culturais, religiosas, sociais e ambientais.

Uma hipótese lançada, portanto, é que a responsabilidade social surge da crise de um padrão de acumulação econômica do capitalismo, o qual condiciona que os grupos econômicos nacionais devem aderir voluntariamente aos ditames do capital internacional, sob pena de sucumbirem economicamente caso não o façam.

Mediante a crise econômica e o crescente aumento do desemprego, as empresas passam a ser questionadas quanto ao seu papel social. Ao mesmo tempo, são convidadas a reverter este quadro, uma vez que constituem as grandes geradoras de emprego. Reconhece-se, então, uma dupla funcionalidade das empresas: de um lado, corporações de grande potencial empreendedor e, ao mesmo tempo, com o mesmo potencial de estabilização da sociedade, principalmente por gerar empregos, que constitui um importante meio de diminuição da pobreza e miséria sociais.

⁴⁷ Salienta-se, entretanto, que as reflexões empreendidas pelas OSCs, sobretudo na década de 90, não estão, necessariamente, em consonância ou mesmo incorporadas às propostas do Estado ou do mercado. Observa-se que existem propostas provenientes dos três setores e que, em alguns momentos, podem aproximar-se, bem como se distanciar, conforme a dinâmica da estrutura político-econômica o permitam..

Alguns estudiosos sobre o papel da empresa⁴⁸ nos apresentam como esta tem acompanhado as transformações correntes nas esferas político-econômicas e sociais, sempre no sentido de adaptar sua postura enquanto corporação às demandas que surgiam nos diferentes períodos históricos.

Os estudos de Adam Smith e da economia moderna, apresentam a atividade empresarial como sinônimo de atendimento dos interesses individuais ou corporativos, sempre visando aquisição de maiores lucros e o acúmulo de riqueza a um número reduzido de pessoas, o que implica numa distribuição desigual da renda, no aumento da pobreza e, conseqüentemente, dos problemas sociais.

Lisboa (2002) nos apresenta a responsabilidade social como um “reencontro do capital com sua alma perdida”. A ‘alma perdida’ representa, segundo o autor, as atividades sociais que saem das ‘trevas’ gerada pela busca desenfreada do lucro, finalidade única de toda e qualquer atividade empresarial.

Reside aí a tentativa de desenvolvimento de ações de responsabilidade social que permitam diminuir o foço existente entre o social e o econômico. A metáfora do *‘reencontro do capital com sua alma perdida’* é oriundo, conforme a análise desenvolvida pelo autor, da própria necessidade, sentida pela empresa, de assumir uma postura responsável com a área social.

Entretanto, a afirmação acima feita não pode ser considerada legítima, sobretudo por alguns fatores, a saber: primeiramente, ainda não são todas as empresas que sentem a necessidade de ‘ser socialmente responsável’. A responsabilidade social, apesar de ter sido difundida de forma mais veemente na década de 90, ainda encontra-se, para muitos empresários, restrita ao discurso, ou ainda, configurando-se por meio de uma ‘filantropia empresarial’, traduzida em ações sociais mais emergenciais e pontuais, de caráter assistencialista. Como prova disso temos as inúmeras campanhas, prêmios, fóruns, seminários, dentre outros eventos realizados por uma parcela do empresariado, no intuito de despertar o interesse dos demais para esta nova forma de inserção política-econômica, rumo a uma atuação de caráter social.

⁴⁸ Como nos apresenta os estudos de K. Lux e A. de M. Lisboa, citados na bibliografia.

Além disso, afirmar a existência de um “*reencontro do capital com sua alma perdida*” é uma visão demasiadamente ideológica e profundamente camufladora. A retórica presente no sistema de produção existente é resultado de uma visão liberal que concebe o capitalismo como um sistema perfeito, que possibilita não somente a livre-iniciativa, mas a liberdade dos indivíduos e o atendimento de todas as suas necessidades humanas. Entretanto, o observado na dinâmica da realidade social de milhares de excluídos é a pura negação dessa teoria econômica. O entendimento da concepção liberal, principalmente a do século XIX, fornece-nos subsídios para entender como evolui a atuação das empresas da esfera econômica à social.

O final do século XIX demarca um novo parâmetro de ação do liberalismo, que reside em enaltecer a liberdade e a igualdade de direitos e oportunidades de todos os indivíduos, contrapondo-se à visão unilateral existente, baseada nas regras de competitividade do livre mercado. Essa perspectiva do liberalismo portava consigo um novo valor, a saber, a ética. Conforme Macpherson (1979):

... John Stuart Mill e os liberal-democratas éticos que o acompanharam em fins do século XIX e inícios do século XX, uma sociedade empenhada em garantir que todos os seus membros sejam igualmente livres para concretizar suas capacidades.

Acompanhando esse pensamento, o século XX inaugura todo um processo de renovação do discurso empresarial, nos Estados Unidos e na Europa. As instituições privadas atentavam para uma expansão de suas atividades para além da busca desenfreada do lucro, buscando incorporar o desenvolvimento de ações de cunho social.

É bem verdade que um discurso desse porte soava como uma “falsa profecia”, sobretudo por ser proferida por aqueles que contribuía diretamente com o aumento da miséria social. O próprio pensamento socialista europeu incitava à reflexão em torno do papel político-econômico do empresariado, apresentando-o como mola-mestra dos antagonismos gerados pelo capitalismo, ou seja, como os responsáveis pelo caráter truculento do mercado.

Os socialistas desconfiavam profundamente de qualquer discurso, proveniente dos empresários, que estivesse voltado para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos, dentro ou fora da empresa⁴⁹. E o combate ao novo discurso proferido pelo empresariado não seria uma preocupação somente do socialismo. A ala mais conservadora do pensamento capitalista europeu, representada por empresários e intelectuais, posicionou-se também de forma crítica, sobretudo através das produções acadêmicas, diante do novo comportamento manifesto por uma pequena parcela de empresários.

Todavia, será nos anos 40, na Inglaterra, que se inicia uma presença maior do discurso voltado à responsabilidade social. Conforme alguns empresários ingleses do setor industrial, era de suma importância a adesão a um projeto socialmente responsável, que se aplicasse no âmbito interno da empresa – representado pelos funcionários – e no externo, com o restante da sociedade. Conforme Duarte (1986):

Em 1942, a idéia aparecia num manifesto subscrito por 120 industriais ingleses, onde se afirmava sem rodeios: ‘A responsabilidade dos que dirigem a indústria é manter um equilíbrio justo entre os vários interesses do público como consumidor, dos funcionários e operários como empregados e dos acionistas como investidores. Além disso, dar a maior contribuição possível ao bem-estar da nação como um todo.

Como dito anteriormente, durante este período as sociedades norte-americana e européia, através das organizações da sociedade civil, também reivindicavam uma mudança de postura dos empresários. Os numerosos movimentos sociais levantavam suas bandeiras de luta, que englobavam demandas relacionadas à garantia dos direitos humanos, o respeito com os trabalhadores e a preservação do meio ambiente, a partir da exploração responsável dos recursos naturais.

O cenário de luta pela efetivação e ampliação da cidadania⁵⁰ vinha reforçar toda uma atmosfera de envolvimento de diversos atores sociais, rumo a um compromisso politicamente maior com uma transformação social. E nesse caminho, tornava-se importante para os empresários uma melhoria de suas imagens perante seus investidores, acionistas e consumidores de seus produtos e serviços. Daí empreenderem discussões em

⁴⁹ Todavia, os socialistas utópicos julgavam que a burguesia poderia contribuir a uma modificação social. Essa visão foi extremamente combatida por Marx e Engels, no Manifesto do Partido Comunista, pois este tipo de análise desconsiderava a existência de antagonismos entre as classes sociais.

⁵⁰ Expressa, por exemplo, na luta pela garantia dos direitos sociais e civis, pela erradicação do racismo, pela instauração da paz mundial e igualdades nas relações de gênero.

torno da temática da ‘responsabilidade social’, na busca por novas estratégias de ação que dessem um novo sentido à atuação das empresas.

Segundo estudos recentes, uma outra vertente para análise da origem da responsabilidade social deriva diretamente de um outro conceito, a saber, o de responsabilidade corporativa, evidente nos EUA em 1919 com o julgamento do caso de Henry Ford, presidente e acionista majoritário da Ford Motor Company, e seu grupo de acionistas liderados por John e Horace Dodge.

O motivo do julgamento foi a não distribuição, aos acionistas, dos dividendos da empresa, os quais, segundo argumentação do próprio Ford, estavam sendo aplicados na capacidade de produção, na melhoria dos salários e em um fundo de reserva destinado à diminuição esperada das receitas caso houvesse uma redução dos preços dos carros. Tais investimentos, para Ford, eram considerados de ordem social.

Conforme decisão da Suprema Corte de Michigan, o julgamento foi favorável aos Dodges, uma vez que ficou entendida que as corporações existiam visando o benefício de seus diretores e acionistas através dos lucros, os quais não deviam ser destinados para outros fins. Assim sendo, a responsabilidade corporativa somada ao investimento deveria visar, sobretudo, uma melhor projeção da imagem da empresa com a finalidade de atrair um maior número de consumidores, o que viria acompanhado diretamente do aumento do lucro para os acionistas.

A literatura sobre responsabilidade social empresarial apresenta-nos, dentre seus estudos, duas correntes que se contrapõe, a saber: a primeira vertente, reconhece a obtenção do lucro como função social primeira da empresa. A segunda, por sua vez, retoma uma abordagem teórica que entende a responsabilidade social como algo mais abrangente, que está além do que vem sendo ditado pela ‘mão invisível’⁵¹ do mercado, ou seja, a obtenção de lucro, e que pode incorporar um âmbito maior de ação, que perpassa não somente a esfera econômica propriamente dita, mas também, a social, a política e a ambiental. Conforme Lima (2002: 108):

⁵¹ A metáfora da ‘mão invisível’ foi utilizada pela primeira vez por Adam Smith, considerado o pai da economia clássica. Smith formulou o conceito no século XVIII, em seu livro “Investigação sobre a Natureza e Causas da Riqueza das Nações”. Segundo ele, a ‘mão invisível’ faz com que o processo econômico dirija-se, naturalmente, para o progresso das pessoas e das nações. Em outras palavras, a ‘mão invisível’ conduz a dinâmica econômica dos mercados.

Para Friedman (citado em Logan et al., 1997: 8), 'the business of business is business'. A empresa não deve preocupar-se com nada que não seja sua função principal, ou seja, se produz resultado positivo para seus acionistas e paga os impostos, já está contribuindo suficientemente para a sociedade. (...). Schommer & Fischer (1999, p. 103), citando Logan et al., fazem contraponto ao argumento de Friedman (...). A idéia de limitar o papel social das empresas à geração de empregos e aos pagamentos de impostos está ultrapassada e a iniciativa empresarial deve assumir novos papéis, redefinindo o seu lugar no conjunto das atividades sociais.

A visão da empresa como espaço de geração de lucros e de discussão de interesses dos acionistas vem ser criticada já na Segunda Guerra Mundial. Neste período, os EUA viviam um processo de crescimento econômico e de expansão de suas corporações, o que vinha favorecer a emergência de seu poder sobre a sociedade e, paralelamente, o surgimento de ações de cunho filantrópico (Toldo, 2002).

Em 1953, a discussão sobre a responsabilidade social das empresas volta novamente à tona com o caso A.P. Smith Manufacturing Company e seus acionistas. Estes contestavam a doação de recursos financeiros à Universidade de Princeton e a Justiça acaba por definir a lei da filantropia corporativa, cujo objetivo consistia em permitir às corporações a promoção do desenvolvimento social.

As décadas de 50 e 60 delimitam, então, toda uma discussão de caráter acadêmico e empresarial sobre a importância da responsabilidade social oriunda, sobretudo, a partir de ações desenvolvidas pelos próprios empresários. Inicia-se uma compreensão da responsabilidade social empresarial como sendo um:

... relacionamento ético da empresa com todos os grupos de interesse que influenciam ou são impactados pela sua atuação (stakeholders⁵²), assim como o respeito ao meio ambiente e investimento em ações sociais. É a expansão do conceito de empresa para além de seu ambiente interno⁵³. (MORALES et al.: 2002: 56).”

⁵² Segundo os autores, *Stakeholder* constituem grupos de interesse que se inter-relacionam pela sua organização e atividades.

⁵³ Conforme Morales et. all. (2002: 56): “O desenvolvimento da comunidade em que está inserida, a preservação do meio ambiente, uma comunicação transparente interna e externa, o investimento no ambiente de trabalho, no bem-estar dos funcionários, o retorno aos acionistas, a satisfação dos clientes e a sinergia com os stakeholders são exemplos de ações que caracterizam responsabilidade social empresarial.”

Segundo muitos teóricos⁵⁴, a responsabilidade social empresarial estaria edificada sobre dois pilares básicos dotados de valor moral, quais sejam, um caráter ético e outro instrumental. No primeiro caso, assumir uma postura responsável perante as pessoas seria uma legitimação do caráter moral e religioso presente em toda sociedade. Em outras palavras, a empresa, assim como a sociedade, assumiria o papel de agir de forma moralmente correta.

A linha instrumental pautava-se mais em uma relação de mutualismo entre a empresa e a sociedade: na medida em que as empresas se desenvolvessem responsabilmente, os benefícios se estenderiam não somente a elas, mas ao conjunto da sociedade. E da mesma forma ao distanciarem-se dos padrões de responsabilidade social, obviamente resultaria num desequilíbrio para ambas as partes.

Considerava-se que a empresa, ao assumir um compromisso com o social, teria uma melhoria de seu lado econômico, sobretudo pela mudança em sua imagem perante os investidores, acionistas e consumidores. Estes, por sua vez, estariam adquirindo bens e serviços de uma corporação socialmente responsável.

Como nos coloca Lima (2000: 109): “visando à sua sobrevivência e desenvolvimento num mundo a cada momento mais competitivo, e aberto, entendem que, longe do ‘bom-mocismo’, a ‘bondade’ tem grande potencial de gerar lucros”.

Temporalmente, as últimas cinco décadas do século XX situam a responsabilidade social em distintos prismas de análise. Ainda na década de 50, ela é vista como sendo uma atividade estritamente ligada aos outros segmentos da sociedade civil, como por exemplo, igrejas, sindicatos, associações, instituições de caridade, organizações não-governamentais, juntamente com o governo⁵⁵.

Na década seguinte, quando ainda se discutiam propostas aos problemas sociais na Europa, as empresas norte-americanas já desenvolviam projetos que contemplassem o setor social e ambiental. A necessidade de demonstração destas atividades à sociedade toma corpo na década de 70, momento também voltado ao questionamento de como e quando a empresa deveria responder por suas obrigações sociais.

⁵⁴ Para uma melhor compreensão, ver Leisinger, Klaus & Schmitt, Karin. *Ética empresarial: responsabilidade global e gerenciamento moderno*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

⁵⁵ Vale destacar que durante esse período, a prática da responsabilidade social confunde-se com o conceito filantropia, considerando-os como sinônimos.

É quando surge o ‘balanço social’ enquanto documento de demonstração dos projetos sociais desenvolvidos pelas empresas, englobando atividades internas, voltadas aos seus colaboradores, bem como, as desenvolvidas no seu entorno físico. O próximo tópico destina-se à apresentação teórico-empírica do balanço social desenvolvido na Europa, Estados Unidos e Brasil.

2.2. Balanço Social e Responsabilidade Social

O período que compreende as décadas de 60 e 70, demarca uma nova postura a ser assumida por parte das empresas norte-americanas e europeias: ambas sentem a necessidade de divulgar, ao público externo, o resultado dos seus projetos iniciados na área social e ambiental. São criados, então, relatórios que incorporam além das atividades empresariais de caráter empreendedor, aquelas destinadas ao âmbito social e ambiental. Denominadas de Relatórios de Atividades Sociais ou Balanço Social⁵⁶, tais documentos visavam apresentar à sociedade uma prestação de contas, no campo financeiro e social das empresas.

Inicialmente, o balanço social europeu e norte-americano visava conhecer o desempenho interno da empresa, sobretudo no que concerne às condições de trabalho de seus funcionários. Isto fez com que houvesse uma melhoria na qualidade da gestão de pessoal, com um aperfeiçoamento dos planos de seguridade social, das remunerações e das formas de integração e participação dos diversos integrantes das empresas.

Todavia, as empresas também levantavam questionamentos sobre seu impacto no meio-ambiente, principalmente por extraírem grandes quantidades de recursos naturais, ao mesmo tempo em que contribuía para o aumento da poluição das águas e do ar.

Daí utilizarem o balanço social como meio para justificar, diante da população, as contribuições realizadas para a preservação dos recursos naturais e a valorização dos recursos humanos. Evidente que tal documento continha todo um detalhamento dos gastos

⁵⁶ Também denominadas de social-audit, socialbilanz e ‘tableu de bord’ ou bilan social, respectivamente, pelos norte-americanos, alemães e franceses.

com matéria-prima e os respectivos projetos desenvolvidos no âmbito interno e externo à empresa.⁵⁷

O balanço social portava consigo uma nova premissa para as empresas: estas deveriam colocar em primeiro lugar o compartilhamento de valores como ética, participação, valorização dos indivíduos, preservação ambiental, deixando para um segundo plano o alto teor de competitividade rumo a aquisição de lucros cada vez maiores, muitas vezes não importando os meios usados para obtê-lo.

É interessante ressaltar que não será apenas pela leitura analítica do balanço social que se chega à conclusão de que uma empresa assume verdadeiramente uma postura socialmente responsável. Entretanto, tal documento funciona como um diferencial dentro do marketing desenvolvido pelas empresas, uma vez que possibilita aos acionistas, demais investidores e consumidores, o conhecimento do trabalho desenvolvido pela corporação⁵⁸.

O mais importante para a empresa é entender que um documento dessa natureza não deverá ser utilizado como instrumento de estratégia publicitária. Ao contrário, constitui em um mecanismo de auto-avaliação da empresa, contribuindo para o aperfeiçoamento da Gestão de Pessoal e para o desenvolvimento de ações mais comprometidas com o meio-ambiente e seu público-alvo.

Embora o balanço social constitua em uma prática pioneira das empresas norte-americanas, serão os franceses os responsáveis por conferir-lhe um caráter legal obrigatório, através da promulgação, em 12 de julho de 1977, da Lei nº. 77.769, que determinava a obrigatoriedade do balanço social a todas as empresas com mais de setecentos funcionários.⁵⁹

Os relatórios franceses continham desde dados financeiros e contábeis, até os referentes à gestão de pessoal e o universo social da empresa. O primeiro balanço social realizado por empresas corporativas, obedecendo à legislação específica, foi desenvolvido nesse país, pela empresa Singer, em 1972.

⁵⁷ Como exemplo de empresas que aperfeiçoaram o seu balanço, temos a Exxon, nos EUA, a Singer, na França, a Mygros, na Suíça, além das alemãs Shell e Hoechst.

⁵⁸ Normalmente, as empresas procuram não publicar o balanço social, mas tê-lo como um documento interno de avaliação do desempenho da empresa.

⁵⁹ Dado extraído de Duarte, 1986.

A sociedade europeia, em constante cobrança por atitudes mais cidadãs e éticas, por parte dos empresários, sobretudo ao denunciar, através dos meios de comunicação, as corporações não-responsáveis ou não-éticas⁶⁰, possibilita a consolidação de uma avaliação mais sistemática das empresas, sobretudo no que concerne a sua atuação social.

Assim sendo, outras empresas europeias, como as inglesas, alemãs, portuguesas e belgas, passam também a desenvolver, juntamente com as norte-americanas, seus balanços sociais, com a definição em legislações próprias e específicas aos seus países⁶¹.

No ano de 1984, a Nitrofértil, empresa estatal brasileira, situada no pólo petroquímico de Camaçari, Estado da Bahia, foi a primeira a publicar um relatório de caráter social. No seu corpo constava o registro das ações internas da empresa, como sua política de participação envolvendo todos os seus funcionários. Constituiu-se, portanto, no primeiro documento produzido no país com a denominação de Balanço Social da Nitrofértil.

Durante a década de 80, outros dois documentos foram publicados: o balanço social da Femaq⁶², de São Paulo e o relatório de atividades sociais do Sistema Telebrás. No ano de 1993, transcorridos seis anos da publicação do primeiro balanço social brasileiro, o Banco do Estado de São Paulo – Banespa, publica seu balanço social. Nos anos seguintes, observou-se a adesão de diversas empresas nacionais, que passaram a publicar seus balanços sociais anualmente, divulgando suas ações nas esferas sócio-ambientais. Os meios de comunicação, durante toda a década de 90, constituíram nos mais eficientes mecanismos de divulgação do novo perfil que estava sendo incorporados pelas empresas brasileiras.

Logo, a década de 90 iniciou no país um processo de maior difusão da nova proposta empresarial, denominada de ‘responsabilidade social’, ou mesmo, ‘cidadania empresarial’. O discurso da defesa de um capitalismo mais social passa a ganhar espaço nas principais discussões empreendidas por empresários, principalmente das regiões sul e sudeste do país, no intuito de incorporar ao seu planejamento estratégico uma agenda de ações socialmente

⁶⁰ Dentre as principais denúncias, destaca-se o esgotamento dos recursos naturais não-renováveis, provocando uma degradação, quase irreversível, do meio ambiente; utilização de mão-de-obra infantil e escrava e violação dos direitos humanos.

⁶¹ Nos Estados Unidos não havia uma legislação que definisse a obrigatoriedade do balanço social.

⁶² Empresa brasileira especializada na produção de peças fundidas em aço, ferro cinzento, nodular e alumínio. A área de atuação da empresa abrange diversos segmentos da indústria nacional: automobilístico, papel e celulose, sucroalcooleiro, materiais de desgaste para calcário, metal-mecânico, cerâmica, dentre outros. A

responsáveis, cujo desenvolvimento ultrapassaria o interior da empresa, atingindo outros segmentos sociais, bem como o meio ambiente.

A fundação do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas – GIFE, no Estado de São Paulo, em 1989⁶³, constituiu-se em um emblemático marco da mudança de mentalidade do empresariado paulista. Ao final da década de 90, contava com 80 organizações, tornando-se uma das mais representativas entidades diretamente relacionada à responsabilidade social das empresas no país. Também convém destacar a criação do Prêmio Eco, em 1983⁶⁴, pela Câmara Americana de Comércio, em São Paulo.

Destaca-se, ainda, o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, uma organização não-governamental, criada em meados da década de 90. O principal objetivo da ONG consiste em mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a desenvolver sua atuação tendo como meta a adesão ao papel socialmente responsável.

A história da responsabilidade social no Brasil⁶⁵ está diretamente vinculada à atuação destas entidades e à adesão de novas corporações que participaram, alargando assim a sua difusão. Dentre elas destacamos a Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas – ADCE e a Fundação Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social – FIDES.

Importante ressaltar que dentre os principais fatores que impulsionaram a incorporação da idéia da ‘responsabilidade social’ e publicação do balanço social entre as empresas brasileiras, destacam-se:

1. A promulgação da Constituição de 1988, que assegurou conquistas político-econômicas e sócio-ambientais;
2. Pressão exercida pelas agências internacionais, no intuito de reduzir os impactos ambientais ocasionados pela exploração inconsciente de recursos naturais por parte das empresas;
3. Ações socialmente responsáveis desenvolvidas por empresas multinacionais, como o McDonalds, a Xerox, a C&A, a Coca-Cola, dentre outras que investem em projetos de apoio cultural, esportivo e em programas de cunho educacional;
4. O exemplo dado por algumas empresas nacionais, como O Boticário, Banco do Brasil, Azaléia, Natura, Petrobrás, Usiminas e outras também citadas no corpo da

Femaq recebeu vários prêmios, dentre eles, o ‘Destaque Ambiental do ano’, concedido pelo COMDEMA – Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente.

⁶³ Embora o GIFE tenha sido fundado em 1989, somente em 25 de junho de 1995, a instituição se formalizou enquanto associação, instituindo-se como pessoa jurídica.

⁶⁴ O Prêmio Eco consolida-se, de fato, em 1986.

presente análise, as quais foram pioneiras em projetos de cunho social e na publicação do balanço social.

O balanço social começa, paulatinamente, a fazer parte da política interna das empresas brasileiras: no final da década de 90 observa-se uma maior discussão sobre o tema, através de conferências, campanhas⁶⁶, seminários, palestras, cursos e pesquisas. O principal objetivo era fortalecer a adesão do empresariado nacional em torno de uma ação socialmente responsável.

A agenda de debates construída, na última década, vislumbrava como principal meta conscientizar os empresários da importância política, econômica, social, ambiental e, mesmo empresarial, que estava imbuída no exercício de ações socialmente responsáveis.

E o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – Ibase, desenvolveu um amplo papel para a incorporação do Balanço Social à política interna empresarial. A ONG responsabilizou-se pelo lançamento nacional da campanha pela publicação anual do balanço social⁶⁷ das empresas, numa iniciativa de instituir uma nova ética empresarial, denominada de ‘cidadania empresarial’.

O grande mérito da campanha consistiu na criação de um espaço para o debate nacional em torno do papel social que deveria ser assumido pelas empresas. E essa reflexão não estava restrita apenas aos segmentos empresariais, mas incorporava outros setores da sociedade civil, as universidades, partidos políticos e o próprio Estado. Mostrava-se, pois, como um espaço de articulação político-social envolvia representantes dos três setores, a saber, Estado, mercado e sociedade civil.

⁶⁵ O terceiro tópico do presente capítulo versa sobre o contexto do nascimento da responsabilidade social no Brasil.

⁶⁶ Expressiva foi a Campanha contra a Fome e a Miséria, criada pelo sociólogo Herbet de Souza e realizada pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – Ibase, que concatenou uma significativa parcela do empresariado nacional em torno da problemática da fome e da miséria. A campanha envolveu empresas privadas e nacionais, tornando-se uma referência de mobilização em todo o país. A publicação, do artigo “Empresa pública e cidadã”, no jornal *Folha de São Paulo*, em março de 1997, pelo referido sociólogo, abriu a agenda dos principais debates realizados em todo o Brasil.

⁶⁷ A campanha foi lançada em 16 de julho de 1997, no Centro Cultural do Banco do Brasil, no estado do Rio de Janeiro. Participou do lançamento a Comissão de Valores Mobiliários, entidade do Ministério da Fazenda, porém com autonomia administrativa, responsável pela fiscalização das empresas nas bolsas de valores, o jornal *Gazeta Mercantil*, além de algumas entidades de representação empresariais, como a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, a Associação Comercial do Rio de Janeiro e a Associação Brasileira de Mercado de Capitais. Dentre as principais empresas participantes da campanha, destacam-se: Grupo Gerdau, Banco do Brasil, Xerox do Brasil, Glaxo Wellcome, Light, Usiminas e Banco do Nordeste.

A fatuidade do balanço social possibilitou uma outra reflexão em torno de uma legislação específica que legitimasse, ou mesmo, incentivasse uma nova postura do empresariado nacional. A iniciativa é tomada pela então deputada federal, pelo Partido dos Trabalhadores do Estado de São Paulo, Marta Suplicy, ao elaborar o Projeto de Lei no. 3.116/97⁶⁸. Esse Projeto de Lei teve como principal objetivo tornar obrigatória a publicação do balanço social das empresas com mais de cem funcionários. Tendo como modelo o balanço social francês, o Projeto de Lei visa fomentar, entre os empresários, uma tomada de consciência de sua responsabilidade para com a esfera social. Segundo Marta Suplicy (1997)⁶⁹:

Elaborar o Balanço Social é um estímulo à reflexão sobre as ações das empresas no campo social. O Balanço Social estimulará o controle social sobre o uso dos incentivos fiscais e outros mecanismos de compreensão de gastos com trabalhadores. Ajudará na identificação de política de recursos humanos e servirá como parâmetro de ações dos diferentes setores e instâncias das empresas no campo das políticas sociais.

Entretanto, houve o arquivamento do projeto⁷⁰, numa demonstração evidente que ainda falta uma consciência e compromisso para com a esfera social. Urge a necessidade de sensibilizar também os representantes políticos, sobretudo os parlamentares, num tentame de inserir, no corpo da Legislação brasileira, leis de incentivo à responsabilidade social.

Na verdade, assumir a causa social é uma obrigação de amplos setores da sociedade: empresários, dos três poderes, legislativo, executivo e judiciário, das universidades, partidos políticos, Igreja, escola, Terceiro Setor e demais segmentos da sociedade civil. Cada um tem um papel político-social a ser desempenhado, faltando apenas uma consciência política mais sensível, compreendendo a necessidade de se promover, no sentido gramsciano, uma hegemonia civil⁷¹. A prática dessa hegemonia encontra-se

⁶⁸ O projeto foi assinado pelas deputadas federais, do partido dos Trabalhadores, Maria da Conceição Tavares, do Rio de Janeiro e Sandra Starling, de Minas Gerais.

⁶⁹ Projeto de Lei no. 3.116/97, Câmara dos Deputados, Brasília, 14 de maio de 1997.

⁷⁰ Além do presente Projeto de Lei, um outro foi elaborado, em 1999, pelo deputado Paulo Rocha, do PT do estado do Pará. O projeto também versava sobre a importância do balanço social como primeiro passo uma ação socialmente responsável. No entanto, o projeto ainda encontra-se em tramitação na Comissão de Economia, Indústria e Comércio da Câmara Federal. Outros projetos com a mesma temática também foram apresentados, entre os anos de 1997 e 1998, a alguns municípios, como João Pessoa/PB, Uberlândia/MG, Santo André/SP, Santos/ SP, Porto Alegre/RS.

⁷¹ Gramsci, no 3º volume dos *Cadernos do Cárcere*, nota 7, refere-se ao conceito de 'hegemonia civil' como um contraponto ao conceito de 'revolução permanente'. Este, surgido antes de 1848, na França, representava as experiências jacobinas de 1789 até a Contra-revolução francesa, em 1815. É próprio de um período

justamente na mudança de mentalidade dos indivíduos no momento em que os mesmos conscientizam-se enquanto sujeitos partícipes⁷² das principais decisões políticas, econômicas e, principalmente sociais. É descobrir-se enquanto ator e transformador de sua própria história. É compreender, mesmo, um novo sentido de autonomia, entendida como uma pretensão do homem de tornar-se agente da sua vida e da sua história, isto é, autonomia como subversão da ordem social estabelecida.

Ou ainda, conforme o filósofo grego Castoriadis: “momento de criação, que inaugura não só outro tipo de sociedade, mas também outro tipo de indivíduos. Eu falo exatamente de germe, pois a autonomia, tanto social como individual, é um projeto.”(Castoriadis:1992, 139)

Portanto, a autonomia, enquanto conceito atrelado à *práxis*, requer a elucidação dos termos poder e política. Torna-se uma conseqüência prática de autogestão, que se processa no interior das instituições e da sociedade em geral.

Usualmente, a política é reconhecida como um espaço de disputa pelo poder. Política é, por assim dizer, uma técnica que envolve determinadas atitudes para tomada do poder e permanência nele. Para Castoriadis, tal concepção refere-se ao que irá denominar de político. Em outras palavras, o que existe em toda sociedade é o político, que pode ser

caracterizado por maior autonomia das economias nacionais frente ao mercado mundial e uma visível desarticulação política: Estado pouco desenvolvido, inexistência de partidos políticos de massa, de sindicatos econômicos e maior autonomia da sociedade civil com relação ao aparelho de Estado e às Forças Armadas. A expansão colonial européia, após 1870, promoveu profundas mudanças na configuração política dos Estados e da sociedade civil. As relações sócio-políticas presentes no período anterior, paulatinamente vão se transformando, superando o modelo de ‘revolução permanente’, e assumindo o caráter de ‘hegemonia civil’. Conforme o autor (2002: 24), “Ocorre na arte política o que ocorre na arte militar: a guerra de movimento torna-se cada vez mais guerra de posição (...). A estrutura maciça das democracias modernas, seja como organizações estatais, seja como conjunto de associações na vida civil, constitui para a arte política algo similar às “trincheiras” e às fortificações permanentes da frente de combate da guerra de posição: faz com que seja apenas “parcial” o elemento do movimento que antes constituía “toda” a guerra.” É aqui que o autor desenvolve, pela primeira vez, o conceito de sociedade civil, inserido no próprio conceito que se esboça sobre o Estado Ampliado.

⁷² Castoriadis (1992: 138), concebe a política grega como a “primeira emergência histórica do projeto de autonomia coletiva e individual. Se quisermos ser livres devemos fazer nosso nomos. Se quisermos ser livres, ninguém deve dizer-nos o que pensar.” Conforme a teoria desenvolvida pelo filósofo grego, os indivíduos têm, por obrigação, estar conscientes dos próprios atos e das próprias afirmações; refutar toda e qualquer forma de hierarquias preliminares nas posições respectivas dos indivíduos e promover o questionamento das instituições, na medida em que dependem da atividade consciente e explícita da coletividade, pressupondo a igualdade de todos nas tessituras da democracia. Para tanto, torna-se necessário, pois, a transformação das instituições em instituições democráticas. Daí Castoriadis considerar a política como uma atividade refletida e lúcida, que conduz à instauração das instituições desejáveis, pautadas na democracia enquanto regime de auto-instituição explícita de instituições sociais que dependem de uma atividade coletiva.

entendido como a dimensão do poder, quer seja de maneira explícita, implícita ou mesmo quase que imperceptível.

Assim sendo, constitui a instância ou as instâncias instituídas que podem emitir mandatos com autoridade, incluindo sempre, de forma explícita, o que Castoriadis vem chamar de poder judicial e poder de governo. Contudo, a política, segundo ele, nos remete à idéia de projeto de sociedade, fazendo-se enquanto instância ou *atividade coletiva refletida e lúcida* (CASTORIADIS: 1992, 136) que visa à instituição global da sociedade como tal. Seria ela a responsável pela instauração de um tipo de relação dialógica entre a sociedade instituinte e a sociedade instituída, promovendo a liberdade criativa que conduz à elaboração de projetos cujo fim último seria a conquista da autonomia coletiva.

O objetivo primeiro da política constitui a liberdade efetiva, que Castoriadis denominará autonomia. A autonomia da coletividade, que não pode realizar-se mais que através da auto-instituição e do autogoverno explícitos, mostra-se inconcebível sem a autonomia efetiva dos indivíduos que a compõem. Isto porquê a sociedade concreta não é outra coisa senão que formada por indivíduos concretos, efetivos e reais. O mesmo acontece de forma inversa: a autonomia dos indivíduos é inconcebível sem a autonomia da coletividade. E em que consiste a autonomia dos indivíduos? Como conceber a liberdade quando se está obrigatoriamente subordinado a uma lei social?

Para Castoriadis, existe uma condição primeira que é a necessidade de participação efetiva da coletividade na formulação da lei instituída. Não se pode ser livre quando se submete a uma lei cuja elaboração e sanção não se pôde participar de forma plena. Sobretudo quando se tem consciência de que a lei é necessariamente universal em seu conteúdo e, em uma democracia, é coletiva em sua própria criação.

Tendo isto compreendido, percebe-se que a autonomia, reconhecida enquanto liberdade humana e efetiva de todos, em uma democracia, deve ser uma preocupação fundamental de cada um. O mesmo acontece com o caráter coletivo da sociedade, uma vez que este se mostra como provedor de decisões que afetarão o todo. Caso não nos preocupemos, estaremos sujeitos a tornar nossa própria liberdade algo politicamente irrelevante, estóico ou ascético. A liberdade, em sua realização efetiva, é função da liberdade efetiva dos outros.

Sabemos que a realização desta liberdade pressupõe algumas disposições institucionais precisas, tais como: os direitos e deveres individuais, o bom funcionamento judicial, a separação de poderes, uma educação emancipadora, dentre outros ajustes sociais. Porém, todas estas disposições pressupõem a existência, diante delas, de um poder exterior à coletividade, irremovível, inatacável, por essência hostil, cuja potência se pretende limitar na medida que seja possível. Daí insistir na sensibilização de todos os segmentos sociais frente à tarefa da responsabilidade social.

É trazer a discussão da responsabilidade social para o campo político. Uma ação socialmente responsável deve ser concebida como uma atitude sistêmica, integrada, comungada por todos os indivíduos que compõem uma dada sociedade, sejam eles pertencentes à esfera do estado, do mercado ou da sociedade civil.

Discutir a responsabilidade enquanto projeto político construído coletivamente previne sua transformação em mera atividade filantrópica. Isto porque lhe atribui um sentido político, de indução do desenvolvimento social sustentável e autônomo, trabalhando diretamente com as potencialidades de cada indivíduo na busca por mecanismos de erradicação da miséria e da pobreza, em prol da inclusão social.

Cada sujeito social deve assumir seu papel na condução de uma conduta social e ambientalmente responsável. A sociedade civil se organiza nos vários movimentos sociais e políticos, exercendo uma pressão sobre os empresários, cobrando deles seu compromisso com o social. As próprias corporações colocam em pauta a temática da responsabilidade social aos seus dirigentes e colaboradores diretos e o Estado viabiliza, no corpo das políticas públicas empreendidas, a institucionalização da ação responsável.

No campo jurídico alguns Projetos de Leis elaborados por parlamentares, tornaram-se leis nos respectivos municípios em que foram apresentados. Dentre eles, destacam-se:

1. De autoria da vereadora Aldaíza Sposati, do PT, a resolução no. 005/98, no Estado de São Paulo, capital, que define “O Dia e o Selo da Empresa Cidadã”, às empresas que realizarem seu balanço social. É aprovado, também, em 23 de outubro de 1998, o Projeto de Lei no. 39/97, que institui o “Selo Empresa Cidadã do Estado de São Paulo”. O referido projeto tornou-se a Resolução 05/98 e estabelece, no município, o

- “Dia da Empresa Cidadã”, emitindo o selo e certificado às empresas que desenvolverem seu balanço social anualmente;
2. Em Santo André/SP, de autoria do vereador Carlinhos Augusto, o Projeto de Lei no. 004/97, que se tornou a Lei no. 7.672/98, emite o Selo Empresa Cidadã a todas as empresas do município que instituírem o balanço social como instrumento do desempenho social da empresa;
 3. Em Porto Alegre/RS, a Lei no. 8.118/98, de autoria do vereador Hélio Corbelini, do PSB, igualmente institui o balanço social a todas as empresas do município;
 4. Em João Pessoa/PB, o Projeto de Resolução no. 004/98, apresentada pelo vereador Júlio Rafael, cria o Selo Herbet de Souza às empresas que desenvolverem seu balanço social com qualidade;
 5. A Câmara Municipal de Uberlândia/MG estabelece, em novembro de 1999, o Selo Empresa Cidadã, às empresas que apresentarem seu balanço social e desenvolverem ações socialmente responsáveis.

Vale destacar que os Projetos de Lei supracitados constituem alguns exemplos do amplo debate corrente ao final da década de 90. Em todo o país observa-se indícios de um processo de conscientização do empresariado nacional, “enquanto componente da heterogênea sociedade civil” (Paoli: 2002) propondo um novo perfil a esse segmento, conclamando-os a incorporarem uma proposta que venha minimizar, de alguma forma, o índice de exclusão social existente no país. Afinal, o empresariado tem um grande papel a ser desempenhado, sobretudo por constituir em um importante condutor da política econômica do país.

Na verdade, a empresa possui um triplo caráter (Gonçalves: 1980): em primeiro lugar, possui uma vertente econômica, responsável pelo empreendedorismo da empresa e de seus investimentos, que garante sua viabilidade na produção e prestação de serviços. Todo o funcionamento econômico da empresa, a produção e circulação de suas mercadorias e serviços, a geração de capital e lucro, estará atrelado à boa administração deste seu componente.

Contudo, a empresa em si não se limita ao maquinário e à matéria-prima utilizada, mas é resultado de uma ação humana. E este consiste no seu segundo caráter, cuja categoria homem se apresenta como um dos elementos fundamentais para o funcionamento da empresa.

Por fim, a empresa apresenta-se como detentora de um caráter social, isto é, ela também é componente de toda uma configuração estrutural que contém elementos políticos, econômicos, culturais e sócio-ambientais que interferirão, direta ou indiretamente, no interior de sua ação.

Este último caráter da empresa é o que lhe vai conferir todo um conjunto de responsabilidades que deverão ser assumidos por ela. Podemos destacar as diretamente relacionadas à gestão de pessoal, isto é, a oferta de boas condições de trabalhos, qualificação de seus funcionários e salários compatíveis com o cargo exercido, além de um programa de seguridade social que garanta uma aposentadoria digna aos trabalhadores.

Enquadra-se, ainda, na política de responsabilidade que deverá ser desenvolvida pela empresa, a qualidade de seus produtos e serviços, além de uma utilização consciente dos recursos naturais que serão revertidos em matéria-prima. Portanto, o balanço social apresentará dois indicadores fundamentais, a saber:

1. Os indicadores sociais são responsáveis pela avaliação do desempenho da empresa na sua política de gestão de pessoal. Aqui são considerados os programas desenvolvidos para qualificação, distribuição de cargos e remuneração dos funcionários, bem como o grau de satisfação destes com a empresa.
2. Os indicadores de participação que tem, como principal objetivo, avaliar o grau de participação de todos os integrantes da empresa, diretores executivos, acionistas e funcionários. O caráter participativo da empresa será avaliado a partir da integração de todos, num processo aberto ao diálogo, de forma democrática, onde todos terão oportunidade de expressar suas opiniões e idéias, propondo caminhos para o bom funcionamento da empresa. Será avaliado, também, o grau de satisfação de todos com relação ao nível de participação na empresa.

Contemplados os indicadores acima, a empresa terá condições de criar um ambiente de trabalho satisfatório aos seus funcionários, conferindo-lhes um bem-estar que terá seu reflexo na produtividade da empresa. Ao mesmo tempo, a empresa buscará um equilíbrio

entre o caráter econômico e social de sua atuação, reduzindo a margem de conflitos que estão sempre em iminência.

Destarte, a empresa atinge o seu devir-ser, ou seja, realiza sua dupla funcionalidade, que é a obtenção do lucro e a rotatividade dos mercados, paralelamente ao desenvolvimento de uma boa administração de seus recursos humanos e um maior compromisso com a esfera sócio-ambiental.

2.3. A responsabilidade social das empresas no Brasil: trajetória de mudanças na postura do empresariado nacional

O período que envolve o final da década de 60 e início da década de 70 pode ser demarcado, conforme dito anteriormente, como momento de grande destaque da ação empresarial mais voltada para a esfera social, tanto nos EUA, quanto na Europa.

No Brasil, é em meados da década de 60, no Estado de São Paulo⁷³, que surgem os primeiros discursos em torno de uma possível adesão do empresariado nacional à prática de ações socialmente responsáveis. A intenção aqui era sensibilizar os empresários para que estes pudessem incorporar às suas agendas de compromissos internos e externos, propostas de caráter social.

Um marco histórico, ainda que embrionário, é a publicação da “Carta de Princípios do Dirigente Cristão de Empresas”, em 1965 e a criação da Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE), em 1969. Embora sendo uma protoforma, a Carta se constituiu no primeiro documento de utilização do termo “responsabilidade social” no país. Conforme um trecho da Carta:

As crises e tensões do mundo contemporâneo devem-se a que as instituições econômico-sociais vigentes se afastaram dos princípios cristãos e das exigências de justiça social e que os antagonismos de classe, os aberrantes desníveis econômicos, o enorme atraso de certas áreas do país decorrem, em parte, de não ter o setor empresarial tomado consciência plena de suas responsabilidades sociais.

⁷³Vale destacar a importância do Estado de São Paulo como primeiro *locus* de discussão do tema “Responsabilidade Social”, principalmente por ser sede do grande desenvolvimento político-econômico do país e reunir as maiores empresas de representação empresarial.

É de suma importância compreender que o termo surge no Brasil, primeiramente, não para demarcar práticas efetivas de ações socialmente responsáveis, mas, antes de tudo, para despertar o interesse dos empresários por projetos de cunho social. Daí a temática ainda encontrar-se, na década de 60, restrita ao campo das idéias e dos discursos de uma pequena parcela de empresários paulistas, apresentando-se em formas de textos, alguns documentos escritos e em conferências, numa tentativa de conscientização cristã de valorização dos princípios de justiça social.

Seguindo a tendência norte-americana e européia, as empresas brasileiras iniciavam os primeiros passos rumo a um novo discurso, que se preocupava, sobretudo, com a produção de uma nova imagem, mais comprometida política e socialmente.

Inicialmente, algumas empresas cristãs que compunham a União Internacional Cristã de Dirigentes de Empresas (UNIAPAC), reuniam-se para discutir assuntos pertinentes às questões sociais. As primeiras discussões possuíam um caráter especulativo e pautava-se numa base teórica européia, embora considerando as especificidades da realidade brasileira.

Reflexões desse porte foram o ápice do 2º. Encontro Nacional de Dirigente de Empresas, promovido pela ADCE, no ano de 1977 e do “Plano de Trabalho 77/78”, da UNIAPAC. Demarcando uma fecunda reflexão sobre a temática da responsabilidade social das empresas. Os referidos eventos visavam, sobretudo, suscitar uma participação maior dos empresários frente às questões sociais.

Dentre os assuntos colocados em pauta, destacava-se a criação de um Balanço Social para as empresas brasileiras e as novas formas de gestão social, incorporando uma maior participação dos demais segmentos que as compunham. Os empresários consideravam o balanço social como um dos instrumentos necessários para se chegar a uma administração socialmente responsável. E discutiam-no com o propósito de elaborarem um balanço que contivesse indicadores eficientes e condizentes com a realidade nacional.

Embora se baseando em premissas teóricas européias e norte-americanas e nos exemplos de suas empresas, o empresariado nacional visava construir um balanço social que estivesse em concordância com a configuração sócio-econômica da América Latina. Daí empreenderem estudos no intuito de conhecer, ao máximo, a realidade do seu público interno e externo, bem como, os impactos sócio-ambientais causados pelas empresas.

Dentre os estudos realizados⁷⁴, destacam-se: estudos documentais e análises de publicações relacionados às necessidades sociais; estudos sobre o mundo do trabalho; estudo sobre as mudanças correntes em âmbito empresarial.

A preocupação com uma nova postura a ser adotada pelos empresários não era, de maneira alguma, gratuita: o próprio momento político brasileiro nas décadas de 70 e início de 80 evidenciava uma reestruturação do Estado, resultado da crise pela qual passava o modelo desenvolvimentista, efetivado a partir da década de 50.

O modelo desenvolvimentista, inaugurado no Governo de JK e que se manteve durante a ditadura militar, baseava-se numa grande intervenção do Estado, sobretudo na criação de condições favoráveis à internacionalização de nosso mercado interno, o que desempenhou, naquele momento, um importante papel no crescimento econômico do país.

No entanto, concomitante ao crescimento econômico brasileiro, uma desigual distribuição de renda fez do Brasil um dos países mais injustos do mundo, limitando o exercício da cidadania no cotidiano nacional. Assim, o Estado brasileiro sempre esteve a serviço de interesses particulares, sobretudo da acumulação capitalista privada, obstaculizando o efetivo protagonismo das massas populares e assegurando o controle político nas mãos das classes economicamente dominantes.

A prática de implementação de reformas políticas, sobretudo sob regimes autoritários, mostrou-se como outro instrumento eficiente em acarretar conseqüências negativas às instâncias governamentais. Primeiramente, devemos ressaltar que os longos períodos de fechamento do sistema político fizeram com que se instaurasse um presidencialismo dotado de incongruências entre o Executivo e o Legislativo. O primeiro sobredimensionado e, o segundo, esvaziado em seus poderes.

Em segundo lugar, a política brasileira assumiu contornos tecnocráticos em sua economia, entregando-se a determinados economistas que não hesitaram em definir os novos rumos do capitalismo nacional e sua inserção externa, transformando a gestão econômica em um sistema fechado e excludente.

⁷⁴ Realizados pela FIDES – Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social, a UNIAPAC – União Internacional Cristão de Dirigentes de Empresas e ADCE – Associação Cristã dos Dirigentes de Empresas.

Outro aspecto relevante diz respeito ao centralismo dado ao poder executivo, que passou a ser identificado como único agente das transformações necessárias à modernização do país, deslegitimando a ação dos partidos e do Congresso.

Finalmente, mencionamos o debilitamento da dimensão legal do Estado. O regime militar prontificou-se em desrespeitar a ordem legal constituída, mudando bruscamente as leis para o atendimento aos seus interesses individuais.

As mudanças correntes em âmbito internacional, proporcionaram condições favoráveis à adoção do projeto político neoliberal que evidencia a hipertrofia estatal e o excesso com gastos públicos no cerne da crise do Estado.

Durante a última década, os governos dos países latino-americanos adotaram este diagnóstico como justificador da ineficiência estatal, acreditando que a única saída existente seria o enxugamento da máquina burocrática e a redução da capacidade de intervenção do Estado.

No Brasil, a questão da reforma do Estado restringiu-se à dicotomia Estado-mercado, legitimando a essência neoliberal de contração do setor público e supervalorização do mercado como regulador das relações econômicas e sociais.

Frente às exigências de um mundo globalizado, no qual o êxito econômico é derivado do aumento da competitividade e da capacidade de ação estratégica, o Estado é pressionado, no sentido de empreender tarefas e funções cada vez mais complexas⁷⁵.

E o resultado, que ainda se desenha diante de nós, é uma constante ampliação do espaço do mercado, contrapondo-se a um desmonte da área social. A reflexão sobre estas nuances assumidas no Brasil nos leva a concluir a ausência histórica de um modelo de política social que seja tríade, isto é, que seja capaz de incorporar três dimensões básicas de uma sociedade, no mundo contemporâneo: Estado, mercado e sociedade civil⁷⁶.

E neste sentido, podemos dizer, pois, que a nova postura dos empresários nacionais que se iniciava frente ao mercado e a sociedade, na década de 60, estava intimamente relacionada a todo o contexto da reestruturação do Estado, que se constata a partir do declínio dos governos militares.

⁷⁵ O neoliberalismo preconiza um Estado soberano frente à capacidade de articulação política dos sindicatos, mas frágil, ou mesmo limitado nas intervenções econômicas junto ao mercado.

⁷⁶ O pensamento político brasileiro demonstra analiticamente a ausência de um projeto político nacional aglutinador de interesses de todos os segmentos sociais. As obras de Faoro (1994) e Fernandes (ANO), para citar alguns autores, são elucidativas para uma reflexão em torno da trajetória política brasileira.

E as décadas seguintes, sobretudo o final da década de 80 e início dos anos 90, demarcarão a discussão em torno da moral e ética nas empresas, não somente em relação às suas atividades internas, mas, também, ao seu papel no interior das ações que perpassam a esfera da responsabilidade social. Um exemplo deste foco de preocupação se concretiza através das publicações, no início dos anos 90, sistematizando debates produzidos pela FIDES⁷⁷ – Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social.

A transição da ditadura ao processo de redemocratização do Brasil demarca, no país, a necessidade de uma nova ética, ou melhor, do exercício mesmo da ética – já que esta possui um conceito próprio - sobretudo na política e no mundo empresarial⁷⁸.

Grandes questões eram pensadas com relação a esta nova prática, como por exemplo: Seria possível para uma empresa definir e exercer padrões éticos num país como o Brasil, em que ainda predomina a lei do “jeitinho” (Damatta: 2000), em que os próprios ocupantes de cargos públicos são os primeiros a violar as regras morais? Como obedecer às leis num país em que elas estão em constante mudança ou sendo, muitas vezes, julgadas inconstitucionais pelos tribunais superiores?

Sabemos, todavia, que a ausência da ética no interior da sociedade política, por meio de uma postura responsável e politicamente comprometida na condução das políticas públicas, não elimina o seu exercício na base da sociedade, principalmente tendo a sociedade civil organizada como vanguarda deste processo.

⁷⁷ Podemos citar aqui as publicações *O diálogo social e a ética* (Livraria Pioneira Editora, 1989) e *A Ética no mundo da empresa* (Editora Pioneira, Coleção Novos Ubrais, 1991.).

⁷⁸ Retomando a reflexão em torno da ‘Teoria da ação comunicativa’, de Habermas, apresentada na metodologia da presente dissertação, a ética assumirá um peculiar caráter político-social: enquanto ética subjacente, compreende Implica num momento ético subjacente, como um processo de entendimento sujeito-sujeito, que pressupõe uma relação mútua e não de dominação. Significa dizer que deve-se estabelecer uma relação social, sobretudo por compreender que a linguagem é dotada de uma ética embutida, exigência de reconhecimento mútuo da dignidade. Os agentes devem estar situados numa esfera comum de linguagem, havendo o reconhecimento de uma simetria universal de direitos. Isto colaboraria para eliminar a crise da modernidade, qual seja, a de existir uma única forma dominante de expressão da razão, anulando outras dimensões. Na razão comunicativa, o ser humano é, em princípio, não manipulável, mas autônomo, realizando sua ação em uma sociedade solidária, onde todos possuem direitos iguais. Isto significa dizer que o ser humano é dotado de um direito incondicionado, rejeitando qualquer forma de violência e discriminação de seus direitos. Recupera-se, então, a dimensão ética, emancipadora e comunicativa da razão. O processo crítico desemboca num processo comunicativo, sem necessariamente eliminar-se o sistema, mas colocando a razão comunicativa no centro de todo o processo de organização social. Para Habermas, é apenas a dimensão instrumental a crise da razão. A razão comunicativa não quer destruir a razão instrumental, mas englobá-la, sobretudo por entendê-la como necessária. Ela busca, assim, criar espaços de criticidade que submetam os processos sistêmicos, possibilitando o encontro de soluções para as patologias sociais e proporcionando uma mudança social de caráter equitativo.

Analisando melhor a questão da participação social na esfera pública, observamos, ao final da década de 70 e durante a década de 80, um maior envolvimento de amplos segmentos da sociedade civil brasileira no cerne das principais questões políticas vividas no Brasil. O nascimento, em nosso país, de uma sociedade civil enquanto instância de participação política da sociedade demarcou a ampliação dos quadros políticos voltados à ação social.

A busca pelo exercício de uma *práxis* democrática mais efetiva consolidada, portanto, um amplo processo de mudanças designado como ‘redemocratização política’. Além da promoção de uma abertura maior, sobretudo no que concerne à participação da sociedade na vida política de nosso país, este período demarca a falência do modelo intervencionista de cunho estatal.

Data desse período uma nova configuração que emerge no cenário político brasileiro, donde diferentes atores levantavam a bandeira em prol de um interesse comum, que podia ser resumido em uma única palavra: participação.

Conclamava-se a participação de diversas maneiras, fosse através das palavras de ordem pronunciadas por militantes da ala progressista de nossa esquerda em inúmeros protestos, pelas lutas e propostas dos movimentos sociais e ONGs⁷⁹, ou ainda nas greves empreendidas pelo ABC paulista, culminando com a promulgação da Constituição de 1988.

Vale destacar a importância estratégica das Organizações da Sociedade Civil – OSCs- e das ONGs, sobretudo na construção de um discurso e prática éticos, sempre procurando desenvolver uma conscientização crescente acerca da responsabilidade social e ambiental.

Observamos, então, um crescente processo de transformação da sociedade que, certamente, contribuiu para exercer pressão sobre os empresários, cobrando destes uma tomada de posição em um momento de mudanças conjunturais, sobretudo no campo da política. A construção e reprodução da chamada responsabilidade social corporativa pelas OSCs e ONGs, principais atores neste processo, incita a uma participação maior dos empresários e suas empresas.

⁷⁹ Fundamental nesse processo é a atuação dos movimentos sociais, protagonistas autônomos e reconhecidamente politizados. O papel das ONGs mostra-se igualmente importante, sobretudo por seu ativismo político, marca presente na luta pela equidade e justiça social.

A profusão de discursos em favor do exercício da ética ganha lugar paulatinamente em nosso país durante os anos 80. Os múltiplos segmentos organizados da sociedade civil ansiavam pela presença da ética em todas as dimensões do país, quer fossem públicas ou privadas: exigia-se atitude ética no exercício da política, nos deveres de cada cidadão, incluindo aí, aqueles responsáveis pela dinâmica econômica do país, como os empresários, os quais lidavam diretamente com a valorização (ou não) do ser humano, enquanto mão-de-obra e, ao mesmo tempo, consumidor de seus produtos, e do meio ambiente, enquanto matéria-prima de suas empresas.

A tentativa de construção de uma ética empresarial começa, então, a ganhar formas mais definidas, pelas quais ocorria a tentativa, por parte dos empresários, de uma aproximação, cada vez maior, tanto de seus investidores, acionistas e funcionários, quanto de comunidades mais próximas.

Embora se constituíssem em ações ainda restritas, ou mesmo tímidas, elas tornavam-se cada vez mais significativas e suscitavam, dos empresários, o interesse em torna-las públicas. Podemos afirmar ser uma estratégia de marketing da empresa, uma vez que apresentava à sociedade uma dimensão positiva de sua imagem. Isto não nega, contudo, que houvesse também um processo de mudança em curso, sobretudo em relação à tentativa de assumir, progressivamente, uma postura ética e de responsabilidade com as esferas sociais e ambientais.

As empresas começaram, então, a produzir material escrito, na forma documental, como relatórios regulares, que testemunhassem as novas atitudes desenvolvidas por algumas delas no Brasil.

Inicialmente estes documentos eram produzidos anualmente, recebendo o nome de Relatório de Atividades Anuais, e continham informações da contabilidade da empresa, como seus investimentos e ganhos. Posteriormente, os documentos passaram a descrever com maior clareza o balanço contábil e financeiro da empresa, fazendo alusão também aos projetos de cunho social, porventura, existentes. Esta nova forma de documentação das atividades das empresas recebe a denominação de Balanço Social e já foi apresentada no tópico anterior do presente capítulo.

Embora os primeiros documentos existentes sobre ‘responsabilidade social das empresas’ datem da década de 60, observar-se-á, na década de 90, uma maior discussão da temática, impulsionada, por um lado, pelo alargamento da ‘socialização da política’ e, por outro lado, em face das mudanças na ordem mundial, nos campos político, econômico, tecnológico e social. Portanto, esta década apresentar-se como um marco de mudança na mentalidade de uma significativa parcela do empresariado nacional. A questão da ética, da responsabilidade social e ambiental passa a ter seu devido espaço dentro das políticas de funcionamento interno e externo das corporações.

E isto se explica, sobretudo, pelas mudanças desencadeadas pela ordem mundial, nos campos político, econômico, tecnológico e social. Além disso, o último decênio demarca uma difusão e aceitação maior, entre os empresários, dos relatórios anuais das empresas, contendo seu desempenho social e ambiental.

O que aparece como diferencial é a defesa de um capitalismo mais social, defesa esta feita contraditoriamente por aqueles que contribuem na configuração de um sistema altamente excludente: as lideranças empresariais. A preocupação com a dimensão social é expressa por meio das publicações, no início dos anos 90, de debates produzidos pela FIDES – Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social. Como nos apresenta Mario Ernesto Humberg (1991: 7) em uma das publicações da FIDES:

A classe empresarial tem hoje uma grande responsabilidade, a de liderar a mudança da atual situação. Se os empresários começarem a tomar atitudes a nível de suas organizações, o país começa a mudar. (...) A empresa deve ser o veículo de desenvolvimento social das pessoas, e não apenas um gerador de lucros para seus proprietários e acionistas.

Desde então, as décadas seguintes vêm confirmar o surgimento cada vez maior de empresas que visam incorporar em suas estratégias e metas de ação uma postura socialmente responsável. Elencando-as, teríamos:

- Em 1982, a criação do Prêmio Eco de Cidadania Empresarial pela Câmara Americana do Comércio de São Paulo;
- Em 1984, publicação do primeiro balanço social de uma empresa brasileira, a Nitrofertil;
- Em 1990, é criada a Fundação Abrinq por empresários do setor de brinquedos ligados a Abrinq (Associação Brasileira dos Fabricantes

de Brinquedos). O objetivo maior da entidade sem fins lucrativos é a promoção da defesa dos direitos e o exercício da cidadania de crianças e adolescentes;

- Em 1992, divulgação das ações sociais desenvolvidas pelo Banespa, resultado direto das discussões empreendidas pela Eco-92, realizada no Rio de Janeiro;
- Em 1993, o Pensamento Nacional das Bases Empresariais – PNBE – apóia a Campanha Nacional da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, cujo representante maior foi o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho;
- Em 1995, é criado o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas, GIFE que, segundo muitos autores (Schommer & Fischer: 1999; Lima: 2002), é considerado a primeira entidade que verdadeiramente se preocupou com a questão da filantropia, cidadania e responsabilidade social. Como demonstração desta preocupação, o grupo adota o termo “cidadania empresarial”, fazendo referência às atividades realizadas pelas corporações, visando a melhoria da qualidade de vida da sociedade e sua paulatina transformação;
- Ainda em 1995, a Fundação Abrinq, através da criação do programa Empresa Amiga da Criança, busca estimular o envolvimento do empresariado brasileiro no combate ao trabalho e exploração infantis. A empresa, que assumisse o compromisso em relação ao direito das crianças e adolescentes, receberia uma certificação em forma de um selo Empresa Amiga da Criança que acompanharia todos os seus produtos⁸⁰;
- Em 1997, o lançamento de um modelo de balanço social e criação do selo Balanço Social como meio de incentivo às empresas brasileiras a

⁸⁰ Conforme nos apresenta Morales (2002), são três os pré-requisitos que devem ser tomados pela empresa para o recebimento da certificação: assinar um compromisso de não utilização da mão-de-obra infantil em sua empresa; desenvolver ou apoiar programas de melhoria das condições de vida de crianças e adolescentes e, por fim, divulgar sua responsabilidade para sua rede de parceiros, no intuito de engajar mais atores sociais no processo.

divulgarem os resultados de suas ações sociais. Ambos foram lançados por Betinho em parceria com o Jornal Gazeta Mercantil;

- Em 1998 é criado, pelo empresário Oded Grajew, o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade social. O empresário é um dos fundadores da empresa Grow Jogos e Brinquedos. Atualmente, o Instituto funciona como mediador entre os empresários e as ações sociais, objetivando a prática da responsabilidade social empresarial. Conta, para tanto, com publicações, programas, experiências e eventos voltados para todos os que se interessam pela temática.
- Em 1999 é fundado o Instituto Coca-Cola no Brasil, cujas atividades são voltadas para a área educacional. O Instituto funciona também no EUA desde 1984.

Além das iniciativas supracitadas, existem outras como o prêmio Selo Empresa Cidadã, concedido pela Câmara Municipal de São Paulo às empresas que tem a responsabilidade social incluídas em suas atividades e publicam periodicamente o seu balanço social. Há, ainda, o prêmio Top Social, premiação dada pela Associação de Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil (ADVMB).

Muitas empresas destacam-se por trabalhos voltados ao desenvolvimento da responsabilidade social, como a Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e a Nestlé. Além da criação de normas como ISSO e qualidade total, ambos reflexo de uma tentativa de contribuição para uma melhoria da qualidade de vida social.

Podemos afirmar, portanto, que a década de 90 demarca uma presença maior dos empresários, no que concerne ao desenvolvimento de ações sociais sistemáticas e mais efetivas. Ao mesmo tempo, as empresas passam a divulgar sistematicamente suas ações, sobretudo aquelas diretamente relacionadas à comunidade, aos funcionários e ao meio ambiente.

Uma nova perspectiva dada às empresas, que vem sendo entendida como responsabilidade social, reafirma uma nova abordagem sobre o significado do conceito de empresa: aqui ela será entendida muito além de uma corporação que visa tão somente o lucro, ou mesmo, geradora de empregos, produtora de bens, serviços e produtos ou que paga seus impostos, contribuindo então para o funcionamento de mercado.

Atrelada a todas as características que já são inerentes ao seu caráter, a empresa incorporará um novo sentido, ou seja, o da sua interação com a sociedade. Refletir sobre o papel da empresa é entender, segundo Vieira (1991: 31):

Os empresários, pela liderança que exercem na sociedade, devem começar nas suas empresas a tomar atitudes de civismos, e o civismo não seria só o hasteamento da bandeira ou solenidades cívicas, mas, num sentido muito mais amplo, de fazer valer os nossos direitos de cidadania, que continuam sendo espeznhados por qualquer autoridade de segundo ou terceiro escalão. Seria um caminho bastante proveitoso e que renderia muitos frutos no sentido não só de moralizar a Administração Pública, fazendo com que ela respeite os direitos dos cidadãos, como também de nos obrigar a ter o mesmo respeito para com os direitos dos demais.

Como nos coloca Hugo Marques da Rosa⁸¹ (1991: 94), a empresa “é um veículo social”, isto é, um veículo de desenvolvimento das pessoas. Segundo o autor, “... se a empresa é composta por pessoas, para que a empresa se desenvolva é necessário que as pessoas se desenvolvam”.

Portanto, os acontecimentos mundiais das últimas décadas encaminham para uma reflexão em torno de um novo olhar sobre a missão da empresa. Como dito anteriormente, enquanto sujeito central do mercado e em estreita relação com o Estado e a sociedade, a empresa deverá repensar seu papel, sobretudo no novo milênio. Deverá ela definir suas múltiplas formas de interação com os três segmentos anteriormente mencionados – Estado, mercado e sociedade civil -, e ainda, com o meio ambiente. Terá ela também suas responsabilidades em relação ao futuro da sociedade, da política, da economia e do próprio meio ambiente, onde são regidas todas as decisões pertinentes à humanidade.

Daí a necessidade de uma análise do que chamamos de responsabilidade social, tomando-a como temática de estudo, sobretudo por sua natureza instigante, no momento em que se evidencia na possibilidade de ser um novo *habitus* assumido pelo empresariado. Poderíamos, neste momento mesmo, levantar a hipótese de que o que é denominado como “responsabilidade social empresarial” pode-se mostrar como uma tentativa de neutralização das contradições do sistema capitalista, atuando diretamente nas suas mais cruéis conseqüências sociais.

⁸¹ Presidente da Corporação Método.

Importante fazer uso analítico-metodológico das categorias ‘campo’, *habitus* e ‘mercado’, contidas no pensamento sociológico bourdieusiano. Bourdieu propõe olhar os atores sociais como construtores de suas representações e das estratégias de ação que estabelecem no interior do mundo social em que se encontram inseridos. Esta dimensão subjetiva de sua análise irá contrapor-se à análise estrutural⁸², muito embora esta seja reconhecida como necessária dentro da investigação social. O que o sociólogo deve ter em mente é que não se deve reduzir esta contribuição, tomando os indivíduos e a realidade social como meras ‘coisas’ a mercê de modelos e regras já estabelecidos. Os indivíduos e o mundo social possuem uma dinâmica de interação própria.

Importante, pois, compreender que uma dada realidade somente será objetivada ao tomá-la como um “espaço de possíveis”, caracterizados por teias de relações estruturadas possuidoras de um significado social dado por seus próprios agentes sociais. Daí inserirmos o presente objeto de estudo em um arcabouço teórico que nos possibilite compreender seu significado político-social, conforme proposto em nossa metodologia de trabalho.

Sob a perspectiva de Bourdieu, poderíamos demarcar o final do século XX como marco de uma releitura do mundo e dos indivíduos que dele fazem parte, atribuindo um novo significado aos atos objetivos e subjetivos que participam da dinâmica do contexto sócio-político em nossa atualidade.

⁸² Em seu livro *Coisas Ditas* (1990), Bourdieu evidencia seu posicionamento enquanto intelectual e estudioso. Ao estabelecer a distinção entre o estruturalismo e o construtivismo, apresenta a contribuição de ambos para as ciências humanas e assume-se como um estruturalista construtivista, sobretudo por considerar a existência de uma relação dialógica entre as duas teorias. Segundo o autor: “Embora com o risco de parecer muito obscuro, poderia resumir em uma frase toda a análise que estou propondo hoje: de um lado, as estruturas objetivas que o sociólogo constrói no momento objetivista, descartando as representações subjetivistas dos agentes, são o fundamento das representações subjetivas e constituem as coações estruturais que pesam nas interações; mas, de outro lado, estas representações também devem ser retidas, sobretudo se quisermos explicar as lutas cotidianas, individuais ou coletivas, que visam transformar ou conservar essas estruturas. Isso significa que os dois momentos, o objetivista e o subjetivista, estão numa relação dialética e que, por exemplo, mesmo se o momento subjetivista parece muito próximo quando o tomamos isoladamente nas análises interacionistas ou etnometodológicas, ele está separado do momento objetivista por uma diferença radical: os pontos de vista são apreendidos enquanto tal e relacionados a posições dos respectivos agentes na estrutura.”. Assim sendo, Bourdieu irá conferir à ação um caráter de ‘significação do mundo’, no qual a sociedade será reconhecida enquanto intersubjetividade cujo ponto de partida é o sujeito. Isto não significa dizer que Bourdieu rejeita o conhecimento objetivista, mas sim busca ultrapassá-lo, muito embora apreenda dele sua devida contribuição.

Todo o agravamento da fome, da miséria, do desemprego, enfim, do número de pessoas excluídas configuram-se num *mercado*⁸³ que justifica a prática da responsabilidade social das empresas, rumo à atenuação deste quadro e, por que não dizer, uma das alternativas⁸⁴ enquanto projeto social viável ao exercício pleno da cidadania no cerne da sociedade.

Assim sendo, o modo de inserção do empresariado na esfera social, apresenta-se enquanto uma competência dotada de um sentido próprio, de um valor atribuído por um dado mercado, que faz com que ela se legitime enquanto prática, enquanto *habitus* inserido em um determinado campo.

Sabendo que o *habitus* de cada indivíduo orienta-se conforme o espaço social ocupado por ele, o mesmo buscará desenvolver estratégias e práticas de caráter antecipador, que são guiadas por esquemas de percepção, de pensamento e de ação inconscientes. Tais esquemas resultam de um longo trabalho de educação e de socialização, que envolvem o indivíduo em suas vivências presentes e passadas, e possuem um significativo peso em suas experiências futuras.

Uma das hipóteses levantadas é a de que o desenvolvimento da responsabilidade social no Brasil constitui fruto de uma tradição das práticas filantrópicas construídas historicamente no país, constituindo-se, por isso mesmo, um *habitus*, no sentido bourdieusiano. As bases da filantropia no Brasil foram reguladas, inicialmente, pela ação da Igreja Católica. Posteriormente, o Estado assume também este papel na forma de política

⁸³ O conceito bourdieusiano de mercado será abordado na presente dissertação sob outro prisma analítico: aqui não incorporará as produções lingüísticas, conforme proposto por Bourdieu, mas apresentar-se-á como um palco ao desenvolvimento das práticas filantrópicas ou de responsabilidade social. Em outras palavras, compreender que, para que haja uma nova postura social do empresariado brasileiro, torna-se necessário a existência de um mercado propício a tais práticas. Há que precisar, contudo, a noção de mercado, descrevendo as relações objetivas que lhe conferem um sentido próprio a sua estrutura. Segundo Bourdieu (1983): "O mercado (...) é algo muito concreto e, ao mesmo tempo, muito abstrato. (...) é uma certa situação social, mais ou menos oficial e ritualizada, um certo conjunto de interlocutores, situados abaixo ou acima na hierarquia social, ou seja, uma série de propriedades percebidas e apreciadas de maneira infra-consciente e que orientam inconscientemente a produção lingüística. Definido em termos abstratos, é um certo tipo de leis (variáveis) de formação dos preços das produções lingüísticas." Como dito anteriormente, determinadas competências só adquirem sentido se estiverem atreladas a um mercado que lhe dê um significado, um valor.

⁸⁴ Dizemos, aqui, alternativa, uma vez que não podemos de todo isentar o Estado de sua responsabilidade para com o social na execução das políticas públicas. Assim, a prática da filantropia, do voluntariado, e de outras manifestações da sociedade civil podem vir a complementar a ação estatal, mas nunca substituí-la.

pública, institucionalizando a assistência social enquanto forma legítima de ações filantrópicas⁸⁵.

Enquanto *habitus*, a prática da filantropia possui uma datação institucional, a saber, a década de 30 do último século. Desde então, vai legitimando-se enquanto prática de vários segmentos da sociedade civil. Contudo, no campo da ação empresarial surge uma importante questão: terá a filantropia empresarial reconhecimento institucional e público enquanto nova forma de contribuição com a esfera social – um novo *habitus* do empresariado - através do desenvolvimento de projetos sociais?

Importa dizer que todo o processo de construção de um discurso e práticas socialmente responsáveis se deve não somente à conjunção de interesses pessoais de muitos empresários, mas também, expressa disputas de poder internas desta categoria social, por uma nova configuração política, que busca exercer maior pressão no conjunto da sociedade civil e, ao mesmo tempo influir no re-ordenamento das funções do Estado, o que vem conduzindo à necessidade de maior adaptação empresarial no cerne das principais transformações nacionais e internacionais.

Embora seja observada a tendência de investimentos privados em projetos de caráter público, delineando novas estratégias de ação social utilizadas pelo empresariado, estas, muitas vezes, caracterizam-se como uma filantropia empresarial, uma vez que não incorpora uma a dimensão política, de reflexão em torno da cidadania e democracia como sendo direitos conquistados e estabelecidos a toda a sociedade. Como nos coloca Paoli (2002: 376):

Domesticando o alcance político próprio da noção de bens públicos à eficiência dos procedimentos privados de gestão, intervindo de modo pulverizado ao arbítrio das preferências privadas de financiamento, as ações filantrópicas rompem com a medida pública ampliada entre necessidades e direitos e,

⁸⁵ Historicamente, podemos dizer que a assistência social vem se estruturando nas relações com a sociedade civil e no interior do Estado, sobretudo por se constituir em práticas realizáveis com as “sobras” de recursos, o que é diferente da política, que exige responsabilidade, compromisso e, principalmente, orçamento próprio. Ela irá emergir, no Brasil enquanto política de seguridade social, ao lado da saúde e da previdência, somente com a promulgação da Constituição Federal Brasileira de 1988. Apesar de seu reconhecimento enquanto política pública, a assistência social não romperá com a subalternidade da população carente. Ao contrário, ela reiterará a dependência, caracterizando-se como uma ‘política de alívio’, neutralizando demandas e reivindicações. Significa dizer que a assistência social sempre esteve presente de forma dúbia na agenda do Estado brasileiro. Na realidade, sua ação mais efetiva parte das iniciativas oriundas de organizações da sociedade civil do que mesmo no campo estatal, através do seu reconhecimento enquanto política de responsabilidade pública.

portanto, não criam seu outro pólo, o cidadão participativo que comparece no mundo para além da figura passiva do beneficiário, sombra de quem o beneficia.

Contudo, cabe-nos investigar estas e outras questões, no intuito de compreendermos o que vem a ser denominado de “responsabilidade social”, principalmente quando observamos um novo modo de agir dos empresários. Destarte, algumas questões requerem uma análise mais delimitada, como aquelas relacionadas ao investimento na área social para o desenvolvimento de uma *práxis* da cidadania.

A noção de responsabilidade social empresarial torna válido o questionamento de uma possível articulação do conceito de ação social empresarial ou, ainda, cidadania empresarial, com a existência de um projeto de construção de uma imagem positiva acerca da iniciativa privada, sobretudo no Brasil.

Qual seria, portanto, a razão para que o empresariado se volte à sociedade no intuito de intervir não somente de forma mercadológica, mas também sócio-política, buscando atingir uma dimensão humanitária de contribuição mais efetiva, através de financiamento de projetos sociais? Que tipo de percepção é construído a partir dele em torno de uma ação socialmente responsável para com aquele desprovido ou mesmo alheio (no sentido marxista de alienação) de sua condição humana?

Ao lado dos questionamentos acima, temos outros também importantes, que se revelam como ‘questões-chaves’ e que serão analisados no corpo da dissertação. São elas: O que tem motivado os empresários a investir em projetos ou práticas de responsabilidade social? Qual a relação que estabelecem entre a lógica do lucro e a lógica dos direitos sociais? O intuito é esclarecer como o empresariado participa na promoção de mudanças sociais, exercendo influência (ou não) na formação e construção de uma consciência política voltada para a participação popular e para a elaboração de um novo modelo de relação social entre Estado e sociedade.

A questão central apresentada acima trará embutida outros questionamentos específicos à empresa, a saber: como o Grupo J. Macêdo, nosso objeto de estudo, concebe e em que momento sentiu a necessidade de implementar uma prática socialmente responsável? Que significado a responsabilidade social tem para a empresa em termos de demarcação e inovação? Que desdobramentos vêm sendo gerados com esta nova postura e que mudanças vêm promovendo na política interna e externa da empresa?

Buscar respostas a todas as indagações acima realizadas, tendo como cenário o processo democrático brasileiro com todos os seus avanços e retrocessos, nos permitirá construir uma análise sobre este novo espaço criado, qual seja, o alargamento do espaço público mediante a efetivação de projetos sociais. Um espaço onde se dinamizam duas lógicas distintas, a saber, a lógica do mercado e a lógica da cidadania.

Para tanto, há de considerar que o presente objeto de estudo encontra-se inserido em um contexto histórico, político e econômico que deve ser apresentado, sobretudo porque é a partir dele que observamos todas as tomadas de posições observadas nas últimas décadas e que configuram aos espaços públicos a construção de uma *nova institucionalidade* (Telles: 1994)

O capítulo seguinte destina-se à análise dos caminhos percorridos pela vida político-econômica cearense, bem como, os espaços construídos para ascensão da classe empresarial ao poder. Visa, também, apresentar as experiências existentes em torno do que se denomina como responsabilidade social, e suas implicações em um novo *habitus* que se pretende constituir.

PARTE II

DESVENDANDO AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL NO ESTADO DO CEARÁ

Capítulo 3. Responsabilidade Social no Estado do Ceará: a atuação das empresas cearenses

O cadastro industrial de empresas cearenses registrou, no ano de 1989, o incremento de 4.839 novas empresas, inseridas em um universo de, aproximadamente, 7.500 empresas, incluídas as de grande, médio e pequeno porte. Significa, portanto, um crescimento de 64,52% no número de empresas que compunham o parque industrial do Ceará, ao início da década de 90.

Atraídas ao Estado, sobretudo, pelos benefícios oriundos da política econômica empreendida pelo governo Jereissati, as empresas recém-chegadas reestruturavam-se economicamente, sempre em consonância com o padrão de desenvolvimento do capital internacional⁸⁶. O novo momento de desenvolvimento industrial apresentava-se repleto de novos conceitos e técnicas, o que exigia do empresariado uma maior inserção no universo de (re)produção do capital.

Assumir padrões de flexibilidade para, então, inserir-se em um mercado globalizado, com competitividade, o mínimo de sustentabilidade e um programa de qualidade total tornava-se um desafio posto aos empresários, deixando-se, para um segundo plano, o compromisso com uma gestão socialmente responsável.

Na verdade, a preocupação com a dimensão social por parte da empresa, no Ceará, é um fato muito recente. Observa-se que, somente em meados da década de 90 emergem, ainda de forma incipiente e fragmentada, as primeiras propostas de projetos voltados à esfera social. E, mesmo assim, a carência, por parte do empresariado local, de uma reflexão aprofundada em torno do próprio conceito de ‘responsabilidade social’ obscurece o sentido e o compromisso político-social dessas ações.

Todavia, é importante esclarecer que toda a discussão em torno do papel social da empresa no processo de desenvolvimento econômico em nosso Estado encontra-se estreitamente associada com uma tendência crescente de vínculo entre as ações exercidas e os indicadores de fortalecimento do processo produtivo.

⁸⁶ O padrão de desenvolvimento do capital internacional exige das empresas a incorporação de uma série de novos conceitos pertinentes ao mundo do trabalho, com o intuito de gerar maior margem de lucro num espaço temporal menor, por meio de uma maior qualificação do funcionário. Dentre os conceitos e novos parâmetros adotados, destacam-se: programa de qualidade total, flexibilidade, participação e trabalho em equipe, mercado global, competitividade.

Nessa perspectiva, as próximas linhas destinam-se à apresentação de experiências de empresas cearenses no que diz respeito à compreensão, por elas desenvolvidas, do conceito de ‘responsabilidade social’. A exposição das ações desenvolvidas seguir-se-á de uma análise do contexto político-econômico e social que deu espaço à discussão e reflexão norteadoras da responsabilidade social em nosso Estado.

3.1. O Ceará como palco de ação

É sabido que as eleições de 1986 constituíram um marco legal de mudanças na política cearense, sobretudo por demarcar a ascensão de uma nova elite⁸⁷ no Ceará, denominada na presente dissertação de *‘bloco-renovador empresarial’*⁸⁸. Esta nova elite, autodenominada como propagadora das “mudanças”, instauradora do moderno em detrimento do arcaico, influenciaria de modo decisivo no cenário político-econômico cearense e teria, como futuro próximo, o seu reconhecimento, enquanto força política, em todo território nacional, sobretudo por inaugurar um novo ciclo de dominação entre os diferentes atores políticos⁸⁹.

Sabendo que esse bloco comporá o então denominado “governo das mudanças” (que se inicia ao final da década de 80), torna-se fundamental proceder a uma análise acerca das suas características fundamentais, no intuito de construir um raciocínio lógico sobre a relação entre o Estado e a sociedade civil⁹⁰ neste período. Assim sendo, as próximas linhas destinar-se-ão ao conhecimento de uma parte da história da política no Ceará, sobretudo a

⁸⁷ Conforme Siebra (1999, 23): “Elite política é compreendida no sentido de que parcela da classe dominante, passa a ter hegemonia sobre os outros grupos e é capaz de estabelecer políticas que em geral são aceitas, ou pela força, ou pelo consenso”.

⁸⁸ Termo utilizado por Dreyfuss (1986), designando setores do empresariado brasileiro organizado, no período de transição democrática, em 3 frentes políticas destinadas à votação da constituinte, a sucessão estadual e a sucessão presidencial.

⁸⁹ A organização e ascensão de uma nova força política já se esboçava em todo território nacional. Conforme os estudos de Dreyfuss (1986, 1989) e Parente (1989), o período que precede a votação da Constituinte e, posteriormente, a possibilidade de eleição do primeiro presidente por voto direto, mostrou-se como momento propício a articulação de um projeto político alternativo oriundo de uma fração da burguesia diferenciada dos setores tradicionais, sobretudo por compor-se de jovens empresários.

⁹⁰ A noção gramsciana de sociedade civil compreende organismos “privados” e “voluntários”, como os partidos, as diversas organizações sociais, as empresas, as igrejas, as escolas, os meios de comunicação, etc, responsáveis pela elaboração e difusão das ideologias e dos valores simbólicos que visam a ‘direção’. Para Gramsci, a sociedade civil é uma categoria dinâmica, que tem a capacidade de articular, no interior dos diferentes grupos políticos, forças convergentes e situações conjunturais abarcando uma amplitude de objetivos estratégicos.

que compreende o início do século XIX, passando pelo “governo dos coronéis” - Virgílio Távora, Adauto Bezerra e César Cals -, e culminando com os últimos 16 anos⁹¹ de governo de Tasso Jereissati e seus aliados.

Tal reflexão torna-se importante, sobretudo para compreendermos a dinâmica empresarial neste contexto político, enfocando principalmente seu papel no estabelecimento de mudanças decisivas na esfera pública e daí retirar elementos norteadores de nossa análise sobre a responsabilidade social do Grupo J. Macêdo, nosso objeto de estudo.

Os contornos da política cearense são caracterizados por dois momentos distintos (Parente: 2000, 21): o conservadorismo, mantido pelas oligarquias, e o ‘modernismo’, sustentado por um grupo empresarial emergente no Estado e que é liderado por Tasso Jereissati.

O primeiro momento, marcado pelo conservadorismo e clientelismo⁹², teve sua origem na década de 80 do século XIX. Neste período, a Igreja Católica iniciava sua institucionalização na Província do Ceará, exercendo forte influência na formação intelectual do clero e das elites cearenses. O Seminário da Prainha, instalado em 1864, na cidade de Fortaleza, juntamente com um conjunto de colégios católicos e seminários, foram responsáveis pela potencialização e socialização de uma homogênea elite.

O principal objetivo deste processo de socialização consistia na recuperação, por parte da Igreja Católica, de espaços vitais na política cearense e na organização e formação da sociedade civil.

A esfera política encontrava-se retida nas mãos de uma oligarquia agrária dotada de princípios, com fortes traços de conservadorismo, o que não possibilitava uma abertura política que viabilizasse a articulação e participação de diferentes segmentos da sociedade civil.

As elites cearenses, representadas como categorias sociais, apresentavam uma significativa capacidade de organização, o que lhes conferia um caráter coeso e centralizador, sobretudo na detenção do poder político.

⁹¹ Refere-se aos mandatos, respectivamente, de Tasso Jereissati (1987/1990), Ciro Gomes (1991/1994), Tasso Jereissati (1995/1998) e, por último, Tasso Jereissati (1999/2002).

⁹² Vale ressaltar que o clientelismo, no Brasil, constituía um dos traços característicos do coronelismo, sistema iniciado na República Velha e que perdurou, no Nordeste, até a década de 50 do século passado. Segundo Gondim (1998: 15): “...o clientelismo surge e prospera em estruturas sócio-econômicas tradicionais,

Durante o século XX, conforme Parente (2000), existiram quatro círculos de elites no Ceará, cuja homogeneidade e coesão política os conduziram a uma permanência no poder por mais de uma década em relação a outros grupos políticos. Apresenta-se da seguinte forma: o início do século marcado pelo fortalecimento da oligarquia de Nogueira Accioly; a década de 30, com a forte influência da Liga Eleitoral Católica; a década de 70, com a força política dos coronéis e a década de 90, com a hegemonia política do PSDB, representada pelos empresários.

A homogeneidade ideológica, presente nas elites cearenses, denota uma característica marcante no processo de colonização brasileira: a preocupação de Portugal em gerar uma elite que fosse capaz de dar continuidade aos seus interesses político-econômicos no interior do Brasil. Segundo Carvalho apud Parente (2000: 26):

... a homogeneidade ideológica e o treinamento seriam características marcantes da elite política portuguesa, criadora e criadora do Estado absolutista. Uma das políticas dessa elite seria reproduzir na colônia uma outra elite feita à sua imagem e semelhança. A elite brasileira, particularmente da primeira metade do século XIX, teria treinamento em Coimbra, concentrado na formação jurídica, e seria, parte do funcionalismo público, especialmente da magistratura e do exército. Essa transposição de um grupo dirigente teria talvez maior importância que a transposição da própria Corte portuguesa e foi fenômeno único na América.

De fato, as elites cearenses, assim como as elites portuguesas e as outras nacionais, buscavam desenvolver sua hegemonia política com a manutenção de uma ideologia conservadora, agregada a uma economia voltada para o cultivo do algodão. Não podemos nos esquecer que a convivência direta com as conseqüências das secas periódicas ocorridas, principalmente no Estado do Ceará em relação aos demais Estados nordestinos, fragilizava as elites locais política e economicamente⁹³.

Na realidade, houve a preocupação em desenvolver, como estratégia de sobrevivência das elites, uma política de modernização conservadora, sobretudo com a criação do DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra a Seca - e da SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, ambos voltados para a problemática da seca no Estado. Segundo Parente (2000, 59):

marcadas pela economia de base familiar ou patriarcal, sendo caracterizado por relações de dependência mútua dos envolvidos, alicerçada na troca de favores.”

⁹³ Conforme Gondim (1998), os estudos históricos sobre o coronelismo no nordeste brasileiro não apresentam uma data precisa para o seu desaparecimento, sobretudo por haver escassos estudos com dados empíricos sistemáticos.

A dramaticidade da seca afetava, ainda, as elites políticas que eram socorridas pelo governo federal. A capacidade financeira do Estado não lhe permitia ir além do que era estipulado por verbas federais. A fragilidade dos coronéis era potencializada na quebra das premissas de sua existência, cujo aparente centralismo foi quebrado com a oficialização do multipartidarismo, e, conseqüentemente, a homogeneidade baseada na patente num regime militar em crise. Nessa conjuntura, as novas correlações de forças políticas começavam a se estruturar.

Podemos dizer, ainda, que a Revolução de 30 contribuiu no processo de modernização conservadora da política, promovendo o declínio do sistema coronelista, sobretudo ao implantar mudanças institucionais significativas, como a regulamentação eleitoral de 1932 e o processo de centralização política.

A urbanização e o melhor desenvolvimento dos meios de comunicação, levados a cabo na década de 50, principalmente com a abertura de estradas e a difusão do rádio de pilha, contribuíram fortemente para solapar as bases sociais do coronelismo.

Inicia-se a transição entre o sistema político anterior e um novo, também fundado no clientelismo, mas de caráter mais complexo: o populismo. No populismo, há uma presença mais efetiva do Estado, que interfere, sobretudo, no processo de deslegitimação dos mecanismos democráticos de representação. Entretanto, no regime populista não se observa, de forma explícita, um controle dos estratos sociais por meio da submissão pessoal, característico do coronelismo.

O regime político populista, como nos governos de Vargas, Jango e Brizola, mobilizava as massas em torno de valores ideológicos como o nacionalismo, estadismo e moralismo, e de conquista de direitos sociais e trabalhistas, configurando o que Gondim (1998), citando Diniz (1982), denomina de “clientelismo de categorias”⁹⁴.

Assim, o poderio político de uma elite conservadora que se apresentou através de três múltiplas facetas – clã familiar, oligarquia regional e coronelismo (Parente: 1998), – inicia seu processo de declínio, cedendo lugar à nova geração de senhores do poder: o empresariado.

⁹⁴ Segundo a autora, o populismo incentivava a mobilização da massa, seja incutindo-lhe valores como estatismo, moralismo e nacionalismo – com forte caráter ideológico – ou ainda pela conquista de direitos baseados no sentimento de pertença a determinadas categorias, como religiosas, ocupacionais e outras.

Neste segundo momento, a primordial característica é a modernização do Estado, sendo inaugurado na década de 50, do século XX, com uma ideologia voltada para o nacional-desenvolvimentismo. Segundo Abu-El-Haj (2002: 83), *“Desde os anos cinqüenta, o desenvolvimentismo se transformou na forma peculiar de intervenção do Estado brasileiro, gerando laços orgânicos entre a estrutura econômica estatal e o empresariado nacional e multinacional.”*

Para que os princípios do desenvolvimentismo adquirissem força nos Estados nordestinos, é criado, em julho de 1952, o Banco do Nordeste do Brasil, que constituiu o principal instrumento de formação e socialização das tarefas do governo. Outro objetivo presente na função estratégica do Banco era a veiculação do pensamento direcionado aos estudos, à pesquisa e ao planejamento da região Nordeste.

Destacamos, ainda, seu papel na formação de novas elites, então incorporadas ao banco enquanto corpo de técnicos especializados em planejamento e pesquisa e, posteriormente, ocupando altos cargos na administração estatal. Ao lado do BNB, exerceram grande influência na construção deste cenário de mudanças, a SUDENE e a Universidade Federal do Ceará. Ao contrário do período político anterior, de cunho marcadamente conservador, este segundo momento assumia como principal meta o desenvolvimento de um projeto estrutural de mudanças, válido, sobretudo, para a esfera política e econômica⁹⁵.

O objetivo era integrar a economia cearense ao sistema nacional, estimulando a criação de uma elite industrial capaz de gerar uma política de mudança estrutural econômica que os libertassem dos efeitos nefastos da seca. Assim sendo, a atuação da SUDENE⁹⁶ representou a transformação paulatina de uma região de caráter agro-exportador em um pólo gerador de capital através, principalmente, da produção de insumos básicos e outros bens intermediários.

⁹⁵ Contrapondo-se aos setores mais tradicionais da burguesia, o mencionado projeto político-econômico primava pela desarticulação de práticas de paternalismo, clientelismo e dependência, via empreguismo, presente sobremaneira na relação entre o homem do campo e o coronel.

⁹⁶ A SUDENE desenvolvia uma política de incentivos fiscais e concessões de créditos subsidiados. Contando com o apoio do governo, inseriu a região Nordeste na divisão internacional do trabalho, liderada pela região Centro-Sul.

Ressalta-se que o incentivo dado pela SUDENE ao desenvolvimento industrial da região Nordeste possibilitou o surgimento de novos atores sociais e políticos, como empresários industriais, trabalhadores de indústrias e uma nascente classe média.

Ao final da década de 70, o Ceará estava sendo preparado para tornar-se o III Pólo Industrial do Nordeste, liderado por Virgílio Távora, com sua experiência de planejamento estratégico, em aliança com uma elite de industriais cearenses. A principal meta do *bloco renovador-empresarial* que se consolidava era a reativação do nosso Centro Industrial, guiada pelo ideário de modernização do Estado.

Podemos dizer ainda, que a segunda fase desenvolvimentista do Nordeste, iniciou-se com a inauguração do FINOR – Fundo Industrial do Nordeste, em 1974, e apresentou-se como cenário de atuação do CIC – Centro Industrial do Ceará⁹⁷.

Conforme estudos de Abu-El-Haj (2002: 84), “a primeira dessas tentativas, desencadeada a partir da lei de 1961, incentivou investimentos em indústrias de capital intensivo ligadas organicamente ao complexo industrial estatal, capital monopolista nacional e multinacionais.”

Os princípios básicos do FINOR, quais sejam, a concorrência e a competitividade, tinham como principal objetivo o desenvolvimento de uma ação empresarial que vislumbrasse expandir sua produção, recorrendo, para isto, à ciência e à tecnologia. Muito embora não tenha obtido êxito na esfera social, assumia como metas fundamentais a geração de emprego e renda e a eliminação das desigualdades sociais.

Num cenário dominado pela “ideologia da modernidade”, as novas posições assumidas em relação ao Estado e à sociedade mostravam a evidente oposição ao corporativismo e patrimonialismo presente na política dos ‘coronéis’.

A emergência de um novo ciclo político demarcado, sobretudo, pelo desejo de implantação de uma administração política diferenciada terá, na figura do empresariado local, o principal sujeito de vanguarda desse processo⁹⁸.

⁹⁷ O presente capítulo contém um tópico destinado à apresentação do CIC enquanto órgão de representação do empresariado cearense. Ressalva-se, ainda, que o Centro Industrial do Ceará é a nova nomenclatura dada ao antigo Centro Industrial.

⁹⁸ Vale destacar que a mobilidade social no Ceará data de 1799, considerada pelo jornalista Flávio Paiva como marco do *que deveria ser o chakra da emancipação social no Ceará* (Paiva: 2002, 22). O ano da emancipação política do Ceará da Capitania de Pernambuco demarca o início de um processo de construção de uma maior interferência democrática da sociedade civil no campo político. O livro ‘Mobilidade Social no Ceará: 16 anos de tentativa e 1 promessa de diálogo’, do referido jornalista, bem apresenta os caminhos e

Significativo, no cenário da política cearense, será o papel do CIC – Centro Industrial do Ceará, sobretudo por defender, no corpo do seu discurso, um projeto político de intervenção maior do Estado no fomento a políticas de desenvolvimento econômico. Elucidativo para compreensão do projeto político do CIC, é um trecho da apresentação do livro de Martin (1993: 5), feita por Beni Veras:

O capitalismo é um sistema baseado na livre iniciativa. É a capacidade empreendedora e diferenciada dos seres humanos que o anima e fortalece. Contudo, para colocá-lo no contexto de uma sociedade moderna, sobretudo quando se parte de um patamar de agudo subdesenvolvimento, é preciso que o Estado estimule o fortalecimento da sociedade, equipando-a para reagir favoravelmente às oportunidades que o sistema econômico permite à promoção de suas potencialidades, impedindo que determinados setores exacerbem em suas iniciativas.

Para a análise do significativo papel do CIC no plano da política interna e externa cearense, há de se realizar uma breve apresentação do contexto histórico do seu surgimento, no intuito de vincular concretamente os componentes políticos e econômicos que proporcionaram a entrada do empresariado local na administração do Estado.

3.2. O projeto político do CIC – Centro Industrial Cearense

A criação de um órgão de representação para os industriais cearenses não constituiu numa preocupação presente somente nas últimas três décadas do último século. Ao contrário, permeou o cerne das principais discussões da classe industrial do Estado desde o início da década de 20, do século XX, por ocasião do conjunto de mudanças político-econômicas correntes em âmbito nacional e internacional, sobretudo com o surto industrial

descaminhos da gestão compartilhada no Estado. Conforme o autor, construir uma participação cidadã vem sendo uma tarefa da sociedade civil cearense que se delineia desde “a participação ativa na Confederação do Equador (1824); as ações anti-escravagistas que levaram o Ceará a ser a primeira província brasileira a libertar os escravos (1884); o ímpeto literário questionador da realidade manifestado na Padaria Espiritual, movimento modernista que antecedeu em quatro décadas a Semana de Arte de 1922 e que fez nascer no Ceará a primeira Academia de Letras do país (1894); a brava conquista do Acre (1902) (...) a instituição da Associação Comercial do Ceará, há cerca de 140 anos, (...) a revitalização do Centro Industrial do Ceará, (...) enfim, os movimentos Frei Tito e Bárbara de Alencar, motivados pelos avanços de redemocratização brasileira e que foram verdadeiros embriões do Movimento Pró-Mudanças ...”. Não convém, no presente capítulo, um aprofundamento analítico da importância política das ações supracitadas. Todavia, torna-se válido apresentá-las como expressão viva da atuação política da sociedade civil, no Ceará, ao longo desses 200 anos.

proveniente do período pós-guerra⁹⁹ e início do governo nacional-populista de Getúlio Vargas na década seguinte.

Ressalta-se que no período pós-guerra, sobretudo o que compreende a administração política de Vargas, acentua-se o interesse pela industrialização de materiais até então desconsiderados do ponto de vista econômico, como por exemplo, a borracha, os óleos vegetais e determinados produtos agrícolas, utilizados na indústria alimentícia, como o babaçu, a mamona, a carnaúba, o amendoim, dentre outros.

O surto de industrialização do país contribuiu, portanto, para criação de um espaço mais competitivo entre as principais empresas nacionais. Conseqüentemente, houve um crescimento do mercado e consumo internos, embora concomitantemente, tenha havido uma retração do mercado externo.

A retração do comércio externo, sobretudo o relacionado à navegação costeira, surtiu efeitos negativos na economia interna cearense, uma vez que a Amazônia, região mais afetada, apresentava-se como principal consumidor dos produtos produzidos em nossas indústrias.

Acrescente-se, ainda, o baixo desenvolvimento tecnológico das indústrias cearenses que inviabilizava sua inserção no mercado nacional com o mesmo porte competitivo das demais empresas existentes no país. Tal fato contribuiu, sobretudo, para uma tomada de consciência por parte dos industriais da região, no sentido de rever suas estratégias de empreendedorismo, buscando uma organização maior entre a classe, no intuito de propor a criação de uma entidade própria de representação de seus interesses.

Nesta ocasião, o jornal Correio do Ceará apresentou-se como um dos órgãos fundamentais para articulação desse debate. Foi na redação do jornal que, em 27 de julho de 1919¹⁰⁰, ocorreu o primeiro encontro entre os principais industriais cearenses, tendo na figura do também industrial e jornalista, Álvaro da Cunha Mendes¹⁰¹ um essencial mediador da pauta de discussões e principal articulador de formação do Centro Industrial Cearense.

⁹⁹ Entenda-se Primeira Guerra Mundial (1914-1919).

¹⁰⁰ Ver Martin (1993).

¹⁰¹ Editor do Correio do Ceará, industrial do setor de moagem de cereais a vapor e dono de uma tipografia, situada à Rua Sena Madureira, no centro de Fortaleza, o seu grande prestígio industrial e jornalístico constituiu em uma pedra de toque na articulação da classe industrial cearense para organização e fundação do CIC (Martin: 1993).

Confluindo com o processo de industrialização do país e uma maior organização política do operariado nacional, expressa, sobretudo, na greve geral de 1919, urge a necessidade de articulação e organização dos industriais em uma entidade de representação, capaz de concatenar os interesses políticos e econômicos da classe.

Obviamente houvera outras tentativas desde o século anterior, por volta de 1880. Entretanto, não concretizaram a fundação de um órgão verdadeiramente representativo e de grande envergadura político-econômica local e, por não dizer, nacional. Conforme Martin (1993: 32):

Consta no art. 7º. do estatuto do CIC que os sócios tinham que contribuir mensalmente com vinte mil réis, uma quantia considerável para a época, que seria destinada ‘à defesa dos interesses sociais de ordem jurídica ou comercial...’. Mas especula-se que esse artigo não tenha sido cumprido e o dinheiro tenha sido destinado ao pagamento do aluguel da sala onde funcionava o centro e do material de expediente.

A primeira diretoria do CIC era composta pelo presidente, Tomás Pompeu de Souza Brasil,¹⁰² tendo como secretário, Pedro Filomeno Gomes, e tesoureiro, Teófilo Gurgel Valente. Entretanto, a primeira diretoria não durou um ano. É formada, então, em 30 de junho de 1920, a segunda diretoria com mandato anual, conforme o art. 8º. do estatuto.

Definido o segundo mandato da diretoria, o CIC passou a funcionar como uma entidade de representação da classe industrial cearense. Todavia, passou por um momento de crise funcional e de esvaziamento devido ao surgimento de outras novas entidades, como por exemplo, a Federação das Associações do Comércio e Indústria do Ceará - FACIC¹⁰³, fundada em 1928.

Com o início da década de 30, o CIC supera a sua fase de estagnação e reativa-se enquanto entidade representativa. Um dos principais responsáveis pela revitalização do CIC foi Bento Lousada Gonçalves, um dos diretores da única fábrica nacional de conservantes de peixe.

Durante a década de 30, o governo Vargas procurou modernizar o país economicamente, direcionando investimentos para que se desenvolvesse o processo de industrialização nacional. Assim sendo, houve um deslocamento do eixo da economia do setor agro-exportador para o urbano-industrial, numa estreita articulação político-

¹⁰² Um dos fundadores da mais antiga fábrica de tecelagem do Ceará.

econômica com os grupos ligados à indústria. Significa dizer que a década de 30 demarcou um forte intervencionismo estatal e um crescente nacionalismo econômico.

Na indústria cearense havia, também, todo um deslocamento com relação aos eixos de sua economia interna: novos setores da indústria se destacavam, principalmente os ligados aos setores madeireiros e de salicultura. Tal crescimento justificava-se, sobretudo, por ambos constituírem setores de atendimento direto às demandas de moradia e alimentação no Estado.

Dos novos setores da economia interna cearense emergiu o grupo industrial que iria administrar o funcionamento do CIC até a década de 50 do século passado. A eleição de Luís Gonzaga Flávio da Silva, um dos maiores industriais do período à presidência do CIC, em 4 de setembro de 1959, vem completar este ciclo de revitalização.

Dentre as principais mudanças correntes no CIC, durante este período, destacou-se a elaboração de um novo estatuto para a entidade e a mudança de seu nome para Centro Industrial do Ceará. Ao mesmo tempo, havia uma aproximação política maior com a Federação das Indústrias do Estado do Ceará - FIEC¹⁰⁴.

Importante compreender o significado da aproximação dessas duas entidades: na verdade, havia uma relação de dependência administrativa e gerencial por parte do CIC, principalmente porque o seu Presidente era, ao mesmo tempo, Presidente da FIEC. Tal configuração administrativa durou até 1978, quando, segundo Martin (1993: 42):

... apenas a palavra revigoração guarda o significado que teve para o próprio CIC e para o estado a mudança das mãos que seguravam a rédea da entidade. O Ceará, pela primeira vez, ganhava alguns espaços na imprensa nacional figurando como um vanguardista na promoção de discussões sobre democracia, distribuição de renda, probidade na gestão do dinheiro público que, até então, eram questões alheias à sociedade e aos governantes.

¹⁰³ A FACIC reunia representantes do comércio e da indústria cearenses.

¹⁰⁴ Criada em 1950. O surgimento da FIEC provocou, num primeiro momento, uma certa desarticulação do CIC, sobretudo por sua capacidade de agregação dos sindicatos. Todavia, a FIEC procurou desenvolver uma relação de reciprocidade política com o CIC, sobretudo por reconhecer elementos político-administrativos inovadores no interior da nova entidade. Conforme Parente (1989): “A FIEC, ligada à Confederação Nacional das Indústrias (CNI), congregava o empresariado mais tradicional e recessivo com o ritmo do processo de ‘abertura’ que naquele momento se iniciava. Devido ao momento ser considerado delicado para o empresariado, havia a necessidade de um processo de amadurecimento político para os novos tempos que viriam com o retorno ao modelo liberal-democrático. E a grande colaboração que os novos traziam vinha dos bancos das universidades.” A referência dada ao CIC como os ‘novos’ oriundo das Instituições de nível superior demonstrava a credibilidade que se construía em torno da entidade de representação corporativa.

Após 1978, o CIC retoma sua autonomia com relação a FIEC. Um importante fator para sua independência político-administrativa é a entrada de uma nova facção do empresariado local, que passa a assumir o controle administrativo da entidade, reorganizando-a no intuito de desenvolver um projeto audacioso, qual seja, o de inserir o Ceará no mercado econômico nacional, dando-lhe um potencial competitivo, por meio de um programa de modernização político-econômica do Estado.

Considerado liberto do caráter corporativista presente nas demais entidades de representação de classe, o CIC propunha assumir um projeto político próprio, mais amplo, capaz de incorporar as demandas sentidas nas esferas social, econômica e, principalmente, política. Assim sendo, uma das principais metas era a mobilização dos empresários cearenses em torno do debate de formação política, rumo aos enfrentamentos dos conflitos existentes, seja no âmbito interno da entidade, ou diretamente com a liderança tradicional do setor industrial da burguesia cearense. Imbuídos de uma formação acadêmica, acreditavam que:

... poderiam fazer uso do saber adquirido nas universidades, para libertar a sociedade cearense do mando do poder coronelístico que, segundo entendiam, faziam da coisa pública uma rede privada para a prática da vassalagem política, de troca de favores¹⁰⁵.

Nesta nova fase do CIC é eleito Benedito Clayton Veras Alcântara. Podemos dizer que esse momento iria demarcar profundas mudanças na configuração política cearense, sobretudo pelo fato do novo *bloco-renovador empresarial* assumir um posicionamento político contrário ao das elites dirigentes locais.

Vivia-se em um cenário de transformações da vida política nacional, permeada pelo ideário da democracia, da liberdade de expressão política, pela busca de equidade social e de constantes reivindicações frente a um Estado autoritário, corrupto e repressor. O movimento pelas ‘Diretas Já’ representava a aglutinação dos principais interesses políticos que entremeavam o país.

¹⁰⁵ TEIXEIRA, Francisco José Soares. Ceará, terra dos outros: uma avaliação do projeto do governo das mudanças. Artigo digitado, sem data, p.1.

Igualmente observava-se, no âmbito da sociedade civil¹⁰⁶, um dinamismo dos diferentes segmentos sociais, como as ONGs, os movimentos sociais, as CEBS e demais associações, todas unidas em prol de uma promoção das massas e uma incorporação de todos no cerne das principais questões nacionais a serem decididas com a votação da nova Constituição que iria reger a vida pública e privada nacional.

Toda esta mobilização se dá em meados da década de 70, quando inexistia uma proposta política substancial que incorporasse valores éticos e cidadãos no interior dos partidos¹⁰⁷ e, também, observava-se uma postura estadista por parte dos demais atores políticos. Tal situação é fruto direto de uma mentalidade profundamente elitista, seja no âmbito civil ou militar, e que irá contrapor, paulatinamente, sociedade civil e Estado concentrando a prática do poder nas mãos de um grupo restrito.

Atento às mudanças correntes, o novo *bloco-renovador empresarial* buscava inserir-se em pontos políticos estratégicos para construção de um ‘novo’ projeto para o Ceará. E é bem verdade que existia toda uma inquietação, por parte dos empresários, o que viabilizava sua reunião, enquanto classe¹⁰⁸, para discutirem as principais posturas a serem tomadas. Havia um anseio em torno dos novos rumos a serem tomados na vida política do Brasil e a conjuntura era propícia para viabilizar a inserção nos ‘postos-chaves’ da administração pública (Dreyfuss: 1989), de maneira a reestruturar o Estado, em consonância com seus interesses político-econômicos.

Exemplar foi o lançamento, em 1978, do “Documento dos Oito”: alguns dos mais expressivos representantes da classe empresarial – empresários paulistas e gaúchos, eleitos no Fórum Gazeta Mercantil como os mais representativos do país – desenvolveram um manifesto, reivindicando a aceleração do processo de democratização do país, a promoção da abertura econômica e a mínima participação do Estado nas atividades econômicas.

¹⁰⁶ A sociedade civil passara mais de uma década desarticulada politicamente, fato decorrente da própria repressão imposta pelo regime militar.

¹⁰⁷ Os partidos tornaram-se totalmente alheios às expectativas populares, ao mesmo tempo em que não mais atendiam às exigências das elites dominantes.

¹⁰⁸ Mostrava-se evidente a fragmentação política dos empresários do país, o que dificultava, sobretudo, uma articulação quanto às principais questões a serem discutidas pela classe. Os empresários da região sudeste buscavam priorizar, de forma centralizadora suas decisões, embora houvesse, em contrapartida, um posicionamento bem presente dos empresários de outros estados do país, como por exemplo, do Ceará.

O empresariado cearense que assumia a nova gestão do CIC reconhecia que o momento era oportuno para a projeção de uma outra imagem acerca da economia e dos empresários no Estado. Mais ainda porque a crise que se evidenciava nos setores sociais e industriais denotava a fragilidade político-econômica das elites locais.

A posse de Amarílio Macêdo¹⁰⁹ como novo presidente do CIC, a 18 de janeiro de 1980, vem reforçar o projeto de politização iniciado por Beni Veras na gestão anterior. A nova administração visava promover uma conscientização política da burguesia industrial para além do caráter meramente econômico: visava compreender que a alternativa viável à inclusão social encontrava-se na promoção do liberalismo econômico associado aos princípios de equidade e justiça social.

Durante a presidência de Amarílio Macêdo, evidenciaram-se algumas divergências entre o CIC e a FIEC. Fundamentalmente, eram divergências quanto ao caráter dos projetos políticos das entidades, o que não impedia o CIC de expor a concepção de política que construíam naquele período. Em entrevista¹¹⁰ ao professor Francisco Moreira Ribeiro (1999: 115), Amarílio Macêdo declara que:

Primeiro, eles (FIEC) achavam que nós éramos esquerda demais e, segundo, como eles eram governo demais, éramos contra e – não éramos contra – questionávamos, sobretudo o governo militar. (...) A gente queria uma coisa mais conseqüente, que tratasse dos problemas agudos de educação, saúde, geração de emprego, resgate do que o Ceará tinha e havia entrado em um processo de decadência, como o algodão. Era uma discussão que tentasse recompor uma política de futuro para o Estado; entramos no governo militar, em um balcão de negócios, para buscar o que era possível, não o que era prioritário.

Entretanto, Amarílio Macêdo assume uma posição dissidente ao redargüir o caráter centralizador existente no núcleo do CIC e expressar o seu descontentamento com o então governador do Estado, Tasso Jereissati. Afirmava que:

¹⁰⁹ Amarílio Proença de Macêdo, economista formado pela Universidade Federal do Ceará, é o diretor-geral das Organizações J. Macêdo S.A. No cenário político cearense participou, como militante, da Juventude Estudantil Católica – JEC e foi presidente do Diretório Acadêmico de Economia, em 1967. Exerceu a presidência do CIC no período de 1980 a 1981. Em 1986, coordenou o chamado ‘braço civil’ da candidatura de Tasso Jereissati ao governo do Estado. O Movimento Pro-Mudanças Frei Tito de Alencar, organizado por Amarílio Macêdo, tornou-se um grande fórum de discussões em torno de questões político-econômicas e sociais do Estado e do país. O empresário compôs, ainda, o grupo político de fundação do PSDB nacional, em 1988 e foi coordenador-geral do Pacto de Cooperação, desde sua fundação, em outubro de 1991, até fevereiro de 1998.

¹¹⁰ Entrevista contida no livro “Cenários de uma política contemporânea”, edição comemorativa dos 80 anos do Centro Industrial do Ceará. Pág.120.

... as minhas preocupações ao participar do movimento “Fortaleza sim; Cambeba não!”¹¹¹, nas eleições de 88, foram determinadas pela existência de um quadro político que naquele momento apontava para o processo de fechamento hegemônico que tangia a ação política em nosso estado para o endereço do alinhamento incondicional onde, claramente, qualquer crítica era rechaçada e qualquer discordância tachada como proveniente de descontentamento, de interesse contrariado.¹¹²

A posição política assumida por Amarílio Macêdo provoca um significativo impacto na homogeneidade do CIC: sua capacidade de articulação política junto a amplos setores industriais e da sociedade civil tornava-se, paulatinamente, uma ameaça à estrutura interna do CIC e à própria administração política do governo estadual. Conforme Parente (2000: 208):

O pivô desse processo foi a experiência que Amarílio Macêdo teve ao coordenar o grupo Pró-mudanças. Esse grupo estava organizado em todos os municípios cearenses e passou a discutir projetos para as comunidades. Era potencialmente um governo paralelo. Amarílio Macêdo afirma que o governo ficou preocupado com o Pró-mudanças em suas mãos (...). O poder mobilizatório na mão de uma pessoa independente era realmente ameaçador.

Importante destacar que o Movimento Pró-Mudanças¹¹³ posicionou-se para além do caráter articulador e de apoio à campanha política de Tasso Jereissati, propondo ser um instrumento de interseção de interesses entre o Estado, a sociedade civil, os partidos políticos e a iniciativa privada. Eleito membro do Conselho de Coordenação do MpM, em 1987, Amarílio Macêdo torna-se o principal articulador do processo de mobilização da sociedade civil cearense: o objetivo central consistia em promover a organização política da sociedade civil e a conseqüente elaboração de um conjunto de propostas à resolução dos problemas sócio-econômicos sofridos pelo Estado.

As reflexões desenvolvidas pelo Movimento Pró-Mudanças denotaram um espaço para que a *práxis* da democracia fosse ampliada e intensificada, sobretudo, ao reconhecer que o ponto de partida ao processo participativo encontrava-se na pluralidade da sociedade.

¹¹¹ As próximas linhas versarão sobre os movimentos Pró-Mudanças e Fortaleza sim; Cambeba não!

¹¹² MACÊDO, Amarílio. “O lance da modernidade política”. O Povo, Fortaleza, 22 de outubro de 1990.

¹¹³ O Movimento Pró-Mudanças é fruto de um movimento anterior de articulação de um grupo de apoio político à candidatura de Tasso Jereissati ao governo do Estado, denominado de “Turma da mudança com Tasso, do qual surgiu o *slogan* “Eu tô com Tasso. No auge da campanha contra os coronéis e conclamando a sociedade a participar verdadeiramente na resolução dos problemas existentes no Estado, o movimento torna-se popularmente conhecido como “Tô com Tasso” e, posteriormente, assume o caráter formal do Movimento Pró-Mudanças.

Em outras palavras, o princípio de gestão compartilhada residia no caráter plural da participação política. Quando não se mantém a pluralidade, não há como se construir práticas democráticas no campo político.

A busca por uma mobilização política de amplos segmentos organizados da sociedade civil e iniciativa privada acontecia não somente em Fortaleza, mas em municípios de grande representatividade político-econômica, como Sobral, Baturité, Crato, Iguatu, dentre outros. Tornava-se visível o poder de articulação desenvolvido pelo MPM, principalmente pela expressiva vanguarda política de Amarílio Macêdo. Entretanto, como dito anteriormente, tal posicionamento político comprometia, sobremaneira, a aproximação com o governo estadual e as próprias lideranças do CIC.

Como resultado, Amarílio Macêdo rompe com Tasso Jereissati, num visível descontentamento com os caminhos políticos que estavam sendo tomados no Estado, após a eleição do governador. Segundo o empresário:

... meu distanciamento do primeiro governo do Tasso foi que, no organograma da campanha, foram criados dois grandes grupos: o grupo político e a sociedade civil. (...) E sociedade civil era a mobilização da sociedade civil. Então, eu recebi a incumbência da sociedade civil. Montamos um comitê na rua São Paulo e outro comitê na Padre Valdevino, sem nunca ter participado em campanha; começamos do zero, só na crença de que a gente estava com uma proposta de vergonha. Uma proposta que valia a pena apresentar para a sociedade, de um governo que tinha o compromisso de ser participativo. (...) O idealismo era tanto que as pessoas trabalhavam dos dois lados. As discussões que havia nessas equipes informais eram levadas para a equipe formal. Depois veio o Movimento Pró-Mudanças, que foi a formalização da continuação desse trabalho pós-posse do Tasso e durou nove meses no mandato dele. Dissolveu-se, porque tudo aquilo ali era uma crença no diálogo e não tem diálogo de um só; tinha que ter o outro lado (governador Tasso Jereissati), o outro lado não queria ‘papo’ e não quis nenhuma vez. (MATOS: 1999, 121).

O resultado imediato da dissensão exercida viabilizou a construção de um outro espaço público paralelo, no qual diferentes sujeitos teciam, cotidianamente, novas formas de se pensar o político e a política. Na tessitura dessa nascente experiência, buscava-se criar uma dialética política em torno dos principais problemas sentidos no Estado, numa tentativa inédita de articulação entre organismos públicos, segmentos empresariais e entidades da sociedade civil¹¹⁴.

¹¹⁴ Vários segmentos da sociedade civil organizada – líderes sindicais e políticos, partidos de oposição, empresários, profissionais liberais, movimentos sociais, ONGs – mobilizavam-se para interferir no processo eleitoral municipal, que tinha como principal candidato, o aliado do governo, Ciro Gomes. Em 27 de outubro

Exemplar para esta articulação foi a criação do Pacto de Cooperação do Ceará¹¹⁵, um *locus* de discussão sobre os rumos a serem seguidos pela sociedade cearense que, embora politicamente suprapartidário, apresenta-se de suma importância política enquanto instrumento de articulação e mobilização da sociedade civil, da iniciativa privada e de representações da esfera estatal cearense.

Criado em outubro de 1991, durante a vigência do mandato de Ciro Gomes¹¹⁶ como governador do Ceará, o Pacto de Cooperação objetiva promover uma gestão compartilhada, por meio da elaboração e implementação de projetos de interesse social. Enquanto fórum de discussão propunha a reflexão em torno das novas exigências de desenvolvimento, sobretudo, nos seus aspectos políticos, de superação dos caracteres burocráticos e clientelistas existentes na administração pública. O economista Francisco Teixeira,¹¹⁷ ao analisar o Pacto de Cooperação enquanto entidade, acredita na premissa que:

... o mundo mudou e vive uma verdadeira revolução paradigmática. É neste sentido que os teóricos do Pacto de Cooperação entendem que na área de administração, pública ou privada, o paradigma taylorista-fordiano (...) representa [um] conceito obsoleto que tem sido substituído por novas concepções sobre a organização do trabalho. Acreditando, pois, que o mundo vive e respira uma verdadeira revolução de paradigmas com novos conceitos e métodos, que exigem profundas mudanças de comportamento.

de 1988, na Assembléia Legislativa do Ceará, é lançado o ‘Movimento Fortaleza, sim; Cambéba, não!’, cujo principal objetivo era a formação de uma chapa única e unificada, denominada de Frente Única contra Ciro Gomes. Defendiam os princípios de uma gestão participativa, expressa no documento “Uma Gestão Democrática para Fortaleza (1989-92), produzido pela Universidade Federal do Ceará, e no documento “Bases para a Unidade”, da Frente Progressista. Em 04 de novembro de 1988, na sala do Comitê de Imprensa da Assembléia Legislativa, oficializou-se o apoio do ‘Movimento Fortaleza, sim; Cambéba, não!’ ao candidato Edson Silva. Assinou-se um documento intitulado “Termo de Compromisso com a Cidade”, que continha 12 pontos norteadores de uma gestão participativa e democrática.

¹¹⁵ Fundamental na interseção entre Estado, partidos políticos e sociedade civil cearense, rumo ao debate em torno da democracia representativa e da participação na co-responsabilidade da gestão pública

¹¹⁶ A criação do Pacto de Cooperação durante a administração pública de Ciro Gomes certamente porta consigo um significativo *suporte-valorativo* (Diógenes:2002): em meio a uma complexificação dos interesses da sociedade civil e o desejo de desenvolver, no âmago da máquina estatal, uma administração pública mais eficiente, transparente e participativa, surge Ciro Gomes, considerado como ‘político da ação’ (idem). Com uma gestão diferenciada do governo anterior, Tasso Jereissati, conferirá algumas especificidades à compreensão das categorias ‘político’ e ‘política’. Enquanto político concatena interesses pertinentes às esferas empresarial e social. Segundo Diógenes (2002): “Ele atende plenamente a um apelo do imaginário político, qual seja, ser um rebelde moço. Quando ele publiciza seus desejos alternativos, nesse momento realiza-se uma ampla convergência e projeção de desejos em torno daquele posto em evidência. É nesse sentido que entendemos o jogo da sedução política como uma habilidade não apenas de atrair sobre si um conjunto de olhares, de curiosidades, mas, fundamentalmente, a destreza de manter e produzir, sob esses olhares, uma mobilização de desejos. Talvez, a imagem sedutora de Ciro Gomes venha agora assumir uma maior amplitude (...) Ciro se projeta também como o desenvolvimentista.”

¹¹⁷ TEIXEIRA, Francisco José Soares. Ceará, terra dos outros: uma avaliação do projeto do governo das mudanças.

Embora Amarílio Macêdo seja reconhecidamente o grande articulador do Pacto de Cooperação, este é fruto de um manifesto escrito por Francisco José Lima Matos¹¹⁸: na verdade, consistia em um convite às principais corporações privadas cearenses, sobretudo as que compunham o CIC, para constituição de um pacto voltado ao desenvolvimento econômico-social, por meio de uma maior interação com a sociedade civil e o Estado.

Almejando o “desenvolvimento incluyente, integrado e sustentável do Ceará, nas esferas econômicas, social, política, cultural e ambiental”,¹¹⁹ o Pacto se apresentava como uma tentativa de fortalecimento do empresariado local frente às forças desencadeadoras do processo de globalização em âmbito nacional e internacional.

Destarte, as principais lideranças empresariais cearenses anteviam a oportunidade de tornarem-se a vanguarda na articulação e no encaminhamento político-econômico de um amplo processo de modernização no Estado do Ceará. Para tanto, compreendiam que o êxito de uma projeção nacional das potencialidades cearenses estava diretamente relacionado com um inevitável vínculo dialógico a ser formado com a administração pública e a sociedade civil.

O Pacto de Cooperação do Ceará surge, portanto, como resultado dessa nova compreensão de desenvolvimento e de gestão compartilhada. Baseando-se nos princípios do cooperativismo, o Pacto visava constituir-se em um instrumento de modernização do Estado, ao mesmo tempo em que buscava consolidar uma mudança no pensamento político-econômico do empresariado cearense, apontando uma proposta de ruptura com a dependência empresarial existente desde o programa nacional desenvolvimentista¹²⁰.

¹¹⁸ Economista e administrador de empresas, ex-funcionário do Banco do Nordeste do Brasil, foi escolhido para administrar a Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará – SEFAZ, durante o primeiro governo de Tasso Jereissati (1987-1990). Presidiu, ainda, o Conselho Administrativo do BEC até 1990; Vice-presidente do Grupo Jereissati; Diretor Corporativo do Grupo J. Macêdo nos anos de 1994 a 1996 e presidente do CIC, de 1998 a 2000. Segundo Parente (2000): “... foi secretário da Fazenda, tendo se destacado pela sua competência técnica não só no incremento da arrecadação, mas também na própria modernização dos processos administrativos, tendo implementado um modelo que posteriormente foi seguido por outros estados. Sua convivência técnica com o setor financeiro, ligada à área de desenvolvimento regional é bastante significativo.”

¹¹⁹ Tal afirmação compõe a missão do Pacto de Cooperação do Ceará.

¹²⁰ Fernandes (1977), desenvolve uma análise sociológica de compreensão dos valores político-culturais originados na elite política brasileira. Argumenta que o capitalismo desenvolvido no Brasil (dependente do capital internacional) diferencia-se do europeu pelo ‘aburguesamento’ da aristocracia brasileira. Essa nova elite política, dotada de imensa fragilidade na articulação de um projeto político sólido, hegemônico e de caráter nacional, será a responsável pela instituição de um cenário político autoritário, de forte intervenção do Estado. Concomitantemente, inviabilizará a construção de um espaço democrático, verdadeiramente

O próprio Amarílio Macêdo afirma que “a visão antiga envolve o egoísmo, o individualismo e o imediatismo, enquanto o pacto prega pelo associativismo, processos participativos e dá prioridades à soluções de médio e longo prazo.”¹²¹

Entretanto, o Pacto de Cooperação apresenta algumas restrições, sobretudo no que concerne ao seu poder de barganha político: um dos principais limites diz respeito à reduzida participação das lideranças operárias nos fóruns de debate. O motivo maior é a expressiva associação do movimento ao governo estadual e ao empresariado local, o que fomenta um espaço de resistência quanto a uma maior participação dos trabalhadores. A economista Tânia Bacelar¹²²(2001, 16) apreende este esvaziamento na atuação política dos trabalhadores nos seguintes termos:

Talvez a mais importante delas (referindo-se às insuficiências da experiência do pacto), pelos propósitos mesmos do PACTO, é a modesta participação de trabalhadores. Sem eles, corre-se sempre o risco de construir um pacto de elites – muito usual no Brasil – , só que com outra forma de atuar.

Uma das respostas dadas à incipiente participação dos trabalhadores encontra-se na própria gênese do Pacto de Cooperação, qual seja, tornar-se um mecanismo de ajuste e articulação entre o governo e o empresariado cearense. Acreditamos, porém, que se torna premente uma auto-reflexão, por parte dos que estão, hoje, à frente do Pacto de Cooperação, em torno do seu significado político-social e de como construir instrumentos verdadeiramente concatenadores de novos atores sociais para construção de uma gestão compartilhada.

Pode-se afirmar, portanto, que o CIC e o Pacto de Cooperação do Ceará, constituem, respectivamente, criador e criatura, fruto de uma maior reflexão do empresariado cearense em torno da nova atuação político-social por ele desenvolvida. Especialmente no caso do CIC, que passa a incorporar ao seu programa interno todo um debate relacionado às principais questões sociais, políticas e econômicas da região Nordeste, transpondo a

participativo, auto-sustentável e autônomo politicamente. Nesse quadro de dependência política perante o Estado, o único projeto político desenvolvido pelas elites é o de manutenção de seu próprio interesse, por meio de alianças políticas extremamente retrógradas. Reside nessa análise um duplo paradigma: 1. Se há uma intervenção política do Estado, a elite política brasileira reage autoritariamente; 2. Se, ao contrário, esta ação não se efetiva, , essa mesma elite incorpora uma retórica favorável ao exercício da democracia. De modo que se comprova a fragilidade política presente em nossa burguesia e o seu caráter conservador e autoritário.

¹²¹ Diário do Nordeste, Fortaleza, 28 de julho de 1992.

¹²² In: PAIVA, Flávio. Os 5 elementos: a essência da gestão compartilhada no Pacto de Cooperação do Ceará. Rio de Janeiro: Qualitymark. Ed., 2001, p.16.

reflexão meramente técnica, de resolução de problemas referentes ao comércio local ou aos suprimentos de materiais, incorporando uma dimensão representativa mais politizada e preocupada com funcionamento da administração pública cearense. Conforme Martin (1993: 36):

... uma elite empresarial jovem com propostas visando à mudança dos indicadores sócio-econômicos e da estrutura política do Ceará foi projetada aqui e fora do Estado. Os jovens empresários (...) mentalizaram um projeto que antes de meados da década de 80 foi tomando mais claramente o formato de um projeto político administrativo para gerenciar o Estado a partir do poder institucional.

Decorridos oito anos da nova gestão do CIC, no ano de 1986, é eleito Tasso Ribeiro Jereissati como governador do Estado do Ceará. Vale destacar o significado da escolha de Tasso Jereissati para ocupar a administração pública cearense: enquanto governo, representava a ascensão do empresariado local ao poder institucional, inaugurando um novo modelo de gerenciamento político.

E esse era um desejo expresso pelo próprio governador eleito, alguns anos antes, quando assume a presidência do CIC, em 6 de novembro de 1981: “o CIC tem um compromisso em nível estadual, regional e nacional com a formação, o mais rápido possível, de uma classe política competente e forte, capaz de influenciar e até assumir o poder¹²³.”

As próximas linhas versarão sobre o significado da administração pública do governador Tasso Jereissati, rumo à constituição de uma hegemonia política do empresariado cearense. Mais que um projeto político de modernização do Ceará, a referida gestão ansiava pelo fortalecimento político da burguesia industrial, sobretudo no que concerne à construção de um projeto político-econômico viável ao Estado e que, ao mesmo tempo, servisse como modelo aos demais Estados da região Nordeste.

¹²³ Extraído do discurso de posse de Tasso Jereissati quando eleito presidente do CIC, em 6 de novembro de 1981.

3.3. Significados da administração pública cearense na Era Tasso

Na primeira metade da década de 80, sobretudo os anos de 1982 e 1985, com a vitória, respectivamente, de Gonzaga Mota, no governo do Ceará, e de Maria Luiza Fontenele, na prefeitura de Fortaleza, realiza-se um conjunto de mudanças significativas na política cearense, emergindo novos atores sociais na busca de uma legitimação da soberania popular.¹²⁴

O entendimento do ‘novo’ enquanto signo da modernidade implicava igualmente uma compreensão da política para além do ‘exercício do poder’. Conforme Parente (1990: 244), na política há de se ter o discernimento que:

... não basta apenas substituir as posições de mando, sobretudo numa situação inovadora ou revolucionária. Para a conquista do Estado é necessário também substituir os critérios de legitimação do poder, apresentar uma visão de mundo alternativo que leve à ação política. É necessário, expressar politicamente um projeto político que, embora de interesse da classe que se pretende hegemônica ou a vir a exercer essa hegemonia, apareça como de interesse de toda sociedade, do povo em geral.

A teoria política clássica brasileira¹²⁵ possui uma tradição teórica pautada em duas grandes teses: 1. a existência de uma elite política fragmentada - seja ela a aristocracia agrária ou a burguesia industrial – auto-centrada, incapaz de propor um projeto político de interesse coletivo, aglutinador de interesses de todas as regiões do país (Boschi: 1978); 2. a existência, igualmente, de uma sociedade civil politicamente débil, desarticulada, sempre excluída das principais decisões político-econômicas correntes no espaço público¹²⁶.

¹²⁴ Na ocasião, o PT representou, por meio da eleição de Maria Luiza Fontenele à prefeitura de Fortaleza, a possibilidade de fazer-se uma gestão pública municipal enaltecendo a participação popular, situação ainda inédita na capital.

¹²⁵ O debate teórico em torno da realidade política brasileira destaca, igualmente, uma situação política peculiar durante a década de 30: 1. Formação original do Brasil baseada na colonização pelo latifúndio, resultando em uma fragmentação política e uma inviabilidade econômica; 2. Partidos políticos também fragmentados, funcionando em virtude de interesses regionalizados; 3. Ausência de instituições públicas de caráter meritocrático.

¹²⁶ Na verdade, será nas décadas de 80 e 90 que a sociedade civil experimentará, de forma mais veemente, uma articulação política maior, resultando daí práticas efetivas que a tornarão visível enquanto sujeito partícipe do campo político brasileiro.

Seguindo a corrente analítica supracitada, observa-se a constituição de um empresariado nacional com uma consciência de classe fragmentada¹²⁷, impossibilitado de articular uma ideologia geral que servisse como diretriz para formação de um projeto político-econômico próprio, com uma identidade nacionalmente reconhecida. Como consequência, os empresários brasileiros trazem consigo uma tradição de não participação política e de dependência de uma intervenção maior do Estado, sobretudo na condução da vida econômica do país.

O cenário político brasileiro finda por constituir o nascedouro de uma ampla reflexão em torno do problema da ausência de uma unidade nacional e, mesmo, de um projeto político-ideológico que dê suporte ao desencadeamento da modernização, não somente econômica, mas principalmente sócio-política.

Mesmo porque, torna-se de fundamental importância a consciência de que o processo de modernização do país não deve estar desvinculado da constituição de lideranças políticas hegemônicas, capazes de assumir um projeto político viável aos anseios sociais, culturais, econômicos e políticos do país. Em outras palavras, uma política como prática ideológica, pautada em um projeto de autonomia social e em que a revolução seja concebida no campo da formação de idéias. Certamente, a efetivação de um projeto político dessa natureza, impediria o exercício da política como prática pessoal, cuja consequência direta é a corrupção.

O empresariado cearense que compunha o CIC mostrava-se igualmente preocupado com todas estas reflexões de caráter nacional. Sua participação no acompanhamento dos principais debates empreendidos resulta na construção de uma proposta política audaciosa para o Estado, portadora do signo da ‘mudança’, qual seja, a de eleger para o governo um representante oriundo do empresariado local. O intuito era a transposição, para a vida política do Estado, de um modelo de gestão marcadamente empresarial.

A entrada de Tasso Jereissati no cenário político cearense representa o início de um novo ciclo do poder no Estado do Ceará, cuja base ideológica de legitimação mostra-se extremamente forte no plano da política interna. Assim como na política nacional, este momento é fortemente marcado por um repensar da política e do político.

¹²⁷ Dreyfuss (1989).

O desejo de modernização da máquina administrativa do Estado confere ao exercício da política um outro significado: objetiva-se fazer do empresariado cearense a vanguarda de desenvolvimento de um projeto político modernizador para o Ceará e que sirva como modelo para todo o país. Com o *slogan* do ‘Governo das Mudanças’, Tasso Jereissati inaugura o signo do ‘novo’, do sonho de tornar o Estado cearense em um lugar de promoção do desenvolvimento econômico, sintonizado com a promoção da eficiência estatal e da inclusão social.

Antes mesmo de sua eleição como governador do Estado, Tasso Jereissati já proclamava um discurso modernizador, fortemente assentado no pensamento social-democrático¹²⁸:

Se a conjuntura nacional apresenta-se sombria, o que não dizer do momento econômico vivido, atualmente, pelo Ceará? Todos sabemos que o quadro imposto ao nosso Estado é sensivelmente agravado pela seca e seus efeitos, os quais desafiam secularmente, a capacidade de realização dos administradores; é agravado pelo centralismo econômico que, por intermédio de um sistema tributário altamente nocivo aos interesses dos Estados nordestinos, transformou-os em pedintes e, humilhantemente, dependentes dos humores da tecnoburocracia nacional: é agravado (...) pela elevada carga do funcionalismo, cujo volume e reduzida produtividade apenas reflete o inadequado uso do poder; é agravado pela má aplicação dos poucos recursos disponíveis para investimento, nem sempre socialmente avaliados; por fim, e em resumo, é agravado pela má gestão que impediu o Estado de optar por qualquer política econômica compatível com os anseios de sua coletividade (...).¹²⁹

Assim sendo, a gestão de Tasso Jereissati estará inspirada nos princípios da social-democracia, consubstanciando-se na transformação do Estado em uma instituição meritocrática. Para tanto, torna-se fundamental fazer do empresariado cearense uma elite treinada para o bom êxito de seu projeto-político. Conforme Neto apud Parente (1998: 237):¹³⁰

¹²⁸ A social-democracia clássica propõe a primazia de um keynesianismo social para atenuação das desigualdades sociais. Enquanto proposta política, a social-democracia combina elementos teóricos do liberalismo clássico (liberdade econômica) e do socialismo (igualdade social). Seus objetivos fazem-no aproximar do modelo de Estado intervencionista, mas não no sentido clássico do nacional-desenvolvimentismo. Ao contrário, propõe uma re-conceituação do Estado, tornando-o mais público, flexível, competente e adaptável aos meandros do capitalismo. No novo modelo de desenvolvimento, o Estado assume um caráter gerencial, com forte intervenção na área social.

¹²⁹ Discurso feito ao recém-eleito governador do Estado, Gonzaga Mota. Parente (1990: 251).

¹³⁰ Frota Neto. “No novo momento político: onde e como ficam os empresários do Ceará.” Jornal O POVO. Fortaleza, 17 de Julho de 1978.

... não pode ser desprezada nem minimizada a presença de alguns núcleos de uma nova geração de empresários que, mesmo não chegando a assumir posturas políticas, tem uma informação diferenciada do ‘jogo’ político econômico-social (...) São, em alguns desses núcleos, uma segunda geração de empresários que, social e intelectualmente se formou longe dos ‘balcões’ e das ‘máquinas’, que estudou as teorizações sobre o comportamento da sociedade e que, em função disso, vê a sociedade brasileira de modo diferente dos seus antecessores. Eles sabem o que é capitalismo, o que é uma sociedade capitalista e qual deve ser o comportamento dos capitalistas.

O ano de 1986 tornava-se um marco significativo para o cenário político brasileiro, devido ao processo de redemocratização do país. No Ceará, acreditava-se que a vitória de Tasso Jereissati como novo Governador do Estado e seu Movimento Pró-Mudanças proporcionaria um intenso ciclo de crescimento econômico no Estado.

Durante seus dois mandatos¹³¹, incluindo também o de Ciro Gomes, Tasso Jereissati promoveu um considerável investimento na política econômica cearense. Dando continuidade ao modelo de desenvolvimento iniciado por Virgílio Távora executava um projeto econômico para o Estado concebido pelo CIC: com os ‘olhos do administrador de empresas’, incutia os princípios administrativos da iniciativa privada, fomentando o setor produtivo para, assim, promover o crescimento interno. Ao final da década de 90, o Ceará já estava projetado, nacionalmente, como um Estado economicamente competitivo¹³².

A principal meta da administração política de Tasso Jereissati¹³³ consistia no desenvolvimento de uma gestão pautada em novas relações de poder e gerenciamento da máquina estatal, sobretudo na sua relação com a administração municipal.

Contudo, não podemos afirmar que o seu bom desempenho econômico¹³⁴ tenha sua equivalência em âmbito social. O Ceará ainda é cenário de um gritante antagonismo de classes e a miséria é visível aos olhos de quem anda pelas ruas de Fortaleza ou pelas

¹³¹ Ressalta-se que o Estado do Ceará constitui no único da Federação Nacional a ser administrado politicamente pelo mesmo grupo político durante quatro gestões consecutivas, isto é, durante 16 anos.

¹³² Um dos principais fomentadores da economia interna constituiu o investimento realizado no setor de turismo. O mesmo apresentar-se-á como importante gerador de divisas para o Estado, estimulando, direta ou indiretamente, o desenvolvimento de outras atividades econômicas.

¹³³ O importante é compreender que o projeto político desenvolvido por Tasso Jereissati, em seu primeiro mandato, representava a própria proposta política dos empresários que compunham o CIC. Na verdade, Tasso Jereissati incorporava a tarefa de representar e executar um projeto maior para o Estado do Ceará, projeto que portava consigo a identidade do empresariado cearense vinculado ao CIC.

¹³⁴ Conforme Teixeira (1995), a reestruturação produtiva e a recuperação da capacidade de financiamento do Estado, aliviam a economia cearense da crise sentida quando da transferência do poder das mãos dos chamados ‘coronéis’ para as mãos dos empresários do CIC. Durante os dois primeiros mandatos de Tasso Jereissati, a economia cearense cresceu a uma taxa superior à nacional. O PIB apresentou desempenho positivo de crescimento entre os anos de 1987 e 1993.

idades interioranas do Estado. Em meio à dupla face da modernidade global, encontram-se aqueles que lutam por “um lugar ao sol”, em nome dos que estão excluídos, desamparados, abandonados, calados.

São inúmeros os segmentos da sociedade civil – associações de bairros, pastorais, partidos de oposição, universitários, movimentos sociais, ONGs, dentre outros -, que travam luta política em favor de seus direitos enquanto cidadãos que vivem em um país cujos princípios democráticos não ultrapassam o espaço da retórica e não têm concretude no social.

Portanto, a década de 80, marcada por expressiva participação política de uma ampla parcela da sociedade civil rumo a uma abertura democrática, repercutiu também no cenário político cearense, no momento que se realiza o surgimento e legitimação de um *bloco renovador-empresarial*.

Fazendo do CIC um importante órgão de representação (Diniz: 1978), o *bloco renovador-empresarial* criou um espaço de discussão do papel do empresariado local, tecendo questionamentos importantes sobre a postura arcaica até então assumida e propondo a construção de um novo projeto político-econômico a ser desenvolvido no Estado do Ceará.

Os empresários cearenses do CIC inserem-se neste momento a partir de uma tomada de consciência de classe e a construção de uma identidade, cuja característica maior seria a luta contra os ‘coronéis’ e sua política conservadora e arcaica, visando instaurar um ‘novo’ governo, de mudanças, isto é, com características ditas “modernizantes”.

Buscavam construir uma autonomia política que possibilitasse um rompimento ideológico com a estrutura arcaica presente na máquina administrativa do Estado, promovendo críticas ao modo de intervenção político-econômica do governo. Todavia, Tasso Jereissati, ao assumir o governo do Estado, retirou a visibilidade política do CIC, sobretudo quando as especificidades de sua administração demonstraram um claro distanciamento político concebido e construído pelo CIC e o Movimento Pró-Mudanças. Acrescente-se, ainda, que o rompimento com Amarílio Macêdo e o fechamento político de Tasso Jereissati renderam-lhe o título de ‘governo autocrático’.

O empresário Amarílio Macêdo, ao esclarecer seu afastamento das bases do governo, tece críticas à concepção de participação política da administração ‘mudancista’, ou seja, ao caráter não participativo dos Conselhos Setoriais, e ao novo perfil político assumido pelo CIC. Afirma que:

... esses Conselhos que estão funcionando são bons, são importantes, mas não cumprem a plenitude da necessidade que as pessoas têm de abrir o coração e dizer o que sentem, o que pensam, o que acreditam. Então, de certa maneira, os Conselhos ficam numa dose de ‘bom-mocismo’ que compromete a plenitude da participação. (...) O CIC foi governo de quando o Tasso assumiu até Jorge Parente. Então, ele era apêndice do governo, desapareceu. (...) o CIC ficou meio no limbo, virou claque. (MATOS: 1999, 124)

Podemos dizer que a participação política dos empresários do CIC apresentava-se de forma distinta ao modelo clássico de atuação pública do empresariado. A sua forma de inserção na política cearense estaria pautada, segundo Abu-El-Haj (2002: 86), em quatro componentes que iriam compor toda a ideologia do pensamento empresarial:

... i) crítica à estatização e ao intervencionismo desenvolvimentista do setor público, ii) defesa intransigente da economia de mercado e da propriedade privada como a essência de uma sociedade aberta e democrática, iii) crítica à visão corporativa patronal e às posições conservadoras assumidas pela classe empresarial brasileira na defesa do regime autoritário, e iv) defesa do Nordeste e condenação dos desequilíbrios inter-regionais.

Na verdade, os empresários do CIC buscavam o reconhecimento do seu mérito dentro da economia política cearense e defendiam uma separação do público e do privado como forma de se garantir um processo modernizador no Ceará pautado, sobretudo, numa economia competitiva e na ética empresarial.

Defendiam a democracia representativa, a sociedade de mercado e o direito ao verdadeiro exercício da cidadania, muito embora este se fizesse obedecendo à lógica do sistema capitalista de produção.

Como dito anteriormente, assumir a posição de defesa dos princípios democráticos universais em um momento de busca por uma abertura política legítima, fomentada pela participação de amplos segmentos da sociedade civil, representou uma postura inovadora do empresariado local. Arelado a este caráter está o fator de independência econômica frente ao Estado, que possibilitou ao empresariado do CIC posicionar-se de forma crítica dentro do modelo político-econômico que se desenhava no Ceará.

O grupo empresarial do CIC reconhecia que o caminho viável à superação da pobreza e do atraso regional encontrava-se inserido na dinâmica do próprio mercado econômico. Para tanto, acreditavam os empresários locais que o Estado constituía um ator indispensável neste processo e deveria intervir, sobretudo, através de investimentos econômicos na área industrial. A proposta dada pelo empresariado seria a formação de uma parceria entre o capital estatal e o capital privado ratificando a lógica do mercado capitalista, de valorização do capital.

Viabilizar esta proposta política significava a promoção de uma reforma estatal, numa tentativa de recuperação da autonomia do setor público como meio de solucionar os problemas de ordem social e, ao mesmo tempo, alavancar o desenvolvimento econômico no Estado e, também, na região Nordeste. E o papel pró-ativo do governo perpassava, para o nosso empresariado, as esferas estaduais e federais, sempre considerando que os investimentos:

... tanto do governo federal, quanto do empresariado nacional, particularmente o paulista, como uma necessidade vital para o crescimento econômico da região. Fatores como a geração de emprego, investimentos industriais e expansão do mercado de consumo regional, foram apontados como o embrião de uma reação em cadeia que resgataria o Nordeste das flutuações cíclicas destrutivas, experimentadas desde a época colonial. (Abu-El Haj: 2002, 87).

Embora o discurso do empresariado cearense esteja alicerçado, durante os últimos vinte anos, em uma política modernizadora, de incentivo ao desenvolvimento econômico local e regional, à formação de uma parceria com o setor público, conservando, porém, a autonomia enquanto segmento de classe, ainda se observa fragilidades na forma de resolução dos problemas sentidos pela esfera social.

Uma análise mais pontual de nossa economia revela, parafraseando o economista Francisco Teixeira, a existência de um ‘mito da modernidade’. Um estudo desenvolvido¹³⁵ pelo referido economista evidencia que, no ‘Governo das Mudanças’:

... não houve um corte radical com o passado, mas unicamente uma intensificação do processo de acumulação, em curso há muito tempo. Com efeito, é sob a égide dos ‘coronéis’, principalmente nas gestões de Virgílio Távora, que as forças produtivas do Estado são radicalmente revolucionadas.

¹³⁵ TEIXEIRA: Francisco. Ceará, terra dos outros: uma avaliação do projeto do ‘Governo das Mudanças’, p. 9.

Em outras palavras, ao ascenderem ao poder político cearense, os empresários do CIC já encontraram uma economia com ‘traços de modernidade’. Longe de fomentar o ‘alardeado crescimento econômico’, promoveram um declínio na qualidade de vida dos trabalhadores, sobretudo os da zona rural do Estado, região que menos recebeu investimentos por parte do governo estatal.

Embora, anteriormente, se tenha afirmado o crescimento do PIB durante os primeiros sete anos de governo, conforme dados do Instituto de Planejamento do Ceará - IPLANCE¹³⁶, o aumento da renda *per capita* resulta da desaceleração do crescimento demográfico no Estado, reflexo dos movimentos migratórios, “... responsáveis pela saída de expressivo número de habitantes do Estado na direção de outras regiões do país.”¹³⁷ O documento revela, ainda, que os indicadores de crescimento econômico decorrem de uma maior concentração de renda: em 1998, 5% da população cearense apropriavam-se de quase metade da renda do Estado (46,3%)¹³⁸.

Portanto, uma análise mais cautelosa da ‘Era Tasso’ nos revela que:

1. As políticas implementadas no Ceará nos dezesseis anos da “Era Tasso” obtiveram êxito no funcionamento interno do setor público, sobretudo no que se refere à sua eficácia gerencial. Entretanto, não houve a preocupação de desenvolver-se um projeto de construção de instituições públicas verdadeiramente autônomas e inseridas na sociedade.

2. O modelo de gestão adotado impossibilitou às instituições públicas o desenvolvimento de mecanismos de comunicação entre o governo e a sociedade, no intuito de captar as demandas sociais e estabelecer estratégias políticas eficazes para sanar os principais problemas sentidos pela população durante todo o período político em questão.

3. Sem embargo, nosso Estado ainda está aquém do exercício pleno da democracia, que requer uma autonomia estatal e o constante engajamento com a área social, primando por intervenções que atendam às demandas dos cidadãos, num movimento dinâmico de equilíbrio entre os direitos sociais, o fortalecimento da sociedade política e o desenvolvimento econômico.

¹³⁶ Base de dados sobre o Estado e municípios, estudos e pesquisas sócio-econômicas e projetos de desenvolvimento. Site para pesquisa: www.iplance.ce.gov.br

¹³⁷ IPLANCE: Desenvolvimento do Ceará: análise dos indicadores sociais mais recentes (versão preliminar). Fortaleza, 1994.

¹³⁸ Os dados da pesquisa do SINE/CE, no mesmo período, apresentam um crescimento de 10% na taxa de desemprego, o que corrobora o declínio da qualidade de vida dos trabalhadores cearenses.

Novamente mencionando a análise do economista Francisco Teixeira¹³⁹ sobre esse momento político:

Pode até ser que os representantes do CIC sejam cidadãos bem intencionados, que acreditem que a miséria se combate com o crescimento do PIB, com investimento em empresas que gerem emprego e renda, e que isto seja suficiente para erradicar a fome e a pobreza. Mas, de boas intenções o caminho do inferno está cheio. Plagiando Marx, os representantes do CIC, que hoje governam o Estado, podem até estar em odor de santidade, investidos de toda boa vontade; mas, o que representam para a classe trabalhadora é algo em cujo peito não bate um coração.

É nesse cenário de mudança política que se pretende situar o Grupo J. Macedo. O movimento político do Grupo J. Macêdo, através do seu diretor-presidente Amarílio Macêdo, vem trilhando caminhos políticos nos últimos 35 anos, onde a concepção de ‘responsabilidade social’ do grupo e sua tentativa de legitimação enquanto prática se soma à atividade produtiva.

A empresa fez-se presente nos principais acontecimentos políticos dos últimos 40 anos. Sua atuação não se restringiu ao campo do desenvolvimento industrial do Estado do Ceará, mas assumiu uma dimensão mais ampla, incorporando posicionamentos políticos e uma interferência na esfera social.

Entretanto, o quarto e quinto capítulos da presente dissertação reservam-se à apresentação de toda a trajetória da empresa na história cearense, dando destaque às atividades desenvolvidas nos últimos vinte anos, por se tratar de um período de transformações político-econômicas significativas para todos, sobretudo no novo sentido que adquire as relações entre o Estado e a sociedade civil.

Antes disso, encerrar-se-á o presente capítulo apresentando as experiências desenvolvidas por outras empresas cearenses: observar-se-á que está sendo formada uma ‘rede de ação social’, capaz de concatenar uma considerável quantia de recursos provenientes da iniciativa privada e que demonstra uma mudança, ou mesmo, um re-direcionamento do olhar do empresariado local.

¹³⁹ Op.cit. p. 27.

3.4. As empresas cearenses e a participação em projetos sociais

No ano de 2001, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, órgão vinculado ao Ministério do Planejamento, realizou a pesquisa *Ação Social das Empresas no Nordeste*. Realizado nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul, a pesquisa tinha como principal objetivo o mapeamento da ação social das empresas no Brasil, demonstrando a formação de uma rede de atuação que congrega segmentos da iniciativa privada em articulação com a esfera pública e organizações da sociedade civil. O estudo apresenta um perfil das empresas pesquisadas, as motivações e as áreas dos projetos desenvolvidos, além de uma avaliação subjetiva das ações sociais.

Segundo a pesquisa *Ação Social das Empresas no Nordeste*, 55% das empresas que realizam ação social encontra-se na região Nordeste. Significa dizer que 48 mil empresas participam diretamente de uma ‘rede de solidariedade’ crescente em todo país, contribuindo com pequenas doações pessoais ou executando sólidos projetos sociais, tendo como principal objetivo atenuar a exclusão social.

A pesquisa apresenta ainda outros dados: 78% das empresas (equivalente a 68 mil) desenvolvem atividades em benefício de seus empregados e familiares; 19% (17 mil) não realizam qualquer espécie de ação social; 3% (3 mil) realizam-nas em benefício exclusivo da comunidade de seu entorno e 52% (cerca de 44 mil) atendem tanto à comunidade, quanto aos seus empregados. Dentre os setores de atividade econômica, destacam-se as empresas industriais, de serviços, de agricultura, de comércio e de construção civil. O percentual de participação por setor é de: 60%, 59%, 57%, 54% e 31%, respectivamente.

O Ceará encontra-se na 3ª posição, entre os demais Estados nordestinos¹⁴⁰, em investimentos na área social. Em 1999, aproximadamente 6 mil empresas (45%) declararam desenvolver alguma ação social junto à comunidade, sobretudo no seu entorno físico. Dentre elas, destacam-se as microempresas e um considerável percentual das grandes empresas¹⁴¹.

A principal motivação das empresas cearenses, conforme a pesquisa supracitada, constitui o espírito filantrópico que perpassa o desenvolvimento das ações sociais e que pode ser interpretado por um sentimento humanitário para com o outro.

¹⁴⁰ O primeiro lugar é ocupado pelo Estado da Bahia, seguido de Pernambuco, em segundo e terceiro o Ceará.

Todavia, há o reconhecimento, por parte dos empresários pesquisados, que outras razões influenciam igualmente na decisão em investir recursos privados em projetos de interesse social. Destacam-se: 1. Melhoria da imagem da empresa; 2. Atendimento das comunidades pertencentes ao entorno físico da empresa; 3. Solicitação de amigos e políticos; 4. Aumento da satisfação dos empregados e 5. Aumento da produtividade e melhoria da qualidade do trabalho.

Entre as atividades desenvolvidas, sobressai-se as de caráter assistencial (46%), alimentação (39%), cultura (s/p) e esporte (s/p). A educação e a qualificação profissional dividem a 5ª ocupação (8%), com as áreas de saúde (s/p), lazer (s/p) e segurança (s/p)¹⁴².

A atuação das empresas cearenses ocorre mediante doações às pessoas ou às comunidades situadas preferencialmente próximas às empresas (74%); pelo repasse de recursos para organizações da sociedade civil, ou ainda, desenvolvendo diretamente a ação social (3%)¹⁴³. Vale ressaltar que as ações não são realizadas em parceria com outras empresas e que os financiamentos têm origem privada, sem recorrer aos incentivos fiscais para execução dos projetos. Dentre os setores de maior atuação em ações dessa natureza destacam-se as empresas prestadoras de serviços (59%), as do setor industrial (45%) e as ligadas ao comércio (40%)¹⁴⁴.

Em consonância com a necessidade de algumas empresas nacionais¹⁴⁵, qual seja, de aprimoramento dos conhecimentos referentes à responsabilidade social, a cidade de Fortaleza sedia a Escola de Formação de Empreendedores Sociais – empresa Éfesos. Criada em novembro de 2003 tem como objetivo maior a construção e execução de projetos sociais junto às comunidades, numa tentativa de promover a inclusão social e o desenvolvimento sustentável.

A empresa Éfesos é uma das 36 empresas cearenses que integram a Rede de Investimento Social Privado – RISO. Conforme o seu presidente, João Osmar Paiva: “fazer o social é mais difícil porque precisa de outros valores, porque, além dos recursos

¹⁴¹ Acima de 80%.

¹⁴² Dados Extraídos do Jornal da FIEC – IPEA, abril de 2001.

¹⁴³ Extraído do mesmo jornal, com um universo de 13 mil empresas do estado.

¹⁴⁴ Idem.

¹⁴⁵ Refiro-me a uma parcela do empresariado nacional analisado no capítulo Responsabilidade Social Empresarial, da presente dissertação.

financeiros, precisa da ética, da cidadania empresarial, solidariedade humana e voluntariado pessoal.”

Há, ainda, o curso de Pós-Graduação *strictu senso* em Responsabilidade Social, promovido pela FIC – Faculdades Integradas do Ceará, tendo se iniciado em setembro de 2003¹⁴⁶. A transformação do tema “Responsabilidade Social” em discussão acadêmica consiste em uma experiência pioneira no Estado do Ceará. O referido curso pretende:

Capacitar profissionais para coordenar e avaliar projetos ligados a responsabilidade social, bem como atuar no terceiro setor de forma competente, habilitando-os a elaborar, implementar e gerir projetos para organizações e entidades sem fins lucrativos, alcançando resultados de forma integrada e ética, visando o desenvolvimento sustentável¹⁴⁷.

Neste sentido, uma parte do empresariado cearense, paulatinamente, constrói um espaço para reflexão e apresentação de experiências contempladoras de um perfil que possa ser considerado socialmente responsável. Somente nos anos de 2002 e 2003 foram realizados dois seminários e um fórum¹⁴⁸, com a presença de representantes do governo¹⁴⁹, das universidades, do terceiro setor e das empresas.

Destacam-se: o II Seminário de Responsabilidade Social e Ambiental, promovido pela Universidade Federal do Ceará, Prefeitura Municipal de Aquiraz – CE e Sindicato dos Contabilistas do Estado do Ceará; o II Seminário Nacional Responsabilidade Social Empresarial – Raio X da Cidadania, promovido pela Câmara de Dirigentes Lojistas de Fortaleza e Câmara de Desenvolvimento Lojista de Fortaleza; o Fórum Nacional Empresa Cidadã e Responsabilidade Social, promovido pela Federação das Indústrias do Estado do Ceará.

A Câmara de Dirigentes Lojistas de Fortaleza e a Federação das Indústrias do Estado do Ceará possuem um setor interno denominado Grupo de Ação de Responsabilidade Social. Por meio dele organizam os seminários, fóruns, publicações e projetos sociais a serem desenvolvidos pelas empresas.

¹⁴⁶ Outros cursos de especialização na área de Terceiro Setor, Responsabilidade Social e Investimento Social estão sendo ofertados pelas seguintes universidades e faculdades: Universidade de Fortaleza – UNIFOR, Faculdades 7 de Setembro – FA7 e Faculdades Christus.

¹⁴⁷ Extraído do programa de apresentação do referido curso.

¹⁴⁸ Aconteceram, respectivamente, em agosto de 2002, maio e outubro de 2003.

¹⁴⁹ Em âmbito federal, estadual e municipal.

No que concerne à imprensa local, a revista Gritho de Responsabilidade Social¹⁵⁰ vem ratificar as tentativas de construção de ações socialmente responsáveis, ao divulgar os projetos sociais e as principais discussões teórico-práticas que vêm sendo desenvolvidas pelo empresariado da região.

A viabilização de um campo propício à discussão e à prática da responsabilidade social em nosso Estado visa, primeiramente, fomentar um amplo debate sobre a participação dos empresários numa atitude pró-ativa em relação à promoção da inclusão social no Estado do Ceará e no país.

3.4.1. Ação Social das empresas cearenses

Apesar da pequena visibilidade das ações sociais promovidas por empresas cearenses¹⁵¹, observa-se a considerável quantidade de empresários que buscam consolidar, ou mesmo assumir, uma postura socialmente responsável. A atuação é diferenciada conforme os setores de atividade econômica, entretanto, demonstra um crescente espaço para redimensionalização dos recursos privados, por meio da participação da iniciativa privada em investimentos sociais, junto aos segmentos excluídos. A seguir pretende-se destacar, de forma sumária, as principais empresas cearenses que atuam na área social:

- Grupo J. Macêdo: Com 64 anos de existência, é responsável pela criação da entidade beneficente Fundação Dr. Antonio Dias Macêdo, instituída a 30 de dezembro de 1958, cujo principal objetivo consiste em desenvolver projetos e ações nas áreas de assistência social, educação e, sobretudo, saúde, sobretudo dirigida aos funcionários e famílias da corporação. Conforme o *folder* informativo da Fundação: “Idealizada para ser conhecida regionalmente como instituição promotora do conhecimento holístico da família, potencializando o espírito de cidadania e responsabilidade social.” Constituem as principais atividades desenvolvidas pela Fundação: manutenção de creches,

¹⁵⁰ A revista ‘Gritho de Responsabilidade Social’ foi criada pelo Grupo de Reintegração Infantil e Trabalhos Holísticos, uma ONG que desenvolve projetos voltados para os jovens carentes de Fortaleza. Enquanto instrumento de difusão das ações empreendidas pelo Terceiro Setor, a revista propõe refletir sobre o investimento social privado e a formação de redes de parceria voltadas para a inclusão social.

¹⁵¹ Como dito anteriormente, a revista Gritho de Responsabilidade Social e as publicações da CDL e da FIEC, constituem, praticamente, as únicas fontes de divulgação das experiências existentes no Estado. Na imprensa local, o Jornal O Povo e a TV Cultura também participam na publicização desse nascente campo de semeadura da responsabilidade social.

orfanatos e escolas para crianças e operários; bolsas de estudos para crianças e jovens pobres; auxílio a maternidades e hospitais; prestação de serviços em assistência médica, farmacêutica, dentária, social e financeira aos operários e famílias da organização, bem como, a pessoas reconhecidamente necessitadas; alimentação do trabalhador pela produção e serviço de refeições para as empresas do Grupo J. Macêdo. Desenvolve projetos na área de educação destinados a crianças e jovens que freqüentam as escolas públicas, em parceria com o Estado e Município. Os estudantes totalizam 3.821 beneficiados com orientação educacional¹⁵² e doações¹⁵³ a quatro escolas da rede pública de ensino: Escola de Ensino Fundamental e Médio Antonio Dias Macêdo, E.E.F.M. Deputado José Dias Macêdo, E.E.F. Bárbara de Alencar e E.E.F. Paula Francinete.¹⁵⁴ Ainda na área educacional, a empresa desenvolve o projeto “Formação Para Professores em Pedagogia Waldorf¹⁵⁵”, em parceria com a Associação Beneficente Tobias (SP), com a Federação de Escolas Waldorf no Brasil (SP) e com a Associação Pedagógica Micael (CE). Na década de 70, investiu no projeto de alfabetização de seus colaboradores na própria Fundação Dr. Antônio Dias de Macêdo. O patrocínio de projetos culturais - música, literatura, cinema, teatro, folclore, dança e fotografia – proporcionou a realização de um dos principais projetos culturais desenvolvido pelo Grupo: é o “Projeto Cores Culturais”. Artistas plásticos são convidados a criar novas embalagens da Hidracor, dando ao produto um ‘toque de arte’;

- Grupo Otoch: Em parceria com a Camed e hospitais da rede pública, a empresa viabiliza o atendimento a menores hospitalizados. Uma outra ação foi o treinamento dado, em 2002, a jovens de baixa renda que buscam seu primeiro emprego. Tal iniciativa é oriunda do apoio, dado pela empresa, ao programa federal “Primeiro Emprego”;

¹⁵² A orientação educacional é desenvolvida por professores da própria Fundação, em parceria com professores da rede pública de ensino.

¹⁵³ O Grupo J. Macêdo é responsável pela remuneração dos professores das referidas escolas.

¹⁵⁴ As ações desenvolvidas na última escola supracitada, faziam parte de uma parceria entre o Grupo J. Macêdo e a Prefeitura de Fortaleza. Atualmente, não há esta parceria, estando a Unidade Escolar sob a coordenação das Irmãs Dorotéias.

¹⁵⁵ Em Fortaleza, a Fundação Dr. Antonio Dias Macêdo desenvolve a Pedagogia Waldorf na escola Waldorf Micael, fundada pelo próprio Grupo e localizada à Rua Joaquim Nabuco, 701 – Bairro Aldeota, Fortaleza – CE.

- Grupo Edson Queiroz: Há 52 anos, um dos maiores grupos cearenses com 16 empresas atuando nas áreas de distribuição de água mineral, gás butano, comunicações, agroindústria, agropecuária, metalurgia, comunicações, imóveis e educação. Atualmente o Grupo detém 14 mil empregos diretos, gerando R\$200 milhões por ano, em folha de pagamento e encargos contratuais. Na área sócio-cultural a empresa mantém a Fundação Edson Queiroz,¹⁵⁶ apóia a Orquestra Sinfônica de Fortaleza, o Grupo Mirante de Teatro e Camerata, uma academia de dança e um grupo coral. Investe recursos na manutenção de escolas¹⁵⁷ e creches de comunidades vizinhas, na assistência médico-odontológica, capacitação e desenvolvimento profissionais de seus funcionários. O grupo empresarial foi o primeiro, no Estado do Ceará, a doar 1% do imposto de renda à Secretaria de Ação Social, destinados ao Fundo de Amparo à Criança e ao Adolescente. As atividades desenvolvidas pelo grupo geram, anualmente, um montante de R\$300 milhões, além das aplicações anuais de cerca de R\$21 milhões. No que concerne ao meio ambiente, a empresa desenvolve uma política de preservação ambiental, utilizando técnicas sem degradação do solo e promovendo projetos especiais, como as reservas naturais nos locais onde existam fontes de água mineral,¹⁵⁸ e programas educativos, que focam a reciclagem técnica para aprimoramento do quadro de funcionários e cursos de reaproveitamento das garrafas de água e refrigerante. Pioneira na produção orgânica produz a castanha e o mel com a certificação do Instituto Biodinâmico. As fazendas mantidas pelo grupo utilizam adubo orgânico e destinam 20% de suas áreas para preservação da floresta nativa. A empresa Esmaltec¹⁵⁹ utiliza gás ecológico¹⁶⁰ para a

¹⁵⁶ A Universidade de Fortaleza é uma das ramificações da Fundação Edson Queiroz e atende, hoje, a aproximadamente 18 mil alunos, distribuídos nos cursos de graduação, especialização, mestrado e doutorado. Os núcleos de extensão universitária visam desenvolver projetos sociais nas comunidades de seu entorno físico. Como exemplo, citamos o projeto “Núcleo de Assistência Médica Integrada – NAMI (atendimento à comunidade com as especialidades de fonoaudiologia, odontologia, terapia ocupacional, orientação materno-infantil e fisioterapia), o “Escritório de Prática Jurídica” (assistência jurídica gratuita à pessoas carentes), “Programa de Capacitação em Informática para a Comunidade do Dendê, situada nas proximidades da Universidade) e, por fim, o “Núcleo de Serviços em Psicologia Aplicada – NUSPA (acompanhamento psicológico para adultos e adolescentes, psicoterápico infantil e terapia familiar para famílias).

¹⁵⁷ Crianças e adolescentes das circunvizinhanças da UNIFOR são beneficiados com um programa de educação gratuito na Escola de Aplicação Yolanda Queiroz, recebendo material escolar, fardamento e alimentação. A Fundação matem, ainda, a Escolinha Abraço Fraternal, no município de Cascavel –Ce e o projeto Casa da Criança, que beneficia o Abrigo Tia Júlia.

¹⁵⁸ Alguns dos locais com fontes de água mineral possuem 100 hectares.

¹⁵⁹ Empresa do grupo que recebeu o prêmio de eficiência da Inmetro/Procel (Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial e do Programa de Combate ao Desperdício de Energia Elétrica).

¹⁶⁰ O referido gás não afeta a camada de ozônio.

produção de refrigerantes e não incorpora à fabricação de seus produtos qualquer componente químico que provoque agressão ao meio ambiente Na área de saúde, desenvolve o “Projeto Farmácia Viva”, destinada ao plantio de ervas medicinais e um programa de prevenção a Aids, diabetes, colesterol e ao alcoolismo;

- Grupo Pão de Açúcar: Com 29 anos de atuação no estado do Ceará, desenvolve projetos na área de educação, para crianças e jovens das comunidades do seu entorno, bem como, para os seus funcionários;

- Grupo Pague Menos: Desde 1988, a rede de farmácias é um dos mais antigos grupos a atuarem na esfera social. A principal ação social desenvolvida pela empresa é a distribuição permanente de cadeiras de roda e ambulâncias a entidades escolhidas por seus consumidores. A escolha se dá pelo envio de um cupom, que pode ser destacado dos principais jornais da cidade. Em 1999, criou a Fundação Deusmar Queiroz, voltada ao desenvolvimento de projetos de ‘educação para o trabalho’. A Fundação doou duas glebas em regime de comodato: uma para a Associação dos Ex-Presidiários do Ceará, situada no município de Eusébio – Ce, com 6,5 hectares, e a outra cedida à Universidade Estadual do Ceará, situada no município de Pacoti – Ce, com 43.500 metros quadrados, destinados à criação de um museu e uma estação fitoterápica. Em 2001, a empresa desenvolveu uma campanha em prol da Santa Casa de Misericórdia, de Fortaleza: a cada real doado por funcionário¹⁶¹, a empresa contribuía com igual valor e a arrecadação seria doada à Instituição acima citada. Um dos principais objetivos da campanha era fomentar a participação dos empregados em uma ação social;

- Fundação Demócrito Rocha: instituída pela empresa jornalística *O Povo* desenvolve projetos na área educacional, por meio do ensino à distância, destacando a qualificação profissional dos professores que formam a rede pública de ensino, ou ainda, pela publicação de livros didáticos e para-didáticos, destinados ao público infanto-juvenil. Apóia o Grupo de Ação de Responsabilidade Social da Federação das Indústrias do Estado

¹⁶¹ A campanha foi desenvolvida nas 184 lojas presentes em 30 cidades e 10 estados das regiões Norte e Nordeste.

do Ceará (FIEC), participando do programa “Formação Cidadã”, responsável pela criação, em setembro de 2002, da Câmara de Ensino Superior¹⁶², em Fortaleza;

- SESC Ceará: Desenvolve o projeto “Amigos do Prato”, com o apoio direto da Federação do Comércio do Estado do Ceará. O projeto tem caráter preventivo e educativo, visando conscientizar as empresas do setor alimentício da importância de evitar o desperdício de comida, como alternativa viável à atenuação da fome de milhares de pessoas que compõem a massa de excluídos em nosso estado. Assim sendo, as empresas participantes do projeto¹⁶³ doam alimentos que serão entregues às instituições de caridade de Fortaleza¹⁶⁴. Na verdade, proposta semelhante encontra-se no projeto de lei nº 4.747, de autoria do governador¹⁶⁵ do Estado do Ceará, Lúcio Alcântara: o projeto de lei é uma proposta ao decreto de lei nº 2.848, que proíbe os restaurantes de doarem sobras de comida, justificando a possibilidade de mortes e/ou doenças por consumo de alimento estragado, o que os responsabilizaria judicialmente. O projeto de lei versa pela retirada da responsabilidade civil e criminal dos proprietários de restaurantes, conscientizando-os a doarem alimentos com boa qualidade para consumo. O projeto encontra-se em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados;

- Instituto Brasileiro de Meio Ambiente: Por meio da parceria com o Governo do Estado do Ceará e Secretaria da Ouvidoria do Meio-Ambiente – SOMA, mantém uma estação experimental, no município de Limoeiro do Norte – Ce, para difusão de experiências e ensino nas áreas de ecologia e educação ambiental. Os instrumentos pedagógicos são as próprias comunidades da região do Sertão Central cearense e zona pesqueira, sujeitos das principais relações sócio-ambientais presentes neste ecossistema. A educação ambiental cede espaço para uma articulação direta entre as comunidades

¹⁶² O referido projeto reúne 11 instituições de ensino superior no estado do Ceará. O principal objetivo é a discussão da Responsabilidade Social como tema transversal, por meio da disciplina Gestão Social, instituída este ano.

¹⁶³ Participam como doadores ou colaboradores 16 empresas: Supermercado Frangolândia, Mercadinho São Luís, Mercado São Sebastião, Frigorífico São Carlense, Granjas São José, Granjas Ceave, Solmar, Ipesca, Montmartre, Lord, Fábrica Bonamezza, NCB Tropical Frutos, Coca-Cola, Jandaia, Padaria Ideal, Padaria Semopan, Padaria Pão no Ponto.

¹⁶⁴ Participam do projeto “Amigos do Prato” as seguintes instituições: Casa do Menino Jesus, Lar Torres de Melo, Sorriso da Criança, Desafio Jovem, Centro de Desenvolvimento infantil, dentre outras que compõem as 26 instituições atendidas pelo projeto. São distribuídas, mensalmente, três toneladas de alimento, equivalente a mais de 48 mil refeições complementares.

¹⁶⁵ À época, Senador da República.

atendidas e o IBAMA, no intuito de prover uma reflexão conjunta em torno dos principais problemas sócio-ambientais, desenvolvendo mecanismos de sustentabilidade social e dos referidos ecossistemas.

As empresas mencionadas não são as únicas a investirem recursos no desenvolvimento de ações sociais. É provável que existam outras empresas igualmente atuantes. Todavia, constituem as de maior visibilidade nacional e, por conseguinte, as que se preocupam em divulgar suas atividades, no intuito de também apresentar um novo perfil para suas corporações.

Atemo-nos às principais ações desenvolvidas em nosso Estado. Entretanto, o campo de atuação social das empresas cearenses vem crescendo a cada ano: é o que demonstra os exemplos das Escolas da CNEC; os projetos educacionais¹⁶⁶ da Companhia Energética do Ceará – COELCE e outras empresas, instituições, órgãos públicos municipais e estaduais e empresas privadas que integram a rede de articulação em torno da responsabilidade social, buscando contribuir para a atenuação da pobreza e miséria, em prol de uma maior inclusão dos indivíduos.

Especialistas¹⁶⁷ consideram que a interferência da empresa no espaço social pode traduzir-se enquanto estratégia de *marketing* social¹⁶⁸, no sentido de demonstrar o compromisso da empresa diante de questões que expressam a responsabilidade social com o contexto onde se insere. Todavia, os projetos e programas desenvolvidos, em sua maioria, não promovem um impacto no sentido de transformação social, dando ênfase ao caráter político do seu papel e à consolidação de uma *práxis* autônoma e, portanto, democratizada, no interior das relações estabelecidas entre os diferentes sujeitos envolvidos. Aliás, é crescente o número de empresas que utilizam ferramentas de *marketing* social, objetivando, primordialmente, obter diferenciais competitivos ou agregar valor à sua imagem institucional.

É importante compreender que, a busca por soluções viáveis ao atual estágio dos problemas sociais existentes, não está restrita à mera aplicação de estratégias de *marketing* social. A redução dos índices de miséria e pobreza está diretamente relacionada com a

¹⁶⁶ Projeto Coelce nas Escolas e “A turma da Lampinha”.

¹⁶⁷ Destacam-se os estudos de KLOTTER (1978) e SCHIAVO (1999).

¹⁶⁸ O *marketing* social é compreendido por SCHIAVO (1999) como uma “gestão estratégia do processo de mudança social com base na adoção de novos comportamentos, atitudes e práticas, nos âmbitos individual e coletivo, orientada por preceito ético, fundamentada nos direitos humanos e na equidade social”.

capacidade de efetivar-se políticas públicas consistentes e coordenadas, direcionadas à redução das desigualdades econômicas e sociais e do fortalecimento da democracia e da cidadania no interior dos espaços públicos.

Neste sentido, as empresas devem tomar um posicionamento mais político em sua atuação. Os projetos e programas desenvolvidos devem distanciar-se do caráter assistencialista e filantrópico, incorporando uma dimensão propositiva, no sentido de promover mudanças estruturais no interior da empresa e no próprio pensamento do empresariado.

É incorporar o sentido da responsabilidade social enquanto projeto político, construído coletivamente e voltado para a inserção social, econômica e política. No atual estágio de empobrecimento do mundo não há espaço para execução de projetos pontuais e caritativos. O momento é de reflexão em torno de uma proposta para o desenvolvimento social, construindo mecanismo que induzam a este desenvolvimento. Um dos mecanismos é a abertura ao debate plural, coletivo, envolvendo representantes do espaço público, da iniciativa privada e da sociedade civil.

Os próximos dois capítulos destinam-se à análise do objeto de estudo da presente dissertação. O capítulo quatro destina-se à apresentação da trajetória de fundação da empresa e sua importância no processo de crescimento econômico para o Estado do Ceará.

No quinto capítulo, ter-se-á os caminhos para a percepção da esfera social e sua concretização enquanto atitude política da empresa. No decorrer da análise, serão retomados elementos analíticos presentes ao longo do estudo. Isto possibilita moldar o objeto de estudo ao seu arcabouço teórico, substância que dá vida à análise e elementos para a compreensão do posterior leitor.

Capítulo 4. Responsabilidade Social em discussão: estudo analítico do Grupo Empresarial J. Macêdo

Nos capítulos anteriores, iniciou-se uma importante reflexão em torno das principais transformações, nos últimos 30 anos, no cenário político-econômico brasileiro e, em especial, o cearense. O principal objetivo consistiu em compreender o padrão de relações estabelecidas entre sociedade civil e Estado no contexto de construção de uma *práxis* democrática no país.

Pensar a relevância do papel participativo da sociedade civil na resolução dos problemas político-sociais sentidos por uma significativa parcela de nossa sociedade tornou-se questão central nas discussões empreendidas ao longo da década de 90. Igualmente, estabeleceu-se um debate acerca do papel da empresa no campo social, num tentame de compreender as implicações éticas e político-econômicas presentes no âmago de uma nova dimensão exercida pela atividade empresarial, então denominada ‘responsabilidade social’.

Tendo em vista o estudo proposto, optamos, conforme explicitado no prólogo da presente dissertação, pelo Grupo J. Macêdo, enquanto empresa estudada, donde será possível o desenvolvimento de uma análise mais verticalizada do tema ‘responsabilidade social’, recuperando elementos empíricos norteadores do significado assumido pela ‘ação socialmente responsável’, com seus avanços e limitações.

Acreditamos que o estudo de caso da referida empresa nos permitirá captar, dentre outros aspectos, a representação construída pelo Grupo J. Macêdo em torno da importância de assumir um perfil ‘socialmente responsável’ e, ao mesmo tempo, compreender as tessituras desta concepção no Estado do Ceará.

Em outras palavras, perceber cientificamente em que medida a gênese de novos perfis para as empresas cearenses implica numa tentativa de contribuir para se lograr uma sustentabilidade econômica com inclusão social e política no Estado.

Nessa perspectiva, o presente estudo tem como principal objetivo compreender, por meio de um estudo de caso do Grupo J. Macêdo, em que medida os projetos sociais desenvolvidos pelas empresas cearenses incorporam o real significado de ‘responsabilidade social’, isto é, dotado de um sentido político que transpõe o caráter econômico da empresa.

Busca-se entender as razões que levam alguns grupos empresariais a se voltarem à sociedade no intuito de intervir não somente como um agente fomentador da economia nacional, numa evidente vinculação com a lógica do capital internacional, mas buscando atingir uma dimensão humanitária de contribuição mais efetiva, através do desenvolvimento de projetos com o perfil socialmente responsável.

Ao longo do presente capítulo apresentar-se-á o Grupo J. Macêdo, destacando sua origem enquanto empresa e sua importância para o desenvolvimento econômico no Estado do Ceará e demais Estados brasileiros.

4.1. Origem e Desenvolvimento do Grupo J. Macêdo

O surgimento do Grupo J. Macêdo possui raízes longínquas, estando diretamente vinculado à história de vida de José Dias Macêdo, seu fundador. Nascido no município de Camocim, litoral cearense, José Macêdo era filho de Manoel Dias Macêdo, um seringueiro que, posteriormente, se estabelece na pequena cidade como comerciante. Desde sua infância, com nove anos, José Macêdo ajuda o pai no comércio e logo percebe que neste caminho reside o percurso de sua futura vida profissional.

O Grupo J. Macêdo data de 09 de setembro de 1939, quando José Macêdo empregase no pequeno escritório de representação comercial de seu cunhado, em Fortaleza. O bom desempenho de seu trabalho rende-lhe o título de sócio. Porém, em 1945 a sociedade se desfaz e José Macêdo passa a administrar seu próprio estabelecimento comercial.

Embora suas primeiras atividades comerciais aconteçam desde o final da década de 30, somente em outubro de 1944 que se tem a origem da firma J. Macêdo & Cia. O fundador da empresa, José Dias de Macêdo, foi o responsável pelo seu pioneirismo e êxito enquanto corporação, sendo considerado pelo jornalista e escritor cearense Glauco Carneiro,¹⁶⁹ o “capitão de indústria” do Ceará. Segundo o referido escritor:

José Dias de Macêdo, o “capitão de indústria” do Ceará, construiu sua organização acompanhando e fazendo a mudança referida e sofrendo com ela. Nem por isso deixou de tornar seu grupo empresarial, formado por uma ‘holding’ e mais de duas dezenas de organizações filiadas, um dos mais importantes e criativos do Nordeste do Brasil.

¹⁶⁹ CARNEIRO, Glauco. *J. Macêdo: uma saga empresarial brasileira*. São Paulo: Edicon, 1989, p.8.

Nos anos 40, já era responsável pela representação de vários produtos provenientes de diversas regiões do país, dentre eles, café capixaba, vinho gaúcho, manteiga mineira, vidro pernambucano, madeira paranaense, cortiça carioca, arroz do Maranhão e saco de juta da Amazônia.

Inicialmente, trabalhava com a compra e venda de veículos – automóveis, caminhões, tratores, máquinas agrícolas e suas respectivas peças, além de importação de produtos estrangeiros e exportação de produtos do Estado, tendo posteriormente ampliado seu campo de atuação. A empresa percorreu a seguinte evolução societária: a) Carlindo Cruz & Cia, criada em 24 de maio de 1940; b) J. Macêdo & Cia, em 09 de outubro de 1945; c) J. Macêdo S.A. Comércio, Indústria e Agricultura, em 30 de maio de 1952; d) Indústria e Comércio J. Macêdo S.A. – ICOMASA, em 26 de agosto de 1967; e) J. Macêdo S.A. Comércio, Indústria e Agricultura, em 26 de agosto de 1968; f) J. Macêdo S.A. – Comércio, Indústria e Participações (*holding*), em 08 de outubro de 1969; g) J. Macêdo Alimento S.A., a partir de janeiro de 1971.

4.2. A descoberta do *Jeep*: os caminhos do crescimento econômico do grupo

José Macêdo estava devidamente informado sobre as tendências do mercado externo e interno. Dos quatro irmãos, um era funcionário público federal, tendo sido Ministro da Fazenda, em 1958. Outro irmão, Fernando Dias Macêdo, instalado no Rio de Janeiro, mantinha relações influentes com a burocracia do Estado, políticos e banqueiros, mantendo-se atualizado quanto às tendências da política econômica nacional.

Isto possibilitou a José Macêdo a escolha do setor a ser investido. Devido à presença dos irmãos no âmbito da administração pública, o empresário tinha conhecimento das facilidades concedidas pelo governo federal, sobretudo as relacionadas à balança de pagamentos favorável.

No que concerne ao fomento à industrialização, o país mostrava-se carente de maquinário industrial compatível às necessidades existentes no mercado. Ademais, sua infra-estrutura de comunicações internas era demasiadamente precária, contando com um número insuficiente de ferrovias e rodovias em péssimo estado de conservação.

É então que José Macêdo decide investir na importação de *jeeps*. O veículo utilizado durante a 2ª Guerra Mundial tornou-se conhecido por sua capacidade de locomoção em solo irregular. Seria extremamente proveitoso no interior nordestino, sobretudo se utilizado no setor agrícola.

Entretanto, a empresa enfrentou algumas dificuldades no que diz respeito à aquisição de financiamento para a nova atividade: por ter sido criada praticamente sem capital, não tinha acesso às linhas de crédito, do Banco do Brasil. José Macêdo pleiteou crédito, portanto, junto aos bancos americanos.

A empresa oferecia como garantia sua licença de importação. Significava dizer que as compras de *jeeps* só poderiam ser efetuadas conforme a venda do veículo. Isto era considerado um investimento de risco, uma vez que a empresa não dispunha do aparelhamento técnico e pessoal qualificado em manutenção desse tipo de veículo.

Em 1948, a empresa J. Macêdo & Cia recebe concessão para representar, com exclusividade, o *Jeep* da Willys-Overland, empresa norte-americana responsável pela fabricação de *jeeps*. O setor de exportação de jeeps apontava-se como o melhor investimento no mercado devido, sobretudo, à onda de desenvolvimento proporcionada pela 2ª Guerra Mundial, que influenciava, diretamente, o crescimento das exportações no Brasil.

A empresa abriu várias agências de revenda da Willys-Overland no Estado do Ceará e o êxito do empreendimento conferiu-lhe elevados lucros. Todavia, o sucesso do ramo automobilístico não durou muito: o aviltamento das contas externo encarecia as licenças de importação, tornando mais dispendiosa as compras do *jeep*. Uma grande concorrência se formava e J. Macêdo decidiu investir em um novo setor econômico. Decorre dessa decisão, a entrada de José Macêdo na vida política nacional e a corrida do Grupo J. Macêdo para criação de um dos maiores complexos moageiros existentes no país.

4.3. O empresário que faz política

Desde a formação do grupo, o empresário José Macêdo percebeu o quão importante mostrava-se a aproximação com a administração pública federal e a vida política existente no Estado do Ceará. Compreendia que, enquanto empresário, deveria participar do campo

político, sobretudo, para conhecer os rumos tomados pela política econômica do país, o que seria um caminho favorável ao êxito das atividades comerciais de sua empresa.

Neste sentido, decide inserir-se na vida pública, a partir de 1958, candidatando-se ao posto de deputado estadual pelo Partido Social Democrático (PSD)¹⁷⁰. Para tanto, compra, em 1953, o jornal local Gazeta de Notícias, que servirá de instrumento de apoio a seu posicionamento político.

Em 1959 é eleito deputado federal pelo Estado cearense (1959-1971), reelegendo-se por mais duas vezes. Entre os anos de 1971 e 1979, José Macêdo era Suplente de Senador da República e, em 1986, é eleito Senador da República. A importância de José Dias Macêdo no cenário político nacional decorria de seu potencial de representação dos interesses da classe empresarial nordestina, sobretudo no interior do partido. Conforme seu amigo Walter Cantídio¹⁷¹:

José Dias de Macêdo foi um dos homens que iniciaram o que depois se chamou de “Corrida Desenvolvimentista do Ceará”, porque ele sempre teve idéias arrojadas, a começar de suas empresas, e levou isso para a política e aonde pudesse influenciar, como sua luta pela Refinaria de Petróleo em Fortaleza; por mais crédito do Banco do Nordeste; por uma ação decidida em favor da industrialização regional.

Assim, José Macêdo teve importante participação em fatos políticos históricos de nosso país, representando o segmento empresarial no legislativo federal, e primando pela defesa de um posicionamento favorável na economia de mercado. Um exemplo foi o convite recebido pelo então Presidente do Brasil, Juscelino Kubitschek, a 15 de fevereiro de 1959, para participar de uma reunião no Palácio do Catete. O objetivo do encontro era o exame do novo programa de ação política para o Nordeste. O programa visava mobilizar todos os investimentos públicos e capitais privados disponíveis para o incremento da produção dessa região, por meio do aproveitamento intensivo de seus recursos potenciais.

Embora José Macêdo fosse membro do Partido Social Democrático, mantinha relações bem próximas com os dirigentes nacionais da União Democrática Nacional (UDN), partido rival ao seu. No Ceará, tais relações eram estabelecidas, em especial, com

¹⁷⁰ O Partido Social Democrático era de caráter conservador – liberal conservador – representando interesses dos proprietários rurais e da classe média do Estado.

¹⁷¹ In: CARNEIRO, Glauco. *J. Macêdo: uma saga empresarial brasileira*. São Paulo: EDICON, 1989, p.130.

as famílias Távora e Sarazati, principais representantes da UDN no Estado e que, durante muito tempo, esteve à frente da administração pública cearense.

Outras atitudes de sua vida política demonstram as ambigüidades de seu posicionamento: um exemplo foi a retirada do apoio dado ao presidente João Goulart e sua transferência dada aos militares.

O empresário mostrava uma certa simpatia pela ‘Revolução de 64’, considerando que a ação política dos militares “conseguiu acabar com a demagogia responsável pelos males do Brasil no período mais recente”. A vida política de José Macêdo estará diretamente relacionada com seus interesses empresariais. Seu filho, Amarílio Macêdo, discorre sobre a carreira política de seu pai, afirmando:

Sua carreira política se deve às contingências do sistema político em vigor no Brasil, que obriga os empresários cujas atividades produtivas conhecem uma expansão acelerada, a procurar uma sustentação política. No seu caso, os mandatos legislativos serviram para neutralizar as ações de pessoas sem escrúpulos que tentavam se aproveitar de empresários bem sucedidos, como ele.¹⁷²

Durante os 18 anos de participação direta na vida política do país, José Macêdo não fixou residência na capital federal. Esteve presente no Estado do Ceará, principalmente por ser sede de suas empresas, o que lhe possibilitaria estar à frente dos empreendimentos desenvolvidos.

4.4. A indústria moageira e a consolidação econômica do Grupo J. Macêdo

A experiência adquirida e a rentabilidade do negócio conduziram José Dias de Macêdo a querer expandir as atividades da empresa. É então que, em 1952, recebe licença para importação de 80 mil sacas de farinha de trigo dos Estados Unidos. Data, também deste ano, a mudança de seu nome para Grupo J. Macêdo S.A. – Comércio, Indústria e Agricultura.

¹⁷² “Uma geração com sede de governar”, Revista *Isto É*, dezembro de 1987.

Em 1954, aproveitando a isenção de impostos concedida pelo então governo do Estado, Raul Barbosa, iniciava a importação dos equipamentos para montagem do Moinho de Trigo de Fortaleza, que entra em funcionamento um ano depois, no dia 21 de setembro de 1955¹⁷³.

O moinho instalado em Fortaleza era proveniente de Veneza. José Dias de Macêdo sabendo da existência do moinho desativado desde a 2ª Guerra Mundial, mandou buscá-lo, iniciando em nossa capital o primeiro processo de moagem de trigo do Ceará.

Em 1958, as importações estavam mais caras devido às altas taxas do câmbio brasileiro. Neste ano o empresário José Macêdo toma conhecimento de um processo de liquidação e leilão do maquinário do Moinho Stucker, instalado na zona portuária de Veneza.

Após negociações diretas, o Grupo J. Macêdo adquiriu os dois conjuntos de maquinário do referido moinho por U\$ 250 mil. O conjunto da maquinaria do Moinho Stucker estava avaliado em U\$ 5 milhões. Um dos conjuntos era novo, pois só havia funcionado durante três meses e era responsável por uma produção de 300 toneladas/dia.

Posteriormente, a célula inicial de moagem de trigo tornou-se o segundo maior complexo moageiro do país. Segundo consta no *site* da empresa¹⁷⁴, “a primeira nota fiscal de venda de farinha de trigo foi emitida no dia 11 de outubro do mesmo ano.”

A imprensa local criticou amplamente o modo de instalação do complexo moageiro. Um dos principais pontos de crítica recaía sobre a forma de obtenção da licença para importação da maquinaria e a isenção de impostos concedida ao grupo pelo governo do Estado.

Entretanto, o empresário José Macêdo desconsiderava as críticas, uma vez que o empreendimento crescia amplamente na região, estando entre os cinco maiores complexos moageiros do país.

Desde sua origem, o Grupo J. Macêdo é uma empresa genuinamente cearense. Com matriz sediada na cidade de Fortaleza, está presente, ainda, em oito Estados do território nacional, e seu pioneirismo é responsável pela oferta de produtos e serviços diversificados em todo o Ceará.

¹⁷³ O intuito era instalar um moinho com capacidade de 150 toneladas/dia. Entretanto, por não dispor de capital suficiente, restringiu a produção do moinho a 36 toneladas/dia.

¹⁷⁴ www.jmacedo.com.br

A inauguração de um novo ciclo nos transportes cearenses, com a fabricação do Jeep da Willys-Overland (1948) e a implantação do primeiro moinho de trigo, em 1955, tornaram a empresa cearense precursora em empreendedorismo: o grupo iniciou um importante processo de diversificação das atividades¹⁷⁵, que levou a empresa J. Macêdo, ao longo de quase duas décadas, a investir em abertura, fechamento e transformação de suas empresas, estruturando-se basicamente em três divisões: Alimentos, Bebidas¹⁷⁶ e Negócios Diversificados. Para ilustrar os passos da empresa nesse período, temos¹⁷⁷:

1. 1951: Constituição da Importadora de Automóveis e Peças – AUTOPEL;
2. 1953: Constituição da Distribuidora Agro-Industrial Ltda.;
3. 1955: Constituição da Universal Peças Ltda, para comercialização de peças de caminhões. A atividade da empresa foi encerrada no ano seguinte;
4. 1958: Criação da Fundação Dr. Antonio Dias Macêdo e da revenda Willys-Overland no interior do Ceará, nos municípios de Crato, Iguatu, Sobral, Quixadá, Tauá, Crateús e Aracati;
5. 1959: Constituição do Frigorífico Industrial de Fortaleza S.A. – FRIFORT, em Fortaleza;
6. 1960: Transformação em S.A. da Cia. Importadora de Automóveis e Peças – AUTOPEL, para comercialização de automóveis e peças¹⁷⁸; Implantação, como departamento da Cia. Distribuidora Agro-Industrial, em Fortaleza, da revenda Mercedes-Benz;
7. 1962: Constituição da CEMEC – Construções Eletromecânicas S.A.; Constituição da CEAPAR – Comércio, Administração e Participações Ltda¹⁷⁹; Ceará Minérios S.A., da VITREC – Vidros Cearenses

¹⁷⁵ Destaca-se a criação do jornal *Gazeta de Notícias*, que circulou em Fortaleza por volta das décadas de 40 e 50.

¹⁷⁶ Em associação com a Companhia Cervejaria Brahma, a empresa operou, durante as décadas de 70 e 80, três cervejarias, situadas, respectivamente, em Manaus, São Luís e Fortaleza.

¹⁷⁷ Registram-se, aqui, atividades que constituem parte de um espectro maior de investimentos da empresa no quadro econômico cearense e nacional, que não serão mencionados.

¹⁷⁸ Encerrada em 1969, com acervo incorporado à J. Macêdo S.A. Comércio, Administração e Participações.

¹⁷⁹ *Holding* auxiliar no controle acionário da empresa.

- Ltda¹⁸⁰; criação da Agro-Industrial da Ibiapaba Ltda., no município de São Benedito – Ceará, *holding* auxiliar no controle acionário da empresa e Constituição de Representações do Grupo J. Macêdo. Inicialmente, estas representações eram voltadas à produção de artefatos de vidro e, posteriormente, adaptadas à fabricação de tintas em pó à base de calcário – a Quimindústria S.A.;
8. 1963: Compra, em leilão, das Indústrias Reunidas Maranguape S.A., no município de Maranguape/Ceará, voltada à produção de fios e sacos de algodão. Posteriormente, a empresa tornou-se a Fábrica de Tecidos Maranguape. Criou, ainda, a Fazenda Canhotinho;
 9. 1964: Constituição do Consórcio Siderúrgico Cearense, empresa destinada ao desenvolvimento de atividades no setor siderúrgico, por meio de sucata e minério de ferro do Estado e da financeira Cofinorte S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento.
 10. 1966: Compra da Lumax Plásticos S.A., destinada à fabricação de artefatos plásticos. Após três anos de funcionamento a empresa foi vendida pelo grupo.

Observa-se, durante a década de 60, uma diversificação no ramo de atividades do grupo. Investimentos foram feitos na área de química, eletro-mecânica, industrialização de carnes e na indústria têxtil. Entretanto, o crescimento adquirido não se encontrava estruturado em uma base estratégica devidamente sólida.

O Grupo J. Macêdo passa, portanto, a se preocupar com a gestão da empresa. Recorrendo a uma firma de consultoria, contrata João Paulo Cosato como consultor e, posteriormente, o primeiro *controller* da empresa.

No mesmo período os filhos, Roberto e Amarílio Macêdo, ingressavam no grupo. Recém-formados, os jovens empresários tinham tido acesso ao CEMEC, importante escola de formação gerencial em administração. O CEMEC selecionava estagiários, provenientes das universidades cearenses, dos cursos de economia, engenharia e administração de empresa, preparando-os para ocuparem os postos executivos. Fazia, igualmente, o

¹⁸⁰ Inicialmente voltada à produção de artefatos de vidro e, posteriormente, adaptada à fabricação de tintas em pó à base de calcário – a Quimindústria S.A.

treinamento de profissionais do ensino médio para a ocupação dos demais cargos nas empresas.

Conforme Roberto Macêdo¹⁸¹, o CEMEC “tinha projeto, produto próprio, controle de qualidade ao longo da linha, controle de almoxarifado com mais de três mil itens, acabamento final, testes – enfim uma gama completa de atividades dentro da própria estrutura.”

Distanciando-se das teorias da administração de empresas, a segunda geração de dirigentes do Grupo J. Macêdo era formada em um ambiente mais prático, de contato direto com o modo de funcionamento interno e externo da empresa. Além dos membros da família, jovens engenheiros e economistas eram submetidos à formação da CEMEC antes de ocuparem quaisquer cargos no grupo.

O caráter criterioso da formação do novo corpo de dirigentes e funcionários da empresa obedecia ao anseio de atender às diferentes metas e objetivos almejados pelo Grupo J. Macêdo. Administrar o conjunto de atividades desenvolvidas pelo grupo requeria profissionais devidamente qualificados para a ocupação dos cargos.

Embora suportando as restrições do mercado cearense e nordestino, a empresa conseguiu expandir-se para a região Sudeste do país, comercializando hodiernamente seus produtos em praticamente todos os seus Estados. Além de sua sede em Fortaleza, atualmente a empresa possui filial nos seguintes Estados brasileiros: Amazonas, Alagoas, Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Paraná. Possui, ainda, uma filial em Portugal. Ao final da década de 80, José Macêdo fazia um balanço das suas atividades econômicas do Grupo J. Macêdo e concluía¹⁸²:

Nós saímos da época dos sonhos. (...) Continuamos idealista, embora bem mais práticos, procurando ampliar e modernizar nossas unidades fabris e comerciais, aperfeiçoar, fazendo com que nosso quadro – desde o porteiro ao diretor – atinja um padrão de qualidade comparável ao do melhor nacional.

O grupo revê sua política de desenvolvimento econômico. Promove uma retirada do investimento nos setores de comércio, finanças e produtos de qualidade inferior. Busca parcerias com empresas que disponham de alto nível tecnológico, como a inglesa United Biscuits, especializada em biscoitos, a italiana Sangatti, fabricante de máquinas para

¹⁸¹ CARNEIRO: Glauco. *J. Macêdo: uma saga empresarial brasileira*. São Paulo: Edicon, 1989, p183.

¹⁸² Op. cit., p. 284.

moinho moageiro e a Brahma, no setor de bebidas. Sobre a reestruturação das atividades do grupo, afirma Amarílio Macêdo¹⁸³:

Hoje nós estamos procurando conhecer mais aquilo que fazemos e buscando concentrar a nossa expansão naquilo que dominamos. J. Macêdo não é mais uma organização que se lance em pioneirismo, em coisas desconhecidas que possam representar uma aventura. (...) somos mais refratários a qualquer surto de entusiasmo emocional e muito mais receptivos ao novo estágio que entramos agora, que é o de uma maior descentralização do processo de definição do grupo e também de uma ação em cima do planejamento, projetando esse crescimento de uma forma já comprometida com o médio e longo prazos, abandonando o empirismo e a improvisação.

A aglutinação de todas as unidades processadoras de trigos e derivados sob a razão social de J. Macêdo Alimentos S.A., efetivou-se em janeiro de 1991. A J. Macêdo Alimentos S.A. tem sede em Fortaleza, e comanda diretamente nove moinhos, distribuídos pelo Brasil, um em Portugal, além de três fábricas de massas e uma de biscoitos. Detentora de um patrimônio líquido de R\$ 131 milhões, a J. Macêdo Alimentos S.A. emprega 2.600 funcionários e faturou R\$ 590 milhões em 1998¹⁸⁴.

4.5. Princípios da regência empresarial e social do Grupo J. Macêdo

O Grupo J. Macêdo, ao longo dos seus 64 anos de existência, procura desenvolver suas diversas atividades econômicas e sociais em consonância com oito princípios considerados, segundo a empresa, fundamentais para a regência de sua vida empresarial.

Em junho de 1988, a empresa sistematizou o conjunto das ‘Bases Filosóficas’ que norteariam as atividades do grupo desde então. São elas:

1. Compromisso com o crescimento econômico regional e nacional; 2. Compromisso com os recursos humanos da empresa; 3. Igual compromisso com seus clientes-consumidores; 4. Com a qualidade de seus produtos e serviços; 5. Com a valorização estética de seus produtos; 6. Acredita no valor da informalidade e da desburocratização como fatores de agilização do processo de tomada de decisões adequado à crescente

¹⁸³ Idem. p. 288.

¹⁸⁴ A informação supracitada encontra-se disponível no site da empresa: www.jmacedo.com.br

aceleração dos processos administrativos e tecnológicos¹⁸⁵; 7. Preocupação em estar atualizado com os métodos e técnicas de administração, produção e marketing; 8. Responsabilidade social com a comunidade e com o desenvolvimento dos recursos humanos.

Observa-se que a sistematização das ‘Bases Filosóficas’ do Grupo Empresarial J. Macêdo acontece em um período político demarcado por uma expressiva participação dos segmentos organizados da sociedade civil na luta pela consolidação da democracia em nosso país.

Os anos 80 tornaram-se cenário de um modelo mais pluralista de representação dos interesses industriais, bem como, da presença política mais veemente dos movimentos sociais, ONGs, associações ou grupos de interesse, resultando na formação de um sistema híbrido de participação no Brasil. Emergem, desse contexto, novas preocupações que compõem a agenda programática de uma parcela das empresas brasileiras.

Em Fortaleza, o Grupo J. Macêdo, objetivava fazer das ‘Bases Filosóficas’ um código de ética e de regência da empresa, sobretudo no que concerne ao parâmetro das relações estabelecidas com seu público interno e externo. Tal preocupação evidencia-se ao longo dos oito princípios supracitados.

Em consonância com as reflexões correntes nos debates empreendidos entre uma parcela do empresariado nacional¹⁸⁶, o grupo cearense atentava para a importância da ‘responsabilidade social’ enquanto ‘nova categoria’ que deveria fazer-se presente na administração da empresa.

Porém, sua compreensão de ‘responsabilidade social’ transpunha o caráter meramente econômico, incorporando uma dimensão política. O grupo acredita que a responsabilidade social começa no momento em que a empresa assume seu compromisso tributário junto ao Estado, pois a arrecadação dos impostos é uma das fontes de recursos que pode ser convertida em políticas sociais.

Além disso, a empresa acredita que sua função social está diretamente relacionada à geração de emprego e renda, ao cumprimento de suas obrigações trabalhistas e ao fomento do crescimento econômico do Estado.

¹⁸⁵ O Grupo considera que a informalidade deve ser uma característica presente no processo de comunicação interpessoal, no interior das organizações que compõem a empresa.

¹⁸⁶ Apresentas ao longo do segundo capítulo.

Em termos políticos, acredita no potencial de mobilização e participação de todos os segmentos que compõem a sociedade, quais sejam: Estado, iniciativa privada e sociedade civil. Considera, pois, que a assunção de uma postura socialmente responsável deve estar atrelada a um projeto político de desenvolvimento social, revelando um certo pioneirismo, dada a cultura predominante no ambiente empresarial.

Em entrevista ao jornalista Glauco Carneiro, Amarílio Macêdo destaca que as ‘Bases Filosóficas’ *são todas dirigidas ao social*. E acrescenta:

Eu entendo que trabalhando na empresa, e através de um processo de dedicação intensiva do tempo disponível, gastando energias no fortalecimento da empresa, que gera riqueza, que cria, prestamos um serviço à coletividade. Como políticos, nós precisamos fazer tudo bem feito, e uma coisa de cada vez. Mais cedo ou mais tarde, a grande política, feita em termos partidários, acontecerá¹⁸⁷.

Em suas palavras, Amarílio Macêdo incorpora um novo sentido à administração de empresas. Mantendo a tradição empreendedora do seu pai, José Macêdo, o empresário acrescenta um elemento novo ao significado da ação empresarial: pensa sua empresa como uma corporação consciente de seu compromisso e responsabilidade para com o desenvolvimento econômico e, sobretudo, político e social.

Uma nova perspectiva é conferida à empresa: sua ação no campo econômico estará diretamente vinculada à assunção de uma responsabilidade social. Constrói-se, pois, uma nova abordagem sobre o significado do conceito de empresa, que ultrapassava a geração e aquisição de lucros, ou mesmo a geração de empregos, produção de bens, serviços e produtos, ou ainda, cumprimento das suas obrigações fiscais.

Para além de sua razão maior de existência, qual seja, sujeito ativo das múltiplas relações presentes no mercado, a empresa incorporará um novo sentido, de caráter político, ou seja, o da sua interação com a sociedade.

Refletir sobre o papel da empresa é entender a necessidade de assumir uma postura ética, responsável, cívica, no sentido de reconhecer o valor humano do corpo de funcionários e do papel político a ser desempenhado pelo empresariado.

Neste sentido, ao longo de sua evolução enquanto empresa, o Grupo J. Macêdo buscou desenvolver suas atividades econômicas em consonância com um posicionamento social e ambiental de caráter responsável. Por meio do princípio de ‘responsabilidade

¹⁸⁷ Op. cit., p. 252.

social’, presente em suas ‘Bases Filosóficas’, o grupo tentou viabilizar projetos sociais no âmbito interno e externo da empresa.

É responsável pela criação da entidade beneficente Fundação Dr. Antonio Dias Macêdo, instituída a 30 de dezembro de 1958, cujo principal objetivo consiste em desenvolver a assistência social, educação¹⁸⁸ e saúde dos funcionários e famílias da corporação¹⁸⁹. Dentre as suas atividades destacam-se:

1. Manutenção de creches, orfanatos e escolas para crianças e operários;
2. Bolsas de estudos para crianças e jovens pobres;
3. Auxílio a maternidades e hospitais;
4. Prestação de serviços em assistência médica, farmacêutica, dentária, social e financeira aos operários e famílias da organização, bem como, a pessoas reconhecidamente necessitadas;
5. Alimentação do trabalhador pela produção e serviço de refeições para as empresas do Grupo J. Macêdo. A Nutrologia Clínica é uma prática da Nutróloga da Fundação, com acompanhamento interativo dos médicos e odontólogos, orientando, acompanhando e reforçando a adequação nutricional relacionada com o quadro de saúde dos funcionários da empresa.

Podemos dizer que a empresa não restringe sua ação em responsabilidade social à Fundação Dr. Antonio Dias Macêdo como único instrumento ao desenvolvimento dos projetos sociais supracitados. Desde sua origem o Grupo Empresarial J. Macêdo mantém uma tradição no desenvolvimento econômico do Ceará, por meio de seu pioneirismo, e de uma integração com as comunidades de seu entorno, numa tentativa constante de consolidar ações que sejam reconhecidas como socialmente responsáveis.

No setor de desenvolvimento econômico, a empresa é pioneira na implantação da primeira fábrica do Norte e Nordeste a atuar na produção de transformadores elétricos, o CEMEC – Construções Eletromecânicas S.A., e do lançamento do primeiro transformador em alumínio fabricado no país.

¹⁸⁸ Os benefícios em educação desenvolvidos pela empresa são extensivos às comunidades do seu entorno.

¹⁸⁹ Conforme o folder informativo da Fundação Dr. Antonio Dias Macêdo: “Idealizada para ser reconhecida regionalmente como instituição promotora do conhecimento holístico da família, potencializando o espírito de cidadania e a responsabilidade social.”

Ao incorporar novas técnicas aos estudos avançados em biotecnologia nos laboratórios da Copan – Cia. de Produtos Alimentícios do Nordeste¹⁹⁰, o Grupo J. Macêdo, em parceria com a Embrapa, investiu numa ação pioneira, voltada para a atividade agrícola, sobretudo ao gerar, por meio de pesquisas, o cajueiro anão, de alta produtividade para o Estado.

A Copan foi fundada em dezembro de 1971 com o objetivo de dedicar-se à exploração agrícola do cajueiro. Na verdade, a empresa é fruto de uma proposta de desenvolvimento econômico, feita pelo então governador do Estado, César Cals, e pelo presidente do Banco do Nordeste, Rubens Costa.

Além das pesquisas realizadas com o cajueiro, foram feitos testes com as culturas de amendoim, mamona e algodão. Entretanto, não apresentaram resultados satisfatórios e, por este motivo, foram abandonados.

Durante o período de, aproximadamente, um pouco mais de 10 anos, o Grupo J. Macêdo e a Embrapa promoveram estudos para o desenvolvimento do cajueiro precoce – cajueiro anão. Em parceria também com o Nutec – Núcleo de Tecnologia, da Universidade Federal do Ceará, foram fabricados farinha Láctea, *picles* e *catchup* de caju.

O intuito do governo do Estado, em parceria com o Grupo J. Macêdo, era desenvolver na região um ramo de negócio pioneiro no Brasil, qual seja, o beneficiamento da carne de caju. Para tanto, propuseram a expansão do projeto aos governos dos Estados do Piauí e Rio Grande do Norte, os quais, juntamente com o Estado do Ceará, reuniam os maiores produtores de caju do país. Entretanto, os referidos governos demonstraram desinteresse na proposta e o projeto econômico foi interrompido, uma vez que exigia um elevado custo de investimento.

Com relação ao desenvolvimento e aperfeiçoamento dos recursos humanos, a empresa foi precursora na criação do 13º salário, muito antes que este se tornasse lei, em 1962.

O Grupo J. Macêdo foi precursor na moagem do trigo no Nordeste do Brasil. A empresa trouxe de uma universidade parisiense um especialista em panificação para dar o treinamento de moleiros e criar uma manual específico para a produção de pães e utilização do trigo.

¹⁹⁰ Situada no município de Aracati, Ceará.

O Certrem - Centro de Treinamento de Moleiros - implantado pelo Grupo com o apoio do Senai, tornou-se referência nacional para o setor, sobretudo pela qualificação profissional ofertada aos funcionários da empresa.

O Centro destina-se à qualificação dos moleiros da empresa e, também, das empresas concorrentes. Durante o segundo semestre de 2004, em parceria com a FIEC, entrará em vigor a primeira Universidade Cooperativa de Alimentos, que funcionará no 5º andar do prédio sede da empresa e que atenderá uma demanda proveniente dos países sul-americanos de língua hispânica e dos países africanos de língua portuguesa.

Outros serviços são igualmente reconhecidos: destaca-se a criação do Serviço de Atendimento do Consumidor (SAC) e o desenvolvimento de novas embalagens para acondicionamento de seus produtos.

A empresa foi a primeira a utilizar a embalagem transparente de farinha de trigo Dona Benta, na Cozinha Experimental Dona Benta e na mistura industrial Bentamix. Acrescente-se o pioneirismo pela criação das embalagens revestidas em papel celofane e em formato de colunas, que visam proporcionar a adaptação às necessidades do consumidor. E os lançamentos de biscoitos vitaminados, misturas para bolos e pipocas para microondas.

Fazendo alusão aos aparelhos de som 3 em 1, em alta no mercado na década de 80, a fábrica de biscoitos Águia, na Bahia, colocava nas prateleiras uma nova embalagem 3 em 1. Confeccionadas em papel especial transparente, elas dividiam o produto em três colunas (marcas Águia e Dona Benta), proporcionando um melhor acondicionamento de seus produtos, além de melhor visualização dos mesmos por parte dos consumidores.

A Cozinha Experimental, criada desde 1988, conta com uma equipe de nutricionistas preparadas para desenvolver mais de 200 receitas por mês, além de ministrar os cursos de culinária nos postos de venda de maior referência no mercado nacional. Foi este empenho que proporcionou a origem dos produtos: Mistura para bolos com cobertura.

A criação da Quimindústria S.A., em 1963, propiciou o desenvolvimento da primeira tinta em pó da marca Hidracor¹⁹¹. Como técnica de fabricação da tinta, procedia-se à substituição do forno à lenha pelo forno de alta tecnologia, equipado com filtros de antipoluição, visando desenvolver uma produção ambientalmente responsável. A

¹⁹¹ Outros produtos compõem a marca Hidracor: o corante Hidracor, a Hidracal e a Cal Hidratada.

inauguração da Cervejaria Astra, nos anos 70, seguiu-se pela implantação de uma estação de tratamento que eliminava resíduo industrial, evitando a poluição do manancial hídrico da região.

O patrocínio de projetos culturais - música, literatura, cinema, teatro, folclore, dança e fotografia – deu espaço a um dos principais projetos culturais desenvolvido pelo Grupo: é o “Projeto Cores Naturais”. O artista plástico Aldemir Martins¹⁹² é convidado a criar novas embalagens da Hidracor. O objetivo consiste em montar, em cada ponto de venda, uma galeria de arte, divulgando as belezas naturais existentes no Nordeste brasileiro, como Canoa Quebrada, Olinda, Açú e São Luís.

Desde a década de 60, o Grupo J. Macêdo consolida parcerias nacionais e internacionais, inserindo-se em uma rede global de negócios, em busca de *know how* e tecnologia. Resultado desse processo é a *joint venture* com a United Biscuits, as associações com a Sangatti, a Efacec e com a TUSA, subsidiárias da Siemens. Nacionalmente, a empresa buscou parceria com a Sadia e a Brahma¹⁹³ para o processo de expansão do grupo a outras regiões do país.

Ao final de 1992, o Grupo J. Macêdo ocupa o 81º lugar entre os grupos privados nacionais. Empresa familiar, sem ações na bolsa, o grupo não publica seu balanço econômico. Conforme análise de materiais publicados na imprensa, estima-se que seu patrimônio, em 1992, era de U\$ 166,8 milhões.

Para o conjunto da economia brasileira, o ano de 1992 não foi positivo. As perdas do Grupo J. Macêdo, durante este ano, foram estimadas em U\$ 12 milhões, o que representa uma taxa de endividamento de 10,1%, percentual considerado baixo no contexto econômico nacional.

De extrema importância para o cenário econômico cearense, o Grupo J. Macêdo encerra o ano de 2003 concentrando suas atividades na área de alimentos. Cria-se, pois, a Dona Benta Alimentos, que passa a englobar as marcas Dona Benta, Brandini, Águia, Branca de Neve, Fama e demais marcas da área de panificação/confeitaria (Bentamix, Soberana, etc). Sua marca legal e jurídica é a J. Macêdo.

¹⁹² Artista cearense da cidade de Aurora.

¹⁹³ As cervejarias Miranda Correia e Equatorial, em Manaus e São Luís, respectivamente, foram as duas unidades parceiras da cervejaria Brahma. A parceria durou até o início dos anos 90, quando a decisão estratégica do Grupo J. Macedo foi focar o campo de atividades da empresa para a área de alimentação.

O Grupo J. Macêdo é uma empresa de grande importância econômica para o Estado do Ceará. Genuinamente cearense, desenvolveu projetos econômicos pioneiros, que favoreceram a construção de um mercado interno e a projeção do Estado a outros pólos industriais do Brasil.

O enfoque apresentado nesta primeira parte do presente capítulo objetiva mostrar que o Grupo J. Macêdo, embora utilizando-se dos benefícios fiscais concedidos pelo governo, ou ainda, pela política econômica da SUDENE, desenvolve uma atuação econômica que leva em consideração a esfera social e ambiental.

Seu pioneirismo esteve presente nos vários ramos de atividades desenvolvidas pela empresa. Antes de qualquer discussão em torno da responsabilidade social e ambiental, o grupo buscava incorporar valores éticos para com seus funcionários e comunidades do seu entorno físico.

E embora considerando os limites da ação política empresarial, a construção de uma consciência crítica em torno do seu papel sócio-político pode ser interpretada como o início de uma discussão mais ampla e extensiva ao espaço público.

Portanto, ao longo do presente capítulo, realizou-se a apresentação do Grupo J. Macêdo, destacando sua evolução enquanto empresa, bem como, a importância de sua atuação no processo de industrialização do Estado do Ceará.

O capítulo seguinte destina-se à análise da representação construída pelo grupo em torno do conceito e prática da 'responsabilidade social'. Embora se tenha iniciado uma sucinta apresentação dos projetos sociais desenvolvidos pela empresa, os mesmos serão aprofundados e incorporados a um diálogo maior, que seja capaz de agregar um olhar sociológico em torno da nova postura assumida pelas empresas.

Capítulo 5. A emergência da Responsabilidade Social para o Grupo J. Macêdo

O capítulo anterior destinou-se à apresentação da trajetória econômica do Grupo Empresarial J. Macêdo, no Estado do Ceará. Destacou-se a visão empreendedora da empresa presente, sobretudo, no caráter pioneiro de suas atividades econômicas e sociais.

A parte final da presente dissertação dedica-se à construção do conceito de responsabilidade social para o grupo. Nesse momento, serão analisados os caminhos trilhados pelo grupo em sua percepção para com o social, bem como, a representação construída pela empresa em torno da responsabilidade social.

A preocupação em promover o crescimento econômico do Estado esteve constantemente permeada, pelo grupo, por uma compreensão da administração empresarial para além da lógica do capital, qual seja, a busca incessante do lucro. Nas estratégias e metas de ação estabelecidas pela empresa, outras esferas mostraram-se igualmente relevantes e, portanto, consideradas fundamentais ao parâmetro de desenvolvimento que se almejava.

Sobressai-se, para o Grupo J. Macêdo, o campo político, sócio-cultural, ambiental e científico, como instâncias fundamentais para o desenvolvimento econômico sustentável do Estado do Ceará. A relevância conferida a estes setores serviu de ‘fio condutor’ para uma reflexão em torno do papel sócio-político da empresa: tão importante quanto o desenvolvimento econômico cearense era a promoção da inclusão social de uma ampla parcela da população. Surge daí a emergência da ‘responsabilidade social’, enquanto nova categoria de ação desenvolvida pela empresa.

Neste sentido, delinear-se-á, nas próximas linhas, as tessituras para o surgimento da ‘Responsabilidade Social’ para o Grupo J. Macêdo. Importante salientar que o conceito surge imiscuído na vivência pública da empresa e, portanto, denota seu engajamento no espaço político-social e econômico da vida cearense, ao longo dos seus quase 65 anos de existência.

Ao longo da dissertação apresentou-se a construção teórico-empírica do conceito de responsabilidade social e sua tessitura nos espaços de participação social construídos no Brasil e, em especial, no Ceará.

A última parte do presente estudo é o momento de análise da representação social construída pelo Grupo J. Macêdo em torno do conceito de ‘responsabilidade social’. Para tanto, retomar-se-á as ‘questões-chaves’ inseridas na metodologia e no 2º capítulo, no intuito de tecer o significado atribuído a esta nova ação social.

5.1. Ação política: a percepção do social

Observou-se que o surgimento do conceito de ‘responsabilidade social das empresas’, nos Estados Unidos, Europa e Brasil encontra-se diretamente relacionado a um amplo e complexo conjunto de transformações que ultrapassam a dimensão econômica, traduzida no anseio pela geração de capital e aquisição de lucros crescentes.

O conceito de ‘responsabilidade social’, ou melhor, o debate em torno de sua efetiva atuação decorre de um profundo re-ordenamento na ordem social global. Tornava-se urgente o re-enquadramento da administração de empresas às visíveis necessidades sócio-econômicas do último século.

Por esta perspectiva, não se mostrava suficiente discutir apenas o papel econômico das empresas. Estas se inseriam, cada vez mais, em um espaço de discussão com demandas heterogêneas e, por não dizer, profundamente imbricadas. O movimento tomado pela dinâmica mundial exigia das empresas um novo posicionamento no campo político, social, cultural, econômico e ambiental.

Para tanto, deparavam-se com as pressões exercidas pelos vários segmentos organizados da sociedade civil, ávidos por um maior senso de justiça e equidade social, e com uma nova espacialização político-econômica que evidenciava o mercado como importante sujeito desse processo, requerendo, do Estado, parâmetros diferenciados na administração do espaço público.

Os múltiplos movimentos dessa ordem de acontecimentos tiveram o seu lugar de análise na presente dissertação. Entretanto, torna-se válido retomar o diálogo com alguns desses pontos analíticos que compõem a agenda de discussões em torno da participação social em âmbito global, sobretudo por refletirem um impacto nas relações estabelecidas no espaço local entre os diferentes sujeitos.

Observamos, no capítulo anterior, a tessitura de uma rede de ação social no Estado do Ceará, que pode ser compreendida como resultado da diversificação de interesses da sociedade civil cearense e, conseqüentemente, ampliação de seus espaços para entrada de novos sujeitos sociais, dentre eles, o empresariado.

As ações empreendidas no seio dos vários movimentos de cunho político surgidos nos anos 80 e 90, como por exemplo, o Movimento Pró-Mudanças, o movimento político ‘Fortaleza, sim! Cambéba, não!’ e o Pacto de Cooperação do Ceará demonstraram a iniciativa tomada pelos vários segmentos organizados da sociedade civil local, no intuito de legitimar um novo sentido ao espaço público, inaugurando um campo de discussões políticas voltado ao ensejo da democracia e da cidadania em nosso Estado.

O envolvimento de sujeitos partícipes do setor empresarial, partidos de oposição, sindicatos, universidades, movimentos sociais, ONGs, associações e profissionais liberais representou a formação de alianças intersetoriais na busca por uma inserção política e equidade social.

A reflexão em torno do significado da participação nos espaços públicos incita a discussão de outras temáticas relacionadas com o direcionamento das políticas públicas de caráter social. A incorporação da pobreza e da miséria ao pacote de reivindicações destes movimentos abre caminho para incursão do tema ‘responsabilidade social’.

Ao longo da década de 90 observa-se, cada vez mais, a inserção do empresariado local no campo de ações empreendidas pela sociedade civil. Pensar a erradicação da pobreza e as medidas necessárias ao crescimento econômico tornou-se pauta dos principais debates desenvolvidos entre as lideranças empresariais. Por conseguinte, a proposta de viabilização de ações de caráter socialmente responsável tornou-se uma oportunidade de minimização do índice de exclusão social em nosso Estado.

Neste sentido, a década de 90 esteve perpassada pela constituição de milhares de comitês espalhados por todo o Brasil. Uma das mais expressivas iniciativas foi a *Ação da Cidadania*, dado seu potencial de mobilização social de amplos setores da sociedade civil. A temática central das discussões empreendidas, por estes comitês, apontava a miséria como principal expressão da exclusão social.

Tornava-se necessário, pois, a proposição de mecanismos de redução da fome e da miséria que atingia milhares de brasileiros. Movidos pelo espírito de solidariedade e humanitarismo, os sujeitos partícipes desses movimentos propuseram consolidar ações concretas em prol da erradicação da fome no país.

Todas estas articulações surgidas no seio da sociedade civil brasileira expressavam a indignação contra a fome e a consciência política de que todos tinham sua co-responsabilidade na viabilização de um projeto de inclusão social.

O espaço de ação social criado por estas iniciativas abriu caminho para a assunção de uma atitude pró-ativa, que envolvesse os múltiplos segmentos da sociedade civil e o empresariado nacional na assunção de suas co-responsabilidades para com a esfera social. Tornava-se, portanto, terreno fecundo para a reflexão em torno de uma postura ética, responsável, que se consolidasse enquanto ação política de transformação social, capaz de superar a condição de miséria do país.

É neste sentido que se analisa a construção do conceito de responsabilidade social para uma parcela do empresariado cearense. A conjuntura político-social do Ceará, sobretudo nos anos 80 e 90, apresentou-se como um campo fértil para o delineamento tomado por este conceito e sua efetivação enquanto prática.

No caso específico do Grupo J. Macêdo, objeto de estudo da presente dissertação, observou-se que a compreensão da ‘responsabilidade social’ é fruto de uma reflexão que considera a confluência entre o espectro de transformações de ordem política e econômica correntes no Estado e as demandas existentes na esfera social.

A própria empresa nasce da necessidade de se propor novos horizontes ao desenvolvimento industrial cearense. E, por conseguinte, desde seu início, considera que o êxito econômico só é possível, se houver igualmente um investimento no campo político e social.

Esta já era uma convicção de José Dias Macêdo, fundador da empresa. O empresário compreendia a função da empresa por dois prismas: o primeiro marcado pelo caráter ‘realizador’, no sentido de empreendedorismo, pioneirismo e geração de empregos, seguido de uma posição ‘idealista’, donde a corporação se dinamizaria para expandir o seu espectro de ação, investindo em outras áreas do conhecimento, a fim de diversificar os ramos das atividades desenvolvidas. Ao falar da concepção do Grupo J. Macêdo em relação ao

idealismo, percebe-se que este conceito está ancorado na concepção de empreendedorismo e de seus desdobramentos na geração de emprego. Entretanto, considera ser fundamental a existência do lucro, por ser ele:

... que garante a sobrevivência das empresas e a sua missão de dar empregos. Idealismo é também o trabalho da Fundação Antonio Dias Macêdo; idealismo é aproveitar um grupo de mecânicos e construir uma fábrica de transformadores; idealismo é comprar uma gleba perto de Fortaleza e fazer lá a primeira grande experiência de avicultura e suinocultura; idealismo é a pessoa que está pesquisando (...) é a capacidade de sonhar as coisas antes que existam, não desistir delas, mesmo que não fiquem mais nas mãos de quem as criou....¹⁹⁴

Por ser uma empresa familiar, esses valores foram repassados de maneira que os filhos do empresário e ex-senador buscaram incorporar as suas atitudes, seja como empresários, seja como cidadãos, uma postura em consonância com sua inserção no espaço público do Estado.

Conforme a obra biográfica escrita pelo jornalista Glauco Carneiro¹⁹⁵, os filhos de José Macêdo, desde tenra idade, foram educados em torno de um conjunto de valores voltados ao humanitarismo, à ética e ao incentivo da autonomia e responsabilidade. Além disso, tinham uma formação moral de base cristã.

Amarílio Proença de Macêdo, terceiro dos oito filhos do empresário, recebeu toda esta formação pautada em um modelo de família tradicional permeado por valores religiosos, sobretudo de origem jesuítica. Aos 12 anos, tornou-se interno de um seminário jesuíta e, ao sair, engajou-se nas atividades desenvolvidas pela Juventude Estudantil Católica. Conforme relato de Amarílio Macêdo:

... foi no seminário que eu fui despertado para o convívio coletivo e tocado pelo lado humano da vida. Lá no seminário, em vez de me dedicar ao trabalho, no sentido da produção - como José Macêdo começou trabalhando em bodega, etc. -, eu me dedicava à ação social: fazia catequese, visitava os pobres, ensinava catecismo. Enquanto meus amigos ficavam jogando futebol e se divertindo, eu raramente fazia isso. E com aquela educação rígida e disciplina mental, acho que foi por aí que eu aprendi a enxergar um lado da vida que meu pai não me ensinou. Talvez tenha havido aí um gancho em que me segurei e fui levando em frente. (...) Mais tarde, fora do seminário, ingressei na Juventude Estudantil Católica.¹⁹⁶

¹⁹⁴ In: CARNEIRO, Glauco. J. Macêdo: uma saga empresarial vivida. São Paulo: EDICON, 1989. p. 303-304.

¹⁹⁵ Op. Cit.

¹⁹⁶ Op. Cit. p. 313.

Desde a juventude, Amarílio Macêdo participa dos principais eventos de mobilização política correntes no Brasil e no Estado do Ceará. Engajado no movimento estudantil secundarista inseriu-se em uma ampla rede de discussões sobre a viabilização da democracia no campo político nacional.

A expressão maior de sua inserção política aconteceu na década de 60, ao engajar-se na Juventude Estudantil Católica – JEC. Era o período áureo da ação social desenvolvida pela Igreja Católica. A instituição mobilizava um amplo segmento juvenil em nosso país. Havia a JAC – Juventude Agrária Católica, a JEC – Juventude Estudantil Católica, a JOC – Juventude Operária Católica e a JUC – Juventude Estudantil Católica.

A dimensão política dos movimentos da Igreja Católica acentuou-se após o Golpe de 64. Muitos líderes da Igreja, sobretudo os padres da ordem dominicana, manifestaram sua insatisfação com os rumos tomados após o Golpe. Os grupos sociais e/ou partidos que lutavam pela transformação da sociedade eram identificados como ‘subversivos’ e, assim, justificavam a intensificação das perseguições, prisões e até torturas aos indivíduos, considerados perigosos aos olhos do Estado, por buscarem desestabilizar a “ordem” social vigente.

Isto não intimidava a ação política dos jovens engajados nas quatro instâncias do movimento - JAC, JEC, JOC e JUC. O posicionamento da juventude nacional contra a política empreendida pelos militares ganhava expansão maior agravando, ainda mais, as perseguições. Encontros, debates e estudos da realidade político-social brasileira alimentavam a articulação política dos jovens partícipes desses grupos.

A Juventude Estudantil Católica apresentava-se como uma importante liderança da juventude nacional, sobretudo por sua capacidade de articulação com a União Nacional dos Estudantes – UNE e com o Centro Popular de Cultura, o CPC. Estas instâncias de participação política tinham um grande potencial de mobilização dos estudantes secundaristas e universitários.

Sua militância caracterizava-se, sobretudo, por uma ação de luta contra a pobreza e a miséria existente em nosso país. O aprofundamento das reflexões incorporou outras temáticas à agenda de luta: incluía-se temas políticos diretamente relacionados ao direito de participação e a legitimação de espaços públicos de caráter democrático, o que demonstrava uma visível contestação em torno da atuação político-social do Estado.

Todavia, a edição do Ato Institucional nº 5, o AI -5, acentuou a repressão a estes organismos, o que ocasionaria, no país, uma recuada, da Igreja Católica em suas lutas empreendidas no campo político. Os bispos consideravam necessário um rompimento com o caráter político e o ostensivo protesto exercido pelos grupos engajados da juventude católica. Iniciou-se um processo de esvaziamento político da Igreja e uma inserção dos jovens em outros movimentos da sociedade civil.

Amarílio Macêdo participou ativamente dos movimentos empreendidos pela Juventude Estudantil Católica existente no Estado e, ao ingressar na Universidade Federal do Ceará, como estudante do Curso de Ciências Econômicas, intensificou sua atuação política à frente do Centro Acadêmico do curso de Economia.

O anseio em contribuir, enquanto cidadão, para a consolidação da democracia em nosso país, viabilizando um canal de diálogo entre Estado e sociedade civil, uniu Amarílio Macêdo a outros protagonistas dos movimentos em prol da participação social no espaço público.

Apesar do caráter repressivo e autoritário dos regimes militares, uma parcela significativa de indivíduos articulava-se em prol da inclusão social e política. Superavam-se as diferenças existentes em favor da luta por um país democrático. Conforme o sociólogo Pedro Albuquerque¹⁹⁷:

O Amarílio Macêdo é nosso companheiro de luta desde o movimento secundarista. Ele era da JEC – Juventude Estudantil Católica e eu, e outros companheiros, João de Paula e outros companheiros, éramos da Juventude Comunista. Então, naquela época, havia a JEC que tinha medo do comunismo e a que não tinha. O Amarílio era dessa JEC que não tinha medo do comunismo. Ele saía para pixar os muros com os comunistas; naquela época, ele e o frei Tito. (...) nós vimos que o que nos mantinha unidos era que, embora divergentes, nós tínhamos pontos de vista divergentes, do ponto de vista do futuro, da humanidade, mas, e tal, o que nos unia ali era o ideal, vamos dizer, de trabalharmos de forma democrática e decente e, também, o que nos unia era o grande anseio de eliminar a miséria de nossa pátria.

A partir de meados dos anos 70 a crise do modelo autoritário começa a apresentar um quadro de esgotamento. O “milagre” econômico entra em crise e as taxas do PIB começam a decrescer. Paralelamente há a reanimação do movimento social e popular.

¹⁹⁷ Sociólogo, um dos fundadores da ONG Instituto Equatorial de Cultura Contemporânea e professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade de Fortaleza.

E embora a década de 80 demarque o enfraquecimento e conseqüente declínio do regime militar, a consolidação da democracia defrontava-se, ainda, com alguns dilemas: instituições frágeis, fome, miséria, ausência de democratização da informação e de espaços públicos voltados ao diálogo entre sociedade civil e Estado.

O país permanecia, portanto, em um intenso ritmo de mobilização social e política. Os movimentos sociais e as ONGs alargavam os seus horizontes de atuação, incorporando uma maior heterogeneidade de demandas sociais, políticas, econômicas, culturais e ambientais.

Emergem, desse contexto, novas preocupações que comporão a agenda programática de uma parcela do empresariado. Entra em cena a noção de ‘compromisso social’, seguida de uma compreensão do empresário como parte integrante da sociedade civil e, portanto, co-responsável na concretização de ações sociais que objetivem, em primeiro plano, “atenuar” os problemas sentidos em âmbito político-econômico e social.

No Ceará, observava-se uma dinâmica semelhante. Unido a outros segmentos organizados da sociedade civil, o empresário Amarílio Macêdo engajava-se, diretamente, nessa atmosfera de luta pelo pleno exercício da democracia e garantia do direito de participação política a todos os que compunham a sociedade em nosso Estado.

Em âmbito nacional, o Grupo J. Macêdo estava integrado à Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas – ADCE¹⁹⁸ participando das principais discussões empreendidas pela entidade, sobretudo aquelas relacionadas à inserção do empresariado nos espaços de regulação do social.

A tradução do anseio por uma mudança na concepção de política, redimensionando seu significado para uma dimensão plural de participação era expressa no Movimento Pró-Mudanças.

Enquanto espaço de discussão política, o Movimento Pró-Mudanças objetivava a ampliação da *práxis* da democracia ao conjunto da sociedade. Para tanto, acreditava no princípio da gestão compartilhada, possível canal de articulação e diálogo entre os representantes do Estado, do mercado e da sociedade civil.

¹⁹⁸ Sobre a Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas - ADCE, consultar a página 74 do presente estudo.

O Movimento Pró-Mudanças traçava uma ampla mobilização social em todo o Estado do Ceará. O intuito não era apenas eleger Tasso Jereissati, representante legítimo do CIC, ao governo do Estado. Buscava-se construir uma ampla ‘rede de ativismo social’, por meio da articulação com vários segmentos da sociedade civil, empresas e representantes do governo.

O objetivo era a elaboração informal de um plano de governo que contemplasse as demandas dos grupos setoriais (educação, saúde, agro-pecuária, ciência e tecnologia). Entregou-se o plano ao governador Tasso Jereissati em março de 1987. Entretanto, o governador não se dispôs a viabilizar as metas propostas pelo Movimento Pró-Mudanças, o que gerou uma situação de descontentamento e conseqüente divergência entre os membros do movimento e a administração pública estadual.

Amarílio Macêdo representava a principal liderança desse processo. À frente do Movimento Pró-Mudanças, o empresário concatenava interesses visando a criação de uma administração pública aberta ao diálogo com a sociedade civil.

Conforme Amarílio Macedo¹⁹⁹, “o Pró-Mudanças tinha de tudo. Tinha empresários e tinha pessoas do governo que depois foram convidadas a largar...”. O jornal informativo do movimento (PRÓ-MUDANÇAS, 1987a) indicava como ponto de convergência entre os diferentes posicionamentos ideológicos e sociais dos seus membros, ideais de cidadania, democracia, participação, ética, desenvolvimento, combate à miséria, justiça social, etc. Quanto às responsabilidades assumidas pelos membros do Movimento Pró-Mudanças, o empresário destaca que:

... é conseqüência da consciência que nós temos de que somente através do processo participativo em nosso Estado e os municípios que o compõem poderão começar verdadeiramente o processo de mudança que fará com que a nossa sociedade tome novos rumos e comece a trilhar um futuro aonde a oportunidade surja para todos e não para as minorias.²⁰⁰

O discurso supracitado representa o chamado à co-responsabilidade para com o delineamento das políticas públicas a serem empreendidas no Estado do Ceará e, portanto, o chamado à regulação partilhada do social. Além disso, associa-se ao próprio significado político-social que vai adquirir a atuação empresarial no espaço público não-estatal.

¹⁹⁹ Entrevista com Amarílio Macedo apud MARTIN (1993: 82).

²⁰⁰ In: PAIVA, Flávio. Mobilização social no Ceará: 16 anos de tentativas e 1 promessa de diálogo. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002: 51.

O destaque dado à figura de Amarílio Macêdo é justificado pela importância de sua atuação político-social em âmbito local e nacional, principalmente no delineamento da ação social do Grupo J. Macêdo. O empresário é o diretor – presidente do Grupo J. Macêdo e, atualmente, é membro efetivo do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República (CDES)²⁰¹.

Em outros termos, o posicionamento do empresário e sua participação na tentativa de construção de um espaço público nacional mais democratizado norteiam a compreensão da corporação em torno dos significados presentes no conceito de responsabilidade social.

O encerramento das atividades desenvolvidas pelo Movimento Pró-Mudanças ocorreu em setembro de 1988²⁰², por ocasião do movimento não ter obtido êxito em sua tentativa de se consolidar enquanto canal permanente de diálogo entre o empresariado, as instâncias de representação da sociedade e o governo do Estado.

Conforme MARTIN (1993: 83) em entrevista realizada com Amarílio Macêdo: “você sabe quantas vezes eu fui recebido em audiência pelo Tasso? Como Pró-Mudanças? Nenhuma. Nunca o Pró-Mudanças foi recebido pelo Tasso. Eu, pessoa física, fui.”

Em 1989, Amarílio Macêdo retoma sua atuação no cerne das discussões de ordem político-social, participando do Instituto Equatorial de Cultura Contemporânea, uma Organização Não-Governamental atuante em Fortaleza. A atividade desenvolvida pela ONG tinha por principal objetivo a democratização da informação, sobretudo divulgando dados de pesquisas realizadas sobre a realidade político-econômica e social cearense.

Faziam parte das bases de formação do Instituto Equatorial indivíduos diretamente engajados na militância política presente entre os anos 60 e 80. Eram, portanto, sujeitos ativos, descendentes dos movimentos dos estudantes secundaristas e universitários, dos partidos de esquerda e, mais recentemente, do Movimento Pró-Mudanças. Conforme entrevista com um dos fundadores da ONG²⁰³:

²⁰¹ Trata-se de um Conselho Consultivo à Presidência que reúne diferentes segmentos da sociedade civil e dos partidos políticos com o intuito de discutir as grandes questões nacionais e propor políticas que possam interferir nos rumos da governabilidade.

²⁰² O Movimento Pró-Mudanças iniciou suas atividades em março de 1987, encerrando-as em setembro de 1988. Teve, portanto, um ano e meio de existência.

²⁰³ Entrevista realizada em 14/06/04.

O Instituto Equatorial de Cultura Contemporânea, ele foi criado em 89. Ele segue um curso de movimento de uma geração que viveu (...) politicamente os anos 60. É, final dos anos 50, anos 60, tanto militantes das entidades secundaristas, como os estudantes universitários. E parte dessa geração se engajou muito naquele movimento Pró-Mudanças, que derrotou os coronéis e elegeu Tasso Jereissati ao governo. Eleito Tasso Jereissati, esse grupo de pessoas não ficou satisfeito com a atuação do governo e assumiu, sempre, uma postura crítica ao governo, embora alguns membros tenham participado do governo, como no meu caso, que fui Sub-secretário de Ação Social no governo, mas, é, inclusive, a condição para que eu continuasse como Sub-secretário, o governo passou a exigir que eu saísse do Movimento Pró-Mudanças. Como eu não saí, então, estabeleceu-se divergências e, então, eu acabei saindo do governo.

A ONG defendia seu espaço de legitimação político-social como um organismo plural, composto por pessoas vinculadas à universidade, sobretudo, a Universidade Estadual do Ceará e a Universidade Federal do Ceará, empresários, membros de partidos de esquerda e demais representantes da sociedade civil. O Instituto Equatorial primava pelo devido distanciamento de qualquer referencial de aproximação com o Movimento Pró-Mudanças.

As palavras proferidas por um dos fundadores da ONG vêm reforçar a idéia de que “a criação do Instituto Equatorial (...) não foi a continuidade do Pró-Mudanças. Então, nós passamos a trabalhar com a informação, como democratizar a informação, aqui, no Estado do Ceará.”²⁰⁴

Ao proporem a democratização da informação, visavam tecer uma crítica à administração estadual de Tasso Jereissati, focalizando os índices de miséria social existente no Estado. Em sua crítica, a ONG apontava a ‘indigência política’ como sendo um dos principais instrumentos de geração da pobreza e da miséria social. Ainda, segundo um dos fundadores da ONG:

... nós partimos do diagnóstico, segundo o qual, a miséria nossa (...) não era apenas uma miséria econômica, social, também havia uma indigência política. Então, a gente resolveu, então, criar um espaço onde a gente pudesse trabalhar essa área e, aí, encontramos um caminho, a criação do Instituto Equatorial. (...) O primeiro trabalho que nós fizemos foi uma pesquisa do IPESP (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais de Pernambuco), que comparávamos os indicadores econômicos com os indicadores sociais. Então, quem primeiro lançou essa crítica contundente ao governo do Tasso, mostrando que havia uma defasagem entre a economia, o crescimento da economia e as condições sociais da população, fomos nós.²⁰⁵

²⁰⁴ Idem.

²⁰⁵ Ibidem.

Por ‘indigência política’, o Instituto Equatorial de Cultura Contemporânea entendia:

... o imobilismo, sociedade civil frágil, débil exercício da cidadania, instituições controladas por elites autoritárias, debate político marcado pela ausência de informações sobre a realidade, reduzida participação popular, espaço público capturado por interesses privados, políticas públicas ineficientes, interesses corporativos arraigados, Estado cooptador e aliciador de lideranças civis.²⁰⁶

O empresário Amarílio Macêdo desempenhou um importante papel no Instituto Equatorial. Inicialmente, vinculou-se ao grupo de fundação da ONG, participando dos seminários e discussões desenvolvidos em sua fase inicial. Ademais, o Grupo J. Macêdo foi o responsável pelo financiamento dos seis primeiros anos de existência da ONG. Um dos fundadores do Instituto Equatorial reafirma a participação da empresa:

Então, esse grupo que tava aí, no Instituto Equatorial, precisava de recursos. Então, os recursos foram dados pelo Grupo J. Macêdo, através do Amarílio. (...) Quer dizer, o pai dele também tem uma mente muito aberta e, enquanto o grupo teve recursos, o grupo manteve o Instituto Equatorial, inclusive sem nenhuma interferência, nenhuma, do ponto de vista da linha do Instituto. A liberdade era total.²⁰⁷

O Instituto Equatorial representava, para seus fundadores e colaboradores diretos, um espaço de fomentação da cidadania, por meio de uma reflexão em torno da necessidade de se atribuir um sentido ético à política.

Enquanto *locus* de um ativismo social propunha um processo de mudança cultural, capaz de reativar as instâncias de mobilização da sociedade civil, para que esta lutasse por uma renovação da estrutura administrativa do Estado, fazendo com que ele se adequasse às novas exigências da democracia participativa.

Para tanto, urgia o rompimento com o monopólio do conhecimento e da informação, socializando a todas as instâncias sociais o que vinha sendo produzido em termos de projetos político-econômicos, tecno-científicos e, principalmente, sociais, que atendessem às demandas existentes em nossa sociedade. De acordo com o Estatuto Social do Instituto Equatorial, seria papel da ONG:

²⁰⁶ Proposta de Diretrizes. Documento feito pelo Instituto Equatorial, xerografia, sem data.

²⁰⁷ Entrevista realizada em 14/06/04.

... atuar, na qualidade de mediadora, no seio da sociedade civil para elevar o nível de democratização da vida social e o nível de participação ativa dos cidadãos através da democratização da informação de natureza sócio-econômica, política e cultural.²⁰⁸

Dentre as atividades desenvolvidas pelo Instituto Equatorial, destacam-se: a pesquisa ‘Ceará Ano 2000’, o seminário ‘Ceará - Os Indicadores do Futuro: Pulsão de Vida ou Morte’ e o concurso ‘Juventude e Cultura Ecológica’²⁰⁹.

A pesquisa “Ceará Ano 2000²¹⁰” foi realizada em parceria com o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais de Pernambuco – IPESP e o Centro Josué de Castro, ambos de Recife.

A divulgação da pesquisa atingiu um duplo objetivo: primeiramente promoveu a apresentação pública do Instituto Equatorial de Cultura Contemporânea. Em seguida apresentou, ao público cearense, sobretudo os responsáveis pela formação de opinião, um balanço de como estavam sendo alicerçadas as políticas públicas no Ceará e sua projeção futura.

O resultado foi a articulação, dentre os formadores de opinião, de uma rede de discussão e reflexão em torno da possibilidade de criação de uma cultura da informação que valorizasse a dimensão pública da política, destacando a importância de se consolidar espaços públicos voltados à co-gestão entre o Estado e a sociedade civil.

O Editorial do Jornal O Povo, de junho de 1990, cumprimenta o Instituto Equatorial, destacando que o mesmo:

... vem se firmando como uma instituição de alta credibilidade pelo seu caráter apartidário e uma estrutura organizacional que lhe permite autonomia política, gerencial e financeira, voltando-se unicamente para objetivos educacionais e culturais.²¹¹

²⁰⁸ Estatuto Social, Capítulo I, Instituto Equatorial, xerografado, 1989.

²⁰⁹ Concurso na área de música e humor (charges e *cartoon*), realizado com jovens de 14 a 20 anos. Os primeiros colocados de cada categoria foram levados a San José, Costa Rica para participarem da Conferência Mundial da Juventude. A conferência destinava-se a discutir temáticas posteriormente retomadas na Eco-Rio 92.

²¹⁰ Realizada com uma amostragem de 1.100 pessoas de todo o Estado.

²¹¹ ‘Sem Fantasias’ Jornal O Povo, 25.06.1990, p. 6-A.

Vale destacar, ainda, os artigos escritos na imprensa local, produzidos por sociólogos e cientistas políticas, que vêm reforçar os debates acadêmicos sobre o papel político desempenhado pela ONG na reflexão em torno da presença da sociedade civil nos espaços públicos no Brasil²¹².

É a primeira vez que uma instituição não governamental no Estado se lança num tipo de empreendimento como este, sem visar ganhos políticos imediatos, o que é incomum numa região marcada por um tipo de cultura política clientelista, onde a manipulação da informação serve para a perpetuação do poder da elite dominante (...). O fato de existir uma instituição não governamental preocupada e com a disposição de ouvir a população, demonstra a necessidade de a sociedade civil cearense criar formas orgânicas de representação política, não mais baseadas em critérios mandonistas, mas numa racionalidade científica, onde os diagnósticos sejam feitos com transparência e sem medo de afetar o poder (...). A disposição de ouvir a população passa a ser não mais um procedimento burocrático e desmobilizante, mas uma condição para a ampliação da democracia.²¹³

Os dados obtidos com a pesquisa ‘Ceará Ano 2000’ fomentaram os debates correntes durante o Seminário *Ceará – Os Indicadores do Futuro: pulsão de vida ou morte*, realizado pelo Instituto Equatorial, em novembro de 1990, em parceria com as cinco universidades cearenses –UFC, UECE, UVA, URCA e UNIFOR.

O principal objetivo do seminário era a denúncia do crescimento da pobreza e da miséria local, indicando para as elites político-econômicas a sua co-responsabilidade frente a esse quadro. Conforme o evento, o conhecimento e o controle da informação constituíam, também, numa estratégia para o fomento à desigualdade social em nosso Estado.

O seminário representava, ainda, o chamado à sociedade civil para que esta se inserisse em um esforço conjunto de superação da crise social e econômica vigente no Ceará, alargando os horizontes de participação nos espaços públicos, caminho necessário para consolidação de um novo método de encaminhamento das políticas públicas. Um dos fundadores da ONG afirma:

Eu acho que o Instituto Equatorial fustigava o governo, fustigava o problema da elite. Fizemos aqui um grande seminário, “Ceará –Os indicadores do Futuro: Pulsão de Vida e Morte”. Pegamos, aí, uma variável, um conceito na área da psicologia, né, da psicanálise, e jogamos isso. E, nesse seminário, nosso objetivo

²¹² Para um conhecimento maior das opiniões difundidas nos veículos de informação local, consultar o livro do jornalista Flávio Paiva, intitulado “Mobilização social no Ceará: 16 anos de tentativas e 1 promessa de diálogo”, Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

²¹³ CARVALHO apud PAIVA (2002: 87)

era questionar profundamente, colocar essa elite no banco dos réus, quer dizer, criticá-la, não deixá-la, aí, imune à crítica, como ela é hoje.²¹⁴

Em 1991, o Instituto Equatorial, contava com outros parceiros, dentre eles, a Fundação SOS Mata Atlântica e o Instituto Cultural Itaú. Entretanto, a maior parte dos recursos destinados à manutenção da ONG era proveniente do Grupo J. Macêdo.

O Instituto Equatorial de Cultura Contemporânea encerrou suas atividades em 1994. Uma das principais razões foi a redução dos investimentos oriundos do Grupo J. Macêdo. A empresa passava por uma crise financeira e necessitava redimensionar seus gastos, destinando-os a outras prioridades de ordem administrativa.

Além da retirada do financiamento direto da iniciativa privada, outros acontecimentos de ordem nacional interferiam diretamente na estruturação da ONG. Os cinco primeiros anos da década de 90 foi marcado, para muitas ONGs, por significativos cortes orçamentários, tornando-se um elemento complicador, visto que nesse momento tais entidades passavam por processos de redefinição de sua função institucional.

A explicação apresentada pelas próprias ONGs está na redução dos recursos enviados pelas Agências de Cooperação Internacional aos parceiros latino-americanos, sobretudo no Brasil.

O foco era as mudanças ocorridas na conversão de recursos captados em moedas estrangeiras para a moeda nacional, no caso o real, mais a inflação ocorrida nos últimos 12 meses e que não era reconhecida pelo Governo.²¹⁵

Assim, as ONGs teriam que enfrentar o desafio diante do aumento dos custos operacionais, em detrimento da redução do peso relativo aos recursos recebidos pela cooperação internacional.²¹⁶

Ademais, a canalização de recursos feita, via de regra, exclusivamente por projetos, não se mostrava suficiente para o atendimento das demandas sociais devido às várias conseqüências como a ausência de verbas para fins institucionais, que possibilitasse a constituição de um fundo de reservas que garantisse a manutenção de uma estrutura mínima

²¹⁴ Entrevista realizada em 14 de junho de 2002.

²¹⁵ Destacamos que os dados são referentes ao ano de 1995, onde era perceptível a disparidade entre o orçamento planejado e os recursos disponíveis após a correção cambial.

²¹⁶ Vale destacar que estas possíveis soluções para o enfrentamento da crise orçamentária estavam presente, como forma de consenso, no interior das ONGs.

à ONG. Desta forma, o Instituto Equatorial obrigou-se a encerrar sua atuação no Estado do Ceará.

O destaque dado ao Instituto Equatorial decorre do fato de ter sido a primeira vez que uma Organização Não-Governamental cearense recebia financiamento direto da iniciativa privada e de um grupo empresarial, no caso, do Grupo J. Macêdo.

Isto tem fundamental importância se levado em consideração que, no Brasil, as ONGs são reconhecidas pelo mérito de seu papel político junto à sociedade civil, sobretudo por atuarem diretamente na mudança do padrão cultural de nossa percepção política. Em outras palavras, as ONGs têm contribuído para o alargamento da participação democrática nas relações empreendidas entre sociedade civil e Estado.

No momento em que abrem espaço para que se estabeleça uma aproximação com a iniciativa privada, as ONGs terão a oportunidade de influir no comportamento político-social das corporações, convidando-as a tomarem seu posto no campo de propostas viáveis à superação da miséria social e política existente em nosso país.

No caso cearense, esta iniciativa foi tomada pelo próprio Grupo J. Macêdo, uma vez que Amarílio Macêdo esteve presente, desde o início, nos principais debates desenvolvidos pela ONG, em parceria com as universidades, imprensa, partidos de esquerda e demais segmentos organizados da sociedade civil.

A participação de Amarílio Macêdo nas instâncias de discussão em torno de um desenvolvimento econômico com inclusão social e da consolidação de espaços públicos verdadeiramente democráticos demarca, para a empresa, um novo parâmetro dado em sua ação para com a esfera social.

Até meados da década de 80, a empresa desenvolvia projetos sociais mais pontuais, relacionados diretamente com programas voltados à saúde e educação das famílias dos seus funcionários e comunidades do seu entorno físico. Além da Fundação Antonio Dias Macêdo, destacam-se outras atividades de cunho social.

Na década de 70, o Grupo J. Macêdo instituiu, em sua empresa, um programa de educação formal destinado à alfabetização dos funcionários. As turmas de alfabetização de adultos funcionavam no próprio local de trabalho e, segundo a empresa, o índice de analfabetismo foi reduzido a zero.

Hodiernamente, o Grupo desenvolve projetos na área de educação destinados a crianças e jovens que freqüentam as escolas públicas, em parceria com o Estado e Município. Os estudantes totalizam 3.821 beneficiados com orientação educacional²¹⁷ e doações²¹⁸ a quatro escolas da rede pública de ensino: Escola de Ensino Fundamental e Médio Antonio Dias Macêdo, E.E.F.M. Deputado José Dias Macêdo, E.E.F. Bárbara de Alencar e E.E.F. Paula Francinete.²¹⁹

Ainda na área educacional, a empresa desenvolve o projeto “Formação Para Professores em Pedagogia Waldorf²²⁰”, em parceria com a Associação Beneficente Tobias (SP), a Federação de Escolas Waldorf no Brasil (SP) e a Associação Pedagógica Micael (CE).

Iniciada em 1998, na Escola de Comunidade Paula Ângela Maria Franssinetti²²¹, prepara os professores com a “Pedagogia Waldorf”, cujo princípio consiste em proporcionar aos educadores uma “Visão de Educação ampliada pela Antropofosia”. Significa dizer que esta visão fundamenta-se em um conhecimento profundo do desenvolvimento humano, tendo como proposta pedagógica o fomento, através da Pedagogia Waldorf, de uma arte de educar que permeie, ética e moralmente, os conhecimentos e habilidades humanas, a fim de torna-los fecundos para o desenvolvimento de uma melhor Vida Social. A fundação Dr. Antonio Dias Macêdo reconhece que:

... para alcançar esta prática educativa são necessárias condições onde o professor, veículo de formação dos seres humanos livres e capazes de enfrentar os desafios da vida moderna, propondo alternativas sadias, encontre um ambiente que proporcione a descoberta da auto-educação, despertando em si um pesquisador.²²²

²¹⁷ A orientação educacional é desenvolvida por professores da própria Fundação, em parceria com professores da rede pública de ensino.

²¹⁸ O Grupo J. Macêdo é responsável pela remuneração dos professores das referidas escolas.

²¹⁹ As ações desenvolvidas na última escola supracitada, fazia parte de uma parceria entre o Grupo J. Macêdo e a Prefeitura de Fortaleza. Atualmente, não há esta parceria, estando a Unidade Escolar sob a coordenação das Irmãs Dorotéias.

²²⁰ Em Fortaleza, a Fundação Dr. Antonio Dias Macêdo desenvolve a Pedagogia Waldorf na escola Waldorf Micael, fundada pelo próprio Grupo e localizada à Rua Joaquim Nabuco, 701 – Bairro Aldeota, Fortaleza – CE.

²²¹ Localizada à Rua Princesa Juliana, 689, Bairro Dias Macêdo, Fortaleza – CE.

²²² Extraído do folder de divulgação da Fundação.

A perspectiva de educação proposta pela ‘Pedagogia Waldorf’ pressupõe uma ruptura com práticas e concepções que negam a dimensão gnosiológica da educação. Fundamenta-se uma educação pautada na ética, na moral, no respeito à dignidade e à própria autonomia do indivíduo enquanto sujeito sócio-histórico-cultural, imerso no ato de conhecer e de produzir conhecimento.

Em meio a uma ‘crise estrutural dos saberes pedagógicos’ em nosso país, donde se tolhe, gradativamente, o caráter emancipador, transformador e autônomo da educação, seja nas escolas de ensino fundamental e médio, seja nas instituições de ensino superior, torna-se válido a construção de um projeto voltado à educação, dando-lhe um formato em consonância com as aspirações sociais, políticas, culturais e ambientais dos indivíduos.

Incentiva-se um projeto educacional que se apresenta como um contraponto ao ideário neoliberal de transformar o ato pedagógico em instrumento de fomento ao caráter individual e competitivo presente na lógica do mercado.

Assim sendo, a fundação da escola ‘Waldorf Micael pelo Grupo J. Macêdo e o financiamento à formação dos professores em ‘Pedagogia Waldorf’ demonstra uma percepção diferenciada sobre a importância política da educação na vida dos indivíduos e da sociedade.

Aliado ao apoio dado ao Instituto Equatorial aproxima-se de uma compreensão de ‘responsabilidade social’ como um projeto de emancipação política, donde a educação é reconhecida como instância de valorização da liberdade, de gestação de novas culturas, de formação e renovação de novos sujeitos políticos. Neste sentido, o Grupo J. Macêdo incorporou um novo significado ao conceito de ‘responsabilidade social’: uma responsabilidade ancorada em um sentido sistêmico, integrado, envolvendo todos os indivíduos que compõem uma dada sociedade.

Em outras palavras, a nova visão de responsabilidade social ultrapassa a mera execução de projetos sociais. Tem a ver com uma proposta de processarem iniciativas de indução do desenvolvimento social e, portanto, pressupõe uma parceria entre o Estado, os setores da sociedade civil, sejam entidades ou indivíduos isolados e a iniciativa privada.

Pensando este novo parâmetro de inclusão social, o Grupo J. Macêdo insere-se nas discussões empreendidas pelo Pacto de Cooperação do Ceará. Entretanto, durante os primeiros quatro anos de funcionamento (1991-1994), a entidade funcionou como um espaço de negociação fiscal e planejamento estratégico entre algumas lideranças empresariais e o governo.

Durante o segundo mandato de Tasso Jereissati (1995-1998), esvazia-se a visibilidade política do Pacto de Cooperação, embora continuem os debates em torno da necessidade de incorporação às políticas públicas cearenses de um projeto voltado ao desenvolvimento de uma ‘economia sustentável’ para o Ceará.

Para os empresários partícipes do Pacto, um projeto de desenvolvimento econômico para o Ceará significava a projeção de uma economia mais lucrativa e competitiva para a iniciativa privada. Para tanto, tornava-se necessário o êxito das negociações em torno da redução e isenção de impostos, sobretudo do ICMS, principal imposto de arrecadação tributária do Estado.

Embora, em sua essência, o Pacto de Cooperação do Ceará intuisse ser uma entidade de participação política plural, voltada a entidades da administração pública, da iniciativa privada e sociedade civil, sua consolidação enquanto prática foi inicialmente formada pela articulação de um diálogo entre um segmento empresarial e o governo estadual.

Esta configuração política do Pacto de Cooperação desencadeou algumas críticas, proferidas não somente pelo segmento intelectual, mas principalmente, pelos setores organizados da sociedade civil, que não reconheciam na entidade um espaço de participação plural, acusando-a de ser um fórum de planejamento estratégico voltado aos interesses da iniciativa privada. O próprio Instituto Equatorial verbalizava sua crítica ao Pacto, afirmando:

O Pacto de Cooperação mudava a linha do Instituto. Era outra coisa diferente da linha do Instituto. A linha do Instituto era uma linha de independência em relação ao governo, crítica em relação à realidade. E o Pacto de Cooperação perdeu essa capacidade crítica, quer dizer, passou a fazer a crítica por dentro do governo. (...) foi mais um pacto entre empresários e o governo do Ciro Gomes. (...) O Ciro queria eliminar, na sociedade, qualquer, é, qualquer segmento independente, né, ele queria abarcar tudo, né, dentro do seu governo. Então, com isso, ele conseguiu colocar ao lado dele um grupo de empresários, empresários mais modernos. Já tá no nome Pacto de Cooperação, quer dizer, pacto entre, com o que se imaginava, a sociedade civil e o governo. Na verdade começou entre um grupo de empresários e o governo.²²³

²²³ Entrevista realizada com um dos fundadores do Instituto Equatorial em 14/06/04.

Entretanto, o consultor do Pacto de Cooperação afirma que a entidade, embora inicialmente formada por empresários, objetivava tornar-se um espaço de representação política a todos os segmentos sociais.

O grupo que primeiro se mobilizou foi um grupo de empresários. (...) Naquele momento, havia um impasse na relação dos empresários com o governo, né, e esse envolvimento inicial entre governo e empresários, aí tem uma proposta dos empresários para uma interlocução de um novo tipo, porque, até então, o tradicional no Ceará era a interlocução do empresário através de um deputado, através de uma ligação pessoal qualquer, mas nunca numa relação direta e aberta como uma classe, com determinados interesses bem explicitados, né, e o governo do Estado, como ente público, né, numa relação aberta, transparente, pública, na verdade, né, porque isto estava permanentemente nas páginas da imprensa, aqui no Ceará. Então, isso se deu em 91, de fato, como uma primeira iniciativa empresarial numa interlocução com o governo. Depois, é que, quando houve a aceitação por parte do então governador, Ciro Gomes, de se fazer essa interlocução direta e que os saíram dali com um compromisso que era de fazer uma mobilização, né, dos outros setores empresariais e da sociedade civil. É quando se instituiu, como mecanismo para esta mobilização, os cafês da manhã, toda segunda-feira, de 7:30 às 9:00h, no Hotel Colonial.²²⁴

A inserção de Amarílio Macêdo no Pacto de Cooperação pode ser interpretada como um fator diferencial, sobretudo pela tradição política do empresário, que se fez presente nas principais articulações políticas em âmbito local e nacional. Embora priorizando os interesses corporativos das entidades empresariais, o empresário inseriu a temática social na agenda de debates da entidade.

Sua participação no Movimento Pró-Mudanças e no financiamento direto ao Instituto Equatorial de Cultura Contemporânea contribuíram para a agregação da questão social aos debates promovidos pelo Pacto de Cooperação. Para o empresário, as políticas de indução ao desenvolvimento econômico deveriam incorporar, necessariamente, uma estratégia de inclusão da esfera social.

Neste sentido, o Grupo J. Macêdo, por meio do empresário Amarílio Macêdo, incorporou à lógica do mercado, uma estratégia de ação que levasse em consideração a dinâmica de funcionamento do campo político e as problemáticas vividas na sociedade cearense.

²²⁴ Entrevista realizada em 08/06/04.

Evidente que para o conjunto do empresariado cearense a questão social mostrava-se como uma proposta secundária, se levado em consideração o anseio pelo desenvolvimento econômico pautado na lógica do capital. Entretanto, reconhecem que o crescimento do Estado está diretamente relacionado com uma proposta de inserção econômica da própria população.

Sobre este aspecto, os empresários participantes do Pacto reconhecem que a prioridade de sua ação recai sobre a lógica do mercado. Entretanto, ao destacar a dimensão político-social do Pacto de Cooperação, o consultor da entidade afirma que:

Se considerar aquelas lideranças empresariais, e aí no Ceará tem um fenômeno de que, alguns desses líderes empresariais, eles viveram a efervescência do movimento estudantil. O Amarílio Macêdo foi um líder estudantil nos anos de 68, por exemplo, quando eu era presidente do DCE, o Amarílio era presidente do centro acadêmico da economia, né. Então, tinha esse fenômeno de que, vários desses empresários tinham vivido a efervescência dos anos 60, na universidade. Eu diria, já havia uma certa sensibilidade social entre essas pessoas. Agora, é claro, isso não era a massa de empresários, né, eram alguns líderes.²²⁵

Ao incorporar outros setores da sociedade civil como novo participante do Pacto de Cooperação, as lideranças empresariais à frente da entidade articularam um processo de mobilização e sensibilização dos diferentes sujeitos no intuito de ampliar a rede de discussões da entidade, favorecendo a concatenação de outros interesses a serem incorporados ao conjunto de propostas de inclusão econômico-social.

Surge, neste momento, a preocupação em suscitar, entre as corporações, o desejo de adesão aos princípios da responsabilidade social. Para tanto, organizaram uma série de atividades de apresentação do conceito e significado político da ‘responsabilidade social’, contando com a assessoria de órgãos especializados na temática. Dentre as atividades de mobilização realizadas, destacam-se:

... uma série de seminários de fim de semana, realizados com a ajuda de consultores internos que (...) a empresa Rhodia colocou à disposição do Pacto de Cooperação do Ceará. Isso foi, pelo menos, durante um ano, né, com um grupo de cerca de 30 líderes empresariais, né, dos mais importantes do Estado, reunido-se todos (...) uma vez por mês, todos os meses, pelo menos uma vez, é, com esses consultores. Quando se discutia o que havia de mais avançado no mundo nessa concepção de empresa responsável, né. É, se discutia também um meio de uma inserção do empresariado na vida, é, social, né, do país e do Estado, né, então esse foi um mecanismo. Depois, houve uma continuação disso com a formação que se chamou “Multiplicadores do Pacto de Cooperação”, que

²²⁵ Entrevista realizada em 08/06/04.

ainda eram pessoas do 2º escalão das empresas, né, que passaram também com o pessoal da Rhodia, né, e aí eu tive uma, na primeira etapa e na segunda, uma tarefa de organizar, quer dizer, eu era o organizador desses eventos, né, mas quem trazia os conteúdos era o pessoal da Rhodia. Então, essa segunda etapa, com o segundo escalão, teve uma grande importância para a difusão dessa nova mentalidade.²²⁶

Além dos encontros sistematizados, seminários foram realizados pela Federação das Indústrias do Estado do Ceará – FIEC – e pela Federação da Agricultura e do Comércio do Estado do Ceará – FACIC. Junto à administração pública estadual, municipal, e suas respectivas secretarias, realizou-se um seminário de apresentação da proposta político-econômica do Pacto de Cooperação.

O projeto político-econômico proposto ao espaço público pelo Pacto de Cooperação consistia em desenvolver políticas públicas de indução do desenvolvimento social e econômica numa perspectiva de ‘gestão compartilhada’, isto é, co-responsável.

Significava dizer a construção de um canal de diálogo entre as entidades de representação da gestão pública, da sociedade civil e da iniciativa privada, discutindo mecanismos de crescimento econômico com sustentabilidade social. Ao promoverem a abertura a outros participantes oriundos da classe trabalhadora, partidos de esquerda, representantes do Estado e município e iniciativa, o Pacto procurava demonstrar seu caráter apartidário, numa tentativa de se legitimar enquanto entidade de representação dos interesses coletivos.

Na realidade, o empresariado diretamente vinculado ao Pacto de Cooperação percebia que o sucesso do crescimento econômico estava intimamente relacionado com a construção de um projeto político mais amplo, que incorporasse um conjunto de medidas de inclusão social e política. Daí a importância de partilhar idéias, transformando-as em diretrizes de ação a serem implementadas pelos três setores envolvidos no combate à pobreza e à miséria no Estado do Ceará.

Eu diria que, digamos, a sensibilidade da questão social no Ceará, vamos dizer assim, pra questão da miséria, do atraso, né, era muito presente nos empresários. Eles percebiam que, mesmo do ponto de vista empresarial, olhando só nesse aspecto, sem considerar nenhuma questão humanitária, para os negócios dos empresários não interessava um Estado de miseráveis como é a realidade do Ceará. Quer dizer, o miserável não compra, não faz parte do mercado, não é uma força ativa no consumo, então, mesmo por uma razão deste tipo, né, essa percepção era muito forte. E os documentos do Pacto mostram

²²⁶ Entrevista com o consultor do Pacto de Cooperação, em 08/06/04.

isso, né, que havia uma consciência da necessidade de se combater a miséria no Ceará.²²⁷

Na proposta de uma gestão compartilhada da esfera social, os empresários vinculados ao Pacto de Cooperação reconheciam a importância da presença política do Estado. Reconheciam que no atual estado de miserabilidade presente no Cearáurgia a necessidade de concatenar interesses, canalizando forças de atuação entre a sociedade civil e o segmento empresarial.

A grande percepção era a de que o Estado tinha se tornado incapaz de prover o desenvolvimento, ele sozinho. (...) a principal constatação pra essa ação era a seguinte: no mundo complexo em que tínhamos passado a viver, o Estado já não podia dar conta de todas as tarefas do desenvolvimento. Era preciso uma co-responsabilidade pela sociedade civil e pelo empresariado.(...) E aí, essas lideranças, elas viam as dificuldades, mas elas, sim, o Estado brasileiro está limitado. Isso, essa constatação indica uma responsabilidade pra sociedade e para o empresariado. Então, se está assim, nós temos é que chegar juntos, né, e criar uma nova relação entre Estado, mercado e sociedade civil.²²⁸

Seria a proposta de uma nova institucionalização dos espaços públicos, donde a regulação do social seria um compromisso dos três setores. Estes segmentos se responsabilizariam por construir projetos sociais viáveis que pudessem ser incorporados ao conjunto de políticas públicas a serem implementadas pelo Estado, em âmbito estadual e municipal.

Para tanto, os membros que compunham o Pacto de Cooperação acreditam que a mudança dos parâmetros que regem a educação seria o caminho ideal para se promover a inclusão social. Isto porque a educação é concebida como uma ferramenta para construção de uma nova cultura política, de formação de uma consciência crítica voltada à assunção de uma responsabilidade social em seu sentido pleno.

O Grupo J. Macêdo, por meio de Amarílio Macêdo, tem se inserido ativamente nesses espaços de construção de uma nova institucionalidade dos espaços públicos no Ceará. Para a empresa, o grande projeto de responsabilidade social só pode ser consolidado se levar em consideração a ambiência entre o Estado, o mercado e a sociedade civil.

Ultrapassa, pois, ações de caráter pontual. Deve concretizar-se em uma política de transformação do *status quo* de pobreza e miséria social, sendo incorporado ao pacote de medidas tomadas na esfera da administração pública, ao mesmo tempo em que se

²²⁷ Idem.

consubstancia nas responsabilidades cotidianas pertinentes à sociedade civil e à iniciativa privada.

Da mesma forma que financiou o Instituto Equatorial, o Grupo J. Macêdo responsabilizou-se pelo financiamento dos três primeiros anos de funcionamento do Pacto de Cooperação. Entretanto, a empresa requereu da entidade o compromisso em sensibilizar o restante dos empresários, no intuito de difundir entre eles o desejo de se co-responsabilizar por aquele espaço em construção.

Na verdade, a empresa propunha ao restante dos empresários que participação do Pacto de Cooperação um novo parâmetro de responsabilidade social: uma atitude socialmente responsável não era apenas a proveniente da execução de projetos sociais, mas a de engajar-se nos espaços públicos de debate em prol da inclusão social. E uma das formas de inserção do empresariado nestes espaços era o financiamento das ‘redes de cidadania’ que se formavam no âmbito da sociedade civil.

Seria a maneira mais concreta de contribuir na consolidação da cidadania ativa, vinculada a um projeto político amplo, destinado a contemplar todas as necessidades presentes em uma dada sociedade, sejam elas de ordem econômica, social, política, ambiental ou cultural.

Neste sentido, o Grupo J. Macêdo constrói sua percepção em torno da ‘responsabilidade social’: enquanto representação social, ela emerge do conjunto de transformações de cunho político-econômico e sócio-cultural corrente em sociedade mais complexas, como as sociedades modernas.

Tais transformações atingem uma velocidade crescente e provocam impactos de ordem plural. Daí a sociedade construir constantemente suas representações sociais em torno dos acontecimentos correntes no mundo, numa tentativa de atribuir-lhes significados mais compatíveis com as experiências por eles vividas.

Seria um processo de construção simbólica e tessitura de uma identidade social em consonância com os conceitos, modos de ver e viver, elaborados a partir da vivência coletiva dos indivíduos.

²²⁸ Ibidem.

Assim nasce a responsabilidade social para o Grupo J. Macêdo. O sentido conferido a este conceito está imiscuído pela trajetória político-econômica dos seus dirigentes, sobretudo, de Amarílio Macêdo. É, pois, decorrente de sua ação política, momento que nasce a sensibilização para com a esfera social.

Isto pode ser considerado como um diferencial na ação desenvolvida por este sujeito oriundo da iniciativa privada. Distancia-se da mera ação filantrópica ou influenciada pelo jogo do *marketing* social, uma vez que surge em um período anterior ao de efervescência discursiva em torno da ‘responsabilidade social’.

Então, a compreensão de que tinha que se responsabilizar por aquele ente, ao meu ver foi um avanço na percepção social. O Grupo J. Macedo, eu diria que já tinha, né, uma certa compreensão de responsabilidade social que não era um tema de moda, naquela época, em várias iniciativas que você pode ver através daquelas ações.²²⁹

Ademais, está incorporada à assunção de suas obrigações trabalhistas e fiscais. Para o grupo, a execução de projetos sociais deve ser uma constante na empresa, sem estar vinculada a uma estratégia mercadológica, de utilização destas ações como *marketing* social.

Como nos coloca o consultor do Pacto de Cooperação, o Grupo J. Macêdo aproxima-se de uma postura mais politizada, por considerar que a ação socialmente responsável pauta-se, primeiramente, em:

... respeitar, vamos dizer assim, a responsabilidade nº 1, que é pagar impostos. O Grupo dizia assim: não adianta nada o sonegador dar dinheiro pra uma creche de crianças, comprar um abrigo de velhinhos, se ele não cumpre a ação que é fundamental, que é pagar os seus impostos. (...) Então o grupo, mesmo considerando que a 1ª responsabilidade social é pagar os seus impostos e respeitar os direitos dos seus trabalhadores, o grupo fazia muitas coisas relacionadas à responsabilidade social. Quer dizer, com o ambiente, tem a coisa do primeiro tratamento de águas. (...) isso se mantém até hoje. O Grupo J. Macedo, e aí, essa é uma posição reiterada, quer dizer, nós fazemos, em primeiro lugar, nossa responsabilidade social, pagando os impostos e cumprindo com os nossos compromissos trabalhistas. Mas faz uma série de coisas além disso, que ele diz: isso aqui é como um extra, isso aqui é como um algo a mais. A principal é aquela lá e aí, tinha criado o Instituto Equatorial, que era uma ONG para estimular a comunicação, assim, ela foi criada no sentido de dinamizar formas de comunicação que ajudasse a transparência, né, o objetivo do Instituto Equatorial. É, teve muitas iniciativas nessa linha, mas sempre visando que o principal era a responsabilidade fiscal, assim, pagar impostos e a responsabilidade trabalhista, ou seja, cumprir todos os compromissos com o social.

O tópico seguinte apresenta o campo de legitimidade da ação socialmente responsável e seu significado na trajetória do Grupo J. Macêdo.

5.2. Os 64 anos de história: trajetória de significados e campo de legitimação da responsabilidade social para o Grupo J. Macêdo

Embora o Grupo J. Macêdo desenvolva projetos sociais há, aproximadamente, 45 anos – marco temporal anterior a toda discussão em torno do papel social de uma empresa -, a organização reconhece que a responsabilidade social de uma corporação vai além de suas contribuições filantrópicas e obrigações legais, sobretudo no que diz respeito ao pagamento de impostos.

A empresa afirma que a preocupação com o social nasceu na própria prática empresarial do grupo, não estando vinculada a um ordenamento político-social ou econômico de pressão em favor da adesão do empresariado às práticas de responsabilidade social e ambiental. Ao falar sobre a incorporação do conceito de ‘responsabilidade social’ enquanto valor vinculado à prática da empresa, o Assessor de Comunicação do Grupo J. Macêdo²³⁰ afirma que as ações:

... inicialmente, foram intuitivas (...). Então, são valores que estão dentro (da empresa), que foram feitos pelo lado intuitivo. Dos anos 70 pra cá, isso começou a ser perseguido para ser sistematizado. Daí a criação dos ‘Princípios Filosóficos’ (...), do balanço social ‘Raízes do Futuro’ que, vamos dizer assim, foi a primeira sistematização desses conceitos. (...) são atitudes fortes, assim, que estão no dia-a-dia das pessoas, que demonstram esse tipo de preocupação. Não dá pra demonstrar em cálculo. O valor não é econômico, o valor é como a empresa se coloca na sociedade quando ela atua.

Para a corporação, ter consciência da importância de ser socialmente responsável e do compromisso da empresa com a sociedade perpassa o simples respeito aos direitos trabalhistas de seus funcionários, uma vez que estes são direitos garantidos constitucionalmente.

²²⁹ Entrevista com consultor do Pacto de Cooperação, realizada em 08/06/04.

²³⁰ Entrevista realizada em 10/11/03

Logo, a empresa compreende que o conceito de ‘responsabilidade social’ e, por conseguinte, seu exercício, está intrinsecamente relacionado com um projeto de desenvolvimento econômico para o Ceará e o próprio Brasil. Em outras palavras, assumir uma postura socialmente responsável é, acima de tudo, acreditar no potencial de crescimento econômico do país, buscando implementar uma política econômica que gere, concomitantemente, sustentabilidade com inclusão social.

Em consonância com o pensamento do grupo a respeito da importância do crescimento econômico do país para o desenvolvimento da esfera social, o Assessor de Comunicação da empresa²³¹ acrescenta que “a crença de que o Brasil vai ser um país melhor é um valor de responsabilidade social.” Para tanto, a empresa considera a urgência de demarcação de um ‘marco zero’ de responsabilidade social: a obrigação mais elementar assumida por uma empresa, qual seja, o pagamento de impostos.

Como afirma o Assessor de Comunicação do grupo²³²: “... o cara passa o ano sonogando, por exemplo, e no final do ano doa uns cobertores, participa do ‘Natal da gente’, (...) e ainda ganha prêmio como socialmente responsável, e às vezes, é um irresponsável socialmente.” E, referindo-se ao pagamento dos impostos, acrescenta:

... sem dúvida essa é a maneira mais eficaz de contribuir para o desenvolvimento do Estado e do país. E isto, para o Grupo J. Macêdo, é simplesmente uma obrigação. Então, na realidade, isso aqui foi uma tentativa de estabelecer o marco zero para a responsabilidade social. Se você é um sonogador, você não pode falar em responsabilidade social, porque você mete a mão numa coisa pública (...). O J. Macêdo entende é que eu²³³ tenho que pagar; aí eu tenho que ajudar a mobilizar a sociedade, criar uma consciência cidadã, pra cobrar aquilo no momento certo do cara. Mas alguém tem que começar a fazer, tem que começar a pagar...

As palavras supracitadas estão ancoradas em um duplo significado construído pelo Grupo J. Macêdo em torno da ‘responsabilidade social’: primeiramente, o conceito deve estar diretamente relacionado com um ‘marco zero’, que reside não na execução de projetos sociais, mas sim no compromisso assumido pela empresa em manter atualizado o pagamentos de suas obrigações tributárias.

²³¹ Idem.

²³² Ibidem

²³³ Na citação o “eu” refere-se à empresa.

Neste sentido, Amarílio Macêdo é bem enfático ao afirmar que o debate em torno da responsabilidade social deve estar:

... umbilicalmente conectado ao cumprimento das obrigações fiscais e trabalhistas, bem como ao fornecimento de produtos e serviços de acordo com as especificações fornecidas pelas empresas. Do contrário, não passa de um jogo falso de enganação coletiva e de total desrespeito aos clientes, consumidores e cidadãos.²³⁴

O compromisso fiscal do empresariado é considerado, pelo Grupo J. Macêdo, de fundamental importância na estruturação de práticas de responsabilidade social. Os valores adquiridos com o pagamento dos impostos podem ser convertidos em políticas públicas que garantam o pleno atendimento das necessidades sociais.

Neste sentido, o Grupo J. Macêdo recolheu para os cofres públicos do Ceará R\$ 710.092.092,20²³⁵ nos últimos 10 anos. Para efeito de comparação, o montante equivale a várias construções de algumas das mais importantes obras públicas realizadas no Ceará nesse mesmo período:

- 14 Centros Culturais Dragão do Mar, ou;
- 03 Portos do Pecém, ou;
- 04 Aeroportos Internacionais Pinto Martins, ou ainda;
- 02 Açudes Castanhão.

O segundo sentido ancora-se na discussão do papel político exercido pelo empresariado como um segmento da sociedade civil. Embora nacionalmente a responsabilidade social seja difundida como uma ação própria do segmento empresarial, o Grupo J. Macêdo reconhece que o conceito se expande a todos os segmentos que compõe a sociedade. Relaciona-se diretamente com o modelo de instituições existentes, com o nível de participação política e, principalmente, com o potencial de mobilização e atuação da sociedade civil.

A legitimidade de uma ação socialmente responsável por parte da classe empresarial decorre de uma inserção consciente da sociedade civil no interior dos espaços públicos. O Estado igualmente deve exercer um papel forte na cobrança das obrigações próprias do segmento empresarial.

²³⁴ Jornal O Povo, 27 de junho de 2004.

Amarílio Macêdo considera de fundamental importância a atribuição de um sentido político à responsabilidade social. Uma atitude socialmente responsável pressupõe a construção de um projeto político conjunto, de caráter sustentável, participativo e autônomo, envolvendo o Estado, a sociedade civil e o empresariado.

Aproxima-se, pois, do pensamento de Castoriadis, em que a política é concebida como um projeto social, cujo último fim consiste na atribuição de uma liberdade efetiva aos indivíduos, denominada de autonomia.

Para Castoriadis²³⁶, a condição primeira para a instituição da autonomia, enquanto projeto político, é a participação efetiva da coletividade na formulação da lei instituída. Significa dizer participar dos espaços de consolidação da democracia, por meio de instituições verdadeiramente democráticas, fomentadoras de uma política voltada à inclusão social.

A participação política só se torna plena quando se constroem espaços públicos voltados ao diálogo entre os múltiplos atores da sociedade civil, Estado e empresariado. É necessário encontrar uma sinergia entre estes três setores e criar parcerias intersetoriais para legitimação de uma democracia válida a todos os cidadãos e cidadãs. Isto porque as lógicas distintas de atuação dos três setores complementam-se na luta pela solução dos problemas sociais enfrentados no país e, em especial, no Ceará.

Tendo isto compreendido, percebe-se que a autonomia e a democracia são propostas profundamente imbricadas e que devem constituir em preocupações fundamentais de todos os indivíduos. A efetivação política destas duas categorias possibilita o reconhecimento da liberdade humana, enquanto dimensão política e filosófica de todos os sujeitos que compõem uma dada sociedade.

Direcionar o olhar para a dimensão política da responsabilidade social deve ser um compromisso de todos os cidadãos, uma vez que a própria categoria ‘social’ pressupõe um caráter coletivo, de coletividade.

Enquanto projeto político-social a responsabilidade social pressupõe importantes disposições institucionais, como por exemplo, a garantia dos direitos e deveres individuais, o bom funcionamento dos aparelhos que compõem o Estado, efetiva participação dos

²³⁵ Dados obtidos pelo SEPLAN-CE/SEFAZ-CE/Controladoria do Grupo J. Macêdo. Valor correspondente a US\$ 300,937,486.10, convertidos em reais pela cotação do dia 01/03/2002.

²³⁶ A análise desenvolvida por Castoriadis está presente no 2º capítulo da presente dissertação.

indivíduos nos espaços públicos, compromisso fiscal e tributário, por parte da iniciativa privada, uma educação emancipadora, dentre outros ajustes sociais. Daí insistir na sensibilização de todos os segmentos sociais frente à tarefa da responsabilidade social.

O diretor-presidente do Grupo J. Macêdo, Amarílio Macêdo, afirma²³⁷, a propósito da participação social, a necessidade de:

... estruturação de um movimento de cidadania de proporções nacionais, com o compromisso político e pedagógico de promover o exercício da compreensão prática do imbróglio tributário. Uma ação dessa natureza despertaria as cidadãs e os cidadãos para o interesse na aquisição dos bens e serviços de empresas que assumem com transparência a exibição de suas contas com relação às obrigações essenciais. A indiferença da sociedade e a omissão dos aparelhos estatais quanto às fontes dos recursos propagandeados, como se fossem para fins sociais gera cumplicidade com o enriquecimento ilícito.

A empresa considera fundamental a incorporação, às suas obrigações legais, de uma política de geração de riquezas e sustentabilidade, com distribuição de renda, adequada oferta de empregos e valorização do potencial de seus funcionários e consumidores. Leva em conta, ainda, a importância do investimento em pesquisa, inovação tecnológica de ponta e, principalmente, o desenvolvimento científico atrelado à utilização responsável dos recursos naturais, ou seja, do respeito ao meio ambiente.

O grupo considera que as perspectivas econômicas abertas à empresa não devem desatrelar-se dos problemas sociais e políticos existentes em âmbito nacional e regional. O ‘bolsão de miséria’ existente no Nordeste é uma das problemáticas destacadas pela empresa, sobretudo por desencadear um processo de êxodo para o centro-sul do país, inviabilizando o crescimento econômico e aguçando as desigualdades sociais das duas regiões. Amarílio Macêdo explica que:

Do mesmo jeito que eu acho que o excesso de miséria aqui poderá inviabilizar J. Macêdo, eu acho que um excesso de miséria no Nordeste poderá inviabilizar o Centro-Sul. E isso já está começando. Esse inchamento das grandes capitais como São Paulo e Rio de Janeiro é decorrência de quê? Da não solução do problema. E que solução seria? É viabilizar a vida onde as pessoas nascem. As pessoas não nascem aqui? E depois que nascem aqui não vão para lá? Existe só uma maneira de evitar que elas se dirijam para o centro-sul (...) é criar condições para que elas vivam aqui. E eu acho que é possível viver aqui no Ceará.²³⁸

²³⁷ Jornal O Povo, 27 de julho de 2004.

²³⁸ CARNEIRO (1989: 287-288).

Para o grupo, isto significa o exercício da responsabilidade social, uma vez que há a possibilidade da empresa inserir-se enquanto sujeito ativo no cenário político-econômico nacional e local, intervindo de forma positiva para a melhoria das condições de vida da sociedade.

Assim sendo, o Grupo J. Macêdo entende que a construção do conceito e da prática da responsabilidade social encontra-se diretamente relacionada com a dinâmica político-econômica existente em âmbito local e nacional. Significa dizer que o conceito de responsabilidade social, para o grupo estudado, assume uma dimensão de *práxis* histórica, decorrente da própria inserção do empresariado na vida política, social e econômica do país.

Observou-se, pois, que as formas tomadas pelas atividades econômicas e ações sociais desenvolvidas pelo Grupo J. Macêdo, nos últimos 30 anos, mostraram-se em consonância com um amplo processo de transformações político-sociais correntes no Estado do Ceará. Tais mudanças ultrapassaram a mera eleição de um novo grupo político ao poder estatal.

A construção política do ‘governo das mudanças’ assumiu outros determinantes político-sociais: representou uma articulação do próprio empresariado local em torno de uma reflexão sobre seu papel político no limiar desse novo período. Daí a formação dos Conselhos Setoriais, do Movimento Pró-Mudanças e do Pacto de Cooperação Social, como locais de discussão política entre empresários, intelectuais, trabalhadores, políticos e demais entidades da sociedade civil. Tais experiências demonstraram a possibilidade de trazer o empresariado para a cena política enquanto sujeito pró-ativo, o que se diferencia, substancialmente, do papel exercido pelo empresário dentro dos *lobbies*.

Na verdade, a construção dos discursos e práticas da ‘responsabilidade social’, no Brasil, alicerça-se em duas questões políticas fundamentais: 1. A inserção do empresariado na nova e heterogênea sociedade civil constituída nos anos 80; 2. Ascensão das teorias neoliberais de minimização do papel político do Estado, abrindo espaço para construção de um discurso empresarial voltado para a assunção das responsabilidades junto aos excluídos sociais brasileiros.

No que se refere ao primeiro item supracitado, observou-se que o cenário político delineado nas duas últimas décadas – anos 80 e 90 – proporcionou, em todo o país, a mobilização social de amplos segmentos sociais, incluindo-se uma parcela da classe empresarial. Durante este período, as tessituras da cultura política do país enfatizam um maior sentido na ação do poder local, destacando a cidade como *lócus* de conflitos e tensões na deliberação de uma democracia participativa.

Há, igualmente, uma renovação da teoria do conflito social, dando maior visibilidade política às lutas populares empreendidas no campo político. Demarca-se uma mudança paradigmática na concepção de política social: sujeitos obscurecidos pelo caráter classista e hierarquizado do Estado adentram-se nos espaços públicos, reivindicando o direito constitucional de participar da vida política nacional.

A Constituição Brasileira de 1988 destaca, instigada pela mobilização social emergente, o sentido político da palavra ‘direito’, introduzindo uma outra concepção de participação política, que passa a relacionar-se diretamente com a capacidade de deliberação pública e política do Estado e das entidades que compõem a sociedade civil.

Como apresentado no primeiro capítulo, é no seio da sociedade civil, atuante nos dois últimos decênios, que se germina um novo conceito de cidadania e de cidadão. Ambos devem encontrar terreno fértil em um solo que enfatize o sentido de participação política, propiciadora de um campo compatível aos ideários democráticos, de pluralismo e equidade social.

E a ação social dos empresários insere-se neste contexto de redefinições políticas de todos os atores direta ou indiretamente envolvidos com a questão social. Muitas empresas, embora recusando discutir o sentido político da responsabilidade social, estabelecem parcerias com entidades do terceiro setor²³⁹.

No Ceará, como analisado no terceiro capítulo da presente dissertação, os empresários que compunham o CIC propuseram um projeto político diferenciado, autodenominado como ‘signo da mudança’ e cujo objetivo central era a eleição de um governo oriundo dessa classe. A principal meta política objetivava transpor, para a vida pública, isto é, para o Estado, um modelo de gestão baseado na racionalidade empresarial.

²³⁹ Conforme o Centro de Empreendedorismo Social e Administração em Terceiro Setor (Ceats), vinculado à Fundação Instituto de Administração, da Universidade de São Paulo (FIA/USP), em sua pesquisa com um universo de 385 empresas, identificou que 80,2% declaram estabelecer parcerias com o terceiro setor.

Neste sentido, vale retomar a análise desenvolvida ao longo do segundo capítulo, para que se compreenda a própria inserção de Amarílio Macêdo e, por conseguinte, do Grupo J. Macêdo e o lugar ocupado na ação socialmente responsável.

A responsabilidade social no Brasil ocorre, concomitantemente, ao momento político em que os empresários reivindicam a legitimação de sua ação social. E isto acontece nas tessituras de um novo espaço público não-estatal, campo de disputa entre os diferentes atores sociais em busca de uma regulação do social.

No interior desse campo, duas questões tornam-se fundamentais: embora se apresentando como sujeitos propulsores do capital no interior das relações econômicas capitalistas, no momento em que participam das discussões sobre os rumos tomados pela política, ou ainda, investem em projetos sociais, os empresários inserem-se no chamado ‘terceiro setor’. Passam, pois, a reivindicar com os demais sujeitos que compõem este segmento, um modelo de regulação social com melhores resultados que os obtidos por meio dos programas desenvolvidos pelo Estado.

Reside neste aspecto a ampliação do terceiro setor, possibilitando, cada vez mais, a entrada de novos sujeitos, dentre eles o empresariado. Baseando-se no discurso de minimização político-social do Estado, constroem um discurso de legitimação do espaço público não-estatal, como *locus* de reflexão e atuação em prol da inclusão social, por meio do preenchimento do espaço antes ocupado pela administração pública estatal. Afirmam-se, portanto, como uma alternativa viável diante dos entraves burocráticos da máquina estatal, considerados como um dos grandes limites para o avanço na promoção da equidade social. Neste sentido, afirma Amarílio Macêdo:

Penso que, antes de tudo, somos cidadãos exercendo papel de empresários – que o mundo não se restringe à empresa. Uma das coisas que eu aprendi, na empresa, é que as coisas se fazem através de grupos de pessoas – não só de uma pessoa. As transformações vão passar por ações de conjunto para interpretar as demandas da sociedade e as limitações dessa sociedade.

Paoli (2002) considera esse processo como sendo uma ‘privatização da esfera pública e a publicização dos interesses privados’. Em seu conjunto, possibilita um meio propício ao ativismo social das ONGs e da iniciativa privada em torno de ações que promovam a melhoria da qualidade de vida aos indivíduos vitimados pela exclusão social.

E isto tem a ver com o segundo tópico apresentado anteriormente, qual seja, o discurso de minimização do papel social do Estado. Tomemos, pois, este aspecto pertinente ao papel político do Estado, ou ainda, a ocupação do espaço público, para continuarmos a compreensão do campo de legitimação política da responsabilidade social das empresas no Brasil e, em especial, no Ceará.

Tradicionalmente o Estado vem se omitindo ao atendimento direto das necessidades sociais e o que tem prevalecido é o princípio da subsidiariedade entre o estatal e o privado: o Estado transfere para a sociedade e seus organismos as responsabilidades maiores com o social, restringindo-se, muitas vezes, ao desenvolvimento de ações emergenciais.

A dinâmica de funcionamento do atual Estado brasileiro é direcionada a enquadrar-se na teoria do ‘Estado mínimo’, tão propagado pelo neoliberalismo, observando-se todo um recuo do Estado frente aos seus deveres sociais. Princípios como solidariedade, justiça, ética e equidade social são reorganizados sob esta ótica, transferindo aos poucos uma responsabilidade antes pertinente à administração pública a outros segmentos sociais, sem que isto signifique melhoria da qualidade de vida dos menos assistidos.

A redução forçada do Estado torna-se, na verdade, uma transferência de responsabilidades para as organizações da sociedade civil e iniciativa privada. Entretanto, tal processo não confere a estes indivíduos o direito legítimo de participação política. Ao contrário, a representatividade adquirida por eles, no interior dos espaços públicos, é oriunda do seu conhecimento específico, adquirido ao longo de suas experiências de ação.

Propaga-se, então, uma nova modalidade de ação social: ela não é mais de caráter nem estatal, nem privado, mas público. Em outras palavras, a ação social passa a ser operada por um setor não-estatal, de caráter comunitário, considerado sem fins lucrativos, que se encontra numa posição paralela ao mercado e tendo como novo “parceiro”, o Estado.

Inserido nessa dinâmica, o empresariado finda por aproximar-se, ou mesmo, vincular-se, às ações desenvolvidas pelo terceiro setor, afirmando sua disposição civil em participar, juntamente com outros organismos sociais, na elaboração e execução de políticas públicas direcionadas à integração social e econômica de significativas parcelas da população.

Certamente, a inserção do empresariado no cerne da vida pública brasileira demarca novas formas de sociabilidade entre a esfera pública e a privada. Assim sendo, a construção dos discursos e práticas da responsabilidade social, no país, ocorre em um momento de simultaneidade (Paoli: 2002) entre o processo de encolhimento da presença do Estado, sobretudo no que concerne à dimensão de alcance e êxito das políticas públicas implementadas e, de outro lado, do alargamento das ações sociais de caráter privado em âmbito público.

A dinâmica de estabelecimento de novos padrões interativos entre os três setores pôde ser observada mais atentamente ao longo dos anos 90. A construção do diálogo no interior dos espaços públicos assumiu um significado particular na tessitura de uma nova concepção do processo de consolidação da democracia e do pleno exercício da cidadania em todo o país.

A luta pela conquista do voto direto e pelo estado de direito tornava-se o cerne das principais discussões empreendidas no seio dos principais segmentos organizados da sociedade civil e das lideranças da esquerda. Jornalistas igualmente reivindicavam a democratização dos meios de comunicação e a liberdade de imprensa: o cenário nacional refletia o esforço das forças progressistas presentes na sociedade, como os movimentos sociais, as ONGs, as CEBs e os partidos de oposição, em prol do fim da ditadura militar e abertura política a todos os brasileiros.

A necessidade de participação política dos grupos sociais fez-se visível em nosso Estado, como apresentado no capítulo anterior. O ‘Movimento Pró-Mudanças’ e o movimento ‘Sim, Senhor Coronel’, apresentaram-se como importantes *locus* de discussão entre diferentes atores sociais - profissionais liberais, líderes comunitários, líderes sindicais, movimento estudantil, associações de bairro, artista e empresários - pela consolidação de uma política inclusiva, via eleição de um governo “dito” participativo.

As manifestações da sociedade civil²⁴⁰ cearense configuravam-se numa incisiva contribuição, não somente para consolidar uma democracia representativa, mas, antes de tudo, alcançar um modelo de democracia participativa, capaz de promover uma emancipação cidadã.

E isto tem um enlace decisivo com a concepção de responsabilidade social, uma vez que expressa sua vinculação com um projeto político gestado no interior dos espaços públicos e que envolve indivíduos pertencentes ao âmbito estatal, privado e, principalmente, oriundo da sociedade civil.

É a compreensão da responsabilidade social como uma das múltiplas expressões do ‘fazer política’. A atitude responsável soma-se à construção de instituições viabilizadoras da democracia, ao pleno ativismo social das várias entidades da sociedade civil e, principalmente, ao êxito de políticas públicas estruturadas em consonância com as necessidades emergentes de nossa população.

Significa dizer que o próprio conceito de responsabilidade social assume um profundo e complexo significado, que ultrapassa a execução de projetos sociais, muitas vezes, meramente filantrópicos e/ou assistencialistas, incorporando um valor político, capaz de transmutar a participação de uma sociedade, em todas as suas instâncias, em um contraponto a qualquer forma de autocracia governamental e filantropia empresarial.

Distanciar-se de uma concepção de responsabilidade social em seu aspecto político é o mesmo que negar, ou pior, impedir o nascimento da autonomia necessária à sistematização das expressões e experiências de emancipação cidadã correntes em determinado campo político.

Podemos dizer que, no Ceará, a primeira tentativa de consolidar uma gestão compartilhada teve, no Movimento Pró-Mudanças seu embrião. As discussões desenvolvidas no movimento tinham como cerne a mobilização social ao fomento da participação da sociedade civil no funcionamento da máquina administrativa. Visava tornar-se uma ação de cidadania, com atuação política suprapartidária, cujo principal objetivo social era o estímulo ao aperfeiçoamento das instituições democráticas rumo ao

²⁴⁰ Embora o conceito de sociedade civil englobe todos os setores sociais, há um segmento que atua no sentido de propor uma transformação social. Este segmento reconhece o capitalismo como sendo um limite para a inclusão social e, portanto, empreende uma luta política para mudar a ordem social vigente. Para maiores esclarecimentos, retornar à página 103, nota 90, onde se encontra a definição gramsciana de sociedade civil.

pleno exercício da cidadania, da democracia e dos direitos dos cidadãos, assegurados na Constituição nacional.

Em outras palavras, no princípio da democracia participativa, interagem o poder público, a sociedade civil, e o mercado²⁴¹. O diálogo entre Estado, sociedade e iniciativa privada torna-se exercício necessário à consolidação da liberdade de pensamento e usufruto dos direitos sociais e políticos.

Nos caminhos para o exercício da democracia participativa e emancipação cidadã, o grupo J. Macêdo buscou fazer-se presente, sobretudo na figura do então presidente da empresa, Amarílio Macêdo, ao estimular e financiar iniciativas que colaborassem com o processo de democratização da política cearense.

Segundo a empresa, o apoio dado aos movimentos surgidos na sociedade civil e iniciativa privada cearense, “contribui para o restabelecimento do processo democrático²⁴²”. Apresenta-se, igualmente, como um parâmetro da responsabilidade social, uma vez que o empresariado busca inserir-se no campo de luta política em favor da construção de práticas democráticas para consolidação da emancipação política dos cidadãos.

Neste sentido, a inserção, em termos de participação ou financiamento, em entidades e movimentos como o CIC – Centro Industrial Cearense, IEDI – Instituto de Estudos e Desenvolvimento Industrial, UNIEMP – Instituto Uniemp – Fórum Permanente das Relações Universidade-Empresa, PLANEFOR – Plano Estratégico de Fortaleza, a ONG Instituto Equatorial de Cultura Contemporânea, Movimento Pró-Mudanças, Movimento ‘Fortaleza, Sim; Cambeba, Não!’, Pacto de Cooperação do Ceará, evidenciam a participação política do Grupo J. Macêdo no cenário cearense e, sobretudo, o reflexo dessa participação em sua concepção de responsabilidade social. A propósito da participação do grupo, afirma o Assessor de Comunicação²⁴³:

... os três primeiros anos de pacto, 91, 92 e 93, foram bancados por J. Macêdo; bancados, 9 mil dólares por mês, pagando auxílio de bolsas, pagando estrutura pra discussão, e cedendo pra ajudar a montar aquele negócio. O Amarílio²⁴⁴ era coordenador e, depois que pegou, caiu fora. Ele (o Pacto de Cooperação) se mantém sozinho. J. Macêdo não gasta mais um centavo com ele, mas são

²⁴¹ Considerados na presente dissertação como sendo os ‘diferentes complementares’.

²⁴² Fala do Assessor de Comunicação do Grupo J. Macêdo.

²⁴³ Entrevista realizada em 10/11/03.

²⁴⁴ Referência a Amarílio Macêdo, presidente do Grupo J. Macêdo.

mobilizações. O Instituto Equatorial de Cultura Contemporânea (...) durou 5 anos, mais ou menos, (...) ele tinha uma função, o objetivo de democratizar a informação, que é um dos nossos maiores problemas, a ausência da informação democratizada, do acesso a informação, e assim, deu boas contribuições também. Aquilo ali custava, em valores de hoje, talvez uns 15 mil reais por mês a J. Macêdo. Então, por exemplo, são entidades, são participação em coisas (...) ah, tinha esquecido de pegar o próprio Movimento Pró-Mudanças, que tem os agentes de saúde. Na realidade, o Tasso (Tasso Jereissati, ex-governador do Ceará) só fez mesmo tal, tal, tal e não sei o quê, mas os agentes de saúde nasceram do Movimento Pró-Mudanças, dentro do pacote de projetos que foi entregue ao Tasso e que ele jogou fora (...); tinha muitas outras empresas que contribuía, mas basicamente era a J. Macêdo a maioria que ajudava nesse negócio. Mas, eu tô vendo, eu tô acreditando, eu tô investindo gente, dinheiro, não sei o que mais lá dentro dessa coisa, vamos dizer assim, do restabelecimento do processo democrático, e isso aqui também é responsabilidade social.

A passagem supracitada evidencia o caráter político presente na visão da empresa em torno da responsabilidade social. O Grupo J. Macêdo acredita que o empresariado deve projetar sua ação para além do papel de empreendedor e de gerador de emprego e renda, incorporando novos padrões de articulação social, fomentando canais de participação e representação junto à sociedade civil, sobretudo por meio das organizações empresariais criadas e de uma renovação do pensamento de suas lideranças.

No que concerne à importância do investimento privado em ações desenvolvidas pelos organismos da sociedade civil, um dos fundadores do Instituto Equatorial considerava que:

... realmente, isso revelava uma nova posição do segmento empresarial, de uma minoria, em relação à sociedade civil. Quer dizer, uma busca para se criar, vamos dizer, uma relação mais estreita, com a sociedade civil. (...) Havia, aqui, um segmento muito pequeno, muito pequeno mesmo, empresarial, que buscava isso, né. Mas eu acho que depois, que depois se degenerou para uma linha de responsabilidade social que, na verdade, não gera impacto nenhum, né. Porque eu acho que a grande responsabilidade social de uma empresa é, não é só ela trabalhar o externo, mas tem que trabalhar internamente, quer dizer, se ela não paga bem seus funcionários, não paga os impostos ao Estado, sonega, ela não tem essa responsabilidade social. Responsabilidade social é, apenas, um marketing para vender mais produtos. Então, eu acho que responsabilidade social significa que a empresa, é, tem que verificar internamente, se a empresa internamente cumpre com as suas responsabilidades. Não paga de maneira miserável seus trabalhadores, se ela paga os encargos trabalhistas, sociais, se ela paga os impostos em dia e, além disso, ela ainda estende o braço para a sociedade. Mas o, eu acho que o Grupo J. Macêdo, por causa do Amarelho, tinha essa postura de apoiar o Instituto Equatorial, mas não transformar aquilo ali numa grife, numa marca, num produto. Eu acho que isso aí é uma posição minoritária, foi mais por causa do Amarelho que tinha essa posição, minoritária. Mas eu acho que houve uma mudança.

Para a empresa, é de fundamental importância a mobilização política da sociedade civil, no sentido de fomentação de uma consciência cidadã que as faça cobrar do Estado e, principalmente, da iniciativa privada suas devidas responsabilidades para com as esferas políticas, econômicas, sociais e ambientais.

Segundo a percepção do grupo, a sociedade civil deve aguçar a sua percepção em torno das ações desenvolvidas pelas empresas, mostrando-se atenta às tendências embutidas na proposta de um ‘capitalismo social’. A ausência de um olhar criterioso e crítico sobre o discurso e a prática da responsabilidade social, condiciona a uma cultura do favorecimento político, do assistencialismo e, sobretudo, da negação do direito de participação política e inclusão social.

Conforme Amarílio Macêdo²⁴⁵, a ausência de uma crítica veemente sobre o campo de legitimidade que sustenta o discurso e a prática da responsabilidade social faz com que seja “difícil para a sociedade discernir o que é uma empresa socialmente comprometida e responsável, num cenário onde a vã filantropia permeia iniciativas que na grande maioria são apenas doces ao sabor dos beneficiados.”

A fala supracitada de Amarílio Macêdo atenta para o possível caráter filantrópico presente na maioria das ações desenvolvidas por empresários. Uma análise mais aprofundada dos discursos e práticas da responsabilidade social vem confirmar a aproximação dos projetos sociais implementados com o sentido prático da filantropia e assistência social.

O esvaziamento do sentido político da ação empresarial possibilita identificar a presença de ambigüidades de ordem político-econômica no interior do campo onde se constrói um discurso voltado à responsabilidade social das empresas. O caráter pontual e insustentável de muitos projetos desenvolvidos pela iniciativa privada pode comprometer, sobremaneira, as tentativas de legitimação desse novo papel político a ser assumido pelo segmento empresarial.

Em primeiro lugar, o universo de empresas brasileiras que se autodenominam ‘socialmente responsável’ apresenta uma gama de intenções diferenciadas: muitas buscam pôr-se em evidência com a valorização de sua imagem perante seus consumidores,

²⁴⁵ Jornal O Povo, 27 de junho de 2004.

findando por investir uma maior quantidade de recursos em *marketing*²⁴⁶, do que na ação social em si.

Um dado fundamental coloca em suspeita a veracidade do resultado empírico do conceito de ‘responsabilidade social’: dentre o universo de empresas brasileiras que afirmam desenvolver projetos em âmbito social, aproximadamente 59% promovem ações de caráter filantrópico e somente 21% delas afirmam publicar balanços sociais²⁴⁷.

Ainda conforme os dados divulgados pela pesquisa, 55% das empresas encontra-se na região Nordeste. O Ceará ocupa a 3ª posição, entre os demais Estados nordestinos, e a principal motivação para a realização dos projetos, apresentada pelas empresas cearense, consiste no espírito filantrópico presente no desenvolvimento das ações.

O caráter filantrópico das ações desenvolvidas pelas empresas brasileiras evidencia as limitações políticas de nosso país, sobretudo na desregulamentação do social e desvirtualização do caráter político-institucional do Estado, tradicionalmente concebido como *locus* de uma administração pública restrita aos interesses de uma pequena elite econômica. Muitas vezes pode expressar um limite na tentativa de legitimação da participação política de amplos setores sociais no interior dos espaços públicos.

Para o Grupo J. Macêdo é de fundamental importância a legitimação do caráter político da postura empresarial no desenvolvimento de ações sociais. Isto vem diferenciarse, sobremaneira, do perfil propagado nacionalmente, em que a responsabilidade social é concebida como sinônimo de execução de projetos sociais pontuais e, muitas vezes, de caráter assistencialista e filantrópico.

Em consonância com a análise contida no capítulo anterior, a posição política da empresa demarca um diferencial no entendimento da responsabilidade social: os valores norteadores de uma ação socialmente responsável incluem uma tomada de posição política favorável à incorporação de amplos segmentos sociais na discussão e, sobretudo, elaboração de políticas públicas democratizantes e includentes.

²⁴⁶ Em declaração à revista Carta Capital, edição especial sobre a “Onda de responsabilidade social”, nº 270, dez/2003, um economista, que não quis ser identificado, afirmou que *slogans* como “Junta Brasil”, “*Test-Drive Solidário*” e “Empresa Cidadã”, constituem algumas apropriações suspeitas no mercado publicitário.

²⁴⁷ Conforme pesquisa do IPEA desenvolvida em 2002, com um universo de 782 mil empresas brasileiras.

As colocações feitas pelo assessor de comunicação da empresa, juntamente com o conteúdo dos documentos produzidos pelo grupo, evidenciam a valorização de outros parâmetros de compreensão da responsabilidade social. Para o Grupo J. Macêdo, a busca por novas formas de gestão empresarial inclui o fomento à produtividade sustentável e, principalmente, crescimento econômico com inclusão social.

Para o grupo, o grande desafio da responsabilidade social reside na capacidade de se articular um projeto econômico de integração no processo de desenvolvimento global com a comunhão do bem-estar de seus colaboradores e comunidades de seu entorno físico.

Nessa perspectiva, o Grupo J. Macêdo considera que o grande projeto de responsabilidade social ainda não atingiu a sua completude, encontrando-se num processo de gênese. As ações desenvolvidas por eles e demais empresas, em todo o país, embora tenham relevância dentro de um projeto maior, qual seja, a luta pela minimização do número de excluídos, constituem protoformas, enquadradas, na verdade, em posturas que devem ser tomadas por todos os segmentos sociais, independente do posicionamento político, econômico, ou mesmo, social.

A respeito da ação socialmente responsável proposta pelo grupo J. Macêdo, o assessor de comunicação da empresa afirma que:

Dentro do que se pode chamar de ‘responsabilidade social’, o grande projeto ligado a J. Macêdo ainda não tá feito. Eu acho que vai ser feito, entendeu, e eu gostaria de tá falando com você daqui um tempo, pra poder falar se isso é assim. (...) mesmo que a coisa seja pequena e não tenha uma relevância de atitude do que a empresa faz, mas ela vem de 44 anos atrás, não é uma coisa do agora, entendeu. Quer dizer, tá dentro do DNA; precisa, talvez, ser potencializado, redimensionado, não sei, mas tá dentro dessas preocupações.

A empresa compreende, pois, a existência de limites na prática da responsabilidade social. O grupo entende que, enquanto projeto político, a atitude socialmente responsável deve passar por um alargamento de seus horizontes, incorporando valores, tais como, sustentabilidade e potencial de transformação sócio-econômica.

No ano passado²⁴⁸, a empresa tornou-se parceira em um programa de produção e comercialização do trigo, no Estado da Bahia. De acordo com o grupo, este consiste no primeiro grande projeto de responsabilidade social possível de consolidar-se, uma vez que

²⁴⁸ Em 19 de março de 2003, data de assinatura do protocolo de intenções entre as partes mencionadas no parágrafo seguinte.

aglutina, em um mesmo patamar, um duplo desafio: o enfrentamento das exigências do mercado globalizado, porém contemplando a perspectiva de ser eticamente comprometido.

O ‘Programa de Produção e Comercialização do Trigo’ consiste em um protocolo de intenções feito entre o Governo do Estado da Bahia, através da Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária (SEAGRI), a Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais (SECOMP), a Prefeitura Municipal de Mucugê, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), a Associação dos Irrigantes do Alto Paraguaçu e a J. Macêdo Nordeste S.A.²⁴⁹

O principal objetivo²⁵⁰ do programa consiste em definir formas de participação e colaboração, entre os sujeitos envolvidos, rumo à formação de um mercado de produção, melhoramento e comercialização do trigo, em território baiano, tornando-se uma fonte alternativa à importação do trigo argentino.

A criação de um mercado interno assegura aos produtores a comercialização da safra de trigo com remuneração compatível ao mercado externo, ao mesmo tempo em que oportuniza a diversificação do agro-negócio baiano, com a introdução da cultura do trigo como nova opção de renda. Os registros contidos no documento supracitado apresentam como objetivos:

- a) transferência e geração de tecnologia para o desenvolvimento da cultura do trigo na Bahia;
- b) desenvolvimento de fontes de financiamento para implantação da lavoura e elevação da produtividade;
- c) integração produtor/indústria e garantia da comercialização da produção.²⁵¹

O Governo do Estado da Bahia, através de suas secretarias, responsabiliza-se por coordenar, monitorar, divulgar e avaliar diretamente a execução do programa, viabilizando infra-estrutura adequada ao armazenamento de água e expansão da rede de energia elétrica.

²⁴⁹ Filial do Grupo J. Macêdo, na Bahia.

²⁵⁰ Do ponto de vista ambiental, o trigo foi re-introduzido na região como cultura de rotação alternativa às olerícolas. Um exemplo é o cultivo da batata, que exige um período de dois anos de repouso do solo a cada uma ou duas safras. Antes da introdução do trigo enquanto opção, utilizava-se o milho ou capim, de baixo valor comercial.

²⁵¹ Extraído do documento, parágrafo único.

Cabe às empresas EBDA e EMBRAPA o desenvolvimento de pesquisas para a cultura do trigo, objetivando primordialmente seu melhoramento genético, por meio de técnicas atualizadas de manejo de cultura e irrigação, que estejam adequadas às condições endofoclimáticas da região. Acrescente-se, ainda, a prestação de assistência técnica aos produtores e o estímulo à produção de sementes básicas, com sua conseqüente multiplicação e uso.

A Associação dos Irrigantes do Alto Paraguaçu estimula, junto aos seus associados, a cultura do trigo como cultura de inverno alternativa. Participam, igualmente, no processo de elaboração, implantação e avaliação das ações propostas.

Por fim, a J. Macêdo Alimentos Nordeste S.A. adquire a produção de trigo da região com as mesmas bases de preços estabelecidos para o trigo argentino comercializado através dos portos brasileiros. Deve também participar, com as demais instituições envolvidas, no aperfeiçoamento e fortalecimento do programa no Estado.

A primeira colheita do trigo irrigado aconteceu na segunda quinzena do mês de setembro último: a safra obtida foi superior a 2,5 mil toneladas, cultivadas em uma área de, aproximadamente, 500 hectares irrigados. Próximo de completar seu primeiro aniversário, o Programa de Produção e Comercialização de Trigo no Estado da Bahia apresenta resultados satisfatórios, dentro de uma perspectiva de criação de mercado próprio, mostrando-se viável economicamente, sobretudo pelo seu caráter competitivo e sustentável.

O consumo de trigo do Estado é de 450 mil toneladas. Todavia, o êxito da experiência na Chapada Diamantina possibilita a abertura de um novo mercado para a Bahia. O coordenador de suporte técnico da Secretaria Estadual da Agricultura da Bahia, Marcelo Libório Lima reconhece a viabilidade do 'trigo irrigado' para a região.

... o potencial da região, que já conta com mais de 30 pivôs para irrigação, é ampliar a área com trigo irrigado para 5 mil hectares em um espaço de tempo inferior a três anos. (...) segundo Lima, pelo menos outras duas empresas, dentre elas a Bagisa, pretendem investir na atividade e os investimentos devem superar R\$ 5 milhões²⁵².

²⁵²Extraído do jornal informativo virtual *Oficina de Comunicação*. Sediado à rua João Alberto Moreira, São Paulo, o jornal presta assessoria e consultoria em comunicação empresarial. Participa, ainda, na elaboração de jornais, revistas e pesquisa institucional. Site: www.viveiros.com.br

Além da virada no perfil produtivo da Bahia, com a possibilidade de expansão do cultivo do trigo, um dos melhores êxitos decorre do resultado das experiências produzidas pela EMBRAPA e EBDA, devidamente testadas com sucesso no cerrado baiano.

Para o Grupo J. Macêdo a participação nesse programa consolida a primeira experiência concreta de responsabilidade social, uma vez que correlaciona, em um mesmo projeto, dimensões do político, do social e do econômico. O Assessor de Comunicação do grupo afirma ser o projeto:

... uma coisa concreta de um trabalho, vamos dizer, que a empresa considera de responsabilidade social real, sem ser filantrópico, sem ser assistencialista, mas transformador: (...) esse projeto é pra incentivar a produção do trigo na Bahia. (...) isso aqui você tá matando dois coelhos de uma vez em termos de responsabilidade social: você tá deixando de mandar dinheiro para fora do país, mas, ao invés de comprar o trigo lá na Argentina, ou no Canadá, ou nos Estados Unidos, mandando dólar pra fora pra poder trazer esse trigo, ele (o trigo) além de tá criando este ambiente de produção no Brasil, gera todas as coisas correlatas (...). Então, eu tô gerando mercado, tô gerando novos trabalhos, tô gerando renda, eu tô gerando organização, porque os irrigantes têm que se organizar, têm que melhorar tecnologicamente. Por exemplo, a EMBRAPA, as redes de desenvolvimento tecnológico, o governo da Bahia (...), você faz uma puta de uma organização e se viu agora puxada pela J. Macêdo (...). Isso aqui é contramão, porque isso aqui é permanente.

As palavras supracitadas do Assessor de Comunicação do Grupo J. Macêdo demonstram a incorporação, por parte da empresa, de valores ao sentido político da responsabilidade social. Em primeiro lugar, afirma que a legitimidade da atitude socialmente responsável afasta-se de quaisquer parâmetros de benemerência, assistencialismo, ou ainda, filantropia empresarial.

Deve, igualmente, pautar-se em um modelo de sustentação econômica política e social. Econômica, no sentido de potencializar um ambiente de produção econômica para uma dada região do país, investindo recursos para formação de um mercado interno e viabilizando a criação de emprego e renda.

Do ponto de vista político, estabelece uma rede de interação entre representantes da administração pública, do empresariado e dos segmentos organizados da sociedade civil. Significa dizer uma ampliação dos espaços públicos ao diálogo e viabilização de propostas a serem incorporadas ao conjunto das políticas públicas a ser implementado no Estado da Bahia.

Ao mesmo tempo, consolida a possibilidade de construção de um projeto social de cunho coletivo, valorizando os interesses e o papel político-social de todos os segmentos representados.

E, por fim, possui um caráter permanente, que rompe com qualquer parâmetro de assistencialismo ou filantropia, uma vez que se traduz como uma alternativa real à erradicação da miséria e da pobreza, podendo ampliar-se a outras regiões do país.

Na nova institucionalidade que aos poucos se configura, as relações estabelecidas entre as empresas, a sociedade civil e o Estado, passarão pelo entendimento, pela co-participação, pelo diálogo, enfim, pela cooperação rumo à atenuação da miséria, exclusão social e construção de espaços verdadeiramente democratizados.

Certamente este é um importante momento para a difusão de uma nova ética empresarial, passo fundante nas tessituras de uma atitude socialmente responsável. Destarte, algumas questões requerem a continuação de uma análise mais delimitada, o que não impede o reconhecimento das novas formas de participação social que se evidenciam em nosso contexto sócio-político.

Considerações Finais

Pretendeu-se na presente dissertação delinear os principais aspectos da construção teórico-empírica em torno da responsabilidade social das empresas no Brasil. O estudo de caso do Grupo J. Macêdo possibilitou nortear a dimensão política assumida por um novo posicionamento de uma parcela do empresariado nacional, o que vem distanciar-se da mera ação assistencial e filantrópica.

O campo de legitimação da ação socialmente responsável constrói-se a partir de um conjunto de mudanças significativas na cultura política nacional. A tomada de consciência dos empresários em torno dos problemas sociais existentes decorre, igualmente, das pressões exercidas pelos segmentos organizados da sociedade civil, como por exemplo, as denúncias de violações constitucionais e estatutárias junto aos órgãos governamentais.

O próprio cenário político dos anos 80, *locus* de ação de uma heterogênea sociedade civil, e as tessituras da democracia e da cidadania no interior dos espaços públicos durante a década de 90, consistiram num campo fecundo para a ação social e política de múltiplos sujeitos pró-ativos.

Na construção de uma nova institucionalidade para os espaços públicos, os empresários se inserem reivindicando, com os demais segmentos da sociedade civil, o seu lugar na regulação do social.

Mas a mudança na postura política do empresariado nacional não resulta de uma ação espontânea dos mesmos. Ao contrário, decorre de transformações significativas presentes na dinâmica política nacional, donde a sociedade civil expressa, substancialmente, seu anseio de inserção na vida política brasileira, passando a cobrar um maior compromisso político-social do Estado e do mercado.

Os consumidores de bens e serviços também exercem papel fundamental na consolidação do processo de mudanças na ação empresarial. Segundo estes sujeitos, a condição *sine qua non* para se ter um perfil socialmente responsável deriva da incorporação de valores ético-morais, sobretudo nas relações estabelecidas com os funcionários, sindicatos, acionistas, fornecedores, clientes, consumidores e comunidades direta ou indiretamente atingidas por suas atividades produtivas. A ética e o compromisso passam a se tornar mais visíveis, por parte de algumas empresas, em relação ao manejo adequado dos recursos naturais e na redução dos impactos causados no meio ambiente. Nesse aspecto, a

discussão da Agenda XXI vem tendo, também, um impacto significativo na cultura política e na mudança de posturas, mesmo que pontuais e tímidas.

Por essa perspectiva, observamos a difusão de atividades sociais desenvolvidas pela iniciativa privada, evidenciando a emergência de uma nova visão da empresa em sua relação com seus vários interlocutores diretos e indiretos. Transpondo o campo da competitividade no mundo atual, delineiam-se mudanças, mesmo que tênues, em relação à cultura de participação política do empresariado, juntamente com o Estado e outros segmentos da sociedade civil.

No presente estudo, identificou-se padrões de diferenciação nas ações desenvolvidas pelo Grupo J. Macêdo. A adesão da empresa a uma postura socialmente responsável decorre de sua inserção na vida política nacional e local. A empresa concebe a responsabilidade social como um projeto político amplo, de promoção do crescimento econômico com indução do desenvolvimento social.

Pelos depoimentos dos indivíduos e entidades que mantiveram uma relação com o Grupo J. Macêdo percebe-se que a empresa se destaca por um diferencial: em função da trajetória política e de liderança de Amarílio Macêdo, a ação social da empresa aproxima-se mais do que deveria ser a ‘responsabilidade social’.

É o entendimento que a ‘responsabilidade social’, enquanto projeto de transformação político-social, ultrapassa meras ações caritativas, de filantropia e assistencialismo. Encerra em si mesma um caráter político, uma vez que convida os segmentos organizados da sociedade civil, do empresariado nacional e representantes do Estado à consolidação de uma atitude política, de mudança no quadro de extrema miséria do país.

A ‘responsabilidade social’ possibilita a incorporação de um amplo debate, no interior dos espaços públicos, em torno de um projeto político para a indução do desenvolvimento econômico com inclusão política e social. Para tanto, requer a co-responsabilidade e o compromisso de todos os setores que compõem a sociedade, a saber, o Estado, o mercado e a sociedade civil.

Muitos dos depoimentos do grupo são fundamentais no sentido de divulgar para a sociedade essa concepção de responsabilidade social que não se centra no assistencialismo, mas que busca apresentar uma postura afirmativa diante do quadro de exclusão social.

Para tanto, o Grupo J. Macêdo considera a importância de se construir espaços públicos que legitimem uma nova institucionalidade entre representantes da administração pública, da iniciativa privada e da sociedade civil organizada.

Na lógica do ‘capitalismo social’, o Grupo J. Macêdo defende que a regulação do capital não aconteça por meio de altas taxas de lucros, com a sonegação de impostos e/ou apropriação ilícita dos fundos públicos.

A construção da responsabilidade social pressupõe, para a empresa estudada, a indução do desenvolvimento com a participação política plural, integrando as sinergias dispersas nas atividades desenvolvidas nos programas públicos implementados, nas ações isoladas da sociedade civil e iniciativa privada.

Ademais, considera que o empresariado deve assumir como responsabilidade primeira suas obrigações tributárias, uma vez que o dinheiro arrecadado pelo Estado pode ser convertido em políticas de atendimento às necessidades econômicas e sociais.

Vale reiterar que a própria concepção de responsabilidade social tem seus limites expressos no próprio ente ‘empresário’ e em sua inserção na sociedade capitalista. Não se pode assumir uma postura ufanista, ignorando que a lógica do lucro é fundamental para a acumulação e regulação do capital e que o que vem sendo definido por responsabilidade social é, para o segmento empresarial nacional, o exercício do que se denomina ‘capitalismo social’.

Isto porque no dia em que o capitalista abrir mão do lucro, ele não será mais um capitalista, pois esta é a lógica do sistema e do capital, como uma relação social desigual, contraditória e antagônica. Embora uma parcela dos empresários defenda a superação do caráter selvagem do capitalismo, ideologicamente não estão associados a radicalidade da democracia. O desafio maior da ação socialmente responsável reside neste aspecto, uma vez que a própria legitimação da democracia e da cidadania a todos os indivíduos é, contraditoriamente, uma das necessidades para garantir a governabilidade e criar condições para ampliar o mercado interno, necessário à circulação das mercadorias e a realização de suas taxas de lucro.

Entretanto, esse conceito ao ser tecido socialmente, adquire em seu formato o conjunto de construções simbólicas vivenciadas nas experiências cotidianas de todos os indivíduos diretamente envolvidos.

Significa dizer que, a possibilidade da prática da ‘responsabilidade social’ atingir, cada vez mais, um sentido político, de valorização da sociedade civil e do empresariado enquanto sujeitos pró-ativos na elaboração e execução de propostas sociais, num diálogo constante, conjunto e democrático com o Estado, no interior dos espaços públicos.

Bibliografia

- ABU-EL-HAJ, Jawdat. Classe, poder e administração pública no Ceará. In: PARENTE, Josênio & ARRUDA, José Maria (Orgs.). *A era Jereissati: modernidade e mito*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.
- ARENDT, Hannah. *O que é política*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- ARRUDA, Maria Cecília Coutinho de. et.alli.. *Fundamentos de ética empresarial e econômica*. São Paulo: Atlas, 2001.
- BAVA, Silvio Caccia & PONTES, Lúcia. *As ONGs e as políticas públicas na construção de um Estado democrático*. 2ª Edição, Rio de Janeiro: 1995.
- BECKER, Howard S. *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. 3ª Edição. São Paulo: Editora HUCITEC, 1997.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Cidadania e democracia. Lua Nova – Revista de Cultura, no.33, São Paulo: CEDEC, 1994 (p. 5/16).
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 2ª Edição, São Paulo: Ed. Perspectiva, 1987.
- _____ . *Coisas Ditas*. 1ª. Edição, São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990.
- _____ . *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BRUNO, Artur et. alli. *Os pecados capitais do Cambeba*. Fortaleza: Editora Expressão Gráfica, 2002.
- CALDEIRA, Jorge. *Mauá: empresário do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- CAMAROTTI, Ilka & SPINK, Peter. *O que as empresas podem fazer pela erradicação da pobreza*. São Pulo: Instituto Ethos, 2003.
- CARDOSO, Fernando Henrique & FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.
- CARNEIRO, Glauco. *J. Macêdo: uma saga empresarial brasileira*. São Paulo: Edicon, 1989.

- CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly *et alli.*. *A era Jereissati: modernidade e mito*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.
- CASTORIADIS, Cornelius. *As encruzilhadas do labirinto, III: o mundo fragmentado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987-1992.
- COELHO, Simone de Castro Tavares. *Terceiro setor: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos*. São Paulo: Editora SENAC, 2000.
- CORRAL, Thaís. “As ONGs e as relações internacionais: emergência e limites da governabilidade global”. In: ABONG. *As ONGs e a solidariedade internacional*. Cadernos ABONG. São Paulo: Ed. ABONG, nov/1998. No. 26.
- CORTES, Soraya M. Vargas. Técnicas de coleta e análise qualitativa de dados. In: Cadernos de Sociologia. Porto Alegre: PPGS/UFRGS, 1998.
- CORULLÓN, Mônica Beatriz Galeano. *Voluntariado na empresa: gestão eficiente da participação cidadã*. São Paulo: Peirópolis, 2002.
- COUTINHO, Carlos Nelson. FHC e a reforma do Estado. Publicado no site www.artnet.com.br, 1999.
- DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova cidadania. In: DAGNINO, Evelina (org.). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.
- _____ . Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil. In: DAGNINO, Evelina (Org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- DINIZ, Eli & AZEVEDO, Eduardo. *Reforma do Estado e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UNB, 1997.
- DINIZ, Eli & BOSCHI, Renato. *Empresário nacional e Estado no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.
- _____ . *Lideranças empresariais e problemas de estratégia liberal no Brasil*. Trabalho apresentado no seminário internacional “Estratégias Liberais de Refundação, Dilemas Contemporâneos do Desenvolvimento”. IUPERJ/CLACSO/ISA, Rio de Janeiro, agosto, 1992.

- _____ . *A reforma administrativa no Brasil dos anos 90: projeto e processo*. In: CIDE – Centro de Investigación y Docencia Económicas, A.C., Publicado no site www.dis1.cide.mx/boschi//tml , México, 1999.
- DINIZ, Eli. Globalização, ajuste e reforma do Estado: um balanço da literatura recente. In: Revista Brasileira de Informação em Ciências Sociais – RBIB, no. 45, 1998.
- DIÓGENES, Glória. *Ciro Gomes: percursos de uma imagem*. In: PARENTE, Josênio & arruda, José Maria (Orgs.). *A era Jereissati: modernidade e mito*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.
- DOWBOR, Ladislau *et alli.*. *Desafios da Globalização*. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.
- _____ . *A reprodução social: proposta para uma gestão descentralizada*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- DREYFUSS, René. *A internacional capitalista: estratégias e táticas do Empresariado Transnacional – 1918-1986*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986.
- _____ . *O jogo da direita*. Petrópolis: Vozes, 1989.
- FERNANDES, Rubem César & CARNEIRO, Leandro Piquet. “ONGs anos 90 – a opinião dos dirigentes brasileiros”. Núcleo de Pesquisa/ISER, Rio de Janeiro, 1992.
- _____ . “Elos de uma cidadania planetária”. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. No. 28, Ano 10, jun/1995.
- FIORI, José Luís. Para pensar o papel do Estado sem ser um neoliberal. In: Revista de Economia Política. Nº 1 (45), vol. 12, janeiro-março/1992.
- _____ . *Brasil no espaço*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- FORRESTER, Viviane. *O horror econômico*. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: UNESP, 1997.
- GENTILI, Pablo *et. alli.* *Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.
- _____ . *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. 5ª Edição. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

- GIDDENS, Anthony. *A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- GOMÉZ, José Maria. *Política e democracia em tempos de globalização*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes; Buenos Aires: CLACSO; Rio de Janeiro: LPP – Laboratório de Políticas Públicas, 2000.
- GONÇALVES. E. Lima (org.). *Balanço social da empresa na América Latina*. São Paulo: Editora Pioneira, 1980.
- GONDIM, Linda Maria Pontes. *Clientelismo e modernidade nas políticas públicas: os “governos das mudanças” no Ceará (1987-1994)*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1998.
- _____ . *Pesquisa em Ciências Sociais: o projeto da dissertação do mestrado*. Fortaleza: EUFC, 1999.
- GUARESCHI, Pedrinho & JOVCHELOVITCH, Sandra. *Textos em representações sociais*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.
- HOBSBAWN, Eric J.. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HUMBERG, Mario Ernesto. Ética empresarial no Brasil e no mundo. In: TEIXEIRA, Nelson Gomes (org.). *A ética no mundo da empresa*. São Paulo: Pioneira, 1991.
- IANNI, Octavio. *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- _____ . *A sociedade global*. 9ª Edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- INGRAM, David. *Habermas e a dialética da razão*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1987.
- JELIN, Elizabeth. Construir a cidadania: uma visão desde baixo. *Lua Nova - Revista de Cultura*, no. 33, São Paulo: CEDEC, 1994, p. 33-55.
- LANDIN, Leilah . *Sem fins lucrativos: as organizações não-governamentais no Brasil*. Rio de Janeiro, Instituto de Estudos da Religião, 1988.
- _____ . *Para além do mercado e do Estado? Filantropia e cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro, 1993, ISER.

- _____ . *Ações em sociedade: militância, caridade, assistência, etc.* Rio de Janeiro: NAU, 1998.
- LEFORT, Claude. *Pensando o político: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- LEISINGER, Klaus M. & SCHMITT, Karin. *Ética Empresarial: responsabilidade global e gerenciamento moderno.* Tradução de Carlos Almeida Pereira. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
- LEITE, Celso Barroso. *Filantropia e contribuição social.* São Paulo: LTr, 1998.
- LENOIE, Remi. Objeto sociológico e problema social. In: CHAMPAGNE, Patrick. *Iniciação à Prática Sociológica.* Petrópolis: Vozes, 1998.
- LIMA, Haroldo. A grande reforma. In: Princípios– Revista teórica, política e de informação. no. 52. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, fev/mar/abr, 1999, (p. 19/23).
- LIMA, Marione Carvalho. Responsabilidade social: apoio das empresas privadas brasileiras à comunidade e os desafios da parceria entre elas e o terceiro setor. In: LIMA, Marione *et. alli.* *Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades.* São Paulo: Peirópolis, 2002.
- MANCE, Euclides André. *A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual.* Petrópolis: Vozes, 1999.
- MARSHALL, McLuhan & POWERS, Bruce R. *The Global Village.* Oxford University Press, Nova York, 1989.
- MARSHALL, T.H.. *Cidadania, classe social e status.* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.
- MARTIN, Isabela. *Os empresários no poder: o projeto político do CIC (1978-86).* Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 1993.
- MATTA, Roberto da. *A casa & a rua.* 5ª Edição. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- MATOS, Francisco José Lima *et. alli.* *Cenários de uma política contemporânea.* Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 1999.
- MELO, Marcus. A política da reforma do Estado no Brasil: issue areas e processo decisório da reforma previdenciária, administrativa e tributária. In: CIDE – Centro de Investigación y Docencia Económicas, A.C., Publicado no site www.dis1.cide.mx/melo//tml , México, 1999.

- MENDONÇA, Patrícia Maria de. O marketing e sua relação com o social: dimensões conceituais e estratégicas. In: MEDONÇA, Patrícia *et. alli.*. *Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades*. São Paulo: Peirópolis, 2002.
- MESTRINER, Maria Luiza. *O Estado entre a filantropia e a assistência social*. São Paulo, Cortez, 2001.
- MILLS, Wright. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.
- MINAYO, Maria Cecília *et alli.* *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- _____ . O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, Pedrinho & JOVCHELOVITCH, Sandra. *Textos em representações sociais*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.
- MORALES, Santiago C. *et. alli.*. Impactos da responsabilidade social nos objetivos e estratégias empresariais. In: MORALES, Santiago *et. alli.* *Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades*. São Paulo: Peirópolis, 2002.
- MORIN, Edgar. Teoria e método. In: *Ciência com Consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Hipóteses sobre a nova exclusão social: dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. Revista CRH, Salvador, n. 21, jul./dez. 1994, p. 29-47.
- NUNES, Edson. *A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.
- OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. *Desafios éticos da globalização*. São Paulo: Paulinas, 2001.
- OLIVEIRA, Paulo de Salles. Caminhos de construção da pesquisa em ciências sociais. In: *Metodologia das Ciências Humanas*. São Paulo: HUCITEC/UNESP, 1998.
- ORTIZ: Renato. Mundialização, cultura e política. In: DOWBOR, Ladislau *et alli.*. *Desafios da Globalização*. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.
- PAIVA, Flávio & MONTEIRO, João de Paula. *Os 5 elementos: a essência da gestão compartilhada no Pacto de Cooperação do Ceará*. Rio de Janeiro: Qualitymark Ed., 2001.

- PAIVA, Flávio. *Mobilização social no Ceará: 16 anos de tentativas e 1 promessa de diálogo*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.
- PAOLI, Maria Célia. Empresa e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de (Org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- _____. O papel político das ONGs. In: FIEGE, Hans-Jürgen. *ONGs no Brasil: perfil de um mundo em mudança*. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2003.
- PARENTE, Josênio. *A fé e a razão na política: conservadorismo e modernidade das elites cearense*. Fortaleza: Edições UFC/Edições UVA, 2000.
- PARENTE, Josênio & ARRUDA, José Maria (Orgs.). *A era Jereissati: modernidade e mito*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser & GRAU, Nuria Cunill (Orgs.). *O público não-estatal na reforma do Estado*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- PETRAS, James. *Alternativa neoliberal e alternativas para a América Latina*. São Paulo: Xamã Editora, 1999.
- PINTO, Louis. *Pierre Bourdieu e a teoria do mundo social*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- PINTO, Luiz Fernando da Silva. *Gestão cidadã: ações estratégicas para a participação social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- REBELO, Aldo. Reformas políticas: a tentação conservadora. **Revista Princípios**, São Paulo, n. 52, fev./abr. 1999, p. 8-15.
- ROSA, Hugo Marques da. O comportamento ético da empresa é importante?. In: TEIXEIRA, Nelson Gomes (org.). *A ética no mundo da empresa*. São Paulo: Pioneira, 1991.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 8ª Edição. São Paulo: Cortez, 2001.
- SANTUCCI, Antonio. *A. Gramsci – le opere: la prima antologia di tutti gli scritti*. Roma: Editori Riuniti, 1997.
- SEMERARO, Giovanni. *Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

- SHERMAN, Hunt. História do pensamento econômico. Petrópolis: Editora Vozes, 1978.
- SHIAVO, M. R. Conceito e evolução do *marketing* social. *Conjuntura Social*. São Paulo: 1(1), 25-9, maio de 1999.
- SILVEIRA, Maria do Carmo Aguiar da Cunha. *A educação do trabalhador como princípio de responsabilidade social: reflexões sobre a atuação do SESI/CE*. Fortaleza: Edições FIEC, 2002.
- SMITH, Adam. *Uma investigação sobre a natureza e causas da riqueza das nações*. São Paulo: Hemus Editora, 1981.
- STEIL, Carlos Alberto. Movimentos populares e ONGs em tempos de globalização. In: LESBAUPIN, Ivo *et alli*. *Para entender a conjuntura atual: neoliberalismo, movimentos populares, igreja católica e ONGs*. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.
- TEIXEIRA, Francisco José Soares. Globalização e reestruturação produtiva: transformações estruturais e relações de trabalho na economia cearense. In: TEIXEIRA, Francisco José Soares *et. alli*. *Globalização e mercado de trabalho no Ceará: transformação da organização da produção, das relações de trabalho e do padrão demográfico no Estado do Ceará*. Fortaleza; Universidade de Fortaleza, 1999.
- TEIXEIRA, Nelson Gomes (org.). *A ética no mundo da empresa*. São Paulo: Pioneira, 1991.
- TELLES, Vera da Silva. Sociedade Civil e a construção de espaços públicos. In: DAGNINO, Evelina (org.). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.
- TOLDO, Mariesa. Responsabilidade social empresarial. In: TOLDO, Mariesa *et. alli.*. *Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades*. São Paulo: Peirópolis, 2002.
- VIEIRA, José Eduardo de Andrade. Resgatar a função social da empresa. In: TEIXEIRA, Nelson Gomes (org.). *A ética no mundo da empresa*. São Paulo: Pioneira, 1991.
- VIEIRA, Liszt. *Cidadania e Globalização*. Rio de Janeiro – São Paulo: Record, 1997.
- _____ & BREDARIOL, Celso. *Cidadania e política ambiental*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1998.

Periódicos

- JORNAL DIÁRIO DO NORDESTE. Fortaleza, 28 de Julho de 1992.
- JORNAL DA FIEC – IPEA. Fortaleza, abril de 2001.
- JORNAL O POVO. Fortaleza, 17 de Julho de 1978.
- _____ . Fortaleza, 25 de Junho de 1990.
- _____ . Fortaleza, 27 de Junho de 2004.
- REVISTA CARTA CAPITAL. *Onda de Responsabilidade Social*. Nº 270, dezembro de 2003.
- REVISTA ISTO É. (xerografado), dezembro de 1987.
- Estatuto Social, Capítulo I, Instituto Equatorial, xerografado, 1989.
- INPLANCE: *Desenvolvimento do Ceará*: análise dos indicadores sociais mais recentes (versão preliminar). Fortaleza, 1994.
- Proposta de Diretrizes. Documento do Instituto Equatorial, xerografado, sem data.